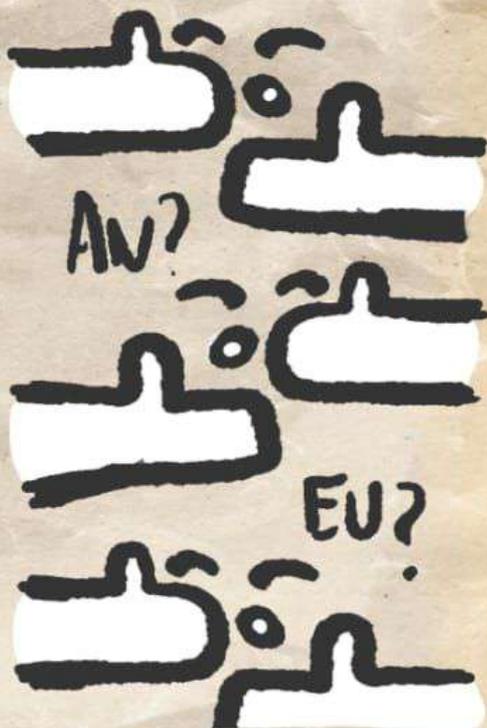


Ensaaios de História

Dossiê: história e ditadura



ENSAIOS DE HISTÓRIA

® UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

SÃO PAULO STATE UNIVERSITY

REITOR

PROF. DR. PASQUAL BARRETTI

VICE-REITORA

PROF.^a DR.^a MAYSIA FURLAN

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DIRETORA

PROF.^a DR.^a FERNANDA MELLO SANT'ANNA

VICE-DIRETOR

PROF. DR. MURILO GASPARDO

CURSO DE GRADUAÇÃO

COORDENADOR

PROF. DR. MARCOS ALVES DE SOUZA

VICE-COORDENADORA

PROF.^a DR.^a ANA RAQUEL M. DA C. M. PORTUGAL

UNESP – Universidade Estadual Paulista
UNESP – São Paulo State University

ENSAIOS DE HISTÓRIA
Revista do Curso de Graduação em História

ISSN: 1414-8854

Ensaio de História	Franca	v. XXV, n.1/1	p. 181	2024
---------------------------	---------------	----------------------	---------------	-------------

UNESP – Universidade Estadual Paulista
UNESP – São Paulo State University

ENSAIOS DE HISTÓRIA
Revista do Curso de Graduação em História
Grupo PET – MEC História Unesp Franca

ENSAIOS DE HISTÓRIA

Conselho Consultivo

Prof.^a Dr.^a Ana Carolina de Carvalho Viotti
Prof.^a Dra.^a Helena Amália Papa
Prof. Dr. Marcos Alves de Souza
Prof.^a Dr.^a Susani Silveira Lemos França

Equipe Editorial

Presidente

Prof.^a Dr.^a Márcia Pereira da Silva

Coordenador da Comissão Editorial

Júlia Martelini dos Santos

Comissão Editorial

Amanda Couto Moreira
Ana Júlia Ribeiro
Beatriz Henriques Lemos Alves
Júlia Martelini dos Santos

Publicação Anual / Annual Publication

Solicita-se permuta / Exchanged desired

Endereço / Address

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Contato: Av. Eufrásia Monteiro Petrágliã, 900,

Jardim Doutor Antônio Petrágliã, CEP 14409-160, Franca/SP, Brasil

ensaiosdehistoria@gmail.com

Ensaio de História (Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP) Franca, SP, Brasil, 1996-2019, 1-20 ISSN 1414-8854

Capa: O design gráfico da capa da edição de 2024 da revista *Ensaio de História*, dedicada ao Dossiê: História e Ditadura, foi desenvolvido por Ana Julia Ribeiro, graduanda do curso de História pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (Unesp) – campus de Franca, em parceria com o ilustrador Ricardo Taveira, graduando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A ilustração que compõe a capa é também assinada por Ricardo Taveira.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
DOSSIÊ TEMÁTICO: HISTÓRIA E DITADURA.....	8
HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DOS GOVERNOS MILITARES BRASILEIROS (1964-1985) Prof. ^a Dr. ^a Márcia Pereira da SILVA (<i>Artigo de Abertura</i>).....	9
CHANACOMCHANA TAMBÉM É BACANA: UMA ANÁLISE SOBRE O MUNDO LÉSBICO BRASILEIRO (1979-1987) Gabriela Polido GARCIA.....	19
A REPRESSÃO DA DITADURA CIVIL-MILITAR ÀS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DE TRÊS PROFESSORES CASSADOS PELA UFRJ Lucas Barroso REGO.....	37
ESTUDANTES TERRORISTAS, UMA CONSTRUÇÃO DA DITADURA CIVIL MILITAR DE 1964 Alison Trevisani FLAUSINO David Fidelis de ALMEIDA Fideo Misokami JUNIOR	53
CONSIDERAÇÕES SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA Priscila Aparecida MARTINS.....	67
DITADURA MILITAR: ABERTURA POLÍTICA, ANISTIA E DISCURSO DO GENERAL FIGUEIREDO Thalita Borges VALENTE.....	87
ARTIGOS LIVRES.....	108
ESCRAVIZADOS ANTIGOS, DISCURSOS CONTEMPORÂNEOS: RECEPÇÕES DA ESCRAVIZAÇÃO NO MUNDO ANTIGO JUNTO À ITÁLIA DE AMBRÓSIO (1913) Heloisa MOTELEWSKI.....	109
O NOVO ENSINO MÉDIO, A BNCC E O ENSINO DE HISTÓRIA: UMA DISCUSSÃO SOBRE A EDUCAÇÃO BRASILEIRA Carolina Porto de JESUS Matheus do Nascimento de PAULA.....	121
A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO ENSINO DA SOCIOLOGIA Fernanda Rocha MACEDO.....	133
O USO DAS PLANTAS DO BRASIL E A PARTIR DOS RELATOS DE LUÍS GOMES FERREIRA CONTIDOS NO ERÁRIO MINERAL (1735) Laura Pereira Teixeira LUIZ.....	145



RESENHA.....	167
SHARPE, CHRISTINA. NO VESTÍGIO: NEGRIDADE E EXISTÊNCIA. 1.ED. SÃO PAULO: EDITORA UBU, 2023. 256P. Rubens Arley de Almeida JUNIOR.....	168
NOTAS DE PESQUISA.....	176
ENTRE O FLUXO E A ORDEM: NOTAS DE PESQUISA SOBRE O BAILE FUNK NA COHAB CIDADE TIRADENTES-SP EM CONTRAPOSIÇÃO AO ORDENAMENTO URBANO DO PERÍODO DOS GOVERNOS MILITARES Luanne Miguel ALVARENGA.....	177

APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresentamos mais um volume da Revista Ensaios de História, periódico de publicação anual organizado pelos discentes do grupo PET/MEC (Programa de Educação Tutorial) em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP/Franca.

No presente volume, apresentamos o dossiê História e Ditadura. O texto de abertura, que aborda a historiografia sobre os governos militares brasileiros, é de autoria da Prof.^a Dr.^a Márcia Pereira da Silva, docente convidada para abrir este número. Seguem-se textos de graduandos do curso de História da UNESP e discentes de outros cursos que analisam a relação entre História e Ditadura a partir de diferentes eixos temáticos. Enquanto o primeiro artigo do dossiê reflete sobre questões de sexualidade a partir da trajetória do movimento lésbico brasileiro durante os anos finais da ditadura militar, os dois textos seguintes se debruçam sobre a repressão do regime militar aos estudantes brasileiros e, por fim, são discutidos os aspectos políticos da ditadura civil-militar brasileira, como é possível observar nos dois últimos trabalhos. Os textos foram revisados e atualizados para publicação. São, portanto, cinco os artigos que compõem o dossiê.

Após o dossiê, seguem-se quatro artigos livres, de farta diversidade temática e temporal, além de uma resenha e uma nota de pesquisa, que completam a edição deste número do periódico.

Desejamos boa leitura a todos.

Júlia Martelini dos Santos
Grupo PET – MEC - História
Coordenadora da Comissão Editorial

DOSSIÊ TEMÁTICO

HISTÓRIA E DITADURA

História e Historiografia dos governos militares brasileiros (1964-1985)

History and Historiography of Brazilian Military Governments (1964-1985)

Márcia Pereira da SILVA¹

Resumo: O objetivo do presente texto é abordar a historiografia dos governos militares brasileiros, com ênfase à produção nacional, privilegiando o século XX. Trata-se de fornecer subsídios para os estudos daqueles interessados na temática embora seja impossível, obviamente, abarcar a totalidade das publicações sobre o assunto.

Palavras-chaves: Brasil; Ditadura; Historiografia.

Abstract: The objective of this text is to address the historiography of Brazilian military governments, with emphasis on national production, focusing on the twentieth century. It is a matter of providing subsidies for the studies of those interested in the subject, although it is obviously impossible to encompass all the publications on the subject.

Keywords: Brazil; Dictatorship; Historiography.

Introdução

É relativamente vasta a literatura já publicada acerca dos governos militares, mas dois aspectos merecem atenção: o primeiro é o fato de a maioria dessas pesquisas ter sido realizada e/ou levada à público a partir do momento da abertura política; o segundo a constatação que, desde a abertura, a maioria dos trabalhos se concentrou em temáticas específicas ora privilegiando a ação de grupos guerrilheiros, ora o movimento estudantil, ora a repressão e assim por diante.

Nesse sentido, o objetivo do presente artigo é oferecer um panorama geral da historiografia de maior circulação no Brasil sobre o período da ditadura militar brasileira.²

Pouco se publicou no Brasil acerca da história do movimento civil-militar de 1964 ou de temas relativos às Forças Armadas e sua relação com a política brasileira pós-64 antes do momento da abertura política. Mesmo assim alguns trabalhos podem ser encontrados, a exemplo de Amaury de Souza (1966) ou ainda alguns textos publicados na *Revista Estudos CEBRAP* (São Paulo), na *Revista Civilização Brasileira* (Rio de Janeiro) e na *Revista Brasileira de Estudos Políticos* (Belo Horizonte), por ocasião de dossiê temático dedicado à Escola Superior de Guerra. Lembramos também a primeira edição de *História militar do Brasil* de Nelson Werneck Sodré (1968), obra que deixou clara a decepção do autor com as Forças

¹ Doutora em História. Professora dos Cursos de graduação e Pós-Graduação em História da Unesp – campus de Franca.

Armadas em virtude do expurgo de vários de seus amigos considerados da “esquerda militar”. No livro, Sodré reafirma sua esperança de que os militares “voltassem a assumir” o papel que lhes cabia na “defesa da democracia nacional”.

Merece destaque na historiografia brasileira das décadas de 1960/70 a criação da Revista de História da Universidade de São Paulo/USP e a obra conjunta intitulada “História Geral da Civilização Brasileira”. Apesar de não terem sido bem-vindas ao Estado militarizado análises, mais ou menos densas, de temas que reportassem ao período dos governos militares, dois autores que trataram do assunto figuram entre os brasilianistas norte-americanos mais publicados no Brasil entre 1969-1975: Thomas Skidmore e Alfred Stepan. Ainda sobre a escrita do período, o livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Jr, publicado pela primeira vez em 1942, muito influenciou historiadores e cientistas políticos brasileiros nas décadas de 1960, 70 e 80.

Mesmo que não tenha sido vasta a publicação de trabalhos que analisassem a experiência política dos militares no Brasil pós-64 antes da abertura política, a presença das Forças Armadas nos governos brasileiros motivou obras que analisavam o papel desempenhado pela instituição castrense em períodos anteriores. A razão de tais trabalhos foi explicitada por Schulz (1971, p. 13): “a convivência com um governo militar em décadas passadas e o perigo de futuras intervenções militares me eximem, creio eu, de justificar a relevância desse estudo”.

Publicações e debates sobre os autoritarismos anteriores à abertura política

Mesmo sendo esparsas as publicações que tratavam dos governos militares antes da abertura política, um conjunto de trabalhos merece destaque. Trata-se de estudos marcados pela vertente norte-americana da ciência política que buscava explicar o motivo da emergência do militarismo em diferentes países da América Latina, incluindo o Brasil. Tais análises classificaram os “tipos de autoritarismo” latino-americanos e colocaram em debate a autonomia das instituições militares. Esses trabalhos questionavam se as Forças Armadas representavam ou não uma dada classe social, se eram organizações com objetivos próprios e se um único modelo de análise poderia mesmo explicar os regimes militares que emergiram na América Latina.

As questões explicitadas anteriormente chamavam a atenção dos cientistas políticos porque, no final da década de 1970, mais da metade da população latino-americana vivia em Estados sob a dominação castrense. A ocorrência do autoritarismo em países da América Latina

motivou os pesquisadores a reverem as tradicionais associações entre modernização socioeconômica e democracia. Explica-se: até então acreditava-se que a modernização autoritária não seria efetivada nos países latino-americanos, tendo em vista que a noção – modernização autoritária – era normalmente empregada para designar um efeito político-econômico que podia marcar o desenvolvimento de um dado país em suas primeiras fases de industrialização. Como já haviam ultrapassado a etapa de "economias agrárias pré-industriais" no período do pós-guerra, acreditava-se que o desenvolvimento econômico industrial dos países da América latina não desembocaria em governos autoritários, mas tenderiam à democracia. Obviamente, tais concepções não auxiliaram pesquisadores das últimas décadas do século XX a explicar a política autoritária que eclodiu na América Latina naqueles anos. Era preciso reavaliar:

No curso desta reavaliação, entrou em uso um novo termo. A Argentina e o Brasil foram governados pelos militares como instituição, em vez de exclusivamente por governantes militares individuais. Além disso, os militares pareceram adotar um enfoque tecnocrático e burocrático na formulação política (ao contrário de um enfoque mais "político" através do qual as políticas são modeladas pelas exigências econômicas e políticas dos diferentes setores da sociedade, expressas através de canais tais como eleições, legislaturas, partidos políticos e sindicatos trabalhistas). Este enfoque da formulação política destes regimes levou os estudiosos a juntarem o adjetivo "burocrático" ao termo "autoritário" e a chamar estes sistemas de "autoritário-burocráticos" (Collier, 1982, p. 12-13).

Em linhas gerais, a construção dos conceitos que informariam a expressão “Estado autoritário-burocrático” se baseou na análise de mudanças sociais e políticas decorrentes da modernização capitalista em países com situações específicas: a dependência econômica experimentada pela América Latina. O elemento econômico integrou fortemente esse arcabouço teórico que buscou explicar o surgimento de regimes políticos autoritários e burocráticos em países que já haviam ultrapassado a etapa inicial de industrialização (Nogueira, 1998).

Para Robert Kaufman (1982, p. 156) “não é difícil compreender porque estas formas de autoritarismo”, pautadas em coação e repressão, “emergiram em sociedades industriais relativamente adiantadas”, já que “qualquer governo que procure desmobilizar e controlar essas sociedades por longos períodos deve aplicar doses bastantes grandes de coação”. Ainda segundo o autor, a possibilidade de governos de países que já haviam passado da primeira fase da industrialização serem altamente repressivos sem perder o apoio da maioria da população era possível porque detinham os recursos tecnológicos e burocráticos necessários para fazê-lo

em maior escala e com mais competência do que os governos de países ainda agrários. Para Kaufman (1982), o desafio é saber por que era necessário controlar os setores populares para promover desenvolvimento econômico; e ainda desvendar que elementos compunham o tipo de crescimento econômico pretendido e por que eles exigiam desmobilização política da sociedade em geral. Para responder tais questões entrou em voga a expressão “Estado burocrático-autoritário”.

Um dos primeiros autores a utilizar a expressão “Estado burocrático-autoritário” foi Guillermo O'Donnell.³ O autor definiu o Estado burocrático-autoritário (conhecido como Estado BA) como um tipo de Estado capitalista, resultante da crise econômico-política causada pela ameaça ao crescimento transnacional da economia combinada com o processo de ativação popular no cenário político do período que conhecemos por populismo. Para O'Donnell (1990), o Estado BA objetivava a contenção da presença popular e a volta da normalidade do crescimento econômico.

A produção historiográfica sobre os governos militares a partir da abertura política

Para além dessa literatura mais geral que partia da análise do papel político desempenhado pelas Forças Armadas na América Latina, da qual falamos no tópico anterior, apareceram, a partir da distensão de Geisel, livros de cunho memorialístico que se dedicavam especificamente à experiência brasileira. Com a abertura política foi comum a publicação de depoimentos de pessoas que queriam registrar sua participação nos acontecimentos do período. Foram muitas as publicações de iniciativa tanto de partícipes do governo quanto de militantes que sofreram a repressão.

Daniel Krieger (1976), líder do governo no Senado, e Luís Viana Filho (1975), chefe da casa civil de Castelo Branco, por exemplo, publicaram depoimentos que contribuíram para a construção da imagem do primeiro general-presidente, Castelo Branco, como “moderador e legalista”, no comando de um grupo unido e em defesa do país. Posteriormente, os trabalhos de Hugo Abreu (1979) e Jayme Portella Mello (1979), também baseados em depoimentos, desmentiriam a propaganda unidade militar. A partir de então foi comum que historiadores dividissem, ainda grosseiramente, os militares no comando do Estado brasileiro, como “Castelistas” e “Linha dura”. Com os anos, foi reconhecida a diversidade das Forças Armadas, sendo essa primeira divisão revisitada e colocada em diferentes termos e versões.

Sobre os livros de militantes que vivenciaram a repressão temos, por exemplo, de Fernando Gabeira (1980), *O que é isso, companheiro?* e de Alfredo Sirkis (1984) a publicação intitulada *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida*. Ambos os livros acabaram por formar uma imagem mítica dos militantes de esquerda, consolidando a figura do ex-guerrilheiro ingênuo e romântico, fruto da atmosfera de contestação dos anos 60.

Da perspectiva daqueles que sofreram a repressão o intuito primeiro da maioria das publicações foi registrar a violência na aplicação da justiça militar antes que as vítimas morressem e se perdesse o registro da tortura, a exemplo da coletânea *Brasil: nunca mais*, cuja organização foi assinada por Don Paulo Evaristo Arns (1985).

Nesse sentido parece-nos pertinente a afirmação de que:

A abordagem propriamente histórica da ditadura militar é recente. Poderíamos dizer que se trata de uma espécie de movimento de incorporação, pelos historiadores, de temáticas outrora teorizadas quase exclusivamente por cientistas políticos e sociólogos e narrados pelos próprios partícipes (Fico, 2004, p. 2).

O terceiro grupo de trabalhos sobre os governos militares (considerando que o primeiro foi composto por análises político-econômicas do Brasil no contexto da América Latina e que o segundo reúne publicações de depoimentos orais) valeu-se das fontes reunidas em entrevistas, de jornais e de alguns documentos oficiais para contar a história das organizações de esquerda, suas ações, a repressão, a tortura como prática de interrogatório utilizada a partir de 1968, sobretudo depois do AI-5, e da violência empregada logo nos primeiros meses de vigência do militarismo para a anulação dos opositores mais visíveis.

Durante a década de 1990 floresceu uma produção historiográfica mais diversificada sobre os governos militares. Os anos 90 foram marcados pela afirmação da chamada “Nova História” no Brasil e, por isso mesmo, as obras tenderam a abandonar explicações fundadas em termos como “luta de classe”, “modo de produção”, “estrutura social e econômica” para narrativas que enfatizaram “o indivíduo, seu cotidiano, suas emoções, sua ‘mentalidade’, sua ‘trajetória de vida’”, enfim, análises mais voltadas aos aspectos socioculturais do período (Fico, 2004).

Nesses anos, muitos estudos valorizaram a experiência e memória de grupos considerados de esquerda, desde os estudantis (UNE e secundaristas) até partícipes da luta armada, considerando mesmo as menores instâncias de resistência ao autoritarismo em suas atividades mais cotidianas (Fico, 2004, p. 139).

O aumento de trabalhos acadêmicos sobre os governos militares verificado na década de 1990 segue a tendência do crescimento de análises acerca do período republicano. José Roberto do Amaral Lapa, por ocasião do levantamento das teses de Doutorado defendidas na USP entre os anos de 1933 e 1974, revelou a supremacia dos estudos em Brasil Colônia: Colônia – 43,5%, Império – 32,6%, República – 15,2%, Colônia/Império – 6,5% e Império/República – 2,2%. O próprio autor do levantamento, José Roberto do Amaral Lapa, quando apresentou os resultados da pesquisa, afirmou acreditar que as próximas décadas seriam marcadas pelo crescimento dos estudos acerca do período republicano, especialmente sobre os governos militares. Com efeito, um levantamento feito pela ANPUH décadas depois registrou 279 teses de Doutorado com temas relativos aos anos de 1974-1993 (Lapa, 1985, p.53).

Outro fato ajuda a entender a grande produção de análises sobre os grupos considerados de esquerda nas mais diversas cidades e regiões do Brasil. A década de 1990 assistiu ao crescimento dos programas de Pós-graduação em diferentes estados brasileiros que, somada à então tendência de trabalhos em História Regional, fez com que inúmeros mestrands e doutorandos procurassem por documentos relativos aos grupos de oposição aos governos militares na cidade e/ou região em que residiam.

Finalmente, e sem periodização possível, foram publicados inúmeros títulos a respeito dos motivos do “Golpe de 64”⁴, bem como livros que elegeram como tema a história das Forças Armadas e, conseqüentemente, abordaram o período compreendido entre 1964 e 1986.⁵ Dentre os trabalhos publicados nesse período merecem destaque os realizados pelos pesquisadores do CPDOC, Maria Celina D’Araujo, Gláucio Dillon Soares e Celso Castro (1995) acerca da memória militar do pós-64, utilizando a história oral.

Atualmente, muito em virtude da abertura de arquivos militares, são vários os temas que motivam os pesquisadores interessados na história dos governos militares. No entanto, permanece verdadeira a afirmação de que a maioria das pesquisas publicadas após a redemocratização voltou-se para temas relativos à esquerda e à oposição aos governos militares nas suas mais variadas formas. Esses trabalhos também ganharam corpo com a abertura de acervos documentais produzidos em torno da repressão, sobretudo com a facilidade do acesso a processos-crime que envolveram várias organizações e militantes de esquerda. No entanto, foi justamente a ampliação do acesso a documentos antes indisponíveis o que incentivou o crescimento de uma outra gama de pesquisas: o estudo dos governos militares em sua dinâmica interna. Sobre a interação e funcionamento da rede de organismos e siglas que serviu aos órgãos da repressão no Brasil, por exemplo, Carlos Fico publicou, em 2001, obra intitulada *Como eles*

agiam – *Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. O objetivo do livro foi, nas palavras do autor, tratar do “sistema de informações e segurança, ou seja, o conjunto de órgãos encarregados de fazer espionagem e reprimir os brasileiros considerados subversivos” (Fico, 2001, p.18).

Por fim, resta enfatizar que, nos últimos anos, o crescimento dos movimentos sociais, bem como o acirramento das disputas políticas identificadas com direita x esquerda no país impulsionou pesquisas várias, por vezes extremas em análises ideológicas. De todo modo, estão em ebulição as análises sobre o período com novas abordagens, embora seja lamentável as interpretações negacionistas que buscam minimizar os males que períodos de autoritarismo, marcados pela intolerância ao diferente e pela busca de homogeneidade social causam, necessariamente, ao desenvolvimento nacional e ao bem-estar geral da população de quaisquer países.

Referências Bibliográficas

ABREU, Hugo. **O outro lado do poder**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

ARNS, Dom Paulo Evaristo (org.). **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.

CARONE, Edgar. **O tenentismo: acontecimentos, personagens, programas**. São Paulo: Difel, 1975.

CASTRO, C.; IZECKSOHN, V.; KRAAY, H. (orgs.). **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

COLLIER, David. **O novo autoritarismo na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ari Dillon. **A Volta aos Quartéis: a memória militar sobre a abertura**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930)**. São Paulo: Polis, 1978.

- GABEIRA, Fernando. **O que é isso, companheiro?** 20.ed. Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1980.
- GOENDER, Jacob. **Combate nas trevas.** A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 2.ed. São Paulo: Ática, 1987.
- HAHNER, June Edith. **Relações entre civis e militares no Brasil, 1889-1898.** São Paulo: Pioneira, 1975.
- HAYES, Robert Ames. **Nação Armada:** a mística militar brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1991.
- KAUFMAN, Robert. **Mudança industrial e governo autoritário na América Latina:** uma crítica concreta do modelo autoritário-burocrático. In: COLLIER, D. (Org.) O novo autoritarismo na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- KEITH, Henry; HAYES, Robert Ames. (Eds). **Perspectives on armed politics in Brazil.** Tempe: Arizona State University/ Center for Latin American Studies, 1976;
- KEITH, Henry. **Soldados Salvadores:** as revoltas militares brasileiras de 1922 e 1924, em perspectiva histórica. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1989.
- KRIEGER, Daniel. **Desde as missões... Saudades, Lutas, Esperanças.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1976
- LAPA, José Roberto do Amaral. **História e historiografia:** Brasil pós-64. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- MATHIAS, Suseley Kalil. **Distensão no Brasil:** o projeto militar (1973-1979). Campinas: Papiros, 1995.
- MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna:** a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1984). São Paulo: Alameda, 1995.
- McCANN, Frank. **Soldiers of the Pátria:** a history of the Brazilian Army, 1889-1937. Stanford: Stanford University Press, 2003.
- MELLO, Jayme Portela. **A Revolução e o Governo Costa e Silva** Rio de Janeiro: Guavira, 1979.
- MORAES, João Quartim. de. **O colapso da resistência militar ao golpe de 64.** In: TOLEDO, C. N. de (Org.) 1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo. São Paulo: Unicamp, 1997.
- MORAES, João Quartim de. **História do Marxismo no Brasil.** 3 vol. São Paulo: Unicamp, 1998.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As possibilidades da política.** Ideias para a reforma democrática do Estado. São Paulo, Paz e Terra, 1998.

- O'DONNELL, Guilherme. **Análise do autoritarismo burocrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. **As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)**. Petrópolis: Vozes, 1976.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo (org.). **Militares: pensamento e ação política**. Campinas: Papirus, 1987.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo (org.). **As forças Armadas no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Martins, 1942.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. **O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita**. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- RIDENTI, M. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: UNESP, 1993.
- SANTOS, Raimundo. **Caio Prado Jr na cultura política brasileira**. Rio de Janeiro: Maud/Faperj, 2001.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.
- SCHULZ, John. **O exército e o Império**. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1971, t.2, v. 4.
- SIMMONS, Charles. **Marshal Deodoro and the fall of Dom Pedro II**. Durham: Duke University Press, 1966.
- SIRKIS, Alfredo. **Os carbonários: memórias da guerrilha perdida**. São Paulo: Global, 1984.
- SKIDMORE, Thomas Elliot. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Saga S.A, 1969.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- SOUZA, Amaury de. Março ou Abril. **Dados**, n.1. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1966.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Ômega, 1976.
- STEPAN, Alfred. **Os militares na política: a mudança de padrões na vida brasileira**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

VIANA FILHO, Luís. **O governo Castelo Branco**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

² Informamos que as expressões “ditadura militar”, “ditadura civil-militar”, “governos militares”, “governos civis-militares” e similares são utilizadas, neste texto, como sinônimos. Não desconhecemos que a própria denominação do período já foi motivo de disputa na historiografia nacional. No entanto, não há registros de que os pesquisadores que utilizam a expressão “ditadura militar” desconsiderem a presença e participação de civis tanto no golpe quanto nos governos que se seguiram, motivo pelo qual desconsideramos os “modismos” relativos à identificação do período.

³ O Estado burocrático, autoritário e militar, enquanto modelo explicativo formulado por O'Donnell para a política autoritária latino-americana, tem sido debatido e redimensionado, mas permanece importante na maioria de seus princípios.

⁴ Uma vasta literatura debateu os motivos do movimento civil-militar de 1964. Em geral, as análises priorizaram um ou outro elemento dentre as “transformações estruturais do capitalismo brasileiro, a fragilidade institucional do país, as incertezas que marcaram o governo de João Goulart, a propaganda política do Ipes, a índole golpista dos conspiradores, especialmente os militares (...), tanto condicionantes estruturais quanto processos conjunturais e episódios imediatos” (Fico, 2004, p. 16). DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981; GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1987; MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1984)**. São Paulo: Alameda, 1995; MORAES, João Quartim. de. **O colapso da resistência militar ao golpe de 64**. In: TOLEDO, C. N. de (Org.) 1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo. São Paulo: Unicamp, 1997; REIS FILHO, Daniel Aarão. **O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita**. In: FERREIRA, Jorge (Org.). O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

⁵ No que diz respeito às análises das Forças Armadas, a maioria dos títulos foram produzidos na Unicamp, especialmente os de Eliézer Rizzo de Oliveira. OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. **As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)**. Petrópolis: Vozes, 1976. OLIVEIRA, Eliézer Rizzo (org.). **Militares: pensamento e ação política**. Campinas: Papyrus, 1987.; OLIVEIRA, Eliézer Rizzo (org.). **As Forças Armadas no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987. Ver também: MATHIAS, Suseley Kalil. **Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)**. Campinas: Papiros, 1995; CASTRO, C.; IZECKSOHN, V.; KRAAY, H. (orgs.). **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CHANACOMCHANA TAMBÉM É BACANA: Uma análise sobre o movimento lésbico brasileiro (1979 - 1987)

“CHANACOMCHANA” IS ALSO COOL: An analysis of the Brazilian lesbian movement (1979 - 1987)

Gabriela Polido GARCIA¹

Resumo: Este artigo buscou analisar a trajetória do movimento lésbico brasileiro durante os anos finais da Ditadura Militar, representado pelo Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF) e pelo boletim Chanacomchana. Para isso, o trabalho contou com quatro eixos principais: 1) O “racha” do SOMOS e o surgimento do GALF; 2) Chanacomchana e a politização das lésbicas; 3) o feminismo e as lésbicas; e 4) A repressão. A análise foi baseada em uma revisão bibliográfica e de documentos já produzidos sobre o assunto.

Palavras-chave: Lésbicas; Ditadura Militar; Feminismo.

Abstract: This article sought to analyze the trajectory of the Brazilian lesbian movement during the final years of the Military Dictatorship, represented by the Feminist Lesbian Action Group (GALF) and the *Chanacomchana* newsletter. To achieve this, the work had four main axes: 1) The “split” of SOMOS and the emergence of GALF; 2) *Chanacomchana* and the politicization of lesbians; 3) feminism and lesbians; and 4) Repression. The analysis was based on a bibliographic review and documents already produced on the subject.

Keywords: Lesbians; Military Dictatorship; Feminism.

Introdução

O Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF) atuou como um dos principais agentes na luta pelos direitos e pela liberdade das mulheres, de 1979 a 1987. Primeiro, agiu dentro do Grupo SOMOS/SP majoritariamente composto pela homossexualidade masculina e depois de maneira independente. Este texto analisou apontamentos a respeito do Movimento Lésbico no Brasil, de seu nascimento ao protagonismo adquirido pelo boletim Chanacomchana. Sua trajetória percorreu um período importante da história política brasileira, isto é, a abertura política que veio após décadas de um governo militar e com uma pressão por parte dos movimentos sociais contra a censura e a repressão (Kumpera, 2018, p.2).

O “racha” do SOMOS e o surgimento do GALF

¹ Graduanda nos cursos de Bacharelado e Licenciatura em História pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Franca, e em Pedagogia pela Universidade Virtual do Estado de São Paulo. Contato: gabi.pgarcia@hotmail.com.

Para compreender melhor a importância do movimento de mulheres lésbicas para a democracia contemporânea brasileira é necessário observar as circunstâncias nas quais o GALF foi criado. Com a força dos movimentos feministas, de negros e de homossexuais aumentando a partir de 1978, estudantes, intelectuais e membros de outras camadas sociais criaram o grupo Ação pelos Direitos Homossexuais. Posteriormente, o grupo mudou o nome para SOMOS - Grupo de Afirmação Homossexual em um debate ocorrido no Departamento de Ciências Sociais da USP no dia 6 de fevereiro de 1979. O grupo se reunia em apartamentos de membros em São Paulo com o intuito de discutir sobre matérias sensacionalistas e preconceituosas de jornais como o *Notícias Populares*, e a favor do jornal alternativo *Lampião da Esquina* (Green, 2000, p.273).

Com a duração de 1978 a 1981 e uma periodicidade mensal, o *Lampião* tinha como principal objetivo a luta contra a imagem padrão dos homossexuais enquanto pessoas marginalizadas e insatisfeitas com suas condições de gênero. Além disso, propunha também uma discussão a respeito dos direitos destes de ser e existir em todos os campos da humanidade. Graças ao impacto em larga escala que o jornal obteve, os agentes responsáveis pela repressão acompanharam atentamente o trabalho realizado, o que culminou em uma ação judicial que durou cerca de 12 meses, em agosto de 1978. Tal ação ocorreu contra cinco de seus editores no Rio de Janeiro e se repetiu com os de São Paulo no mesmo ano e, em 1981, seria um dos motivos para o fim de sua publicação (Comissão da Verdade, 2014, p.306).

Ainda que os integrantes do SOMOS possuíssem lutas em comum, como foi o caso das manifestações do Movimento Homossexual Brasileiro a favor da despatologização da homossexualidade no primeiro Encontro de Homossexuais Militantes em 1979 (Carneiro, 2015, p.4-5), tanto o grupo quanto a equipe editorial do *Lampião* eram compostos majoritariamente pela homossexualidade masculina. Ou seja, as questões de gênero não estavam muito pautadas entre as principais demandas, o que levou as mulheres lésbicas que compunham esses espaços a tomarem consciência do machismo e do sexismo que sofriam dentro do próprio SOMOS. Isso ficou claro quando foram chamadas para participar da 12ª edição do *Lampião*, a primeira vez em que lésbicas se reuniram para falar abertamente sobre a homossexualidade feminina. Com as três matérias que compõem essa participação, as 25 lésbicas que se reuniram para escrevê-las evidenciaram questões especialmente importantes para a causa. Dentre elas estão: o apagamento das vivências lésbicas; o alinhamento com o *Lampião* para desmistificar a figura padrão e preconceituosa dos homossexuais; a luta contra a patologização, erotização e repressão da vida sexual de mulheres lésbicas; e a dificuldade em ganhar espaço dentro do movimento

homossexual dominado por homens, visto que estas só foram convidadas a participar do jornal um ano após sua criação (Gomes, 2018, p.9-10). Através dessas matérias, as militantes finalmente perceberam que fazer parte do SOMOS já não era mais o suficiente. Então, alinhando seus compromissos com a agenda feminista, criaram em julho de 1979 o subgrupo Lésbico Feminista (LF) ou Facção Lésbica Feminista, graças a uma tomada de consciência política a respeito da dupla opressão que viviam na sociedade: a de gênero e a de orientação sexual. Nas palavras da historiadora Patrícia Lessa:

A grande questão da ruptura entre as lesbianas e os gays é a percepção de que a homossexualidade não suprime a assimetria de poder entre homens e mulheres, que é uma característica mais ampla da sociedade fundada em bases patriarcais. A força das tensões entre as lesbianas e os gays no cenário nacional acabou fazendo as militantes lesbianas do recém-inaugurado movimento homossexual optarem pela autonomia, formalizando, no interior do grupo Somos, a constituição de um subgrupo exclusivo de mulheres, que passou a ser chamado Lésbico-Feminista (LF), em junho de 1979 (Lessa, 2007, p.93).

Todavia, em 1980 a tensão entre membros do SOMOS passou a aumentar. Durante a semana santa, de 4 a 6 de abril, foi realizado em São Paulo o 1º Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO) no Teatro Ruth Escobar, aberto a não militantes e com a convocação da imprensa. O evento contou não somente com movimentos homossexuais de outros Estados, como também com membros do PT, PC e Convergência Socialista, representando uma aproximação da esquerda brasileira (Campos, 2014, p.67-68). Esses partidos defendiam que as lutas específicas contra o sexismo, racismo e homofobia iriam dividir a esquerda e prejudicar a luta geral pela democracia. Assim, no dia 1º de maio daquele ano, cerca de 50 ativistas homossexuais saíram às ruas de São Bernardo dos Campos em uma greve geral junto a milhares de outros manifestantes, quando toda a cidade foi cercada pelo 2º exército e entrou em estado de sítio.

A passeata acabou dividindo o movimento homossexual no que ficou conhecido como o “racha” do SOMOS. Os ativistas que participaram da manifestação defendiam que a luta pelos direitos dos homossexuais e contra a ditadura estavam interligadas, uma vez que sem a democracia esses direitos dificilmente seriam alcançados. Já os que foram contrários à participação do SOMOS argumentavam que o movimento estava sendo controlado por uma esquerda - aqui entendida como a classe trabalhadora e os dirigentes sindicais - extremamente homofóbica, que considerava a homossexualidade como um desvio burguês (Barbosa, 2019, p.100). Esta tensão foi o estopim para que, no dia 17 de maio, os homossexuais contrários se separassem do SOMOS e formassem o grupo Outra Coisa: Ação Homossexualista. Enquanto

isso, as lésbicas entenderam que não faria mais sentido atuar como subgrupo dentro do SOMOS e romperam oficialmente a aliança, tornando o LF um grupo autônomo e independente (Campos, 2014, p.60-61).

Com uma aproximação cada vez maior da agenda feminista, em junho do mesmo ano o LF compareceu ao I Encontro dos Grupos Feministas do Estado de São Paulo, na cidade de Valinhos, onde a crise dentro do próprio grupo teria início por questões ideológicas, como a monogamia, o sentimento de posse e os ciúmes (Campos, 2014, p.77). Graças a este desencontro ideológico entre as integrantes, o LF se divide em três grupos. Parte das militantes entra para o SOS Mulher - um grupo feminista heterossexual que lutava contra a violência contra as mulheres - e passa a recusar a identificação política de mulher lésbica. Outras formam o grupo Terra Maria Opção Lésbica, que tem um período de duração relativamente curto por acreditar que a pluralidade dos grupos atrapalharia a luta das lésbicas. Por fim, algumas integrantes permaneceram no LF com o intuito de se dedicarem à politização das lésbicas e à ampliação do movimento homossexual em São Paulo (Campos, 2014, p.86). Nasce, em outubro de 1981, o Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF), com destaque para suas cofundadoras Míriam Martinho e Rosely Roth. Sua atuação pode ser dividida em duas fases. Na primeira, de 1982 a 1984, o grupo participou de eventos e encontros dos movimentos Homossexual e Feminista, produziu e vendeu o boletim Chanacomchana nos bares de São Paulo, se aproximou dos grupos de lesbianas do exterior e criticou o silenciamento do movimento feminista perante as causas lésbicas. Já na segunda fase, que durou de 1985 a 1989, o foco do GALF se voltou totalmente para as questões de exclusividade das mulheres lésbicas, se afastando dos movimentos feministas, porém sem perder de vista sua luta enquanto mulheres (Costa; Soares, 2014, p.37).

Dessa maneira, foi essencial para o movimento lésbico brasileiro uma politização dessas mulheres e, para além disso, um veículo de informação que desse voz e lutasse contra a invisibilidade delas, fossem elas organizadas ou não.

Chanacomchana e a politização das lésbicas

Para garantir que as mulheres lésbicas - até então invisibilizadas por seus próprios companheiros de luta - fossem ouvidas, surge durante o III Congresso da Mulher Paulista de 1981 a primeira e única edição do Jornal Chanacomchana, publicada pelo LF (Campos, 2014,

p.88). Com relação ao nome, Lessa faz uma análise da intenção transgressora das lésbicas contra os papéis sociais e o apagamento de suas vozes, visto que

A palavra ‘chana’, denominação da genitália feminina, toma muitos outros sentidos: o sentido político de ‘chance’, ou seja, dar uma chance para as lésbicas expressarem suas idéias, seus sentimentos, suas emoções ou, simplesmente, para serem lésbicas; o sentido de reapropriação de um insulto contra as lésbicas é expresso na palavra ‘chanca’; e o sentido de erotização do relacionamento homoafetivo que a palavra ‘chama’ remete ao lembrar ‘fogo’, elemento que aquece, queima ou incendeia (Lessa, 2007, p.103-104).

No ano seguinte, com a criação do GALF, o Chanacomchana é retomado no formato de boletim. Isso facilitava sua circulação e produção, tendo em vista que o grupo sobrevivia através de doações, assinaturas e pequenos anúncios (Cardoso, 1004, p.47). O intuito do grupo, reconhecido como o primeiro coletivo auto-organizado de mulheres lésbicas brasileiras, era o de ser o porta-voz de toda essa parcela da população, uma vez reconhecido seu silenciamento nas narrativas históricas que rondam o movimento LGBTQ+ e na luta pela democracia. Isto é, através do boletim o GALF seria capaz de inserir a comunidade lésbica nos meios de debates contra a discriminação e criar um espaço feito por lésbicas para lésbicas (Barbosa & Sales, 2019, p.99-100). A criação do Chanacomchana foi o marco oficial da politização dessas mulheres, que utilizaram suas páginas para reforçar as lutas contra os preconceitos, e também para aproximar as lésbicas que compunham as diferentes camadas sociais brasileiras. Com exceção de Martinho e Roth, as autoras que faziam parte do corpo editorial assinavam as matérias com pseudônimos, majoritariamente por medo do que a repressão ditatorial seria capaz de fazer.

À exemplo dessa politização podemos citar o combate ao estereótipo dos homossexuais como maiores vetores da AIDS (Barbosa; Sales, 2019, p.108), a autoaceitação das lésbicas (Martins et al., 2020, p.69) e o reconhecimento da homofobia enquanto produto das desigualdades sociais. É exatamente nesse sentido que o próprio ato de se reconhecer enquanto lésbica se torna um ato político em uma sociedade patriarcal e heteronormativa contra sua patologização e invisibilidade. Essa ideia ganha ainda mais força com a necessidade de se criar um questionamento em torno do papel reservado para a mulher ao se tornarem independentes dos homens, fato considerado transgressor para o falocentrismo vigente historicamente no país (Costa; Soares, 2014, p.27).

Elizabeth Cardoso propôs uma análise da imprensa feminista pós-1974 com uma divisão em duas gerações. A primeira foi marcada pela luta de classes e de igualdade perante os homens, com uma certa autonomia partidária e um combate à ditadura. Já a segunda geração inseriu em

suas páginas a questão do gênero, voltando sua atenção para questões exclusivas das mulheres que incluíam o direito à diferença junto à sociedade organizada, através de ONGs e outras associações (Cardoso, 2004, p.37-38). Desta forma, o Chanacomchana se mostra um claro exemplar da segunda geração da imprensa feminista, uma vez que representava um aspecto que pertence exclusivamente às mulheres - a lesbianidade -, além de direcionar seu interesse para as questões legais. Esse foi o caso de sua 10ª edição, que apresentou uma discussão a respeito das leis que poderiam ser usadas para a discriminação por orientação sexual (Kumpera, 2019, p.686).

Dentre os artigos publicados em cada edição, é preciso reconhecer também a importância dos recursos visuais enquanto formas de criticar o preconceito e o conservadorismo enraizados na sociedade. Esses preconceitos eram representados pelo discurso biologizante de mulher e feminilidade, de lugares reservados para a mulher, como o trabalho doméstico, e pela homofobia. Ou seja, o caráter político das charges, tirinhas e cartuns utilizados no boletim se voltavam para a crítica sobre os diferentes meios pelos quais as lésbicas eram oprimidas. O humor ácido e o deboche por trás destes elementos visuais eram uma alternativa de resistência tanto à censura da ditadura quanto à dificuldade em se estabelecer um diálogo com a esquerda ortodoxa e o próprio feminismo (Oliveira, 2017, p.69).

Considerando a visibilidade enquanto forma de tornar determinado grupo social - neste caso as lésbicas - visível para a sociedade, e a representatividade como a exibição das vivências deste grupo através de alguns traços identitários, o Chanacomchana foi de extrema importância para a comunidade lésbica. Sua notabilidade se devia ao fato de que ele disponibilizava em suas páginas não apenas críticas ao governo e ao retrocesso conservador, como também as vivências de seu corpo editorial e de suas leitoras, ainda que houvesse certa defasagem ao abordar assuntos referentes às mulheres lésbicas negras e periféricas (Martins, 2017, p.38-39). Assim, segundo Larissa Martins,

O Chanacomchana, em suas publicações, conseguia produzir visibilidade para as mulheres lésbicas, e elencando suas mais diversas particularidades, gerava também a representatividade necessária para quem o assinava. Além disso, as próprias assinantes poderiam intervir nas publicações, sugerindo colunas ou até mesmo escrevendo matérias, logo, as leitoras do Chanacomchana tornavam-se participantes ativas e representadas dentro de uma mídia difundida nacional e internacionalmente (Martins, 2017, p.25).

A respeito da politização da condição lésbica, o GALF foi considerado pioneiro como grupo auto-organizado a lutar pelos direitos dessas mulheres. Entendia-se que se assumir enquanto mulher lésbica não era apenas uma orientação sexual, mas, sim, um ato político

marcado como uma resistência contra a dominação masculina. Para além disso, em um meio onde a palavra “lésbica” despertava medo por seu sentido pejorativo, essa autoaceitação demandava coragem das mulheres que assim se identificassem (Kumpera, 2019, p.680). Isso pode ser explicado pela maior parte de suas integrantes serem do ambiente acadêmico das Ciências Humanas. Assim, elas possuíam uma conscientização e uma bagagem teórica para que pudessem se colocar de maneira efetiva contra o sexismo, a homofobia e outros aspectos que faziam parte do discurso conservador apoiado pelo regime ditatorial. As militantes também lutavam contra a heterossexualidade obrigatória e compulsória, bem como pelos direitos humanos e pela democracia. Essa participação na luta comum gerou uma aliança não somente entre os grupos do movimento homossexual, mas de outros tipos como a “minorias”, como os negros e as feministas heterossexuais (Oliveira, 2017, p.82).

No entanto, é importante destacar que um dos principais motivos para essa politização era a necessidade das lésbicas de se imporem não somente perante uma sociedade preconceituosa, como também dentro dos próprios movimentos sociais. Essa necessidade é observada através do machismo e da misoginia no movimento homossexual - daí a ruptura com o SOMOS -, da ideia de que a homossexualidade seria um desvio burguês para a esquerda e, por fim, da lesbofobia presente entre as feministas. Estas resistiam à incorporação das lésbicas ao movimento feminista por acreditarem na sexualidade como uma questão de âmbito privado e pelo medo de serem confundidas com as lésbicas e tachadas também de “não-mulheres” (Barbosa, 2019, p.153).

Sobre o preconceito da população conservadora, o GALF também direcionava sua crítica para a constituição familiar brasileira, que apagava qualquer uma que não seja a heteronormativa patriarcal. A crítica tinha o intuito de que, quando lésbicas formassem uma família, não reproduzissem os comportamentos próprios da constituição padrão. Isto é, para as “fanchas” - que não performam feminilidade e são conhecidas popularmente como “caminhoneiras” - não reproduzirem comportamentos abusivos e opressivos com as “ladys” - as lésbicas femininas - e para que estas não fossem submissas às primeiras. Para tornar esses argumentos evidentes, o grupo passou a destacar as formas de opressão que essas mulheres sofriam dentro de suas próprias famílias, que pareciam mais preocupadas com o que a sociedade iria pensar a respeito, do que com a felicidade das lésbicas. Isso fazia com que boa parte delas escolhesse o enrustimento ou a dupla identidade: viver com a frustração de não poderem se assumir e conseqüentemente descarregar este sentimento na reprodução do machismo contra as

assumidas, ou permanecer “no armário” para a família e se libertar fora dela (Martins, 2017, p.29-31).

Um último ponto essencial para levarmos em consideração na tomada de consciência política das lésbicas é a preocupação destas para com o aparato legal. Quando os debates sobre a criação de uma nova Constituição começaram a fluir, o GALF se dedicou a escrever matérias no *Chanacomchana*, de 1985 a 1987, que analisassem as leis vigentes e que abrissem espaço até mesmo para suas leitoras na criação de propostas e reivindicações para as lésbicas (Sales, 2019, p.37). Assinadas em sua maioria por Rosely Roth, as publicações buscavam debater três eixos principais que afetavam diretamente essas mulheres. O primeiro deles baseava-se na criação de um item na Constituição que punisse a homofobia. O segundo, sobre a revisão do art. 233, do qual autoridades frequentemente faziam uso para incorporar demonstrações homoafetivas em público como atos obscenos. E finalmente, tão importante quanto, estava a problematização do reconhecimento legal da conjunção carnal apenas em relações binárias e heterossexuais com um pênis e uma vagina, retirando todo e qualquer amparo que uma pessoa homossexual necessitaria em casos de estupro (Sales, 2019, p.38-39). Logo, uma das funções primordiais do GALF se respaldava na luta pela visão do homossexual enquanto indivíduo que merecia ser respeitado. Esse encargo demonstrava a importância de se eleger deputados que estivessem dispostos a se unir neste propósito, tendo em vista que, até então, a homossexualidade era tida como anormal, o que consequentemente privava gays e lésbicas de serem livres.

Dentre os diversos eventos que marcaram a trajetória do movimento lésbico brasileiro, dois merecem destaque graças aos efeitos políticos e de reconhecimento que geraram. O primeiro deles ficou conhecido como “pequeno Stonewall brasileiro” e teve início em 23 de julho de 1983 no Ferro’s Bar (Fernandes, 2018, p.5). O público lésbico costumava frequentar o espaço à noite para reuniões e discussões acerca de suas reivindicações, bem como para a venda do boletim *Chanacomchana* pelo GALF. Neste dia, o dono do bar, o porteiro e o segurança quiseram expulsar as militantes à força, inclusive com o uso de agressões físicas, sob a justificativa de que suas presenças e a venda do boletim não eram permitidas. Contudo, graças à resistência das presentes, elas permaneceram no local, o que não diminuiu a tensão nos dois meses seguintes (Comissão Nacional da Verdade, 2014, p.30.). Decididas a retomar o Ferro’s Bar, o GALF, liderado por Rosely Roth, se aliou a outros ativistas homossexuais e dos direitos humanos, representados pela advogada Zulaiê Cobra Ribeiro, da comissão de direitos humanos da OAB. Para complementar, buscaram apoio político com os deputados Ruth Escobar (PMDB)

e Eduardo Suplicy (PT), e a vereadora Irede Cardoso (PT), além de terem convocado a imprensa para cobrir o acontecimento que se desdobraria no dia 19 de agosto (Campos, 2014, p.97). Concentrados em frente ao bar, uma das ativistas atirou para longe o boné do porteiro que, ao se distrair para buscá-lo, se deparou com uma onda de manifestantes adentrando ao recinto. Roth subiu em uma das mesas para protestar contra o autoritarismo do dono do bar, que havia até mesmo chamado a polícia no dia 23 de julho, mas acabou sem apoio dos policiais que argumentaram que todas as pessoas deveriam ser tratadas igualmente (Sales, 2019, p.16). Com a pressão por respostas e explicações tanto da parte dos manifestantes, quanto da imprensa e dos representantes políticos, o dono do bar por fim admitiu que o estabelecimento vivia às custas das leitoras e ativistas lésbicas e permitiu que o GALF vendesse o Chanacomchana em seu interior. O acontecimento gerou não apenas uma grande visibilidade para o GALF com a presença dos jornalistas, como também se tornou um marco histórico para o movimento lésbico, de maneira que o dia 19 de agosto passou a ser reconhecido como o Dia Nacional do Orgulho Lésbico.

O segundo evento, também protagonizando Roth, foi sua participação no programa da Hebe Camargo em maio de 1985. Sua ida tinha como objetivo a ocupação de espaços, mesmo que não políticos, para causar um desconforto na estrutura social conservadora ao gerar ainda mais visibilidade para mulheres lésbicas. O episódio contou com a participação de Maria Amélia, mãe de uma adolescente lésbica que buscava de todos os artifícios para reprimir a sexualidade desviante da filha. Nas palavras de Lessa:

Visibilidade e protagonismo social foram algumas das frentes de trabalho das lesbianas do Galf, grupo que foi até as ruas de São Paulo, que foi à TV, que lutou contra a lesbofobia na sociedade e nos outros movimentos sociais, tais como os homossexuais e as feministas. Na matéria de Rosely Roth, a funcionária pública Maria Amélia (Programa da Hebe) é o ícone da mãe persecutória, que bisbilhota os objetos da filha, que lhe vasculha a própria vida na luta contra a sua lesbiandade. Nesse sentido, o papel do Galf é o de amiga, de companheira, de solidária ao sofrimento dessas incontáveis jovens. A mãe aqui é a difusora do patriarcado, da heterossexualidade compulsória, guardiã dos valores tradicionais, da ‘verdadeira mulher’; ela não admite o diferente, seria muito desestruturante para ela ver a filha escapar às condições às quais está submetida (Lessa, 2007, p.121).

No entanto, após cinco dias do episódio irem ao ar, a notícia de que o programa de Hebe Camargo havia sido alvo da censura percorreu os jornais Folha de São Paulo e Folha da Tarde. As notícias informavam, por meio de uma carta do chefe do serviço de Censura Federal de São

Paulo, que Hebe corria o risco de perder o programa ao vivo e que este só iria ao ar em forma de gravação graças a uma apologia ao homossexualismo feminino (Lanhoso, 2020, p.20).

É possível perceber que, da mesma forma como as ativistas lésbicas do GALF e do movimento homossexual como um todo passaram a reconhecer na lesbianidade um ato político de resistência contra uma sociedade conservadora, falocêntrica e patriarcal, o Chanacomchana teve um papel de igual importância para a visibilidade destas mulheres inferiorizadas tanto pela homossexualidade masculina quanto pelas feministas heterossexuais.

O feminismo e as lésbicas

Quando o LF finalmente se conscientizou tanto de sua politização quanto da dupla opressão que suas integrantes viviam - de gênero e de sexualidade - e deu início à sua independência do SOMOS, as ativistas compreenderam que a melhor forma de lutar por seus direitos era se aproximando da agenda do movimento feminista. Contudo, isso não quer dizer que essa aproximação foi bem recebida pelas militantes heterossexuais. Vale ressaltar que somente durante a segunda onda do feminismo entre as décadas de 1960 e 70 é que a questão identitária entrou em vigor, acompanhando uma nova concepção do patriarcado e do conceito de gênero (Gomes, 2018, p. 4). Essa onda acabou criando o espaço da lesbiana política, que buscava questionar o apagamento lésbico pelas feministas heterossexuais, bem como a lesbofobia dentro do próprio movimento feminista e a defesa de que as vivências lésbicas seriam tão importantes quanto quaisquer outras para enriquecer as formas de ser mulher.

Para compreender melhor a interação entre feministas lésbicas e heterossexuais, é possível analisar que o II Congresso da Mulher Paulista, ocorrido em março de 1980, foi marcado por ser o primeiro evento em que os dois grupos trabalharam juntos (Kumpera, 2019, p. 681). No entanto, graças à proporção que o evento atingiu com a reunião de 4 mil mulheres no Teatro da PUC/São Paulo, ele foi visto pela esquerda como uma ótima oportunidade de conquistar força política para o movimento. Para além disso, a esquerda também tentou convencer as participantes de que o feminismo era separatista e pouco contribuía para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, o que gerou uma disputa de liderança entre esta e as feministas (Cardoso, 2004, p. 40). Um dos principais motivos para o conflito entre as duas era o fato de que, após cinco anos de militância, as feministas já estudavam a incorporação da questão do gênero e o distanciamento da questão de classe. Ou seja, acreditava-se que o movimento deveria ser apartidário e voltado para as necessidades exclusivas das

mulheres. Vale ressaltar que o apartidarismo também era defendido pelas lésbicas, na medida em que, para o GALF, a dupla militância - integrar um partido político e participar do movimento lésbico/feminista - tornaria o movimento submisso à esquerda. Esta, por sua vez, reproduzia os valores dominantes por meio de estruturas hierarquizadas, a sede por poder e o machismo.

Por um lado, feministas e lésbicas presentes queriam discutir seus temas específicos tais como a sexualidade e papéis sociais, os problemas específicos enfrentados pelas mulheres. Porém, presente estava a tese de que luta da libertação da classe operária atingiria a toda a sociedade e também às mulheres, devendo ser prioritária em relação às questões específicas de gênero, ou seja, a “luta maior” deveria ser prioritária em relação à “luta menor” (Campos, 2014, p.75).

Com essa resistência por parte das feministas, líderes de partidos como PC, PMDB e PCdoB fizeram uso até mesmo de agressões físicas para se impor, gerando uma manifestação em documento das feministas contra tais atitudes. O documento influenciou uma resposta do PCdoB no ano seguinte com a organização de um Congresso no mesmo dia em que o III Congresso da Mulher Paulista ocorreria, buscando desmobilizar as militantes e pressioná-las a tomarem uma posição favorável à esquerda (Cardoso, 2004, p.40).

Para além dessa interferência, outra problemática a ser analisada é a lesbofobia que estava presente dentro do próprio movimento feminista. O preconceito em sua maior parte se dava pelas ativistas do LF proporem uma luta pelo direito ao prazer e à sexualidade, pela libertação da opressão e dominação masculina e pela tomada de consciência acerca da heterossexualidade enquanto imposição de um único caminho “normal” para a sexualidade. O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), um grupo político que fazia parte do PMDB, tentou barrar a participação das lésbicas do III Congresso sob a justificativa de que estas tentavam “ser homens” e manchavam a representatividade do movimento feminista. A própria integrante do MR-8, Márcia Campos, deixou esse sentimento claro ao alegar que as lésbicas negavam sua condição de mulher e, portanto, não poderiam fazer parte de um movimento feminino (Fernandes, 2018, p.3).

Em contrapartida, o Congresso também foi o berço de divulgação da primeira e única edição do jornal Chanacomchana, que voltaria posteriormente em formato de boletim editado pelo GALF. No jornal, em uma matéria intitulada “Quem tem medo de Virginia Woolf?”, as ativistas trouxeram o depoimento de Maria Carneiro da Cunha (Martins, 2017, p.19). Enquanto feminista heterossexual, Cunha alegava que um dos principais motivos para que as mulheres heterossexuais resistissem à participação das lésbicas no movimento era o medo de sofrerem

uma deslegitimação ao reforçarem o estereótipo de que toda feminista era “sapatão” e “mal-amada”. Outra justificativa era pelo feminismo ser composto majoritariamente por mulheres brancas de classe média, que buscavam influência nos feminismos franceses de Simone de Beauvoir, utilizando termos normalizantes e um moralismo heterossexista para se referirem à lesbianidade (Costa; Soares, 2012, p.17-18). Assim,

Os feminismos resistiram a incorporar as questões das mulheres lésbicas em sua produção teórica e agenda política. Boa parte dos movimentos se deixou intimidar pela pressão social da conjuntura da época que exigiu aos feminismos o silêncio sobre a lesbianidade e sua invisibilização pensando ser, minimamente, respeitado pela esquerda brasileira, pela intelectualidade acadêmica, pela Teologia da Libertação, pela mídia, pela sociedade, em geral, no momento pós-ditadura no Brasil (Costa; Soares, 2012, p.13).

Graças a esse preconceito presente dentro do movimento, as lésbicas se identificavam cada vez menos com o grupo. Enquanto estas estavam dispostas a contribuir para a construção do movimento e para as pautas feministas, as mulheres heterossexuais não mostravam a mesma disposição para a luta das lésbicas por considerarem a sexualidade como âmbito privado, e pela indiferença quanto à heterossexualidade enquanto instrumento de opressão. Isso fez com que o GALF lutasse ainda mais por uma independência dos grupos heterossexuais e passasse a buscar visibilidade para as lésbicas enquanto mulheres feministas até mesmo em uma escala internacional, focadas no combate ao machismo e à heterossexualidade compulsória (Martins, 2017, p.25). Com isso, na segunda metade da década de 1980 as militantes começaram a trocar informações e vivências com grupos de lésbicas do exterior, como foi o caso do III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe (EFLAC), em 1985, sediado em Bertioga. O evento contou com a aparição do tema “lesbianismo” pela primeira vez, fomentando discussões sobre a relação conflituosa com as feministas heterossexuais nos países. Foram discutidos também os papéis entre butch e femme², as realizações políticas dos grupos até então, e o anúncio oficial feito por Rosely Roth de que o movimento lésbico estava se separando do feminista graças à falta de apoio das mulheres heterossexuais (Fernandes, 2018, p.6). Por conta desses conflitos, o III EFLAC gerou não só uma aproximação entre lésbicas brasileiras e peruanas, como os primeiros passos para a realização do I Encontro Lésbico Feminista da América Latina e do Caribe dois anos depois. Sediado no México, com o GALF-Brasil e o Grupo de Autoconciencia de Lesbianas Feministas (GALF-Peru), o Encontro também influenciaria o I Seminário Nacional de Lésbicas, no dia 29 de agosto, que ficou conhecido como Dia Nacional da Visibilidade Lésbica (Kumpera, 2019, p.685).

Assim, o feminismo da década de 1980 estava longe de ser o ideal, uma vez que considerava mulher apenas aquela que seguisse as condutas heteronormativas. Essa concepção negligenciava, na maioria dos casos, as mulheres lésbicas, que se viram sem outra alternativa que não fosse buscar em movimentos lésbicos da América Latina o apoio na luta contra os preconceitos que vigoravam no país durante o regime ditatorial.

A repressão

O conservadorismo sempre esteve presente na sociedade brasileira, muitas vezes apoiado não somente pelo Estado, mas também por parte da população. Esse comportamento pode ser observado até nos dias atuais, onde homossexuais e transsexuais são diariamente espancados, estuprados e mortos, tornando-se apenas parte das estatísticas de uma sociedade que ainda vê qualquer comportamento não heteronormativo como “anormal” e “desviante”. Falar enquanto mulher lésbica é tomar consciência do medo que sentimos toda vez que saímos de casa simplesmente por quem somos e pelo receio constante de uma retaliação, que vem na forma de agressões ou até mesmo dos chamados estupros corretivos (Costa; Soares, 2014, p.33). O fim da ditadura em 1985 deu a ilusão ao movimento LGBT de que a democracia e seus direitos seriam expandidos, e que a organização política do movimento não era mais necessária. Contudo, é importante lembrar que com o poder policial reforçado havia aparatos legais frequentemente distorcidos para que homossexuais pudessem ser punidos, como a ofensa aos “bons costumes” com demonstrações públicas homoafetivas e a prisão por “vadiagem” daqueles que não pudessem comprovar vínculo empregatício (Green, 2000, p.277).

Isto significa que, durante todo o período ditatorial brasileiro, o governo fazia uso de discursos moralizantes para arrancar da população LGBT sua humanidade, igualando o perigo social da homossexualidade ao do comunismo (Barbosa; Sales, 2019, p.99). Ou seja, o comportamento homossexual era visto como nocivo e contrário à família e à moral, o que colaborava para a legitimação da violência e da censura contra essas pessoas. Mesmo que essas perseguições ocorressem desde o início do golpe militar, somente na década de 1980 surge um acompanhamento das agressões e mortes da população LGBT. Com os dados coletados e divulgados pelo Grupo Gay da Bahia, constatou-se o envolvimento de pelo menos doze grupos nessa onda de violência, como esquadrões da morte que nunca receberam julgamento graças à anistia de 1979 (Green, 2000, p.287).

No capítulo *Ditadura e Homossexualidades*, o documento da Comissão Nacional da Verdade concluiu que a ligação entre subversão e homossexualidade foi um dos pilares que sustentaram a ideologia do regime militar. Segundo a Comissão, essa ligação também justificou, para os defensores desse sistema autoritário, todas as formas de repressão sofridas pela parcela de gays, lésbicas e travestis entre as décadas de 1960 e 1970. Para além disso, essa ideologia preconceituosa adotada pelo Estado visando a segurança nacional era também baseada em ideias católicas ultraconservadoras e integralistas originadas na década de 1930 (Comissão Nacional da Verdade, 2014, p.301). A diferença era de que, para o governo ditatorial, a visibilidade crescente do movimento homossexual fazia com que os militares o associassem ao movimento comunista. Isso facilitava o trabalho dos agentes de censura e repressão, dentre eles o Sistema Nacional de Informação (SNI) e a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), contra ativistas e jornais alternativos, à exemplo do *Lampião da Esquina*.

Dessa maneira, Lanhoso afirma em seu artigo que as ideias em tese propagadas pela esquerda brasileira eram baseadas em conceitos médico-psiquiátricos e criminológicos que passaram a incluir a juventude, a sexualidade e o uso de drogas como comportamentos que induziram as pessoas ao comunismo. Segundo a autora:

A inquietação com as homossexualidades por parte das autoridades políticas advém da formação histórico-cultural conservadora. De modo efetivo, as antigas ideias propagadas pela ameaça comunista que eram normalmente associadas à “desintegração”, à “desagregação” e à “dissolução”, eram baseadas em terminologias de saberes médico-psiquiátricos e criminológicos e passaram a incluir juventude, uso de drogas e sexualidade como fatores que potencialmente levariam indivíduos a se inclinarem ao comunismo (Lanhoso, 2020, p.7).

Esse preconceito se expandia para além da censura e das prisões arbitrárias, chegando a influenciar diretamente o mercado de trabalho para as pessoas LGBT. Estas eram demitidas até mesmo de cargos públicos por possuírem uma orientação sexual contrária aos padrões heteronormativos e conservadores da época. Como exemplo, 7 diplomatas foram cassados e expulsos do Itamaraty sob a justificativa de “prática de homossexualismo”, em 1969 (Comissão Nacional da Verdade, 2014, p.303). Graças ao poder reforçado da polícia, os agentes de repressão acabavam se infiltrando e investigando tanto a vida pública quanto privada dos homossexuais. Ofícios foram protocolados no Departamento da Polícia Federal onde constavam os grupos feministas como parte das organizações lésbicas e homossexuais e, conseqüentemente, de caráter subversivo (Lanhoso, 2020, p.11).

No tocante à censura, o caso da escritora Cassandra Rios foi um dos mais emblemáticos para a história da militância LGBT, levando em consideração que seus livros retratavam a lesbianidade. O resultado foi a censura de 36 de suas obras e um prejuízo financeiro com os agentes confiscando-as em livrarias e gráficas. Seu livro *Eudemônia* recebeu dezesseis processos judiciais, sempre sob a justificativa de que não apenas ele, mas todas as suas obras confiscadas faziam apologia à homossexualidade e, portanto, possuíam um conteúdo imoral (Comissão Nacional da Verdade, 2014, p.304). Outro caso emblemático de censura ocorreu durante o 1º Festival de Mulheres nas Artes. Apesar da abordagem de diversas formas de ser mulher nas artes, a Censura Federal proibiu a reprodução da música “Fanchitude de Fancha” composta por Míriam Martinho e Gisele Fink, ambas integrantes do GALF, mesmo sendo classificadas no Festival da Canção (Campos, 2014, p.93). A proibição fez com que o GALF redigisse uma nota de repúdio lida por Ruth Escobar durante o último dia de festival, que também contou com a música sendo tocada apesar da censura.

Como já dito anteriormente, a censura moral durante esse período, comandada pela Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), obteve sucesso não apenas pelos militares estarem no poder, mas por contar com o apoio de grandes setores da sociedade conservadora brasileira como empresários, políticos e a Igreja Católica. Esses grupos acabavam até mesmo se manifestando a favor de mais censura através de cartas para o Ministério da Justiça contra programas, revistas e afins que atingiam “a moral e os bons costumes” (Sales, 2019, p.14).

Isso nos permite observar que o sucesso do regime ditatorial se apoiou especialmente no conjunto formado pela instabilidade política, o discurso anticomunista da direita e o suporte das grandes mídias. À exemplo disso, a novela *Vale Tudo* (1988) chegou a sofrer cortes por exibir cenas de homossexualidade feminina. De acordo com o censor Raimundo Mesquita, os cortes não estavam ligados ao estereótipo de lésbica desfeminizada de uma das personagens, mas, sim, à mostra de um relacionamento sexual e afetivo desta personagem com outra mulher, ato que comprovava o apagamento das existências lésbicas por este conservadorismo (Lanhoso, 2020, p.16). Logo, qualquer menção ou representação da homossexualidade nos veículos de informação e entretenimento só seriam permitidos pelo DCDP se a representassem como uma patologia ou um “desvio sexual”, ou seja,

Segundo a CNV, ficou constatado que a ditadura civil-militar não possuía uma política voltada para o extermínio de homossexuais. Contudo, ao ler relatos e o próprio parecer da CNV, fica claro que os agentes do Estado se valiam de preconceitos e dos conservadorismos já existentes na sociedade para instrumentalizar seus discursos moralizantes. A homossexualidade era

considerada um perigo social, moral, patológico e abominável. (Sales, 2019, p.15)

Em São Paulo, toda essa repressão pautada no discurso conservador e moralizante teve um personagem central: o delegado José Wilson Richetti. Dentre as diversas perseguições e o abuso de poder policial, duas operações comandadas pelo delegado merecem especial atenção. Com a visita do Papa João Paulo II à cidade em junho de 1980, Richetti organizou a operação “Limpeza”, posteriormente chamada de “Rondão”, que eram rondas responsáveis por realizar uma limpeza moral no centro da cidade. Elas prendiam gays, lésbicas, prostitutas e travestis, que eram levados, às vezes agredidos, e somente liberados após extorsão, possuindo como base legal a contravenção penal por vadiagem (Comissão Nacional da Verdade, 2014, p.307). Isso contribuiu para que, no dia 13 do mesmo mês, os movimentos sociais de estudantes, negros, feministas e LGBTs se unissem em frente ao Teatro Municipal para protestar contra a violência policial e pedir pela destituição de Richetti do cargo. O ato ficou conhecido como a primeira passeata LGBT de São Paulo e, talvez, do Brasil inteiro, onde as lésbicas carregaram faixas contra a violência e a favor do prazer lésbico (Martins et al., 2020, p.65).

Entretanto, mesmo com o apoio e a indignação de parlamentares, como os deputados estaduais Fernando Morais e Eduardo Suplicy, perante a repressão contra esses grupos, os desejos dos manifestantes não foram atendidos. Em 15 de novembro a polícia deu início à operação “Sapatão”, que contou com a invasão de bares e estabelecimentos frequentados por lésbicas, como o Cachaço, Bexiguinha e o Ferro’s Bar, onde quem fosse ou aparentasse ser lésbica seria levada para o camburão. Aproximadamente 200 mulheres foram detidas sob a justificativa de “é tudo sapatão”, e a perseguição foi tão intensa que até mesmo aquelas portando carteira de trabalho assinada - pré-requisito à época para ser considerado cidadão - foram levadas e somente liberadas após pagamento de suborno aos agentes de segurança pública (Martins et al., 2020, p.64).

Considerações finais

Por meio dos documentos e da bibliografia trabalhados neste artigo, foi possível perceber que houve um trabalho constante para resgatar a história do Movimento Lésbico brasileiro e compreender sua importância para a politização das mulheres lésbicas. A repressão e o conservadorismo vigentes na sociedade as colocaram constantemente em uma luta que foi colecionando aliados ao longo do caminho. Além disso, nota-se o quão essencial tanto o GALF

quanto o periódico Chanacomchana foram para que os direitos dessas mulheres fossem ouvidos, apesar dos diferentes obstáculos enfrentados em sua trajetória.

Referências Bibliográficas

CAMPOS, Núbia Carla et al. **A lesbianidade como resistência: a trajetória dos movimentos de lésbicas no Brasil 1979-2001**. Dissertação de Mestrado - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

CARDOSO, Elizabeth. Imprensa feminista brasileira pós-1974. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, p. 37-55, 2004.

CARNEIRO, Ailton José dos Santos. A morte da clínica: movimento homossexual e luta pela despatologização da homossexualidade no Brasil (1978-1990). **XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios, Florianópolis**, 2015.

Disponível em:

<http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439866235_ARQUIVO_ArtigoAmortedaclinica.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2021.

COMISSÃO, DA VERDADE. Ditadura e homossexualidades: iniciativas da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. **São Paulo**, 2014. Disponível em: <<http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap7.html>>. Acesso em: 18 out. 2021.

DA SILVA OLIVEIRA, Júlia Glaciela. Iconografias sarcásticas na imprensa feminista brasileira: mulherio e chanacomchana (1981-1985). **Domínios da Imagem**, v. 11, n. 21, p. 67-92, 2017.

FERNANDES, Marisa. O movimento das mulheres lésbicas feministas no Brasil. **Revista Cult**, 2018. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/mulheres-lesbicas-feministas-brasil/>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

GOMES, Sarah P. A Maria Bonita no Lampião da Esquina: A questão da representatividade da mulher lésbica /lesbiana na imprensa alternativa dos anos 1970. In: **XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste**. Juazeiro, 2018.

GREEN, James N. “Mais amor e mais tesão”: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. **Cadernos pagu**, n. 15, p. 271-295, 2000.

KUMPERA, Julia A. M. Resistências lésbicas à ditadura militar no Brasil: imprensa, ativismo e redemocratização. In: **XXIV Encontro Estadual de História da ANPUH-SP**, 2018, Guarulhos. Anais do XXIV Encontro Estadual de História da ANPUH-SP, 2018.

_____. “Democracia também para as lésbicas”: o ativismo do GALF e a resistência à ditadura civil-militar. In: SARMIENTO, Érica; ZAMPÆ, Vivian; PALMA, Carla Peñaloza (org.). **Movimentos, trânsitos & memórias: novas perspectivas (século XX)**. 1ed. Niterói: **Associação Salgo de Oliveira de Educação e Cultural (ASOEC)**, v. 2, 2019, p. 1-731.

LANHOSO, Camila A. Existências lésbicas e tecnologias de gênero e sexualidade na ditadura militar brasileira (1964-1988). In: V Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFMG, 2020, Belo Horizonte. **Anais do V Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFMG**. Belo Horizonte: Even3, v. I, 2020, p. 1-24.

LESSA, Patrícia. **Lesbianas em movimento: a criação de subjetividades (Brasil, 1979-2006)**. Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Brasília: [s.n.], 2007.

MARTINS, Larissa P. **Chanacomchana também é bacana!** Estudo sobre a imprensa lésbica no Brasil (1981-1987). Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal do Pampa. Jaguarão: [s.n.], 2017.

MARTINS, Larissa Pinto et al. Chanacomchana também é bacana! Imprensa lésbica e suas pedagogias culturais. **Revista Digital do LAV**, p. 050-075, 2020.

SALES, Gabriela C. **Lésbicas no debate da redemocratização: uma análise do boletim chanacomchana**. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade de Brasília. Brasília: [s.n.], 2019.

SILVEIRA-BARBOSA, Paula; COUTINHO, Gabriela. Lésbicas e o combate às discriminações nas páginas do boletim ChanaComChana. **Revista Trilhas da História**, v. 8, n. 16, p. 97-118, 2019.

SILVEIRA-BARBOSA, Paula. Trajetória da Imprensa Lésbica brasileira, uma história possível. **Revista Aedos**, v. 11, n. 24, p. 142-163, 2019.

SOARES, Gilberta Santos; COSTA, Jussara Carneiro. Movimento lésbico e Movimento feminista no Brasil: recuperando encontros e desencontros. **Labrys-Estudos Feministas**, v. 20, p. 21, 2011. Disponível em: <https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-da-populacao-lgbt/artigos_teses_dissertacoes/movimento_lesbico_e_movimento_feminista_no_brasil_recuperando_encontros_e_desencontros_1.pdf>. Acesso em: 22 set. 2021.

² Os termos “butch” e “femme” foram cunhados pelos Estados Unidos e representam, respectivamente, a lésbica desfeminilizada, popularmente chamada de “caminhoneira” no Brasil, e a lésbica feminina.

A repressão da ditadura civil-militar às universidades brasileiras: uma análise da trajetória de três professores cassados pela UFRJ

The repression of the civil-military dictatorship on brazilian universities: an analysis of the trajectory of three professors dismissed by UFRJ

Lucas Barroso REGO¹

Resumo: O presente artigo examina o impacto repressivo do regime ditatorial (1964-1985) na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), focando nas vidas de três professores cassados: Josué Apolônio de Castro (1908-1973), Maria Laura Mouzinho Leite Lopes (1917-2013) e Wanderley Guilherme dos Santos (1935-2019). Contextualizando o ambiente universitário como alvo central da repressão, o estudo revela como a “Operação Limpeza” e o Ato Institucional nº 5 (AI-5) intensificaram perseguições, demissões e exílios. Utilizando uma metodologia qualitativa e micro-histórica, a pesquisa demonstra que, apesar das adversidades impostas pelo regime ditatorial, esses professores mantiveram seu compromisso com a ciência e a educação brasileiras, contribuindo de forma significativa para suas respectivas áreas de atuação. A conclusão ressalta a importância de preservar suas memórias como símbolo de resistência intelectual e de luta por justiça e democracia, sublinhando a relevância de refletir sobre os impactos da ditadura nas universidades brasileiras para promover um futuro mais inclusivo e democrático.

Palavras-chave: Regime Ditatorial; Censura; Biografia; Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Abstract: This article examines the repressive impact of the dictatorial regime (1964-1985) on the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ), focusing on the lives of three dismissed professors: Josué Apolônio de Castro (1908-1973), Maria Laura Mouzinho Leite Lopes (1917-2013), and Wanderley Guilherme dos Santos (1935-2019). By contextualizing the university environment as a central target of repression, the study reveals how the "Operação Limpeza" and Institutional Act No. 5 (AI-5) intensified persecutions, dismissals, and exiles. Using a qualitative and micro-historical methodology, the research demonstrates that, despite the adversities imposed by the dictatorial regime, these professors maintained their commitment to Brazilian science and education, significantly contributing to their respective fields. The conclusion highlights the importance of preserving their memories as symbols of intellectual resistance and the fight for justice and democracy, emphasizing the need to reflect on the impacts of the dictatorship on Brazilian universities to promote a more inclusive and democratic future.

Keywords: Dictatorial Regime; Censorship, Biography; Federal University of Rio de Janeiro.

Introdução

Este artigo se insere nas análises focadas nas trajetórias dos professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que foram cassados pela instituição durante a ditadura civil-militar (1964-1985). A investigação faz parte do projeto de pesquisa “A UFRJ e a ditadura civil-militar (1964-1985): lugares de memória e trajetórias”, vinculado à Divisão de Memória Institucional (DMI) do Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI) da UFRJ.

¹ Graduando no curso de Licenciatura em Pedagogia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSSELVI). Pesquisador vinculado à Divisão de Memória Institucional (DMI - SiBI/UFRJ), atuando na linha de pesquisa “A UFRJ e Ditadura Civil-Militar (1964-1985)”, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Andréa Cristina de Barros Queiroz.

O principal objetivo deste projeto é explorar os impactos repressivos e as violações de direitos humanos promovidos pelo regime ditatorial na universidade. Além disso, busca-se entender as dinâmicas de conflito, resistência, conciliação e apoio dentro da comunidade universitária em relação ao governo autoritário, por meio do estudo das trajetórias de vida dos 46 professores cassados nesse período.

Durante a ditadura, as universidades brasileiras se tornaram centros de acirradas disputas, vigilância e controle autoritário. A repressão institucional se manifestou de várias formas, tanto dentro quanto fora dos campi. O ambiente universitário foi um dos principais alvos dos agentes repressivos, e a "Operação Limpeza" deu início às primeiras ações de repressão logo após a promulgação do Ato Institucional número 1 (AI-1). Dezenas de professores enfrentaram perseguições políticas, aposentadorias compulsórias, demissões arbitrárias, expurgos, prisões e torturas.

O Ato Institucional número 5 (AI-5), decretado em 13 de dezembro de 1968, intensificou a repressão nas universidades, permitindo a cassação de direitos civis e políticos sem necessidade de julgamento e fechando o Congresso, entre outras medidas autoritárias. Com base no AI-5, muitos professores e pesquisadores, inclusive da UFRJ, foram expulsos de suas funções. Sob uma fachada democrática, os governos militares criaram legislações específicas, como o decreto-lei número 477, de fevereiro de 1969, conhecido como o "AI-5 das Universidades". Promulgado pelo general Artur da Costa e Silva, o decreto permitia a expulsão e punição de professores, estudantes e funcionários administrativos acusados de "subversão", acelerando os casos de expulsão sem julgamento prévio e instaurando um clima de terror nos campi.

A então Universidade do Brasil (UB), atual UFRJ, ilustra bem esse cenário de repressão institucional. Mesmo antes do golpe de 1964, a instituição já possuía o Código Disciplinar 135, que previa sanções internas para a "subversão". Professores, estudantes e funcionários podiam ser advertidos, repreendidos, suspensos e demitidos, dependendo da "gravidade" da infração, em um processo rápido e sumário.

A repressão resultou em uma significativa diminuição do corpo docente da UFRJ, na expulsão de estudantes e em um grande impacto negativo no desenvolvimento de pesquisas, especialmente nas áreas de Ciências Humanas, Sociais, Artes e Letras. As bibliotecas universitárias também sofreram censura em suas obras. Entre 1969 e 1974, 24 estudantes e 2 professores da instituição desapareceram ou foram assassinados pela ditadura, segundo o relatório da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos (Queiroz, 2018).

Nesse contexto, apesar das tentativas de criar programas de pós-graduação alinhados aos ideais modernizadores-conservadores do regime ditatorial (Motta, 2014), a UFRJ enfrentou uma significativa redução em seu corpo docente. O período também testemunhou a expulsão de estudantes, o que impactou negativamente a produção de pesquisas, tanto as novas quanto as que estavam em andamento antes do golpe.

No campo das Ciências Humanas, a repressão foi mais intensa. No Departamento de História, por exemplo, os programas de pós-graduação não se concretizaram. Muitos professores foram cassados pela instituição, enquanto outros se aposentaram, sem que houvesse reposição na mesma velocidade, mesmo após o fim do regime de cátedra. Como resultado, a pesquisa foi enfraquecida, como exemplifica o recém-criado Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), que não presenciou defesas de dissertações no campus até 1982 (Ferreira, 2014).

Em termos gerais, 46 professores foram cassados pela UFRJ entre 1964 e 1985. Desse total, 62,5% lecionavam em Ciências Humanas, com destaque para os cursos de Ciências Sociais, e 31,3% em Ciências Exatas. A antiga Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) foi especialmente afetada na primeira onda de expurgos, com mais de 70% dos professores expulsos ligados a ela. Na segunda onda, o recém-criado Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) teve 10 professores cassados após o Ato Institucional nº 5 (AI-5).

Dada essa quantidade significativa, um caminho para compreender os impactos da repressão dentro da Universidade é explorar como a conjuntura autoritária afetou a instituição através de seus docentes, reconhecendo que uma escala particular de observação pode gerar novas perspectivas e abordagens (Revel, 1998).

Nessa perspectiva, a trajetória de um determinado indivíduo ganha um significado crucial ao se tornar um elemento constitutivo – não apenas contido dentro, mas formador – da sociedade. Neste contexto, a memória desse indivíduo adquire grande importância historiográfica. Assim, suas experiências pessoais, desejos, sofrimentos, decepções, privações e traumas são pontos de referência que delineiam a singularidade de sua identidade como indivíduo social (Ferreira, 1997).

Com base nestes contributos, este trabalho se propõe a analisar a trajetória de três docentes da UFRJ antes, durante e após a ditadura civil-militar (1965-1985), abordando os principais acontecimentos que marcaram suas vidas. Para tanto, a metodologia utilizada é de base qualitativa (Aires, 2011) e micro-histórica (Ginzburg, 1989; Revel, 1998), fundamentada em um estudo de caso (Yin, 2005).

Os professores abordados são: i) Josué de Castro, renomado médico e geógrafo que dedicou sua carreira ao estudo da fome e desigualdade social; ii) Maria Laura Mouzinho Leite Lopes, uma pioneira na matemática e primeira mulher a obter doutorado na área no Brasil; e iii) Wanderley Guilherme dos Santos, filósofo e cientista político, cuja produção crítica e envolvimento com o ativismo estudantil o tornaram alvo da repressão.

A escolha desses professores reflete a diversidade das áreas do conhecimento afetadas pela repressão política, evidenciando o impacto profundo e abrangente do regime militar na UFRJ, como reflexo de uma política de repressão sistemática que atingiu diferentes campos do saber e áreas de pesquisa. A análise da trajetória desses docentes, portanto, não só ilumina a amplitude da repressão, mas também sublinha a importância de publicizar suas memórias e contribuições para a ciência brasileira.

Percurso metodológico

Neste estudo, a metodologia adotada se fundamenta na análise das trajetórias para examinar os impactos do golpe militar de 1964 nas esferas pessoal, profissional e acadêmica dos professores cassados pela instituição durante a ditadura militar no Brasil. Para isso, emprega-se uma perspectiva que valoriza as histórias individuais e suas subjetividades, inserindo a pesquisa no campo da micro-história, que ganhou destaque nas décadas de 1970 e 1980 por sua abordagem detalhada das experiências e identidades individuais em contextos sociais e culturais amplos.

A micro-história surgiu como uma reação às grandes narrativas que prevaleciam na historiografia tradicional, propondo uma análise cuidadosa das subjetividades e ações individuais. Carlo Ginzburg, Edoardo Grendi e Giovanni Levi foram figuras centrais no desenvolvimento desse campo, trabalhando em torno da revista *Quaderni Storici* e da coleção *Microstorie*. Segundo Revel (1998), a micro-história reinterpreta conceitos e métodos, propondo uma investigação detalhada das experiências pessoais para enriquecer a compreensão dos fenômenos sociais.

A memória desempenha um papel central na construção das identidades individuais e coletivas dentro dessa metodologia. De acordo com Romero (2007), a memória é um elemento essencial para a consciência que um ator social tem de seu próprio passado, vinculando-se à identidade e às subjetividades. Pollak (1992) aponta que a memória coletiva pode ser conflituosa e problemática, evidenciando a disputa entre memórias oficiais e as memórias

marginalizadas e excluídas. Essa abordagem permite explorar memórias silenciadas pela história oficial, cristalizadas nos detalhes das vidas individuais.

O método indiciário, proposto por Ginzburg (1989), é crucial para esta pesquisa, focando em detalhes aparentemente insignificantes que revelam aspectos importantes das experiências individuais. A análise das trajetórias de vida, segundo Bourdieu (1996), não segue um caminho lógico e linear, mas é marcada por bifurcações e imprevisibilidades. A trajetória de vida é vista como uma série de posições ocupadas sucessivamente por um indivíduo em um espaço social em constante transformação.

Para compreender essas trajetórias, é fundamental equilibrar a análise entre os âmbitos público e privado, seriedade e espontaneidade, objetivo e subjetivo. A micro-história, ao valorizar as experiências individuais, oferece uma compreensão mais rica e humanizada dos processos históricos, permitindo reconstruir dinâmicas de sociabilidade, intimidades e sentimentos dos agentes históricos, e destacando a importância das ações individuais na formação da história.

Dessa forma, a trajetória de um indivíduo ganha relevância significativa ao se tornar um elemento formador da sociedade, não apenas contido nela, mas atuante em sua formação. A memória desse indivíduo adquire grande importância historiográfica, pois suas experiências pessoais, desejos, sofrimentos, decepções, privações e traumas delineiam a singularidade de sua identidade como sujeito social (Ferreira, 1997).

Aplicar essa abordagem no estudo das trajetórias dos professores cassados durante a ditadura militar brasileira proporciona uma visão relevante dos impactos pessoais e profissionais do regime autoritário. As experiências desses indivíduos, muitas vezes silenciadas, revelam as complexidades e contradições das narrativas históricas convencionais, contribuindo para uma compreensão mais detalhada e ampla do período.

A análise das trajetórias e subjetividades evidencia, portanto, a complexidade e a riqueza inerentes à prática historiográfica. Compreender as vidas individuais, que não seguem um caminho linear e coerente, exige um exame cuidadoso dos contextos sociais, culturais e temporais que moldam essas experiências. A abordagem micro-histórica, ao considerar as bifurcações e as imprevisibilidades das trajetórias pessoais, vai além da narrativa simplificada e abraça o dinamismo das vidas humanas.

Reconhecer e valorizar a singularidade das memórias e relatos pessoais não apenas enriquece a historiografia, mas também promove uma compreensão mais profunda da identidade social e da construção de sociedades mais inclusivas e autênticas. A metodologia

que integra essas dimensões subjetivas e contextuais não apenas amplia as possibilidades da pesquisa histórica, mas também fortalece a capacidade de conectar o passado ao presente.

A trajetória de três professores cassados pela UFRJ

Será examinada, a seguir, a vida e o legado de três professores que enfrentaram a repressão durante o regime militar, cujas trajetórias evidenciam o profundo impacto da ditadura na UFRJ. Cada um desses acadêmicos, em suas respectivas áreas, sofreu com as limitações e restrições impostas pelo regime. A análise de suas histórias não apenas revela os desafios pessoais e profissionais que enfrentaram, mas também destaca a resistência e a contínua luta por justiça e democracia, mesmo sob um governo autoritário.

A seleção de Josué Apolônio de Castro, Maria Laura Mouzinho Leite Lopes e Wanderley Guilherme dos Santos como estudos de caso ajuda a mostrar a diversidade das formas de resistência e das áreas do conhecimento impactadas pela repressão. Compreender suas trajetórias de vida é, portanto, fundamental para reconhecer o impacto da repressão ditatorial e valorizar o legado desses intelectuais que se opuseram ao regime ditatorial.

Josué Apolônio de Castro (1908-1973)

Josué Apolônio de Castro nasceu no dia 05 de setembro de 1908, na cidade de Recife, capital de Pernambuco (PE). Foi filho único de uma professora pernambucana e de um comerciante paraibano, que se separaram quando tinha apenas seus quatro anos de idade. Em seus primeiros anos, cresceu em sua cidade natal. Em sua mocidade, foi matriculado em colégios da região, com destaque para o Instituto Carneiro Leão e o Ginásio Pernambucano.

Quando tinha quinze anos, foi aprovado para ingressar na Faculdade de Medicina da Bahia (FAMEB). Após três anos, solicitou transferência para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, vinculada à então Universidade do Rio de Janeiro (URJ), atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mudou-se para a então capital do Brasil. Em dezembro de 1929, formou-se em Medicina, com aprovação distinta nas cadeiras cursadas.

Em sua carreira profissional, atuou como médico em fábricas e em clínicas próprias. No ano de 1932, foi aprovado em um concurso de livre-docência da cátedra de Fisiologia da Faculdade de Medicina do Recife. Meses depois, foi um dos fundadores da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais do Recife, onde lecionou a cadeira de Antropogeografia Social e

foi vice-diretor.

Após cinco anos, mudou-se novamente para o Rio de Janeiro. Por indicação de Roquette-Pinto, foi admitido como o detentor da cátedra de Antropologia na recém-criada Universidade do Distrito Federal (UDF), onde passou a ministrar as disciplinas de Antropologia Física e Geografia Humana. Todavia, com o Estado Novo, a instituição foi extinta e sua estrutura foi englobada pela nova Universidade do Brasil (UB), antiga URJ.

Em 1939, graduou-se em Filosofia pela UB. Em 1940, foi nomeado para a cátedra de Geografia Humana da nova Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi), vinculada à mesma instituição. Durante a década, também atuou como Chefe do Departamento de Geografia, do Conselho Departamental da FNFi e diretor do novo Instituto de Nutrição.

Em 1950, ausentou-se do seu cargo catedrático para ingressar na vida político-partidária. Filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Nas eleições de 1950, não chegou a receber nem 5.000 votos e não foi eleito. Todavia, em 1952, por uma diferença de apenas quatro votos, foi eleito presidente do Conselho Consultivo da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), exercendo essa função diplomática até 1956. Em 1954, foi eleito deputado federal pelo PTB, sendo reeleito em 1958.

Entretanto, em 1962, renunciou ao seu cargo para ser nomeado para o cargo de Chefe da Delegação do Brasil em Genebra, com a categoria de Embaixador para assuntos ligados à Organização das Nações Unidas (ONU). Ficou no cargo até o dia 09 de abril de 1964, quando foi dispensado por Ranieri Mazzilli, em exercício do cargo de presidente interino da República. No dia 10 de abril, teve seus direitos políticos cassados por dez anos em decorrência da outorga do primeiro Ato Institucional pela ditadura civil-militar brasileira.

Dias após sua exoneração, Josué de Castro, juntamente com outros professores brasileiros cassados pelo regime ditatorial militar, foi formalmente convidado pela reitoria da Universidade do Chile para compor seu corpo docente. Mesmo declinando do convite, essa proposta, dias após ser exonerado de um importante cargo diplomático, demonstrou a continuidade de sua brilhante carreira internacional.

Recebeu ainda outras solicitações catedráticas de mais doze universidades internacionais, sendo nove delas localizadas na América, como no México, no Uruguai e no Peru, por exemplo, e em África. Meses após, concluintes do curso de Sociologia da Universidade Central da Venezuela o elegeram como seu paraninfo.

Exilou-se em Paris, capital da França, onde dirigiu a nova filial francesa do Centro Internacional de Desenvolvimento (CID). No território francês, também lecionou na

Universidade de Paris, onde ministrou cursos e foi professor associado do Departamento de Ciências Geográficas do Centro Universitários de Vincennes. Em seu cargo diplomático, foi conferencista e ouvinte de dezenas de eventos internacionais, chegando até a retornar ao Brasil em duas ocasiões, em 1967 e em 1968, a fim de cumprir prerrogativas de sua função diplomática.

No primeiro semestre de 1965, viajou à América Latina com o objetivo de ministrar cursos e conferências em diversas universidades latino-americanas. Inicialmente, aportou no México e depois seguiu para o Peru. Em Lima, foi condecorado com o título de doutor “honoris causa” e com uma bandeja de prata pelos corpos docente e discente da Universidade Nacional de Engenharia, onde palestrou sobre a dinâmica do desenvolvimento latino-americano.

Em 26 de outubro, em Paris, foi condecorado pelo ministro de Educação da Venezuela Siso Martínez (1918-1971) com a Ordem Venezuelana Andres Bello. A distinção foi criada para premiar os altos valores do espírito. A cerimônia aconteceu na residência do embaixador venezuelano Luiz Croze, na capital francesa, e contou com um alto quórum de personalidades latino-americanas e francesas, principalmente embaixadores e diplomatas. Já na primeira quinzena do mês seguinte, voltou a proferir conferências.

Ainda no final do ano de 1968, Josué de Castro se candidatou e foi nomeado pelo governo francês como Professor Associado do Departamento de Ciências Geográficas do Centro Universitários de Vincennes, vinculado à Universidade de Paris. O professor brasileiro foi um dos fundadores do centro universitário experimental, recém-criado em 1968 pela nova lei do ensino superior do governo de Charles de Gaulle (1890-1970) e que, já em seu primeiro ano, contava com cerca de 6200 alunos inscritos. Castro era o único estrangeiro do grupo de dezesseis docentes franceses do Departamento de Geografia.

Em 15 de janeiro de 1970, baixou-se o Ato Complementar 78, que determinava o afastamento de servidores públicos que tivessem sofrido a suspensão dos direitos políticos ou a cassação de mandato eletivo. Assim, mesmo já estando no exílio, Castro foi aposentado compulsoriamente de seu cargo de professor de Ensino Técnico no Brasil, vinculado à nova UFRJ, antiga UB.

Nesse mesmo ano, foi indicado para o Prêmio Nobel da Paz, pela Associação Médica Internacional, em virtude de seus feitos no combate à fome. Entretanto, o prêmio foi vencido pelo engenheiro agrônomo estadunidense Norman Borlaug (1914–2009), por conta de suas contribuições na produção de alimentos.

Perto de completar dez anos de sua cassação política, Josué de Castro mantinha o desejo

de reassumir o cargo de docente de Geografia Humana na nova Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), antiga Universidade do Brasil (UB), do qual era catedrático antes do golpe civil-militar de 1964. Entrou com alguns recursos para anular sua aposentadoria compulsória e prorrogar o seu passaporte comum.

No entanto, em meio a recusas do Consulado Brasileiro em revalidar o seu passaporte e aguardando a decisão de sua reintegração ou não, Josué Apolônio de Castro, ainda desejoso de retornar ao Brasil, foi encontrado morto por sua companheira Glauce Rego Pinto em seu quarto na manhã do dia 24 de setembro de 1973, aos 65 anos. No exílio na França, faleceu vítima de uma crise cardíaca, deixando sua única esposa e seus três filhos.

Em vida, concorreu ao Prêmio Nobel de Medicina, em 1954, e ao da Paz por duas vezes, em 1963 e em 1970. Em 1955, em virtude de seus feitos, foi agraciado com o recebimento do Prêmio Internacional da Paz, condecoração concedida à época pela União Soviética (URSS). Em 1958, foi agraciado com a Ordem do Mérito Médico. Em 1965, foi condecorado com o título de doutor “honoris causa” pela Universidade Nacional de Engenharia, do Peru.

Ao passo que se consolidava ainda mais como uma figura pública internacional, Josué de Castro mantinha o desejo de retornar ao Brasil e reassumir o cargo de docente de Geografia Humana na nova Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), antiga Universidade do Brasil (UB), do qual era catedrático antes do golpe civil-militar de 1964. No primeiro semestre de 1973, em face de se completar o prazo de dez anos de seus direitos políticos terem sido cassados, Castro entrou com recursos para anular a sua aposentadoria compulsória resultante do Ato Complementar 78 de 1970.

O pedido de reintegração foi indeferido inicialmente pelo general-presidente Emílio Garrastazu Médici (1905-1985). Entretanto, a sentença foi recorrida e transformada em grau de apelação no Tribunal Federal de Recursos (TFR). O ministro Armando Leite Rollemberg (1921-1994), então presidente do Tribunal, transferiu a incumbência da tomada final de decisão para o Supremo Tribunal Federal (STF). Nesse ínterim, ainda foi convidado para participar de uma conferência dos não-alinhados, que foi realizada em Argel, capital da Argélia.

Em meio a recusas do Consulado Brasileiro em revalidar o seu passaporte e aguardando a decisão de sua reintegração ou não, Josué Apolônio de Castro, ainda desejoso de retornar ao Brasil, foi encontrado morto por sua companheira Glauce Rego Pinto em seu quarto na manhã do dia 24 de setembro de 1973, aos 65 anos. No exílio, faleceu vítima de uma crise cardíaca, deixando sua única esposa e três filhos.

O seu funeral religioso aconteceu na parte da manhã do dia 27 de setembro na Igreja

Saint-Philippe-Du Roule, em Paris. Um dia após, seu corpo foi trasladado para o Brasil, chegando pelo estado da Guanabara, onde, no dia seguinte, foi sepultado pela manhã na Capela Real Grandeza do Cemitério de São João Batista, no bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro. A cerimônia fúnebre foi acompanhada por cerca de 150 pessoas, entre familiares e amigos próximos. Seu corpo jaz no túmulo 6358/A.

Maria Laura Mouzinho Leite Lopes (1917-2013)

Maria Laura Mouzinho Leite Lopes nasceu em Timbaúba dos Mocós, Pernambuco, em 18 de janeiro de 1917. Filha de uma professora primária e um comerciante, desde cedo demonstrou aptidão para a educação, concluindo os anos iniciais do ensino fundamental e o curso de Magistério em Recife. Mudou-se para o Rio de Janeiro, onde ingressou no Colégio Pedro II e, posteriormente, no Colégio Sion em Petrópolis. Sua paixão pela Matemática a levou a tentar um curso de Engenharia na Escola Nacional de Engenharia, mas foi aprovada apenas em Física e Matemática.

Em 1939, Maria Laura conseguiu ingressar na Universidade do Brasil (UB), onde se formou bacharela e licenciada em Matemática pela Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi). Sob a orientação de António Aniceto Ribeiro Monteiro, defendeu a tese “Espaços projetivos: reticulados de seus subespaços” e, em 1949, tornou-se a primeira mulher brasileira a obter o título de doutora em Matemática. Além disso, desempenhou um papel crucial na fundação do Centro Brasileiro de Pesquisa Física (CBPF) e do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA).

A carreira de Maria Laura foi marcada por seus feitos pioneiros na matemática. Em 1952, tornou-se a primeira mulher a ingressar como membro titular na Academia Brasileira de Ciência (ABC). Casou-se com o físico José Leite Lopes em 1956, e, juntos, viveram um período nos Estados Unidos, onde ela trabalhou no Departamento de Matemática da University of Chicago. Após retornar ao Brasil, Maria Laura participou ativamente na criação do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e na formação de importantes instituições acadêmicas.

Durante a ditadura militar, sua carreira foi severamente impactada. Nomeada professora titular da FNFi em 1967, foi cassada e aposentada compulsoriamente pelo Ato Institucional nº 5 em 1969, devido à sua postura progressista e apoio aos estudantes. Exilada nos Estados Unidos e, posteriormente, na França, Maria Laura iniciou seus trabalhos em Didática Matemática no *Institut de Recherche en Enseignement de Mathematiques* (IREM) da

Universidade Louis Pasteur, inovando na formação de professores e na pesquisa em Educação Matemática.

Em 1974, após retornar ao Brasil, Maria Laura dedicou-se à orientação do ensino da Matemática em escolas brasileiras e à formação continuada de professores. Fundou o Grupo de Ensino e Pesquisa em Educação Matemática (GPEM) em 1976, promovendo seminários e cursos para professores da educação básica. Com a Lei da Anistia de 1979, foi reintegrada à UFRJ, onde inovou a metodologia de ensino da instituição e liderou o primeiro projeto de pesquisa em Educação Matemática no Brasil.

Nos anos 1980, Maria Laura continuou a influenciar o cenário educacional brasileiro. Fundou o curso de pós-graduação lato sensu em Educação Matemática, precursor do segundo curso de mestrado na área no país. Participou do Encontro Estadual de Formação de Professores de Matemática na UFRGS em 1980, evidenciando sua dedicação à formação de profissionais comprometidos com a educação matemática no Brasil.

Em colaboração com o MEC, liderou o “Projeto Fundão - Desafio para a Universidade” no início dos anos 1980, integrando o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT). Sua atuação foi fundamental para a integração da universidade com o ensino básico e a promoção da educação científica no Brasil. Maria Laura Mouzinho Leite Lopes continuou ativa na academia e na pesquisa, contribuindo significativamente para a Educação Matemática até sua aposentadoria.

Seus feitos de extrema importância para a pesquisa e o ensino da Matemática a levaram a ser reconhecida com o título de Professora Emérita pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 25 de abril de 1996, em deliberação unânime do Conselho Universitário. No mesmo ano, foi indicada para ser coordenadora do Setor Matemática do Projeto Fundão (PF-Mat).

Em 2000, o Laboratório de Memórias do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) prestou homenagem à sua significativa atuação na Educação Matemática brasileira, sob a coordenação da professora Heloisa Maria Bertol Domingues. No ano seguinte foi condecorada com o título de “Professora Honorária da SBEM”. Já em 28 de dezembro de 2010, foi congratulada com a Ordem Nacional do Mérito Científico (ONMC), no grau de comendador.

Maria Laura Mouzinho Leite Lopes faleceu de causas desconhecidas no dia 20 de junho de 2013, aos 94 anos, deixando um grande legado. Autora de diversos, livros, trabalhos e artigos, seu trabalho pioneiro e inovador é hoje uma grande referência em todo o mundo da

Educação.

Wanderley Guilherme dos Santos (1935-2019)

Wanderley Guilherme dos Santos nasceu em 13 de outubro de 1935 no bairro de Catumbi, Rio de Janeiro, em uma família de classe média baixa. Seu pai faleceu quando ele tinha apenas seis anos, deixando sua mãe, Maria Conceição, viúva e responsável por sua criação e a de seus irmãos. Incentivado pela mãe a valorizar a educação, Wanderley estudou em várias escolas particulares modestas na Zona Norte do Rio, desenvolvendo desde cedo um gosto particular pela leitura, apesar das dificuldades financeiras.

Aos dezesseis anos, mudou-se para a Tijuca e concluiu o ensino médio no Instituto LaFayette, antes de transferir-se para o Colégio Frederico Ribeiro, onde estudava à noite para poder trabalhar durante o dia. Seus esforços para encontrar um emprego de escritório levaram-no a aprender datilografia e estenografia, embora sem sucesso em conseguir uma posição. Foi durante esse período que desenvolveu um interesse casual pela leitura, que se transformou em uma paixão duradoura.

Em 1956, Wanderley ingressou na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) da antiga Universidade do Brasil, atual UFRJ, para estudar Filosofia. Seu envolvimento com o movimento estudantil começou a crescer, culminando na sua eleição como presidente do Diretório Acadêmico da UB em 1957. Durante seu mandato, participou de debates significativos, como a polêmica sobre a reforma do ensino superior com o ministro Clóvis Salgado. Sua atuação no movimento estudantil e suas críticas ao governo começaram a moldar sua reputação como um militante ativo e vocal.

Ao longo dos anos 1950, Wanderley se envolveu cada vez mais com a política, publicando análises sob o pseudônimo “Carlos Guilherme” e participando de movimentos como a Frente Estudantil de Ação Política e o Movimento Nacionalista Brasileiro. Apesar de convites para seguir a carreira acadêmica na FNFi, Wanderley decidiu focar em filosofia grega e epistemologia, embora uma barreira linguística o impedisse de se aprofundar tanto quanto gostaria.

Nos anos seguintes, Wanderley lecionou em um curso preparatório de Filosofia no Diretório Acadêmico da FNFi, atividade que gerou acusações de subversão e propagação de ideologias marxistas. Após um inquérito prolongado, ele e outros foram proibidos de acessar a faculdade. Mesmo assim, continuou seu trabalho, agora no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), onde se dedicou à pesquisa filosófica e ao pensamento social brasileiro até

a extinção do instituto com o golpe militar de 1964.

Com o advento da ditadura, Wanderley foi aposentado compulsoriamente de sua função no ISEB, acusado de subversão. Não chegou a ser preso pelo regime, mas ficou desempregado, tendo exemplares de seus livros sido apreendidos pela repressão. Passou por um longo tempo trabalhando como tradutor de livros de bolso em espanhol que eram comercializados em diversas bancas de jornais, ganhando setenta cruzeiros por volume.

Em 1965, a partir de uma indicação do economista Gilberto Paim, tornou-se um dos membros da equipe do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), um dos estabelecimentos da Sociedade Brasileira de Instrução (SBI), do Grupo Cândido Mendes. O objetivo da nova instituição era recriar o ISEB, segundo o próprio Cândido Mendes, porém mais moderno.

No dia 23 de maio de 1967, Wanderley Guilherme foi conferencista de um seminário organizado pela Frente de Cultura Popular, acerca do tema “Obstáculos Internacionais ao Desenvolvimento”, segundo um relatório do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica. Organizado pela União Metropolitana dos Estudantes (UME), o evento ocorreu noturnamente no Colégio Brasileiro de Almeida. Duas semanas depois, no dia 07 de junho, também foi palestrante sobre o tema “Política e Desenvolvimento” no primeiro seminário de estudos econômicos, promovido pelo Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas, em Belo Horizonte (MG).

Nesse mesmo ano, foi contemplado com uma bolsa do programa de financiamento de um convênio da Fundação Ford com o SBI, que mantinha o IUPERJ. Com isso, realizou o seu doutoramento em Ciência Política pela Universidade de Stanford, no oeste dos Estados Unidos, ficando até 1970.

Com o tempo, consolidou-se como um dos cientistas brasileiros mais respeitados do país. Ao longo de alguns anos, foi diretor e a principal liderança intelectual do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), atual Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). No início de 1979, foi substituído do cargo de diretor-executivo pelo professor César Guimarães. Em 1980, foi professor visitante da Universidade de Stanford. Durante o biênio de 1983 e 1984, foi presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), sendo um de seus membros fundadores.

Foi professor titular aposentado de Teoria Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisador titular do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

No dia 03 de setembro de 2008, por meio do decreto legislativo nº 748/2008, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, sob presidência do vereador Aloisio Freitas, concedeu o título de Cidadão Benemérito do Município do Rio de Janeiro ao cientista político Wanderley Guilherme dos Santos. A decisão foi publicada na terceira página do Diário Oficial do Poder Legislativo do Município do Rio de Janeiro de 04 de setembro de 2008.

Entre 2011 e 2013, foi presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), autarquia do Ministério da Cultura. Neste cargo, segundo relatórios de atividades do próprio FCRB, os seus feitos mais notáveis foram a reforma do segundo andar da instituição, onde são realizadas as investigações, e a desapropriação de um imóvel situado no bairro de Botafogo, para fins de abrir um centro de preservação de bens culturais da Fundação.

Foi integrante do Conselho de Orientação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Também implantou e dirigiu o Laboratório de Estudos Experimentais (LEEX) na Universidade Candido Mendes (UCAM), onde chegou a desempenhar o cargo de Pró-Reitor Acadêmico.

Ao longo de sua vida, publicou dezenas de artigos e mais de trinta livros. Por suas contribuições bibliográficas, foi congratulado com quinze premiações. Aos 86 anos, Wanderley Guilherme dos Santos faleceu no dia 25 de outubro de 2019 na cidade do Rio de Janeiro em decorrência de uma pneumonia.

Considerações finais

As universidades brasileiras se tornaram campos de batalha fundamentais durante os primeiros anos da ditadura civil-militar, sofrendo uma repressão intensa que atingiu diretamente professores politicamente engajados. A implementação da “Operação Limpeza” logo após o golpe e a promulgação do AI-1 demonstram a estratégia do regime para consolidar seu controle sobre as instituições de ensino.

A antiga UB, atual UFRJ, foi duramente atingida, com a cassação de 46 professores, sendo a FNFi o principal alvo. Em 1968, o AI-5 desencadeou uma nova onda repressiva, resultando na aposentadoria compulsória de 23 docentes. Esse expurgo devastador impactou profundamente a liberdade de expressão nas universidades e prejudicou o desenvolvimento de pesquisas, especialmente nas áreas de ciências humanas e sociais.

Josué de Castro exemplifica a trajetória de um intelectual cuja vida foi profundamente

afetada pela repressão do regime militar, que o levou ao exílio na França e à cassação de seus direitos políticos. Mesmo diante das adversidades, Castro manteve seu compromisso com suas causas, atuando em âmbito internacional e continuando a contribuir para o campo das Ciências Humanas. Seu legado permanece como um símbolo da resistência intelectual e do compromisso com a justiça e a democracia.

Maria Laura Mouzinho Leite Lopes, cassada e aposentada compulsoriamente pelo Ato Institucional nº 5, enfrentou o exílio, mas nunca abandonou sua vocação. Sua contribuição para a matemática e a educação, tanto no Brasil quanto no exterior, foi imensa, com inovações metodológicas e a fundação de importantes instituições acadêmicas. Seu legado de excelência e dedicação continua a ser uma referência na formação de professores e na pesquisa acadêmica.

Por último, Wanderley Guilherme dos Santos simboliza a resiliência intelectual diante da repressão do regime militar. Sua trajetória, marcada pela cassação e pelo exílio, reflete o impacto da ditadura sobre os acadêmicos comprometidos com a crítica social e a pesquisa independente. Seu trabalho como cientista político, e suas contribuições significativas para o IUPERJ e outras instituições, demonstram sua perseverança em manter o pensamento crítico vivo.

Após a Lei de Anistia de 1979, houve esforços para reintegrar os anistiados, permitindo que muitos professores retornassem às suas posições, sinalizando uma transição rumo a um ambiente acadêmico mais democrático. No entanto, as cicatrizes desse período sombrio ainda reverberam, destacando a importância de lembrar e refletir sobre essa parte crucial da história brasileira para ajudar a moldar um futuro democrático.

Apesar dos esforços para silenciar essas vozes dissidentes, o legado de luta por direitos humanos e o compromisso com causas humanitárias prevalecem, evidenciando a resistência e a resiliência frente às adversidades impostas pela ditadura. Essas histórias, marcadas por perseguição e tragédia, testemunham a coragem daqueles que se opuseram a um regime autoritário em busca de liberdade, justiça, senso crítico e democracia.

As trajetórias desses docentes vão além de seu tempo e servem como inspiração para todos que valorizam a liberdade, a justiça e os direitos humanos. Que os nomes desses professores cassados pela UFRJ sejam preservados e que o conhecimento de suas histórias sirva como um alerta constante contra as ameaças à democracia e à autonomia das instituições de ensino no Brasil.

Referências Bibliográficas

AIRES, Luísa. **Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional**. Lisboa: Universidade Aberta, 2011.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 183-191.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral, comemorações e ética. Projeto História. **Ética e História oral**, São Paulo, n. 15, p. 157-164, abr. 1997. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11227>. Acesso em: 21 jul. 2024.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Ditadura militar, universidade e ensino de história: da Universidade do Brasil à UFRJ. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 66, n. 4, p. 32-37, dez. 2014. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v66n4/a12v66n4.pdf>. Acesso em: 05 out. 2021.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278>. Acesso em: 21 jul. 2024.

QUEIROZ, Andréa Cristina de Barros. A memória institucional e os impactos da repressão na UFRJ (1964-1985). In: Encontro de História da ANPUH-Rio, 18., 2018, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUH, 2018.

REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escala**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ROMERO, Luis Alberto. A memória, o historiador e o cidadão. A memória do Processo argentino e os problemas da democracia. **Topoi**, v. 8, n. 15, p. 9-23, jul. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X008015001>. Acesso em: 21 jul. 2024.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Estudantes terroristas, uma construção da Ditadura Civil-Militar brasileira de 1964.

Terrorist students, a construction of the Brazilian Civil-Military Dictatorship of 1964.

Alison Trevisani FLAUSINO¹

David Fideles de ALMEIDA²

Fideo Misokami JUNIOR³

Resumo: Este artigo analisa a Ditadura Civil-Militar de 1964, com foco nas lutas do movimento estudantil e nas narrativas militares. Utilizamos a fonte iconográfica da “Palestra de Antônio Carlos da Silva Muricy sobre Estudantes e Terrorismo” para identificar estudantes “subversivos.” A metodologia da Palestra contou com quadros e questionários respondidos por 44 estudantes, presos pelo regime. A palestra abordou temas como nacionalismo, anticomunismo e repressão. A pesquisa analisa o discurso militar sobre estudantes na década de 1970, que legitimou a perseguição e o controle social, influenciando a sociedade no pós-golpe de 1964. O objetivo deste trabalho acadêmico é, portanto, instigar a reflexão sobre a formulação desta ideologia autoritária que criminalizou e rotulou o estudante como “terrorista” no período da Ditadura Civil-Militar.

Palavras-chave: Ditadura; Autoritarismo; Estudante; Repressão.

Abstract: This article analyzes the Civil-Military Dictatorship of 1964, focusing on the struggles of the student movement and military narratives. We used the iconographic source of “Antônio Carlos da Silva Muricy's Lecture on Students and Terrorism” to identify “subversive” students. The Lecture's methodology included tables and questionnaires answered by 44 students, imprisoned by the regime. anti-communism and repression. The research analyzes the military discourse on students in the 1970s, which legitimized persecution and social control, influencing society in the post-1964 coup. The objective of this academic work is, therefore, to instigate reflection on the formulation of this authoritarian ideology that criminalized and labeled the student as “terrorist” during the Civil-Military Dictatorship period.

Keywords: Dictatorship; Authoritarianism; Student; Repression.

Introdução

Contrastar os embates que aconteceram entre os governos militares, instituições universitárias e movimentos estudantis pode ser um caminho fértil para elucidar ambivalências e resquícios de um período que, ainda hoje, continua a ser palco de disputas e controvérsias. O autoritarismo de 1964 a 1983 impactou a formação dos estudantes do período. A democratização foi um desafio para além da representatividade política e substancial, havendo desigualdade e desequilíbrio de poder e de aquisição entre as classes sociais.

¹ Graduando no curso de Bacharelado e Licenciatura em História pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Franca.

² Graduando no curso de Bacharelado e Licenciatura em História pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Franca.

³ Graduando no curso de Bacharelado e Licenciatura em História pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Franca.

O processo de alargamento da democracia na sociedade contemporânea não ocorre apenas através da integração da democracia representativa com a democracia direta, mas também, e sobretudo, através da extensão da democratização – entendida como instituição e exercício de procedimentos que permitem a participação dos interessados nas deliberações de um corpo coletivo – a corpos diferentes daqueles propriamente políticos. Em termos sintéticos, pode-se dizer que, se hoje se deve falar de um desenvolvimento da democracia. [...] (Bobbio, 1986, p. 155).

Destacando um trecho da obra do filósofo italiano Norberto Bobbio, fundamentamos algumas reflexões sobre o golpe Civil-Militar em um plano maior e a ação que os dirigentes militares e seus apoiadores tiveram sobre as instituições universitárias. O regime político iniciado com um golpe em 31 de março de 1964 buscou capturar e cooptar diferentes espaços e frentes que poderiam, segundo a sua visão e parâmetro, pôr em risco o capitalismo liberal. As entidades e agremiações estudantis deveriam seguir à risca o modelo imposto pelos dirigentes militares, rigorosamente criado para unificar e, de certa forma, personificar um ideal de cidadão; os símbolos associados à nação foram reiterados e ampliados durante todo o período.

Dispositivos legais foram elaborados para fortalecer as medidas repressivas, do mesmo modo foram criados, respaldos jurídicos e sociais. Um exemplo desses dispositivos é a Lei Suplicy de Lacerda, criada durante o primeiro ano do golpe, promulgada pelo então presidente Castelo Branco; outro exemplo é o Ato Institucional nº 5, promulgado no governo do sucessor de Castelo Branco, Artur da Costa e Silva.

As fontes

A palestra que serve de fonte para a presente pesquisa foi proferida por Antônio Carlos da Silva Muricy, General Maior do Exército. Utilizamos também uma biografia publicada no site Diretório Brasil de Arquivos, sobre o referido General.

O General Muricy foi um militar importante durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil. Nascido em 1915, ele teve destaque no Exército Brasileiro. Em 1968, Muricy foi designado comandante da 2ª Região Militar, com sede em São Paulo. Esse período foi crucial durante a Ditadura Civil-Militar, e sua atuação foi marcada pela repressão a movimentos de oposição ao regime, destacando-se na implementação das políticas de controle e combate aos grupos de resistência. Muricy continuou atuante na esfera militar e política após se aposentar. Ele faleceu em 2006, deixando um legado relacionado às políticas repressivas da ditadura. O foco da perseguição e repressão estudantil frequentemente envolvia instituições de ensino superior, como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Os estudantes foram um dos principais

alvos de repressão, especialmente em universidades que eram centros de ativismo político e resistência ao regime.

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) houve casos de violência e de fortes repressões aos estudantes. Embora Muricy não estivesse diretamente responsável por eventos no Rio de Janeiro, a estrutura de repressão era coordenada de forma centralizada. O General Muricy, especificamente, estava mais diretamente envolvido com a repressão em São Paulo e na 2ª Região Militar. A ação repressiva aos estudantes ocorreu principalmente durante os anos de 1964 e 1970, quando o regime militar intensificou suas ações contra qualquer forma de oposição. Os métodos usados foram a prisão de líderes estudantis, a censura de atividades políticas e culturais, e até mesmo a tortura e desaparecimentos.

Em 1968, o governo militar desencadeou uma repressão severa contra os movimentos estudantis, especialmente após o AI-5 (Ato Institucional n.º 5), que suspendeu garantias constitucionais e ampliou os poderes repressivos do regime. Registrou-se também a invasão do restaurante universitário do Rio de Janeiro “Calabouço”, que culminou na morte de Edson Luiz, estudante que se manifestava em prol de melhorias do restaurante e que se tornou um símbolo de resistência ao regime autoritário para o movimento estudantil em várias regiões do país:

Em 28 de março de 1968, um grupo discutia os preparativos de mais um ato contra as condições do Calabouço quando policiais invadiram o local para abortar o protesto. Os jovens reagiram com paus, pedras e bandejas. Na batalha, um estudante perdeu a vida na hora, com um tiro à queima-roupa no coração — Edson Luís de Lima Souto, de 18 anos, que deixara Belém para cursar o supletivo no Rio. Era o primeiro “morto público” da ditadura. A repercussão no Senado foi imediata. (Senado Federal, 2024)

As universidades foram locais de intensa vigilância e intervenção militar. Cada região tinha sua própria célula de repressões, incluindo Comandantes Regionais e forças locais. Em cada região, diferentes comandantes e autoridades locais, como o General Muricy em São Paulo, estavam envolvidos na repressão. Correlacionando com a apresentação de quem foi o General Antônio Carlos da Silva Muricy, a seleção das figuras 1 e 2 do acervo deste mesmo, remonta a motivação pela qual o General buscou perpetrar sua ideologia contra os estudantes, enquadrando-os, como “terroristas” e “subversivos”, iniciando assim sua apresentação, de conotação anticomunista.

Das perguntas que ele formulou para que os estudantes interrogados respondessem já deixa claras as intenções de análise. Na palestra, pelo que indica, havia pessoas ligadas às forças armadas e pessoas ligadas ao setor educacional, tendo a hipótese de que esta palestra foi realizada em uma universidade, no Rio de Janeiro, servindo de “manual” para identificar

estudantes “subversivos”, não concordantes com a política educacional elaborada. Contando com uma complexidade de formação desta palestra, o General Antônio Carlos da Silva Muricy é o principal palestrante:

Quadro 1) Situação da Família: pais separados 6; carência de afeto na família 4; problemas na família 3; família normal 1 e não responderam 30.

Quadro 2) Ocasão que ingressou na subversão: após a formatura 2; na faculdade 24; na entrada da faculdade 6; durante o ciclo secundário 9; após o curso secundário 2 e não responderam 1

Quadro 3) Formas por que foram aliciados: por envolvimento progressivo 26; por ligações pessoais com elementos de esquerda 4; por estudos e reflexões pessoais 8; por necessidade de prestígio 1; induzidos por colegas 1 e não responderam 4.

Quadro 4) O que pensam em fazer após a liberação: voltar a faculdade 3; voltar à vida normal 14; retornar a família (moças) 2; não vê como possível sua reintegração 2; ir para fora do país 1; continuar a luta revolucionária 3 e não responderam 19.

O quadro 2 expressa abertamente o ideal ao qual forjaram o questionário respondido pelos 44 estudantes aliciados no governo militar, pelo que se indica, no ano de 1970. Ambas as perguntas dizem respeito ao grau de escolaridade e o circuito da educação, como faculdade, ciclo secundário e outros. Nesse sentido, afirmamos que a Palestra foi estruturada para servir como base de investigação, e, talvez, sustentação dos pilares que os governantes do regime autoritário visavam levantar. No quadro 3, o motivo de captura destes estudantes estava justamente voltado aos “materiais suspeitos”, incluindo livros e anotações pessoais dos envolvidos. A relação de estudantes e o envolvimento, de alguma forma, com movimentos de esquerda também foi motivo de suas prisões. Não tardaria para que este pensamento autoritário sobre estudantes servisse como sustentação do regime militar, que nos anos de 1970 cunhavam estar “reabrindo” o governo para a volta da redemocratização, momento que não se concretizou.

Estas fontes históricas e bibliográficas foram de crucial importância, uma vez que a indagação e problematização acerca da caracterização dos estudantes, sobretudo, universitários, durante o regime militar de 1964, foi intensificada sobre narrativas de dirigentes autoritários enquanto o governo aprimorava a sua rede de opressão, perseguição e controle social, com o presidente militar Emílio Garrastazu Médici em 1970.

Na referida palestra, o General não identifica o nome dos estudantes que foram forçados a fazer parte da pesquisa. No entanto, encontramos, para o mesmo período, 44 estudantes

presos e membros da ALN. Uma hipótese historiográfica sobre a identidade destes estudantes presos se encontra, portanto, na obra de Elio Gaspari, cuja descrição da apreensão de 44 militantes da ALN correspondem, em certa medida, com a Palestra do General Muricy. Houve intensos conflitos entre a Ação Libertadora Nacional e o regime militar entre os anos de 1970 e 1972:

Essas cinco ações foram organizadas por quatro grupos, e delas participaram 46 militantes. Um levantamento do destino de 44 deles mostra que no final de junho de 1970, menos de um ano depois do sequestro de Elbrick, seis estavam mortos, 21 presos e dez haviam deixado o país. Dos sete restantes, dois morreriam e um seria capturado antes do final de 1970. Sobravam quatro. Dois estavam desconectados das organizações e outro exilou-se em 1971. Vivo e atuante, só um, que seguira para Cuba. Retornou ao Brasil e foi assassinado em 1972 (Gaspari, 2002, p. 162).

Uma forma de resistência contra a ditadura militar foi a criação da Ação Libertadora Nacional (ALN), que dispunha de militantes que faziam ações diretas e foi fortemente associado ao terrorismo, pois estas ações atingiam setores de interesse dos militares, como o sequestro do embaixador norte Americano Elbrick, na cidade do Rio de Janeiro pela luta armada, em troca de presos políticos do regime autoritário em 1969. Frequentemente esta organização contava com estudantes universitários que aderiam ao movimento de resistência e a luta armada. Sobre a palestra em questão, foi noticiado na imprensa pelo jornal “O Correio da Manhã”, no dia 12 de novembro de 1971, Rio de Janeiro na página 3 com o título “Muricy exorta mestres e pais a armar os jovens”. Este mesmo traz o depoimento do General Muricy:

O presidente da Adesg, que abordou o tema “O Estudante e o Terrorismo”, esclareceu que “a base do nosso trabalho deve ser: dar ao jovem um solida estrutura moral, moral baseada nos ensinamentos de filosofia democrática e cristã, advinda pelo exemplo do lar, pela virtude dos que o cercam, pela firmeza de caráter que dele se exige, pelos ensinamentos sadios e verdadeiramente democráticos que lhe são dados na escola [...] (Biblioteca Nacional, 1971).

Apresentado a discussão acerca da palestra do General Muricy, a contestação acerca de seu conteúdo e objetivo, traçamos uma possível interpretação do fato ocorrido com a bibliografia do autor Elio Gaspari, ao qual menciona a apreensão de 44 militantes no mesmo período da confecção desta palestra, em 1970 e 1971. E a fim de complementação, notamos a circulação na imprensa do envolvido General Muricy, que está associado à Escola Superior de Guerra. As ambivalências, para tanto, complementam-se no que iremos buscar expor, a criação de um plano nacional, desenvolvimentista e econômico com a modernização dos polos de

ensino superior, combatendo para além do discurso, os opositores e estudantes que, de alguma forma, tentam resistir às normas impostas pelo autoritarismo e estudantes que estavam buscando organização do movimento estudantil como forma de luta e identidade estudantil. Demonstradas as fontes, voltemos ao contexto.

Plano militar acerca do estudante a ser combatido, contextualização do autoritarismo

[...] As nossas sociedades parecem não compreender que se possa viver senão sob o regime de lei, elaborada por um governo representativo e acoplada por um grupo de governantes; e mesmo quando chegar a emancipar-se desse jugo, o seu primeiro cuidado é retomá-lo imediatamente. “O ano I da liberdade” nunca durou mais que um dia porque, depois de a terem proclamado, todos no dia seguinte se submetem ao jugo da lei, da autoridade (Kropotkin, 1987, p. 69).

Assim como enfatizou a colocação anterior, manter atualizada a legislação brasileira sempre foi preocupação dos militares no poder, haja vista os atos institucionais e as leis de educação promulgadas no período, o autoritarismo atuou, portanto, no fechamento político e na criação destas legislações, para se manterem no poder político e na estrutura Militar.

João Goulart, vice de Jânio Quadros, prometia políticas sociais, como, projeto de “Reforma de Bases” antes de 1964, apoiado por grupos políticos progressistas e socialistas. No entanto, Goulart, seguindo a linha trabalhista perpetrada no governo de Vargas, não era comunista. Travava-se de um embate político entre alas progressistas contra alas mais à direita. Não tardou para haver reação conservadora da direita contra os projetos políticos de Goulart no ano de 1963.

O ensino superior, sob intenso fogo cruzado, virou palco de disputa entre ideias progressistas e conservadores, resultando em uma grande batalha ideológica e política dentro dessas instituições:

Nesse quadro, era forte a sensação de que as universidades precisavam ser transformadas, embora os projetos político-ideológicos em disputa divergissem sobre os rumos a adotar. De modo simplificado, esquerda e direita convergiam no diagnóstico de que era necessário modernizar e produzir mais conhecimento, porém, os primeiros desejavam também situar as universidades ao lado das causas socialistas. Esse era o tom dos debates sobre reforma universitária organizados, antes de 1964, por lideranças estudantis e pela União Nacional de Estudantes (UNE), que almejavam também mudar a estrutura de poder dentro das instituições de ensino. A demanda por reforma universitária foi incorporada às “reformas de base” anunciadas por João Goulart, cujos planos incipientes para o ensino superior não tiveram oportunidade de se concretizar (Motta, 2014, p. 9).

O Comunismo transformou-se no inimigo interno a ser combatido. Espaços de poder começaram a ser reivindicados, sobremaneira as instituições universitárias. O “perigo vermelho” foi estampado política e ideologicamente como argumento central para que um golpe pudesse ser desferido contra diversos personagens e instituições importantes. O general Antônio Carlos da Silva Muricy serviu como interlocutor privilegiado na identificação de estudantes universitários enquanto potenciais perigos à segurança nacional. Gradualmente, as mãos do comando político recém-ascendido ao poder planejaram enquadrar as universidades dentro dos seus planos de pequeno, médio e longo prazo.

O golpe de 1964 não foi um movimento essencialmente antirreformista, mas sobretudo anticomunista. Parte dos apoiadores do golpe era favorável a reformas, desde que afastado qualquer perigo de radicalização e fortalecimento de lideranças revolucionárias. Também à direita aceitava-se o argumento reformista de que as universidades precisavam de mudanças para superar certos arcaísmos. A unidade básica das faculdades eram os catedráticos, professores poderosos que, entre outros privilégios, tinham cargos vitalícios. Tal sistema era considerado responsável pela fraca produção de conhecimento e pela apatia dos professores situados nos níveis hierárquicos inferiores. Outro problema sensível era a escassez de vagas para os jovens em condições de ingressar na universidade, um grupo em expansão, em virtude do aumento das taxas de urbanização e do crescimento demográfico nos anos 1950-60 (Motta, 2014, p. 9).

Um dos historiadores mais versados sobre o período do golpe militar é Rodrigo Pato Sá Motta. O autor serviu como nosso guia de entendimento sobre a ação específica que a universidade (como instituição) sofreu durante o período ditatorial. Referenciado acima, reforçado neste momento, uma das correntes ideológicas essencialistas para o desenvolvimento e sustentação do golpe foi o medo da ameaça comunista. Logo, houve disputas do controle dos polos de ensino superior pelos conservadores contra progressistas:

Entre os adversários das esquerdas, sobretudo nos grupos influenciados por argumentos liberais, circulavam também teses reformistas. Entretanto, ao contrário da perspectiva socialista e revolucionária, eles queriam mudar o ensino superior para torná-lo mais eficiente e produtivo, tendo em vista as necessidades do desenvolvimento econômico e de modernização da máquina pública. Conferia-se ênfase ao ensino técnico, em detrimento da tradição humanista, e privilegiava-se o desenvolvimento tecnológico, em prejuízo da pesquisa voltada para a ciência pura. Para essa vertente, as universidades não precisavam ser públicas e tampouco gratuitas. Ao contrário, questionava-se o estatuto da gratuidade do ensino e defendia-se a cobrança de taxas dos estudantes que pudessem pagar (Motta, 2014, p. 9).

Patrocinado pelos Estados Unidos, prometendo trazer modernização ao Estado brasileiro, se agravou o combate contra a esquerda brasileira. Destituíram o então presidente

João Goulart e iniciaram o plano de tomada por um golpe que encerrou as eleições daquele ano, tendo Humberto de Alencar Castelo Branco como primeiro presidente militar em exercício. Colocadas as peças em jogo, os vitoriosos buscaram construir a sua própria jornada de heróis e protetores da nação, enquanto os derrotados foram frustrados em seu suposto plano de instaurar uma “ditadura comunista” no Brasil (Motta, 2014, p. 11).

Todas as ações perpetradas pelo conjunto daqueles que, em alguma medida, detiveram o poder durante o regime militar, analisando suas ações em conjunto, tiveram um fundo conservador e autoritário, tendo a ação repressiva como ferramenta para a conquista de seus objetivos. Os “vitoriosos” logo direcionaram as suas forças para a conquista das universidades. Nos primeiros dias após o golpe, houve um plano que ficou conhecido como “Operação Limpeza”, que teve como objetivo principal expurgar qualquer indivíduo que demonstrasse inclinações ideológicas socialistas e comunistas e carregassem algum material considerado subversivo, como livros, bibliotecas pessoais, músicas, panfletos, entre outras coisas. Plano incentivado, inclusive, através de um acordo internacional entre Estados Unidos e Brasil. Esmiuçada entre os ministros da educação da nova ordem, o regime político militar⁴.

Houve, neste cenário, a corrida para a criação de um Plano nacional para as universidades. Agentes políticos foram escalados e as Forças Armadas uniram-se ao governativo, judiciário, executivo e legislativo mais adiante no período do regime e do Estado autoritário. A onda de expurgo refere-se à perseguição sobre as pessoas que demonstrassem um perfil do “ser combatido”. Nas universidades isso gerou expulsão de estudantes, professores e diretores. Até esse momento a universidade contava com cargos de cátedra, ou seja, uma cadeira permanente na direção e administração da universidade.

Percebendo a mudança no clima político, alguns professores começaram a retornar do exterior para reassumir os cargos dos quais haviam se licenciado, como Fernando Henrique Cardoso (USP), Sylvio Vasconcelos (UFMG), ou José Leite Lopes (UFRJ). Alguns jamais retornaram, pois construíram nova carreira no exterior (como Thomas Maack), e houve casos de morte no exílio. Entre os que ficaram no Brasil, houve quem saiu de sua cidade de origem para recomeçar carreira em outros centros. Entretanto, abandonar o estado de origem nem sempre significava deixar para trás os problemas com a polícia política, cujos organismos, cada vez mais sofisticados, criaram meios de recolher informações em qualquer parte. Depois de 1968, com o início de nova onda repressiva, certas histórias antigas seriam “recuperadas” pelos órgãos de informação, de modo que professores que trocaram Minas Gerais, Rio Grande do Sul ou Pernambuco por Rio de Janeiro ou São Paulo foram chamados a prestar contas por atos ou ideias manifestados anteriormente em seus estados de origem. (Motta, 2014, p. 61).

De acordo com Rodrigo Patto de Sá Motta, os políticos do novo regime não sabiam como prosseguir com o governo instalado, para tanto houve alguns planejamentos para incorporar o governo dos golpistas. Foi feito o plano “operação limpeza” para confrontar seus opositores do campo político; Castelo Branco intitulou as primeiras medidas dos agentes de investigações, e a polícia política para “expurgar” os intelectuais e simpatizantes do socialismo, também aqueles vistos como “suspeitos” e de ideologias comunistas. Foi aberto já no início os inquéritos policiais militares (IPMs) e as intervenções nos institutos universitários, criando mais perseguição contra estudantes e professores que demonstravam adeptos a algum socialismo e não fosse a favor do novo regime militar; A reforma universitária ainda não tinha sido feita pelo regime político militar e os institutos universitários ainda eram bem tradicionalistas, com cursos bem elitistas e com poucas vagas.

Os reformistas e conservadores buscavam a ampliação de vagas e lutavam para o ensino superior não ser gratuito. Sobre as ofertas de vagas, nos anos de 1964, 1965 e 1966, o movimento estudantil pautou a gratuidade do curso superior, abertura do período noturno e mais cursos de humanidades nas universidades. Sobre o mote de “modernização”, os políticos criaram um plano de reforma universitária que substituiu aos poucos as vagas de cátedras e passou a ser gerida por departamentos. O movimento estudantil pressionava para a ampliação de vagas e aberturas de mais cursos das ciências humanas aproveitando essa área do saber para reflexões e buscando um significado de ação social vinda dos estudos dessas ciências humanas no ano de 1968. Os novos donos do poder político tinham a reforma como sendo inspiradas pelos acordos entre os Estados Unidos e o MEC pela via do ministro Tarso Dutra no governo de Costa e Silva em 1966. Foi em 1968, sob pressão que o movimento estudantil levou maiores embates contra o autoritarismo:

Apesar dos esforços do governo para aquietar os estudantes, fosse pela via repressiva, fosse com ações “integradoras”, a rebeldia explodiu em 1967-68. No primeiro ano, o tema principal dos movimentos era a denúncia da desnacionalização da educação implicada nos acordos MEC-Usaid. Desde 1966, ataques contra o imperialismo na educação já estavam na pauta das manifestações estudantis, cujos alvos iniciais foram o Relatório Acton e o Projeto Camelot. Mas em 1967 a Usaid tornou-se a principal bandeira dos protestos. A propósito, muitas bandeiras norte-americanas foram queimadas em várias cidades brasileiras. Atacando a influência da Usaid e aguçando o tom antiamericano das denúncias, os jovens brasileiros, à sua maneira, ecoavam também os protestos contra a intervenção no Vietnã, tema que mobilizava a atenção do mundo. (Motta, 2014, p. 96).

A Criminalização dos estudantes.

O Ato Institucional número 5 (AI-5) foi o fechamento do regime político do estado autoritário. Houve a contestação da ampliação dos agentes autoritários, em 1969, já estabelecido a perseguição contra os “subversivos”, e movimentos de esquerdas, que em 1968 foram para as ruas manifestar-se contra o regime militar. O Estado Autoritário direcionou aos estudantes “subversivos” as suas perseguições e truculências, tendo como exemplo desta ação autoritária o evento da intervenção militar no Conjunto Residencial da USP (CRUSP), por conta da recorrência da esquerda estudantil.

Figura 1 - Conjunto Residencial da USP (CRUSP) - “Manifestação estudantil em frente a um dos blocos do CRUSP em 1967”.



Fonte: Memorial da Resistência SP. Conjunto Residencial da USP (CRUSP). Disponível em: <https://memorialdaresistencia.org.br/lugares/conjunto-residencial-da-usp-crusp/>. Acesso em: 04 dez. 2024.

O CRUSP foi construído em 1963 para os Jogos Pan-Americanos, ficou fechado até 1964, quando estudantes o ocupou, levando a USP a gerenciar a nova moradia estudantil. Durante a ditadura, o CRUSP se tornou importante para a organização estudantil, abrigando assembleias, congressos e eventos culturais, o que levou à invasão policial em 1967 e a posterior invasão militar em dezembro de 1968, após o AI-5. Os estudantes foram presos e o CRUSP ficou fechado por 10 anos, reabrindo apenas em 1979 e 1980 com nova ocupação estudantil. Desde então, houve lutas por permanência estudantil e ampliação de vagas.

Professores foram expurgados dos meios universitários, pelos órgãos criados para manter o controle e evitar rebeliões semelhantes à de 1968. Especificamente sobre o ensino moral e cívico (EMC), em setembro de 1969, o AI-5 foi implementado e o decreto nº869 tratou da criação de comissões ligadas aos órgãos e forças militares, que por sua vez estava acoplado nas decisões do Ministério da Educação (MEC). Motta discorre sobre a sua finalidade e a prática

efetiva nas escolas. Tinha especificamente como alvo, o ensino fundamental e médio, para as universidades havia outro planejamento, pouco difundido entre as academias. Essa disciplina de formação superficial para licenciatura foi criada durante o regime militar, visando reprimir a juventude rebelde de 1968. Contou com cartilhas de moralismo e civismo, que expressou as ideologias da direita radical e militar e comissões foram criadas para fiscalizar as universidades.

A implementação do EMC teve recorrência em outras universidades, como a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca, que contou com a participação de líderes políticos da região para a criação do centro cívico no mesmo ano de 1971. Iniciativa do diretor da faculdade, que escreveu um manual didático de EMC (Motta, 2014, p. 188). Em contrapartida, o movimento dos estudantes de História da UFMG foi contra as implementações curriculares de Estudo de Problemas Brasileiros (EPB) na universidade com realização de manifestações, por mais que o diretor fosse condizente a certas implementações, a disciplina não foi implementada, em 1972, ela passou a ser questionada e não teve a efetivação do EPB na faculdade.

A visão jurídica traz grandes informações das pessoas que foram aliciadas, os estudantes. Para buscar um estudo sobre quais sombras os golpistas se camuflaram, dar início ao projeto golpista e a opressão das instituições em aprimoramento, a autora Claudia Maria Gusson afirma a importância dos estudos relacionados a ideologia de segurança nacional, fortemente empregada durante o regime como forma legal e judicial para aliciar divergentes políticos:

O aspecto relevante na obra de Maria Helena Moreira Alves (1984) que interessa a esta pesquisa é a sua concepção de doutrina de segurança nacional e de desenvolvimento, o que ela chama em muitos momentos de ideologia de segurança nacional. A ideologia de segurança nacional tem a função de legitimar o Estado autoritário, que passa a adotar um tipo de desenvolvimento econômico excludente e de concentração de renda. A doutrina de segurança nacional também é o arcabouço para a implantação e manutenção das leis de Segurança Nacional que preconizaram o combate e a repressão de crimes considerados subversivos e de ameaça à segurança nacional. (Gusson, 2008, p. 10).

O Comando de Caça ao Comunismo (CCC) e a perseguição aos estudantes universitários

No entanto, estabeleceremos um contraponto essencial. Inicialmente, algumas palavras são necessárias. Generalizações são elementos recorrentemente usados dentro e fora das ciências humanas e sociais, mas que podem guardar perigos mediante uso indevido. Usamos este trabalho para discorrer sobre um determinado grupo, em um determinado tempo e espaço.

Não significa, no entanto, que este determinado grupo agiu e reagiu da mesma forma. Fazemos desse modo pelas razões acima expostas.

Somos levados a falar sobre aqueles estudantes que, muito pelo contrário, não se opuseram ao golpe civil-militar, mas foram, dentro do mundo acadêmico do período, seus apoiadores e correspondentes. Sim, os militares detiveram o poder político e institucional de forma hegemônica, porém apoiados por diferentes agentes e personagens.

O Comando de Caça aos Comunistas, referenciado pela sua sigla, CCC, é uma evidência de que o golpe de 64 recebeu o apoio de muitas mãos, interessando intelectuais, professores universitários e estudantes, principalmente os matriculados em cursos historicamente elitizados, como medicina e direito. A dissertação de mestrado Danielle Barreto Lima traz o universo pouco explorado de estudantes que planejaram transportar todo o arcabouço discursivo militar para dentro de suas universidades.

A partir da década de sessenta, observando retrospectivamente, movimentos culturais, sociais e políticos, principalmente propagandeados pelas gerações mais jovens, tentaram subverter a ordem vigente em suas sociedades. Boa parte disso pode ser explicado a partir do aumento nas taxas de natalidade, resultando em mais jovens tornando-se adultos e impulsionando o crescimento urbano. (Lima, 2020, p.24).

Pode-se dizer, assim, que a juventude, como objeto histórico, pode ser apontada como elemento dinamizador da sociedade, seja com ideias progressistas ou conservadoras, e que na política, ainda que a juventude possa ter essa representação de “potência”, não pode ser vista como um conjunto uniforme. (Lima, 2020, p. 17).

Considerações finais

Uma última ideia para fecharmos este breve artigo: inverte-se a ordem do que se pode supor em um primeiro momento. O golpe Civil-Militar atacou e reprimiu nacionalmente as instituições universitárias e boa parte das pessoas que nela estavam inseridas, mas, contrariando a generalização comum e pouco fundamentada, essa mesma repressão só pôde ocorrer através do apoio de parte de outros estudantes, professores e mais personagens que habitaram e conviveram nas universidades durante todas as décadas do golpe.

Fontes

Acervo digital do Sistema de Informação do Arquivo Nacional (SIAN), fundo: agência nacional – BR RJANRIO EH. **Palestra do General Antônio Carlos da Silva Muricy sobre estudantes e terrorismo**. Sistema de Informação do Arquivo Nacional. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1365942&v_aba=2. Acesso em: 04 dez. 2024.

DIRETÓRIO BRASIL DE ARQUIVOS. **Sobre Antônio Carlos da Silva Murici**. Diretório Brasil de Arquivos. Disponível em: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/murici-antonio-carlos-da-silva>. Acesso em: 04 dez. 2024.

CORREIO DA MANHÃ. Muricy exorta mestres e pais a armar os jovens. Rio de Janeiro, 12 set. 1971. **Correio da Manhã**, p. 3, 1.º caderno. Hemeroteca digital brasileira. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&pesq=%22Palestra%22%20%22Estudantes%22%20%22terrorismo&pasta=ano%20197&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=26026. Acesso em: 04 dez. 2024.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA SP. **Conjunto Residencial da USP (CRUSP)**. Memorial da Resistência SP. Disponível em: <https://memorialdaresistenciasp.org.br/lugares/conjunto-residencial-da-usp-crusp/>. Acesso em: 04 dez. 2024

SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO ARQUIVO NACIONAL (SIAN). **Palestra do General Antônio Carlos da Silva Muricy sobre estudantes e terrorismo**. Sistema de Informação do Arquivo Nacional. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1365942&v_aba=2. Acesso em: 04 dez. 2024.

Referências Bibliográficas

BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Correio da Manhã, Muricy exorta mestres e pais a armar os jovens**. Rio de Janeiro, 12 set. 1971. **Correio da Manhã**, p. 3, 1º caderno. Hemeroteca digital brasileira. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_08&pesq=%22Palestra%22%20%22Estudantes%22%20%22terrorismo&pasta=ano%20197&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=26026. Acesso em: 04 dez. 2024.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade: por uma teoria geral da política**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Coleção Pensamento Crítico, v. 69).

DIRETÓRIO BRASIL DE ARQUIVOS. **Sobre Antônio Carlos da Silva Murici**. Diretório Brasil de Arquivos. Disponível em: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/murici-antonio-carlos-da-silva>. Acesso em: 04 dez. 2024.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GUSSON, Claudia Maria. **Movimento estudantil e repressão judicial: o regime militar e a criminalização dos estudantes brasileiros (1964-1979)**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-02102008-155123/>. Acesso em: 04 dez. 2023.

LIMA, Danielle Barreto. **O COMANDO DE CAÇA AOS COMUNISTAS (CCC): do estudante ao terrorista (1963-1980)**. São Paulo, 2020. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) – Programa de Estudos Pós-graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

KROPOTKIN, Peter Alexeyevich; TRANGTENBERG, Maurício. **Kropotkin: textos escolhidos**. 1987. São Paulo: L&PM Editores S.A., Biblioteca Anarquista.

MOTTA, Rodrigo Patto S. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. 1. ed. rev. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2014. 429 p. ISBN 978-85-378-1199-3.

SENADO FEDERAL. Episódio no Calabouço, no Rio, inflama manifestações de rua. **Senado Notícias**, 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/em-68-senado-reage-a-morte-de-estudante/episodio-no-calabouco-no-rio-inflama-manifestacoes-de-rua>. Acesso em: 04 dez. 2024.

⁴ Notamos esta presença, do discurso, no período do Vargasismo e as políticas autoritárias de controle, demonstrada na forma da incorporação do Estado, agentes políticos, no cotidiano da população, vistoriando ao mesmo tempo, em que se torna uma figura política e pública, que foi reciclado em 1964. Estes agentes, do governo anterior, se mantiveram atuantes na política e arquitetaram uma “máxima”, para “justificar” o fechamento político e dessem o nome como “revolução de 64”. O populismo é um conceito que aborda a coordenação política com vigilância, focando nos problemas sociais para justificar medidas que se afastam de suas moralidades. A importância desse conceito é ressaltada ao considerar a conjuntura histórica das décadas de 1960, 1970 e 1980, sua aparição, digamos assim, é resgatada no início do autoritarismo de 1964.

História e Memória da Ditadura Militar Brasileira¹

History and Memory of the Brazilian Military Dictatorship

Priscila Aparecida MARTINS²

Resumo: O ano de 1964 marcou o início de um período significativo na história do Brasil, que durou vinte e um anos e se caracterizou como um momento repleto de perseguições, torturas e mortes. No entanto, as percepções atuais sobre essa época pela população brasileira estão longe de alcançar unidade no reconhecimento dos danos causados pelo governo ditatorial. Há, inclusive, uma parcela considerável de pessoas que defende abertamente a tortura ou nega sua existência e reivindica o retorno de um governo militarizado. Trata-se de um contexto em que os registros históricos sobre o tema são desconsiderados por grande parte da população e a memória idealizada de um momento em que supostamente prevaleciam a ordem e o progresso ganha cada vez mais espaço. Partindo dessas ponderações, o presente texto tem o intuito de retomar historicamente o período da ditadura civil-militar brasileira, assinalando a importância da produção contínua desse tipo de estudo a fim de contribuir com as reflexões pertinentes ao tema, através da apresentação de uma revisão bibliográfica embasada em pesquisas de historiadores e outros estudiosos sobre o assunto.

Palavras-chave: Ditadura; História; Memória.

Abstract: The year 1964 marked the beginning of a significant period in Brazilian history that lasted twenty-one years, characterized by persecution, torture, and death. It was a time when fighting against repression in defense of one's ideals and a better future meant risking one's life. However, current perceptions of this period among the Brazilian population are far from unified in recognizing the harm caused by the dictatorial government. There is, in fact, a considerable portion of people who openly defend torture or deny its existence and call for the return of a military-led government. This context reflects the disregard of historical records by much of the population, while an idealized memory of a time supposedly dominated by order and progress gains increasing traction. Based on these considerations, this text aims to historically revisit the period of the Brazilian civil-military dictatorship, highlighting the importance of continued production of studies on this subject, in order to contribute to relevant reflections through a bibliographic review based on research conducted by historians and other scholars on the topic.

Keywords: Dictatorship; History; Memory.

Introdução

Refletir sobre a ditadura civil-militar³ no Brasil é debruçar-se sobre um período controverso, que desperta posicionamentos variados e tem como marcas inúmeras formas de materialização da violência que estão registradas na memória de seus sobreviventes, em diversos documentos e em numerosos estudos que compõem a vasta bibliografia construída ao longo dos anos, sob os olhares e perspectivas de profissionais, testemunhas e intelectuais.

O período ditatorial, assim como outros, consiste em espaço de disputa de memória, no qual, mais do que lembranças, estão incutidas percepções ora convergentes, ora

² Graduanda no curso de Bacharelado e Licenciatura em História pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Franca.

divergentes, tendo em vista que todo evento histórico é passível de leituras variáveis, dependendo da perspectiva e da forma de interpretação de quem os descreve, fato que pode resultar em visões parciais ou tendenciosas, capazes de influenciar a percepção pública e comprometer a compreensão histórica (Fico, 2004; Campos, 2021).

Nesse sentido, a ditadura civil-militar brasileira, tão debatida no âmbito acadêmico, ainda costuma provocar debates rasos e acalorados fora dos muros das universidades, muitas vezes influenciados por posicionamentos políticos/partidários embasados em discursos de ódio, utilizados para justificar e, em alguns casos, até mesmo exaltar as atrocidades cometidas pelo governo ditatorial como meio de garantir a “ordem e o progresso”, anulando a possibilidade de uma discussão mais aprofundada.

Posto isso, ressalta-se a importância da produção contínua de estudos que retomem esse período. O presente artigo visa contribuir com esse debate, tendo como objetivo apresentar o período histórico do governo militar brasileiro que vigorou de 1964 a 1985, além de destacar a percepção de grande parte da população atualmente sobre o tema, baseando-se em uma revisão bibliográfica fundamentada em pesquisas de historiadores e outros especialistas das ciências humanas consideradas pertinentes.

No intuito de tratar da ditadura civil-militar brasileira o texto conta com os seguintes tópicos: Relação entre memória e História; O golpe de 1964 e a Doutrina de Segurança e Desenvolvimento Nacional; Aparatos repressivos do Estado e apoio internacional e A oposição do regime autoritário e a abertura política.

Relação entre memória e História

De acordo com Reis (2010) e Campos (2021) a memória é seletiva, resulta de um processo de construção política e é direcionada conforme o jogo de interesses vigente, no momento, sendo a sua apropriação e reprodução fruto do contexto em que está inserida. Assim, para compreender este processo é preciso entender o papel da coletividade na sua construção e desconstrução, bem como as estratégias adotadas no ato de silenciar ou destacar acontecimentos.

Le Goff *apud* Campos (2021) sublinha a fluidez e a capacidade de transformação da memória a partir das influências sofridas por novas experiências e informações, proporcionando uma junção entre aspectos psíquicos (mentais) através das funções do cérebro e da inteligência humana para organizar e estruturar lembranças, tendo em vista a capacidade

de utilizar as mais variadas formas de linguagem para compartilhar ideias. Logo, mais do que um fenômeno biológico, a produção da memória envolve um sistema complexo que integra funções fisiológicas e sociais.

Sendo assim, Dosse *apud* Campos (2021, p. 31) explica que a memória é uma das matérias primas da História, advertindo que enquanto a História se fundamenta principalmente em fontes imóveis para representação e problematização do concreto visando o estudo do ser humano no tempo, a memória se embasa especialmente em testemunhas orais, por meio da recordação de imagens e experiências para apreensão do passado, nas palavras do autor: “No limite, uma terminaria onde a outra começa”.

Para Reis (2010) o trabalho do historiador consiste em buscar nas fontes disponíveis registros do passado, no intuito de compreender o contexto em que eles foram efetuados, ocupando uma posição delicada, onde, por um lado, não há pretensão de alcançar uma objetividade absoluta, tendo em vista que também se reconhece como sujeito integrante do processo histórico, mas, por outro, tem o dever de se pautar em uma perspectiva que evidencia as possibilidades de entendimento advindas de suas pesquisas, através de comparação, críticas, etc.

Diante disso, a conexão entre a memória e a história se apresenta envolta num emaranhado de percepções que se encontram atravessadas por incertezas sobre a reconstrução da realidade a partir de aproximações sucessivas do passado, baseadas em vestígios históricos e na manipulação consciente ou inconsciente de fatos, reconhecendo sua validação que enfatiza ou silencia os acontecimentos, num movimento que desempenha uma função demasiadamente significativa na forma como a história é transcrita e apreendida.

Nesse ponto, cabe retomar as reflexões de Le Goff apontadas por Campos (2021) que tratam como fatores fundamentais o ambiente social e político no processo de assimilação da memória, pois os sujeitos que detêm recursos para a reconstrução do passado, de certa forma, também se apropriam dele, transformando a memória em instrumento de poder, pois ela pode ser utilizada de maneira arbitrária e enviesada para justificar gestos e discursos do presente.

Compreender essa circunstância é essencial, considerando que o poder tem a capacidade tanto de reprimir, quanto de produzir comportamentos, interferindo diretamente na realidade em que vivemos (Foucault, 1984). Dentro dessa lógica, a dimensão coletiva da memória é inegável, já que a relevância da influência social na capacidade de rememorar o passado é demasiado significativa. Hawlbachs *apud* Campos (2021) defende a inexistência da memória individual, visto que as lembranças, ativadas em suas mais diversas formas de

registro e interpretações, encontram-se diluídas na coletividade, a partir de compartilhamentos que ora se mantêm, ora se modificam de geração em geração.

Sendo assim, a observação da relação entre a memória e a História que retoma o período da ditadura civil-militar no Brasil, recorte das reflexões realizadas no presente texto, encontra-se envolvida nesse processo que revela o cultivo de uma leitura idealizada do período em questão por uma parcela da sociedade atual e, conseqüentemente, acaba comprometendo o entendimento da história.

O golpe de 1964 e a Doutrina de Segurança e Desenvolvimento Nacional

Em 31 de março de 1964, as Forças Armadas do país unidas com o empresariado, a imprensa e outras frações conservadoras da sociedade civil depuseram o presidente João Belchior Marques Goulart (conhecido como Jango)⁴. Foi um golpe de Estado que contou com amplo apoio popular devido a influência orquestrada pelos referidos grupos sob a opinião pública, considerando a sua insatisfação com as políticas reformistas, o crescimento da inflação, os déficits fiscais e a suposta ameaça da implantação de um regime comunista no país.

Conforme Dezemone (2014) e Pressot (2004) um dos símbolos desse apoio foi a organização e a execução da “Marcha da Família com Deus Pela Liberdade”, manifestação constituída por associações empresariais, Igreja Católica, representantes da classe média, coletivos de mulheres conservadoras, escolas, faculdades, universidades, entre outros, cujo intuito era demonstrar corroboração com as Forças Armadas. A Marcha se manifestou em várias localidades do país, antes e após a deposição do presidente, sendo que teve seu princípio vinculado a atuação de grupos femininos como a Campanha da Mulher Pela Democracia (CAMDE) na cidade do Rio de Janeiro, a Liga da Mulher Democrata (LIMDE) em Belo Horizonte e a União Cívica Feminina (UCF) em São Paulo.

Os autores ressaltam que tais grupos contribuíram substancialmente com o clima de instabilidade política, manifestando-se radicalmente contra as propostas de João Goulart que defendiam estar associadas a “perversa ideologia comunista” e, com isso, angariaram muitos aliados que legitimaram o processo golpista, bem como auxiliaram na sua manutenção, afastando a população de reflexões críticas acerca da violência desmedida e das imposições que caracterizaram esse período.

A imprensa também exerceu papel essencial nesse contexto, propagando discursos alarmantes que disseminavam o medo do comunismo e a urgência dos militares em reprimir os “subversivos”, através da publicação cotidiana de textos em jornais de grande circulação que apresentavam um cenário de risco, onde vigoravam a desordem administrativa e as “terríveis” agitações da esquerda radical (Paula, 2018).

Além disso, Fico (2004) assinala a existência de apoio norte-americano aos opositores do governo de João Goulart e a sua disposição para reconhecer um governo alternativo, no Brasil, e apresenta uma série de recursos utilizados pelos Estados Unidos para colaboração na campanha de desestabilização do governo deposto, desde 1962, especialmente pelos United States Information Service (USIS) que investiu intensamente em propaganda e nos Centros Culturais e de Ensino de Línguas presentes no país.

Nas eleições parlamentares de 1962, houve significativa intensificação da intervenção estadunidense no processo político brasileiro que para além do enaltecimento dos costumes norte-americanos, da defesa do capitalismo e da oposição ferrenha ao comunismo, foram gastos também, ao menos, U\$\$ 5 milhões de dólares para financiar a campanha dos candidatos de oposição ao presidente João Goulart, simpatizantes da política norte-americana, conforme relatos do próprio embaixador Lincoln Gordon.

Jango foi praticamente intimado pelo secretário de Justiça dos EUA a exonerar auxiliares de esquerda empregados no governo brasileiro, sendo que recursos financeiros do governo norte-americano também foram destinados a governos estaduais que se mostravam favoráveis aos Estados Unidos. Ademais, foram oferecidas e realizadas viagens na “terra do tio Sam” sem qualquer tipo de custo para deputados federais, estaduais, senadores, prefeitos, governadores, membros da imprensa, reitores, professores e estudantes universitários com objetivo de motivar lideranças brasileiras.

Diante dessa situação e com direcionamento ditado pela Escola Superior de Guerra (ESG)⁵, apoiado pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), por meio da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento foram lançadas as bases para a imposição do golpe que conduziu o exercício do poder durante todo o período ditatorial. Segundo Alves (2005) tal doutrina consiste num conjunto amplo de teorias e princípios ideológicos que orientam a infiltração, a coleta de informações e o planejamento político-econômico de programas governamentais.

Nesse sentido, a acadêmica sublinha que, em sua versão brasileira, a Doutrina da Segurança e Desenvolvimento Nacional representa um conjunto estruturado de ideias que

abrange a teoria da guerra, da revolução e do combate à subversão interna e é utilizada para justificar a imposição de um sistema de controles e dominação, por meio do desenvolvimento econômico e da defesa da nação contra a ameaça dos “inimigos internos” e da “guerra psicológica”, seguindo o *slogan* “segurança com desenvolvimento”.

Segundo Fon (2001) tal Doutrina resultou também da fusão da Doutrina Alemã de Nacionalidade com a Teoria Franco-Italiana⁶, que proporcionaram a ESG seu próprio conceito de nação, definindo-a como uma estrutura histórico-cultural composta por pessoas que compartilham determinada região de moradia, comungam de tradições, costumes, hábitos, linguagem, ideias, crenças, vocações, lutas e vicissitudes comuns, cabendo ao Estado a sua preservação e proteção.

Sendo assim, a defesa da Segurança Nacional passou a ser entendida como dever do governo, independente do seu custo e sob esse viés os direitos de “conservação” e de “necessidade” do Estado⁷ foram utilizados para explicar o imperativo das medidas excepcionais e “excessivas” a fim de garantir a “proteção” nacional”, pois, diante de um cenário onde a lógica de guerra vigorava no interior do próprio território, a prisão, a tortura e até mesmo o assassinato de subversivos ou suspeitos passaram a ser considerados um “mal necessário”.

Logo, a tese da internalização da guerra direcionou práticas violentas contraparte da população, além de ratificar a prática da tortura que se tornou recorrente para obter informações e confissões ou simplesmente humilhar opositores políticos. Utilizada desde a ditadura do Estado Novo, a tortura foi sistematizada e significativamente desenvolvida a partir da criação do novo aparato repressivo do Estado durante a vigência da ditadura civil-militar.

Segundo D’Araujo, Soares e Castro (1994), a violência policial e militar e o desrespeito aos direitos humanos já eram uma constante nos processos de busca e apreensão, durante o período que antecedeu a eclosão da luta armada, nos primórdios do governo do general Castelo Branco, entretanto, a instituição militar nunca esteve tão integrada com as práticas repressivas quanto nesse momento.

É importante lembrar também que, em meio a esse cenário, o país viveu o famoso “milagre econômico”, período de ascensão econômica, caracterizado pelo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), pelo acelerado processo de industrialização, pela expansão da infraestrutura, com a construção das “obras faraônicas” e pelos grandes investimentos estrangeiros que ludibriaram parte significativa da população, o que causava a sensação de

desenvolvimento e progresso e levou o governo a obter ainda mais apoio popular, mas, por outro lado, resultou em expressiva elevação da dívida externa, ampliação da desigualdade social com a concentração de renda e o conhecido arrocho salarial (Dezemone, 2014).

Por outro lado, a disseminação da ideia de ameaça à Segurança Nacional ocasionada pelos “inimigos internos” proporcionou um clima de suspeita, medo e divisão na sociedade que permitiu ao regime o uso de recursos violentos e abusivos para manutenção do *status quo*. Num percurso que entrelaçou a violência formalizada com a legitimação da barbárie, amalgamando o visível e o “invisível”, conforme a conveniência que ora buscava a demonstração de sua autoridade e capacidade de dissuadir opositores, ora demandava sigilo e ocultação de fatos no intuito de proteger seus mandantes e executores.

No que se refere a identificação do “inimigo interno” Coimbra (2000) pontua que foram os aparatos repressivos do Estado seus definidores, bem como os responsáveis pela determinação das atividades de oposição que deveriam ser combatidas, assumindo poder demasiado sobre a população, com seu reconhecimento amplamente aceito pela mesma sob a justificativa de controlar as temidas atividades de subversão da ordem que ameaçavam o suposto “equilíbrio social”.

Diante dessa ameaça, a organização e a operacionalização de uma rede de órgãos repressivos foram consideradas essenciais e o emprego da violência como método de investigação e punição entendido como ferramenta eficaz para enfrentar a gravidade da situação⁸. Por conseguinte, o direito de defesa, de liberdade de expressão e de associação foram diretamente atingidos e qualquer pessoa poderia ser apontada como suspeita como estudantes, operários, políticos, sindicalistas, professores, militares, jornalistas, religiosos, dentre outros, que foram perseguidos, processados, presos, torturados e assassinados.

Sobre esse aspecto Coimbra (2000) explica que a Constituição Federal estabelecida no ano de 1967, através do Ato Institucional nº 04, ampliou os poderes e as atribuições do Conselho de Segurança Nacional e das Forças Armadas, bem como atribuiu ao poder executivo as principais responsabilidades no que tange a segurança nacional, possibilitando ao general presidente expedir decretos-leis sobre temas de segurança nacional nos casos considerados de urgência.

Conforme assinala Joffily (2008), a Constituição de 1967 consagrou a ideia de centralização no combate ao “inimigo interno”, redirecionando as preocupações com conflito de fronteiras territoriais para a luta contra fronteiras ideológicas. Tal fato demonstra como a ditadura civil-militar se pautou na repressão política, desde o seu início, adaptando a

legislação brasileira ao autoritarismo e, de certa forma, a violação de direitos que conduziram o país durante os seus vinte e um anos de duração.

O conceito de crime político foi o que mais se destacou nesse contexto, tendo sido caracterizado como o tipo de crime mais grave, pois mais do que atentar contra a ordem pública como os crimes comuns, os crimes políticos foram considerados atentados contra a segurança nacional, sendo seus autores apontados como elementos de extrema periculosidade, os verdadeiros “inimigos da nação”, portanto, cabia a cada cidadão se empenhar para eliminar essa ameaça.

Pensando nesse combate, Coimbra (2000) destaca também o Ato Institucional n.º 05 que institucionalizou sem disfarces a perseguição aos opositores políticos, numa atuação que a autora denomina como “terrorismo de Estado legalizado”, tendo em vista que, a partir desse momento, a ditadura civil-militar consolidou a operacionalização repressiva de forma mais autoritária e violenta, com licença para censurar e perseguir opositores, viabilizando caminhos para a prática em larga escala da tortura e da execução. Com o referido Ato foi reelaborada a Lei da Organização Judiciária Militar que atribuiu a Justiça Militar a responsabilidade de classificar e julgar os crimes contra a segurança nacional, inclusive os assaltos a banco quando praticados por suspeitos de integrar movimentos subversivos (D’Araujo; Soares e Castro, 1994).

Aparatos repressivos do Estado e apoio internacional

Coimbra (2000) informa que, desde abril de 1964, foi criado o Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI), o qual financiou a indústria de artefatos para a repressão sob a justificativa de combater movimentos subversivos, numa missão de “guerra revolucionária”, em síntese, a proposta era reunir em caráter de emergência militares e industriais para expandir e qualificar o sistema de segurança do Estado brasileiro. A autora ainda sublinha que foi desenvolvida uma estratégia para “produção e operação de informações”, com a organização do Sistema Nacional de Informações (SNI), que se estruturava a partir das torturas, durante os interrogatórios, direcionados pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN), o qual era presidido pelo general que ocupava a presidência da república e tinha o chefe da Casa Militar como secretário-geral. O SNI, composto por ex-alunos da ESG, era o serviço responsável pela coordenação dos trabalhos do CNS e, durante o governo Médici,

teve ampliação de suas funções e prerrogativas, transformando-se na “quarta Força Armada”, sendo o órgão de repressão mais importante dentro do país.

Em 1967, foi criado o Centro de Informações do Exército (CIE) e, em 1970, o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) e o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) já existia, mas foi reorganizado em 1971. Com isso, o governo buscou maior integração entre os organismos destinados a repressão, colocando o exército em posição hegemônica, não apenas por ser a maior força militar, mas também porque a Doutrina de Segurança Nacional atribuía-lhe papel especial na concepção de guerra contra o "inimigo interno" (Joffily, 2008).

Em julho de 1969, a integração entre o setor empresarial e a repressão militar foi formalizada com a criação da Operação Bandeirante (OBAN), em São Paulo⁹, financiada pelo Grupo Ultragás e Cobrasma, integrantes do GPMI, além de multinacionais como Ford, Volkswagen, Supergel e General Motors. Sendo que o presidente do grupo Ultra, Henning Albert Boilensen, dinamarquês naturalizado brasileiro, ocupou lugar de destaque entre os patrocinadores, considerando que além de auxiliar no custeio das despesas, chegou a participar pessoalmente de várias sessões de tortura (Coimbra, 2000; Fon, 2001; Gaspari, 2002).

A OBAN foi organizada com três tipos de equipes: busca, interrogatório e análise, que se revezavam em turnos de 24 horas para manter operações contínuas. Participaram dessa operação membros do Exército, Marinha, Aeronáutica, DOPS, Polícias Federal, Civil e Militar, além de oficiais do Corpo de Bombeiros, abrangendo todos os tipos de organismos de segurança e policiamento.

Fon (2001) e Joffily (2008) ressaltam que o lançamento da Operação Bandeirante, inicialmente, ocorreu de maneira ilegal, pois embora tenha sido fundada com a presença de importantes autoridades civis e militares ela não foi formalmente institucionalizada, limitando-se a um conjunto de medidas administrativas internas. Ela só viria a ser oficializada meses mais tarde, no governo do general Emílio Garrastazu Médici, por meio de uma circular secreta intitulada “Instruções sobre a Segurança Interna”, a qual encerrava uma série de debates sobre a função das forças armadas na garantia da segurança interna que se estenderam por aproximadamente cinco anos.

Tais instruções foram apresentadas no “Seminário de Segurança Interna”, ocorrido em Brasília, e, nessa oportunidade, também foram abordadas estratégias consideradas viáveis a nível governamental para operacionalização da doutrina de segurança interna e a definição envolveu a execução de dois planos de trabalho, sendo um o “Plano Político de Segurança

Interna”, ou PP/SI de responsabilidade do Ministério da Justiça e o outro “Plano Militar de Segurança Interna”, ou PM/SI de atribuição do Estado Maior das Forças Armadas.

Assim, um grupo de trabalho constituído por um representante da Polícia Civil, o comandante da Polícia Militar e um representante do Estado-Maior do comando da área sob a supervisão do secretário da Segurança Pública foi incumbido de elaborar um Plano Estadual de Segurança Interna” (PE/SI), a partir da união do PP/SI com o PM/SI a fim de identificar áreas problemáticas e agentes perturbadores da ordem, bem como definir objetivos a serem alcançados para melhorar a segurança pública.

Conforme Fon (2001) tais planos abrangiam desde a fiscalização das fronteiras até a censura a formas de diversão pública, contendo medidas de segurança a ordem política e social, proteção moral e material, defesa das instalações e dos recursos de interesse nacional, além da coordenação das ações civis e militares, atribuição destinada a Operação Bandeirante.

No que tange a sua estrutura Joffily (2008) explica que era composta por três pilares: 1º) Central de Informações - encarregada de examinar e processar dados através dos oficiais de informações de várias unidades militares; 2º) Central de Operações - responsável pelas operações de combate, formada por oficiais de operações de diversas unidades militares; e 3º) Central de Difusão – cuja atribuição se relacionava ao emprego de ações psicológicas e de controle das notícias acerca da segurança interna.

A autora também destaca que a organização e a operacionalização dos trabalhos da OBAN foram significativamente influenciadas pelos Estados Unidos, explica que o alinhamento do Brasil com este país e a relação estabelecida entre os oficiais de ambos resultou na ESG, bem como na concessão de equipamentos de tortura. Através da Escola das Américas, fundada no Panamá, os Estados Unidos, ofereceram capacitação para militares no intuito de ensinar métodos de combate e interrogatório para diversos países da América Latina.

Segundo Martha Huggins que estudou o programa de cooperação policial entre os Estados Unidos em países da América Latina, a partir do Office of Public Safety (OPS), a atribuição de tal acordo incluía além de orientações sobre captura e interrogatório a elaboração de campanhas de propaganda voltadas ao encorajamento da população civil na formalização de denúncias telefônicas e postais, a disseminação de boatos "terroristas" e a infiltração de informantes em várias organizações civis¹⁰ (Joffily, 2008).

Já sobre a influência francesa cabe ressaltar que ocorreu principalmente pela disseminação da Doutrina de Guerra Revolucionária, desenvolvida durante a Guerra da

Argélia, que utilizava técnicas de contrainsurgência, inteligência, e operações psicológicas. Com isso, oficiais brasileiros também receberam treinamento na França, onde se apropriaram de mais técnicas de tortura e interrogatório. Além disso, D’Araujo, Soares e Castro (1994) e Fon (2001) também destacam a presença de instrutores sul-coreanos, sul-africanos e portugueses entre os torturadores brasileiros, bem como o envio de oficiais do Brasil para Alemanha que ocorria desde os anos de 1950 apontando colaborações bastante diversificadas na qualificação dos agentes repressivos há tempo significativo¹¹.

Contudo, Joffily (2008), adverte que tais influências devem ser entendidas apenas como contribuição e não como principal fonte de aprendizado para sistematização e execução de ações, considerando que resultaram em um repasse de técnicas apropriadas e adaptadas a nossa realidade, pois os torturadores brasileiros possuíam seu próprio *know how* nesse assunto, inclusive, sublinha que os métodos de repressão desenvolvidos no Brasil também inspiraram a operacionalização de ações congêneres em outros países da América Latina.

Segundo a autora, os agentes repressivos agiam através de métodos sofisticados, com requintes de crueldade para ocultar os rastros de suas ações e evitar a identificação de suas vítimas, como amputação das pontas dos dedos para eliminar as impressões digitais, maneiras variadas de impedir os cadáveres jogados nos rios de flutuar e o esquartejamento, com enterro das partes do corpo em locais distintos, fatos que resultaram na ampliação da lista de “desaparecidos”¹² da época.

Dentre os escolhidos para compor os órgãos de repressão Fon (2001) destaca o delegado Sérgio Paranhos Fleury, conhecido, na época, por integrar o “Esquadrão da Morte”, o qual, posteriormente, tornar-se-ia um dos maiores símbolos da atuação repressiva no Brasil, além do delegado Raul Nogueira, conhecido como Raul “Careca”, que pertencia ao Comando de Caça aos Comunistas (CCC)¹³.

Nesse contexto, o autor sublinha que a competência profissional era medida praticamente pelo conhecimento dos métodos de tortura¹⁴, mas, simultaneamente, pontua que nem todos os militares conhecidos por tal prática, durante a ditadura civil-militar, assumiram essa postura de imediato, como exemplo, cita o caso do tenente-coronel Waldyr Coelho, primeiro comandante da Operação Bandeirante, que, inicialmente era contrário à tortura, mas, posteriormente, converteu-se em seu defensor convicto.

Por outro lado, importante destacar que as estruturas dos organismos de repressão visavam o acesso à informação de forma ágil e eficiente, com isso, atuavam seguindo o tripé “rapidez, informações e potência de fogo”. Nesse contexto, a luta contra a subversão em São

Paulo obteve tanto sucesso que, em janeiro de 1970, a OBAN assumiu formato mais desenvolvido, sendo substituída pelo Destacamento de Operações Internas/Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), implantado em cada região militar do país e subordinados ao Exército (Fon, 2001, Joffily, 2008).

De acordo com D’Araujo, Soares e Castro (1994) os DOI-CODIs assumiram o comando de todos os organismos de segurança na área, liderado por um oficial do Exército e contaram com efetivos presentes nos demais tipos de organismos de segurança e de policiamento. Os CODIs eram encarregados de planejar, coordenar e assessorar medidas de defesa interna, envolvendo ações relacionadas tanto a informações quanto a segurança, nas Zonas de Defesa Interna (ZDIs)¹⁵, direcionando as atividades de um ou vários DOIs que executavam a parte operacional, assim, via de regra, o DOI mantinha contato direto com os prisioneiros, enquanto o CODI centralizava suas ações no trabalho burocrático administrativo.

Em relação a estrutura do DOI-CODI a historiadora explica que era composta por: 1) Setor de Investigações - responsável por seguir suspeitos e observar “aparelhos”¹⁶, visando identificar e localizar os sujeitos procurados; 2) Seção de Busca e Apreensão – designado à captura de suspeitos, ao desmonte dos “aparelhos”, à cobertura de “pontos”¹⁷, à apreensão de documentos e condução dos presos ao DOPS, auditorias, hospitais, entre outros; 3) Subseção de Interrogatório – incumbido da execução de interrogatórios preliminares, com apoio da Turma Auxiliar, que cuidava da carceragem e da datilografia dos interrogatórios; e 4) Subseção de Análise – a qual cabia a manutenção do arquivo com as fichas dos prisioneiros e das organizações de esquerda, a análise dos documentos apreendidos, o estudo dos depoimentos dos presos, a pesquisa para elucidação de dúvidas, o fornecimento de subsídios ao trabalho dos interrogadores e a elaboração das informações encaminhadas à 2ª Seção do II Exército.

As Subseções de Interrogatório e Análise são apontadas por Joffily (2008) como “centro da engrenagem” da ditadura, pois a partir da prisão o momento determinante tanto para o prisioneiro quanto para os agentes repressivos era o interrogatório e as respectivas equipes agiam de maneira conjunta no intuito de obter êxito em suas atribuições. Era um trabalho que demandava um perfil de profissionais muito específico, especialmente no caso dos interrogadores, muitos não conseguiam se adaptar e por conta própria solicitavam remanejamento. Na rotina do serviço, os agentes envolvidos nessas ações obrigatoriamente utilizavam codinomes, inclusive codinomes compartilhados, como “Ubirajara”, “Tibiriçá”,

“Guimarães” etc. que ora poderiam se referir a uma pessoa, ora a outra, com objetivo de impedir sua identificação, sendo o sigilo um imperativo.

Consoante D’Araujo, Soares e Castro (1994), os militares passavam por processo de formação, nas escolas de instrução, fundamentados em valores de oposição ao comunismo como forma de combater uma ideologia que se disseminava pela sociedade brasileira que, inclusive, havia “contaminado” uma fração dos agentes de segurança, com isso, a urgência e a rigidez no seu enfrentamento se fizeram de maneira ainda mais enérgica, com atuação vinculada a tortura e a execuções a fim de promover a destruição total das organizações de esquerda¹⁸.

Segundo Gaspari (2002) a prática da tortura se incorporou ao currículo e à operação diária dentro da estrutura militar de repressão política, durante a ditadura, devido a uma combinação histórica de dois princípios. O primeiro, de natureza ampla, ligado à ideia de garantir a segurança da sociedade em detrimento de qualquer direito e o segundo princípio relacionado à utilidade da tortura, pois, de acordo com essa lógica, diante das ameaças terroristas caberia aos militares intervir de maneira violenta no intuito de garantir a eficácia na supressão do problema.

Nesse sentido, o autor enfatiza, como já elucidado, que a atuação policial excessivamente abusiva era considerada necessária para combater os “terroristas”, ou seja, atacar e revidar aqueles que se opunham ao regime e buscavam as mais variadas estratégias no seu enfrentamento. Dessa forma, utilizavam-se de recursos diversos para ampliar o medo da população dos danos que essa “guerra” poderia causar, transmitindo a ideia de que somente a punição não seria suficiente para garantir a segurança nacional e que, com isso, os métodos ideais a serem adotados seriam a tortura e o extermínio dos grupos e dos indivíduos subversivos.

D’Araujo, Soares e Castro (1994) e Gaspari (2002) destacam que o combate ao “inimigo” através da tortura não pode ser entendido como uma necessidade, mas como opção política, pois trata-se de um instrumento de Estado e não da lei, a tortura é utilizada, durante breves períodos de poder pelos governantes, como reflexo de suas visões particulares do mundo, especialmente quando se observa as escolhas distintas que outras nações fizeram quando se depararam com a necessidade de combater a guerrilha e o terrorismo, optando por não implantar um estado de exceção. Porém, no Brasil, como em outros países da América Latina, mais do que aceita a tortura foi condecorada, sendo os torturadores recompensados publicamente por suas ações violentas, um exemplo citado por Gaspari (2002) é a concessão

da Medalha do Pacificador pelo CIE que significava reconhecimento pela defesa com “bravura e nobreza da ordem e do progresso da nação”, uma homenagem destinada aos que se destacavam no trabalho, validando e incentivando tal prática.

Dentro dessa lógica o termo tortura foi substituído por diversos eufemismos e as denúncias de sua existência foram, inúmeras vezes, desconsideradas, o autor registra alguns momentos em que denúncias de presos políticos foram descartadas, mesmo diante de provas significativas. Um exemplo é o caso de Paulo de Tarso Vanuck, recluso na Casa de Detenção de São Paulo em greve de fome que foi transferido para DOI-CODI para ser “alimentado”, acabou torturado e tentou denunciar, mas mesmo com hematoma no olho, marcas de pancadas nas pernas e um corte no pescoço o juiz Nelson da Silva Machado Guimarães se recusou a apurar a situação (Fon, 2001).

O autor explica que para operar o aparato repressivo o Estado ditatorial se apoiou na colaboração de juízes, diretores de hospitais, médicos e legistas que se dispuseram a receber e a falsificar registros de saúde de presos brutalmente feridos. Além disso, estabeleceu conexões com figuras relevantes no meio financeiro de onde obteve recursos extras. Num cenário como esse, os torturadores se tornaram "figuras intocáveis" e se acomodaram numa área nebulosa, onde o permitido e o proibido se entrelaçavam, oportunizando a prática da violência indiscriminada sem condenação, na perpetuação de um ciclo de impunidade e injustiça. Assim, foi criando um ambiente onde a tortura era permitida, mas não oficialmente reconhecida.

A oposição do regime autoritário e a abertura política

Embora contasse com apoio de grande parte da população, da Igreja, em especial a Igreja Católica, dos empresários etc. o regime ditatorial contou com diversos opositores, desde seu início, sendo eles alguns dos integrantes das próprias Forças Armadas¹⁹ e diversos estudantes universitários, personagens que ganharam maior visibilidade devido sua atuação de relevância na luta armada.

No que se refere aos militares, Nogueira (2009) destaca a figura de Carlos Lamarca, capitão do Exército que se converteu em símbolo de resistência. Diante da sua decepção com os caminhos tomados pela ditadura civil-militar, do seu envolvimento com estudos sobre o marxismo e da sua identificação com tais ideais decidiu deixar a carreira militar e acabou se tornando um dos mais destacados líderes do movimento de guerrilhas.

Já D'Araujo, Soares e Castro (1994) assinalam a participação dos universitários que também eram entendidos como significativa ameaça ao poder ditatorial, mas o motivo era a sua posição privilegiada na pirâmide social que poderia comprometer o regime através da influência exercida em meio a elite intelectual do país²⁰.

Dentre os grupos de resistência Nogueira (2009) cita o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PC do B), a Ação Popular (AP), a Política Operária (POLOP), o Partido Operário Revolucionário (PORT), a Ação Libertadora Nacional (ALN), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), o Comando de Libertação Nacional (COLINA), a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-PALMARES), o Movimento de Libertação Popular (MOLIPO) e o Partido Comunista Revolucionário (PCR), o Movimento Revolucionário 26 de Março (MR-26), o Movimento Nacional Revolucionário (MNR), o Movimento de Ação Revolucionária (MAR), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e a Frente de Libertação Nacional (FLN), sendo que diversas dessas organizações optaram por combater o regime através do conflito armado.

O autor sublinha que, desde a deposição do governo de João Goulart, pequenos núcleos de oposição se organizaram no intuito de promover o confronto armado, contando com integrantes das mais variadas categorias, mas, após a imposição do AI5, no final do ano de 1968, diante do momento mais austero da repressão, a quantidade de organizações de resistência que optou pela luta armada se ampliou significativamente.

Dessa forma, os movimentos de guerrilha passaram a contar com mais colaboradores e intensificaram seu trabalho com ações ousadas como ataque a organizações militares, fugas, sequestros de autoridades estrangeiras²¹, treinamento e atuação na zona rural, expropriações de armas e munições de quartéis, assalto aos bancos, entre outros no intuito de viabilizar o confronto com o Estado ditatorial²². Sendo que as organizações que contavam com a participação de ex-agentes da repressão se tornaram mais influentes em razão da experiência profissional de seus membros, como MR-26, MR-8, MNR, MAR, VPR e FLN.

Contudo, a partir da segunda metade da década de 1970 os aparatos de repressão e o governo ditatorial como um todo passaram por um processo de enfraquecimento, pois uma crise econômica atingiu o país, reduzindo apoio popular, os grupos de resistência armada foram exterminados, e, com isso, os empresários que, outrora financiavam com entusiasmo o funcionamento dos órgãos de repressão, passaram a demonstrar pouca disposição para manutenção desse tipo de apoio. Ademais, a insatisfação e a mobilização de estudantes, trabalhadores, intelectuais e até religiosos contra a ditadura se ampliaram, a população passou

a pressionar o governo para abertura política e a comunidade internacional intensificou as críticas sobre as violações de direitos humanos que ocorriam no país.

Diante dessa situação, a tortura foi perdendo seu protagonismo e os órgãos repressivos sendo gradualmente desativados, o DOI teve suas atribuições reduzidas e posteriormente transferidas ao DOPS e ao Departamento de Polícia Federal respectivamente, restando aos torturadores o remanejamento para outros setores do serviço público²³ (Fon, 2001 e Joffily, 2008).

A extinção do DOI-CODI ocorreu no final do governo do general João Batista Figueiredo, através de uma Portaria estabelecida pelo ministro do Exército, o general Valter Pires. Além disso, várias modificações já vinham sendo realizadas, desde o governo de Ernesto Geisel, com objetivo de garantir uma abertura política “lenta, segura e gradual”.

Durante o encerramento do governo ditatorial, Mezarobba (2010) sublinha que houve mobilização significativa no intuito de estabelecer uma lei que promovesse anistia dos perseguidos e presos políticos, bem como a defesa intransigente dos direitos humanos. Essa reivindicação era defendida por políticos e intelectuais, há tempo significativo, mas ganhou adesão popular e visibilidade internacional no final da década de 1970, sendo finalmente promulgada em junho de 1979.

Mas a lei aprovada pelo parlamento foi implantada sem nenhum diálogo com a sociedade, nem com seus prováveis beneficiários, desconsiderando os Comitês montados para debate sobre anistia e seguindo prerrogativas bastante adversas das propostas pleiteadas pelos movimentos da sociedade civil, pois embora atendesse em parte as demandas dos acusados de crimes políticos também garantia proteção dos agentes repressivos contra represálias ou qualquer tipo de responsabilização.

Além disso, Mezarobba (2010) assinala que, de certa forma, a transição do poder com eleições indiretas para o primeiro presidente civil e a posse de José Sarney, membro da ARENA, com o falecimento de Tancredo Neves (MDB) também contribuíram para assegurar a impunidade dos integrantes do aparato repressivo do Estado, “sufocando” o debate sobre a violação dos direitos humanos. Segundo a autora, essa discussão só obteve espaço no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) com a promulgação da Lei dos Desaparecidos (Lei n. 9.140), que reconheceu 136 desaparecidos políticos como mortos, admitindo pela primeira vez a responsabilidade do Estado na autoria de crimes durante o período ditatorial.

Outro momento importante destacado pela estudiosa se refere a regulamentação da Comissão de Anistia pelo Ministério da Justiça no ano de 2002 e a indenização de ex-

perseguidos e presos políticos. No que tange a reparação da memória, Mezarobba (2010) explica que o Estado agiu de forma ainda mais lenta e reduzida, pois, embora existam inúmeros documentos nos acervos públicos para consulta, centros de tortura que se tornaram museus, entre outros é evidente que parte da sociedade atual ainda não identifica as violações praticadas, durante a ditadura civil-militar, pelos agentes do Estado como crimes.

No ano de 2012, foi criada a Comissão Nacional da Verdade como forma de “acerto de contas do Estado com a sociedade”, que conseguiu revelar muito do que se encontrava encoberto pelas tentativas de apagamento histórico. Todavia a sua criação enfrentou muita resistência por uma parcela dos políticos, forças armadas e parte da população e o legado das graves violações de direitos humanos permanece por meio da execução de práticas policiais repressivas e da mentalidade punitivista de grande parte da sociedade.

Considerações finais

O período em que a ditadura civil-militar esteve em vigência no Brasil foi marcado pelo autoritarismo e pela violência. Há inúmeras pesquisas embasadas em registros históricos sobre esse fato; os pontos apresentados ao longo do texto são apenas uma parcela ínfima desse universo, mas os discursos que defendem o retorno do período ditatorial atualmente se multiplicam em espaços variados, reproduzidos, com frequência, por sujeitos que alegam nostalgia de um tempo que não viveram.

Nesse contexto, muitas vezes, fatos históricos são negados e memórias são construídas sob escombros de uma Doutrina que preconiza a guerra para a eliminação do inimigo. Tal fato demonstra que além do lado assumido pela fração da sociedade de se colocar a favor de um futuro pautado no autoritarismo e na violência de Estado ainda há uma lacuna no acesso à informação ou dificuldade para compreender as deturpações no processo de interpretação da história.

Assim, cabe retomar a reflexão inicial sobre memória e história, considerando como elas se entrelaçam e como a suas percepções se modificam de acordo com as interpretações e mobilizações que ocorrem no presente, assinalando a urgência de manter viva a discussão, dentro e fora das universidades, sobre os danos causados durante o período ditatorial. Relembrar esse período nefasto da história é um imperativo, pois encontramos-nos em um momento em que a tortura é, muitas vezes, defendida sem constrangimentos e um político que, durante sua campanha eleitoral, atacou os direitos humanos e homenageou torturadores

ocupou a cadeira da presidência da república e se utilizou do poder que exercia para reforçar a construção de uma memória que idealiza e exalta a ditadura civil-militar brasileira.

Referências bibliográficas

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil: 1964-1984**. Bauru: Edusc, 2005.

CAMPOS, Guilherme Pires de. **O Memorial da Resistência de São Paulo: análise de uma política pública de memória e suas contribuições ao longo de uma década Franca - S.P, 2021**. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Júlio de Mesquita Filho, Universidade Estadual Paulista. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/ff876f8e-feb3-4241-bbcf-277db91f09cd/content>. Acesso em: 21 jul. 2024.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Doutrinas de segurança nacional: banalizando a violência. **Psicologia em estudo**, v. 5, n. 2, p. 1 – 22, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/yTsV8g8BbVZgPGFYsfkpCTH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 de jul. 2024.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/5582a816-e1d8-458c-b76c-2fd7e55880ce/content>. Acesso em: 15 jul. 2024.

DEZEMONE, Marcus. 1964 e as batalhas de memória 50 anos depois. **Revista Maracanan**, n.11, p. 56-67, 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/maracanan/article/view/14305/11108>. Acesso em: 15 jul. 2024.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, vol. 24, nº 47, pp. 29-60, 2004. (capítulo II). Disponível em: [https://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosUpload/16926/material/Fico%20-%20O%20grande%20irm%C3%A3o%20\(cap%C3%ADtulo%202\).pdf](https://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosUpload/16926/material/Fico%20-%20O%20grande%20irm%C3%A3o%20(cap%C3%ADtulo%202).pdf). Acesso em 15 jul. 2024.

FON, Carlos. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984. Disponível em: https://www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca/A_Microfisica_do_Poder_-_Michel_Foucault.pdf. Acesso em: 15 jul. 2024.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Disponível em: <https://redept.org/uploads/biblioteca/89955ef8e43de1f54aba061374228802.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2024

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A esquerda brasileira: Das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987. Disponível em: <https://xadrezverbal.com/wp->

content/uploads/2016/05/jacobgorender-combatenastrevas-aesquerdabrasileira-dasiluses perdidas lutaarmada-140830160033-phpapp01.pdf. Acesso em 12 jul. 2024.

JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)**. Tese (Doutorado em História Social) –, Departamento de história, Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MEZAROBBA, Glenda. Entre reparações, meias verdades e impunidade: o difícil rompimento com o legado da ditadura no Brasil. **Sur – Revista internacional de direitos humanos**, v. 7, n. 13, p. 7-25, 2010. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/41722/entre_reparacoes_meias_mezarobba.pdf. Acesso em 25 jul. 2024.

NOGUEIRA, Jefferson Gomes. **Carlos Lamarca: o militar guerrilheiro (1969/1971)**. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2009. Disponível em: <https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-95329/carlos-lamarca--o-militar-guerrilheiro-19691971>. Acesso em: 15 jul. 2024.

PAULA, Eustáquio Donizeti de. **Regime militar na perspectiva do jornal lavoura e comércio de Uberaba (1964-1968)**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Júlio de Mesquita Filho da Universidade Estadual Paulista, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/11bb898e-9fa3-465b-9643-3049d0137c74/content>. Acesso em: 25 jul. 2024.

PRESSOT, Aline Alves. **As marchas da família com Deus pela liberdade e o golpe de 1964**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 2004. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/9817>. Acesso em 25 jul. 2024.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. **Estudo de História**, Rio de Janeiro, vol. 23, nº 45, p. 171-186, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/gCspSTyRTXfzXMb6mzXND3D/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 25 jul. 2024.

¹ Este artigo é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em história na UNESP orientado pela Profa. Dra. Márcia Pereira da Silva no ano de 2024.

³ A designação civil-militar se refere ao fato de a ditadura ter sido instituída pelos militares e contado com significativa contribuição da sociedade civil, tanto na sua implementação quanto no seu desenvolvimento, portanto, rotular exclusivamente como ditadura militar negligencia o envolvimento dos civis que desempenharam um papel decisivo nesse cenário

⁴ João Goulart assumiu a presidência em razão da renúncia do presidente Jânio da Silva Quadros, eleito em três de outubro de 1960.

⁵ A ESG foi fundada no ano de 1949, com a assistência de consultores franceses e estadunidenses, para capacitar profissionais com o objetivo de desempenhar funções de liderança e planejamento na segurança nacional.

⁶ A Doutrina Alemã foi fundada na “identidade de raça, integridade de território, na comunidade de língua, religião, costumes, história, tradições e limites naturais para o Estado”, enquanto a Teoria Franco-Italiana conceitua a nação como: “uma sociedade natural de homens que a unidade de território, de origem, de costumes e de língua leva à comunidade de vida e de consciências sociais.

⁷ O “direito de conservação” consiste na liberdade irrestrita para a tomada de medidas preventivas ou repressivas diante da ameaça de outro Estado e o “direito de necessidade” trata da possibilidade de cometer um crime para salvar a própria vida.

⁸ O ex-delegado do Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo, Firmino José Pacheco, justifica a utilização da tortura como único recurso eficiente para imposição da ordem, afirmando que os presos políticos possuíam significativa capacidade de resistência a autoridade do Estado, pois não cooperavam e não cediam de outra forma.

⁹ Cidade identificada como epicentro dos movimentos de esquerda no período da ditadura civil-militar.

¹⁰ Proposta alinhada ao Programa Phoenix estabelecido no Vietnã do Sul em 1967 com apoio financeiro dos Estados Unidos.

¹¹ Posteriormente, muitos dos países que ajudaram a treinar os quadros repressivos brasileiros se tornaram críticos contundentes das violações dos direitos humanos no Brasil.

¹² O recurso do “desaparecimento” de presos políticos apresentou aumento expressivo em 1971 e atingiu seu ápice em 1974. Com isso, evitava-se a repetição excessiva do discurso de mortes causadas por tiroteios, atropelamentos, suicídios e tentativas de fuga.

¹³ Além da estrutura repressiva oficialmente institucionalizada a perseguição aos subversivos também se deu a partir do apoio de colaboradores voluntários que se organizaram por meio de coletivos e associações civis, geralmente de caráter clandestino, como o CCC e Movimento Anticomunista (MAC).

¹⁴ Destaque para métodos como arrancamento de dentes, afogamento, geladeira, soro da verdade, torturas químicas, torniquete, espancamentos, cadeira do dragão, pau de arara, maquininha de choque/pimentinha/perereca ou manivela e polé ou roldana.

¹⁵ Criadas estrategicamente para garantir a precedência do exército sobre as demais forças armadas, embora elas também fossem representadas formalmente nessas zonas.

¹⁶ Casas, apartamentos, sítios ou qualquer tipo de instalação que pudesse oferecer segurança e discricção aos militantes utilizados como esconderijo, locais para realização de reuniões, para armazenamento de materiais e planejamento de ações contra o governo.

¹⁷ Locais predeterminados, destinados ao encontro de militantes para troca de informações, planejamento e coordenação de ações, entrega de documentos, armas, munições ou outros materiais de relevância para os grupos de militantes.

¹⁸ Defendiam que o comunismo era sinônimo de totalitarismo, cujo objetivo consistia na eliminação das diferenças individuais, uma “ideologia agressiva e expansionista” que deveria ser aniquilada em nome da “liberdade e da democracia” tal percepção está presente no estudo sobre a Guerra Revolucionária de autoria do tenente-coronel Waldyr Coelho.

¹⁹ Os agentes da repressão que discordavam ou não aderiam ao regime, foram apontados como “legalistas” (apoiavam o governo deposto) ou simpatizantes da doutrina comunista e foram submetidos a uma condição insustentável com a implantação de uma campanha destinada à sua perseguição, expulsão e prisão.

²⁰ Cabe ressaltar que, nessa época, a juventude, ao redor do mundo, iniciou movimentos de contestação aos hábitos, costumes políticos e morais vigentes e, no Brasil, o movimento estudantil seguiu pelo mesmo caminho, denunciando o autoritarismo nas universidades e, muitas vezes, utilizando discursos que remetiam a luta de classes, a guerra contra o imperialismo, a crítica ao consumismo e a organização de guerrilhas.

²¹ Os sequestros seguiram a seguinte cronologia: em setembro de 1969, o embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick, em março de 1970, o cônsul japonês Nobuo Okushi e, em junho do mesmo ano, o embaixador alemão Ehrenfried Anton Theodor Ludwig von Holleben.

²² Entretanto, Jacob Gorender destaca que mesmo focados num objetivo comum, ou seja, acabar com o governo vigente e, em muitos casos, promover uma Revolução Comunista a esquerda se manteve fragmentada devido a posicionamentos divergentes sobre questões secundárias ou a rivalidades pessoais.

²³ Dessa forma, grupos clandestinos de tortura como os “Voluntários da Pátria” no Nordeste e o “Braço Clandestino da Repressão” em São Paulo foram montados por agentes da repressão inconformados com esse processo de mudanças.

Ditadura Militar: Abertura Política, Anistia e Discursos do General Figueiredo

Military Dictatorship: Political Opening, Amnesty and Speeches by General Figueiredo

Thalita Borges VALENTE¹

Resumo: A Ditadura Militar no Brasil, que se estendeu de 1964 a 1985, marcou profundamente a sociedade brasileira por meio de práticas de censura, tortura, prisões arbitrárias e intensa repressão política, sendo esses os aspectos mais emblemáticos do período. O presente artigo aborda a trajetória desde o início do golpe militar até o processo de abertura política, destacando a anistia e a comissão mista como marcos iniciais dessa transição. Em particular, analisa como os discursos do general João Baptista de Oliveira Figueiredo, último presidente do regime militar, influenciaram o processo de abertura política no Brasil.

Palavras-chave: Anistia, Ditadura Militar, Discurso, Oposição.

Abstract: The Military Dictatorship in Brazil, which lasted from 1964 to 1985, profoundly marked Brazilian society through practices of censorship, torture, arbitrary arrests, and intense political repression, these being the most emblematic aspects of the period. This article addresses the trajectory from the beginning of the military coup to the process of political opening, highlighting the amnesty and the mixed commission as initial milestones of this transition. In particular, it analyzes how the speeches of General João Baptista de Oliveira Figueiredo, the last president of the military regime, influenced the process of political opening in Brazil.

Keywords: Amnesty, Military Dictatorship, Speech, Opposition.

Introdução

O regime dos militares se estabeleceu nos interesses da grande burguesia nacional, do capital estrangeiro (principalmente o estadunidense), de setores conservadores da classe média brasileira e dos interesses políticos dos Estados Unidos (combate ao comunismo). Assim, o crescimento econômico e a ordem política foram os dois pilares do regime. Após a deposição de João Goulart, que não contava com vice, da presidência, Ranieri Mazzilli assumiu interinamente a presidência da Câmara dos Deputados em 2 de abril de 1964. Na prática, o país passou a ser governado pelo Comando Supremo da Revolução², constituído pelo general Arthur da Costa e Silva, pelo brigadeiro Francisco de Assis Correia e pelo vice-almirante Augusto Rademaker. Esse comando promoveu o Ato Institucional nº 1 (AI-1), que em 9 de abril de 1964 cassou mandatos políticos de opositores do golpe e determinou eleições indiretas para presidente. De modo geral, os militares dividiram-se entre o grupo da Sorbonne e o grupo da Linha Dura. A Sorbonne que tinha ligação com a Escola Superior de Guerra³ e era alinhado

¹ Graduanda no curso de Bacharelado e Licenciatura em História pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Franca., sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Márcia Pereira da Silva.

ideologicamente com os Estados Unidos, e a Linha Dura, que defendia a criação de um regime autoritário que afastasse completamente a “ameaça comunista” (Alves, 2005).

Eleito pelo Congresso Nacional em 15 de abril, o general Humberto Alencar Castelo Branco (1964-1967), um dos articuladores do golpe, tomou posse. Durante seu governo, foram baixados mais de 3 mil atos punitivos contra membros das oposições e criados diversos instrumentos para controle político e ideológico da sociedade brasileira, como o Serviço Nacional de Informação (SNI) (Crestani, 2011).

Os presidentes do período ditatorial passaram a governar por meio de Atos Institucionais (AIs), Atos Complementares e Leis Excepcionais. Ainda em 1964, a edição da Lei de Greve proibia movimentos grevistas e paralisações de serviços essenciais como a saúde. A União Nacional dos Estudantes (UNE) foi declarada ilegal, e manifestações políticas de estudantes, professores e funcionários de instituições de ensino foram severamente restringidas. Em resposta às eleições de 1965, que contaram com a participação de partidos considerados opositores ao governo, foi instituído o AI-2, ato institucional que extinguiu todos os partidos políticos e criou-se o bipartidarismo com 2 únicos partidos fundados pelo próprio Castelo Branco na época: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que agrupavam a “oposição consentida”. Os Atos Institucionais conferiam aos presidentes o direito de cassar mandatos políticos, suspender o livre funcionamento do poder legislativo e interferir sobre o poder judiciário, resultando em uma centralização das instituições em torno das ordens do executivo federal, que se mantinha sob o controle rigoroso do aparato repressivo (Bechara; Rodrigues, 2015).

Em resposta às arbitrariedades do regime, alguns movimentos ganharam força: o movimento estudantil, que ganhou impulso após demissão e perseguição de professores e às restrições impostas à autonomia universitária, o movimento dos trabalhadores, que agrupou sindicatos e estudantes, e a Frente Ampla, organizado por Carlos Lacerda em 1967 que buscou aliados entre setores políticos civis tradicionais e em lideranças conservadoras. Foi na implementação do AI-5 em 1968 sob governo de Arthur da Costa e Silva que a repressão política se intensificou. O Ato Institucional N°5 que já estava pronto em julho de 1968, foi preparado para conter o aumento gradual do apoio da classe média às manifestações estudantis e da atuação dos trabalhadores demonstrada nas greves. Dentre os poderes desse ato, um dos mais significativos foi a suspensão da garantia de *habeas corpus* em todos os casos de crimes contra a Segurança Nacional e julgamento de crimes políticos por tribunais militares. Porém,

só foi baixado em 13 de dezembro de 1968 marcando o fim da primeira fase de institucionalização do Estado de Segurança Nacional (Alves, 2005).

Em 1969 Costa e Silva sofrera de um ataque cardíaco, e diante da crise sucessória, foi escolhido através de eleições indiretas o general Emílio Garrastazu Médici para presidente. O governo de Médici foi marcado pela forte propaganda nacionalista com *slogans* como “Brasil: ame-o ou deixe-o”, pelo fortalecimento da repressão do regime, sendo caracterizado como “anos de chumbo” e pelo “milagre econômico”. Após a promulgação do AI-5, as guerrilhas, que eram grupos opositores à Ditadura e tinham viés revolucionários pautados no marxismo-leninismo (Betto, 2006), se intensificaram, com assaltos a banco se tornando uma estratégia para arrecadar recursos aos grupos guerrilheiros. Em 4 de setembro de 1969, poucos dias depois da junta militar assumir o poder em Brasília, a Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) realizaram conjuntamente, em uma rua do Rio de Janeiro, o sequestro de Charles Burke Elbrick, embaixador dos Estados Unidos no Brasil. Pela primeira vez, um embaixador do corpo diplomático foi sequestrado na América Latina, atraindo atenção internacional para a luta armada no Brasil. Em resposta a esse evento, foi promulgada a Lei de Segurança Nacional de 1969, que reforçou as repressões já criadas por legislações anteriores, como a censura na apreensão de jornais e revistas considerados subversivos. Na Constituição de 1969, partes do AI-5 foram incorporadas em seu texto e no mesmo ano, foi estruturada a Operação Bandeirantes (Oban), uma das bases mais violentas do aparato repressivo, que combinava oficiais do Exército e efetivos da Polícia Civil e Militar. Em 1970, os centros de tortura ligados ao Destacamento de Operações e Informações - Centro de Operações e Defesa Interna (DOI-CODI) entraram em funcionamento. Dessa forma, a tortura, que teve alto investimento em seus mecanismos, foi institucionalizada como método interrogatório e de controle político. Os indivíduos eram presos e acusados de “atividades subversivas” e mantidos incomunicáveis; muitos foram exilados, outros morreram sob tortura e muitos corpos foram ocultados. Foi a primeira vez na história do Brasil que as Forças Armadas se envolveram diretamente na tortura de presos políticos, acontecimento que representou séria advertência institucional à sua imagem, que até então era associada na defesa do país contra a ameaças externas (Alves, 2005).

Em 15 de março de 1974, Ernesto Geisel assumiu a presidência com a promessa de promover a abertura política de forma “lenta, gradual e segura”. A abertura foi, na verdade, lenta e irregular, contendo avanços e retrocessos políticos. Com a flexibilização do sistema eleitoral, o MDB percebeu que os períodos eleitorais poderiam ser utilizados para maior

mobilização política e assim, obteve uma vitória significativa nas eleições de 1974, o que era visto como ameaçador pelos militares. Então, em 1976, o ministro da justiça Armando Falcão criou uma legislação que alterava o curso eleitoral, sendo ela a Lei Falcão, como ficou popularmente conhecida, que proibia o pronunciamento dos candidatos em programas eleitorais nos meios de comunicação, limitando apenas a apresentar seu nome e currículo em rádios e fotos no caso da televisão. Também foi criada uma série de medidas conhecidas como pacote de abril, a fim de impedir que o número de congressistas e governadores do MDB ultrapassasse os do ARENA (Alencastro, 2014).

Em 15 de março de 1979, João Baptista Figueiredo, indicado por Geisel, assumiu a presidência dando início à política de abertura. Entretanto, essa abertura passa por algumas crises políticas e econômicas agravadas por retrocessos antidemocráticos e os desentendimentos políticos entre civis e militares. As constantes greves elaboradas por sindicatos e trabalhadores pressionavam cada vez mais o governo, ameaçando sua credibilidade e levando-o a adotar medidas de liberalização, mas com um certo controle social (Codato, 2005). Desta forma, em agosto de 1979, o Congresso Nacional aprovou a Lei da Anistia, dando início ao processo de abertura política no Brasil. Este artigo examinará a Lei da Anistia, a comissão mista e, mais especificamente, os discursos do General João Baptista Figueiredo, último presidente do período militar.

A Lei da Anistia de 1979

Antes de adentrar nos discursos de Figueiredo, é importante contextualizar que a luta pela Anistia ampla, geral e irrestrita era reivindicada pela oposição com o objetivo de conceder a anistia a todos os presos políticos e todos os cidadãos banidos do país em nome dos atos institucionais e seus sucessores. Esse movimento ganhou ainda mais força com a criação dos Comitês Brasileiros pela Anistia que se espalharam por todo o Brasil entre 1977 e 1979, com o Movimento Feminino pela Anistia, além de militantes de movimentos sociais e políticos que se opuseram ao regime e ativistas dos Direitos Humanos. De certa forma, esses grupos obtiveram apoio popular devido às vastas denúncias sobre as violações dos Direitos Humanos cometidos durante a Ditadura Militar. No entanto, a lei não concedia anistia aos que se envolveram com luta armada, que eram acusados, segundo a definição do governo, como responsáveis por cometer “crimes de sangue” (Brasil, 1979). Além disso, não garantiu liberdade imediata aos presos políticos condenados segundo a Lei de Segurança Nacional.

Outros fatores políticos também impediam que pessoas expurgadas de suas funções voltassem a exercê-las novamente, dependendo da decisão de uma comissão especial de inquérito (Araújo, 2012).

A lei da anistia tinha poder apenas retroativo e a Lei de Segurança Nacional continuava em vigor, o que era uma intimidação às lutas populares, visto que, os órgãos de repressão política seguiram operando sem que seus crimes fossem investigados, e a prática da tortura continuava. A repressão nas greves e nos movimentos sindicais não cessou, como no episódio de Belo Horizonte, na Greve dos trabalhadores da Construção Civil, ou como ficou popularmente conhecida, a “Rebelião dos Pedreiros”, que acarretou a morte do operário Orocílio Martins Gonçalves. Com a implementação da Lei da Anistia, os agentes do aparato repressivo da Ditadura, tiveram a eliminação de possíveis investigações criminais sobre suas violações e torturas, tornando o tema ainda mais complexo, como explica a Profa. Dra. Maria Paula Araújo (2012, p. 61):

A anistia no Brasil tem, portanto, um caráter complexo, como insiste em dizer o próprio presidente da Comissão da Anistia, Sr. Paulo Abrão. Ela representou, por um lado, uma conquista parcial da sociedade e dos grupos que lutavam pela “anistia geral e irrestrita” (e que viram a anistia como resultado, ainda que imperfeito, dessa luta); mas por outro lado, ela foi também uma vitória parcial dos militares e da classe dirigente que aprovou uma anistia limitada e se desobrigou da apuração das responsabilidades e dos crimes cometidos pelo regime.

Os meses que precederam a apresentação do projeto no Congresso giraram em torno de alguns temas que foram desenvolvidos nos discursos do governo, com exceção de um: o destino dos torturadores. A possibilidade de o governo discutir essa questão coloca em evidência a condenação dos eventos da “Revolução”, posicionando o próprio regime no banco dos indiciados, conforme ressalta Forget (1994, p. 135):

A terceira questão é, então, excluída da discussão, não por não ser fundamental, mas porque as autoridades se recusam a abordá-la durante debates públicos [...] O governo não pretende realizar autocrítica: prefere a posição daquele que perdoa, fato que necessariamente implica que os que recebem perdão cometeram faltas, enquanto os que concedem perdão se encontram em posição de autoridade.

Comissão Mista

As comissões mistas realizadas no Congresso visavam ampliar o debate sobre a Lei da Anistia. Embora o ambiente fosse hostil para a oposição, esta não deixou de apresentar propostas para discutir questões como os presos políticos, os desaparecidos e as torturas. Ao longo das oito reuniões, foram constantes as tentativas da ARENA de desacreditar os pedidos da oposição para a participação de outros setores na discussão da Lei, especialmente quando abordado o assunto dos cárceres, onde os presos estavam em greve de fome. Entretanto, essas manobras foram confrontadas pela oposição logo no segundo dia de reunião, realizado no dia 3 de agosto de 1979, quando o senador Pedro Simon abre uma questão de ordem:

Li com surpresa e até visivelmente contristado nos jornais de hoje, que alguns elementos, não todos, poucos elementos da Aliança Renovadora Nacional, estão fazendo uma colocação completamente injustificada e até bastante injusta a respeito dos rumos da Comissão Mista do Congresso [...] estão alegando que nós estamos querendo inverter, que não estamos mais procurando anistia, estamos procurando sim estabelecer uma Comissão que trate dos direitos humanos. Ora, é óbvio que a anistia atinge fundamentalmente [...] nos seus princípios básicos, o direito humano maior, e que deve ser da melhor forma tutelado pelo Estado, que é a liberdade humana [...] no noticiário dos jornais de hoje, os que prestaram declarações que os jornalistas fielmente reproduziram, são profundamente injustos para com o trabalho desta Comissão [...] porque os presos falam, e os presos querem liberdade, e liberdade é tudo que o homem almeja na vida, para poder logicamente levar a termo seus objetivos (Congresso Nacional, 1982, vol. I, p. 471-472).

A proposta do senador Nelson Carneiro (MDB) para a convocação de integrantes de entidades como Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, a Associação Brasileira de Imprensa, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Educação e a Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros, evidentemente, causou certo desconforto em alguns arenistas por estes setores serem mais dialogáveis, onde ‘o seu princípio revela vontade política permeável aos movimentos sociais, sensibilidade a seus apelos e disposição de manter o canal de abertura do espaço parlamentar à sociedade civil organizada, principal ator da matéria em pauta’ (Greco, 2003, p. 235). Reforçando o pedido, o deputado emedebista João Gilberto pronuncia:

O Senador Nelson Carneiro quer, através da sua proposta, exatamente consultar ainda mais e, adiante, na consulta, as forças representativas, de uma forma ou de outra, da Nação. [...] Quem tem falado em anistia? Quem tem lutado pela anistia? Quem ousava falar em anistia, quando muito que hoje integram esta Comissão Mista, ou fazem discursos em louvor da anistia em suas tribunas, quando muitos desses faziam discursos contra a anistia. Quem defendia? Eram a Ordem dos Advogados, entidades religiosas, não só a CNBB, mas outras religiões, eram entidades estudantis, entidades de

trabalhadores, representação da imprensa, especialmente a Associação Brasileira de Imprensa, e eram os movimentos que se organizaram especificamente para a luta da anistia. Então, se hoje estamos falando, estamos tratando da anistia, então, devemos ouvir o mais profundamente possível aqueles setores, aqueles segmentos, aqueles organismos que brotaram espontaneamente na luta pela anistia na sociedade nacional [...] (Congresso Nacional, 1982, vol. I, p. 477).

As tentativas de ampliação do debate e de ocupar o espaço político das entidades no Congresso foram brevemente desmanteladas, seja por meio de boicotes ou pela maioria numérica do partido governista: 13 parlamentares contra 9 do MDB, sendo que destes 9, apenas 8 votaram, já que o presidente da Comissão, Teotônio Vilela, estava impedido de participar. Assim, ‘para a ARENA, aquele decididamente não haveria de ser lugar de se fazer política e sim de impor o consenso, ainda que fosse na base do rolo compressor’ (Greco, 2003, p. 238).

Discursos do governo sobre a Lei da Anistia

Desde sua posse presidencial, Figueiredo construiu uma imagem de conciliador e mostra em seu discurso, que daria continuidade ao projeto de abertura política iniciada pelo governo anterior:

Reafirmo, portanto, os compromissos da Revolução de 1964, de assegurar uma sociedade livre e democrática. Por todas as formas a seu alcance, assim fizeram, nas circunstâncias de seu tempo, os presidentes Castello Branco, Costa e Silva, Emílio Médici e Ernesto Geisel. Reafirmo: é meu propósito inabalável — dentro da queles princípios — fazer deste País uma democracia. As reformas do eminente Presidente Ernesto Geisel prosseguirão até que possam expressar-se as muitas facetas da opinião pública brasileira, purificado o processo das influências desfigurantes e comprometedoras de sua representatividade. [...] **Reafirmo o meu gesto: a mão estendida em conciliação. Para que os brasileiros convivam pacificamente. Para que as divergências se discutam e resolvam na harmonia e na boa vontade, tão da índole de nossa gente** (Presidência da República. 1979, p. 5-6, grifo nosso).

O primeiro ano de governo foi marcado pela incerteza em relação ao ritmo da abertura política. Porém, a aprovação do projeto da Anistia demonstrou que o governo havia decidido dar prosseguimento a um regime mais democrático. O projeto oficial foi encaminhado para o Congresso no dia 27 de junho de 1979, em uma cerimônia transmitida em rede nacional. Apesar das restrições que impediram a plena participação da oposição na elaboração do projeto e no debate do Congresso, Figueiredo afirmava:

Tenho a consciência tranquila de haver elaborado o melhor projeto para a época atual. Por ele, podem os brasileiros ver que a minha mão sempre

estendida em conciliação não está vazia. Nunca esteve. [...] Contudo, é preciso reafirmar: o ideário da Revolução de 1964, que nos inspirou nos últimos 15 anos, continuará vivo através das gerações. É dentro dessa premissa que recebemos os anistiados. A anistia tem justamente esse sentido: de conciliação para renovação. Dentro da continuidade dos ideais democratizantes de 1964, que hoje, reencontram sua melhor e mais grandiosa expressão. Muito obrigado (Presidência da República, 1979, p. 61-62, grifo nosso).

Assim, Figueiredo se coloca no papel de generoso, como mostra Forget (1994, p.138):

No caso da anistia, os discursos do governo evidenciarão o primeiro aspecto, a saber, que a anistia é um favor, um dom a ele pertencente. Ora, um dom concedido projeta uma imagem da relação entre os participantes: subentende uma posição de autoridade da parte daquele que o outorga. O locutor se coloca na posição daquele que faculta, permite, autoriza a anistia. Por conseguinte, ele é imediatamente associado à ideia de generosidade, já que, julgado pelas convenções, concede a anistia de bom grado. O papel atribuído a si mesmo pelo locutor comporta consequências para o destinatário, colocado do ponto de vista discursivo na posição daquele que deve favor ao locutor em vista da graça recebida. Pode-se também constatar o empenho que caracteriza, em termos discursivos, a relação entre os participantes dos atos de conceder e receber.

Embora se apresentasse como um conciliador, Figueiredo atribuiu apenas o grupo da luta armada como os executores de crimes contra a humanidade, enquanto os militares que torturaram os presos políticos se beneficiaram da anistia:

Da mesma forma, só se excluem da anistia os condenados pela Justiça Militar, em razão de prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal. Muito meditei sobre esta exclusão. O terrorista, o assaltante, o sequestrador, o agressor da segurança de pessoas inocentes, é criminoso distinto daquele de quem se condenam os atos, no estrito domínio político. O terrorista não se volta contra o governo ou o regime. Seu crime é contra a humanidade. Por isso mesmo, em todo o mundo têm-se como indispensáveis leis que coíbam esses atos (Brasil, 1979, p. 60).

A configuração se mostra tão contraditória que ainda em agosto de 1979, logo após a publicação da Lei da Anistia, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) divulgou uma declaração sobre a falta de objetividade do texto e que a exclusão dos intitulados “terroristas” dos benefícios da lei, rompiam com a tradição jurídica brasileira como aponta Teles (2010, p. 80):

A entidade pretendia questionar na justiça a constitucionalidade do parágrafo 2º., do artigo 1º. da lei, baseada no parecer de julho de 1979, de José Paulo Sepúlveda Pertence, que não questionava a suposta reciprocidade contida no

projeto do governo, mas a discriminação arbitrária existente entre condenados e não condenados por envolvimento na luta armada.

Basicamente, durante todo seu mandato, Figueiredo sempre deixa implícito em seus discursos que as decisões tomadas não são apenas de interesse dos militares, mas um interesse de toda a nação, para garantir a paz que pode ser ameaçada pela oposição:

Por isso mesmo, convertido em lei o projeto, apagar-se-ão os crimes e serão sustados os processos em curso. Até mesmo dos que a rigor, não estão a merecer o benefício de medida, como a anistia, de natureza eminentemente política. Quer o Governo, com isso, evitar o prolongamento de processos traumatizantes para a sociedade. Certos eventos, melhor silenciá-los, em nome da paz da família brasileira [...] espero ver os anistiados reintegrados na vida nacional. E que, isto feito, saibam, possam e queiram participar do nosso esforço em prol dos ideais que — sendo os da Revolução de 1964 — são os de toda a Nação (Brasil, 1979, p. 60-61).

Ao associar a anistia à ideia de generosidade, o presidente esperava que a população esquecesse os acontecimentos hediondos dos últimos anos, colocando-se numa posição de defensor do povo. Ele argumentava que todo o processo é um percurso natural e de transformação da história, onde a anistia seria um fator essencial dessa mudança. Porém, essa estratégia começa a se mostrar ineficaz quando confrontada pelo movimento pela anistia:

Os discursos se distinguem no nível dialógico: se a oposição faz referências explícitas ao governo, o mesmo não ocorre com este último. Reconhecemos a ausência de dialogismo explícito em posição de igualdade, do papel de dominação que assume o governo ao se mostrar o articulador do projeto, ao negar a presença da oposição e ainda todas as críticas emitidas por esta última em relação a seu projeto. Tal configuração do discurso testemunha as contradições do governo, que se manifestarão durante o período de transição: o governo admite a participação de atores políticos, mas não lhes concede um espaço real, mesmo em termos discursivos. Não se pode confundir expressão com participação. A participação é recusada à oposição na elaboração do projeto de anistia. Apesar de tudo, o governo, em seu discurso, não consegue manter ao longo do debate a distância pretendida com o discurso da oposição. Uma oposição unida a uma posição discursiva bem característica confronta o governo. [...] Ela rejeita o projeto do governo associando-o à negativa de seu ideal e, de maneira mais eficaz ainda, por referência metalinguística, recusando-lhe a denominação 'anistia'. Apesar da tentativa de o governo apresentar o aspecto positivo da anistia, o emprego de formas restritivas trai os limites impostos à formulação do projeto (Forget, 1994, p. 158).

A ausência do dialogismo apontada por Forget, como explica Greco (2003, p. 232-233):

É tão radical que caracteriza até mesmo a relação entre o executivo e os próprios pares, no caso os parlamentares da ARENA, sua base de sustentação

no combalido, descaracterizado e domesticado Congresso Nacional. Também a eles é negado qualquer perspectiva de iniciativa política e toda veleidade de autonomia. Aí se apresentam pontos importantes de estrangulamento: o próprio dispositivo parlamentar da ditadura é objeto do mais rígido controle, o que expõe a tacanhice do espaço em questão e a estreiteza da margem de manobra existente. [...] Assim, o caráter eminentemente monológico do discurso oficial se realiza no projeto de anistia parcial, que revela os vícios inerentes ao jogo parlamentar nos quadros do *generoso consenso* e o engodo representado pelo *simulacro de legalidade*, a peculiar embalagem cuidadosamente urdida pelo regime na busca de autopreservação.

Por mais que os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs) tenham lutado por uma anistia ampla, geral e irrestrita, a Lei da Anistia foi aprovada incluindo o perdão aos torturadores e a exclusão dos presos políticos já condenados. O resultado das votações fora sempre favorável ao ARENA “garantindo a rejeição de todas as emendas que poderiam afetar ou mesmo tangenciar o disposto no projeto de lei enviado ao Congresso Nacional pelo presidente da República” (Greco, 2003, p. 239). Fez-se, portanto, uma anistia restritiva.

Discursos em comemoração aos aniversários da Ditadura Militar

Nas datas de passagem pelo aniversário do golpe militar, Figueiredo fez discursos à nação que equiparava o interesse dos militares com os da população. No dia 31 de março de 1980, momento do 16º aniversário da Ditadura Militar, o presidente condena a conduta dos opositores do governo de João Goulart (1961-1964), acusando-os de ameaçar a democracia e as conquistas sociais já obtidas:

Sob o manto de proteger os pobres e necessitados, os inimigos da democracia realmente buscavam o esbulhamento de um povo pacífico e ordeiro. Enfim, o atropelo dos seus direitos e a negação das conquistas sociais já obtidas. E, ainda, a submissão ideológica, política e econômica do Brasil a interesses contrários aos nossos (Presidência da República, 1980, p. 39).

Figueiredo afirmava que os opositores eram movidos por interesses ideológicos e que buscavam, de alguma forma, “dominar” a nação. Ele reforçou essa ideia no trecho “Não podíamos deixar nossa Pátria entregue à subversão, à demagogia, ao ódio entre irmãos, à desconfiança, à luta de classes” (Presidência da República, 1980, p. 39-40). O presidente frequentemente associava ideologia aos grupos opositores, assim como todo o regime militar, sob o pretexto de defender a nação do “inimigo interno”, sendo esse inimigo, a ideologia comunista. Apesar de os militares também possuírem uma ideologia, eles não se colocavam

nessa posição; sustentavam que os militares detinham a verdade enquanto os opositores portavam apenas ideologias (Carvalho, 2020, p. 50 apud Van Dijk, 1998).

Também era de costume o presidente relembrar os atos dos presidentes anteriores como inspiração revolucionária, e que a Ditadura era algo inevitável visto o cenário político da época⁴:

A Revolução foi expressa pelo Marechal Castello Branco como um “estágio inevitável de nossa evolução”. Seu compromisso com a democracia haveria de levar o Brasil a “progredir, sem prejuízo das características fundamentais e dos sentimentos do nosso povo”. Só os que fazem oposição por fazê-la negarão a firmeza com que continuamos empenhados em realizar tudo o que, há 16 anos, pregávamos como ideal atingível (Presidência da República, 1980, p. 40).

No mesmo discurso, Figueiredo fez uma passagem pela abertura política destacando as realizações do período militar como forma de resguardar a imagem das Forças Armadas, argumentando que suas atitudes foram justificáveis diante de um cenário político instável:

E se a abertura política, iniciada conscientemente pelo meu ilustre antecessor, parece pôr mais em evidência os eventuais desacertos do que as grandes e permanentes realizações, sugiro que não nos esqueçamos da advertência feita pelo Presidente Ernesto Geisel. Temos o dever de recordar, disse o Presidente “aos que não viveram tão aziagos tempos, o que foi o pesadelo, a angústia que amortilhava os corações bem formados, na vigília prolongada ante a agonia da Nação, que parecia já ferida de morte”. O que foi “o abismo de inépcia, perplexidade, corrupção e desordem em que soçobravam todas as instituições da sociedade brasileira” (Presidência da República, 1980, p. 43).

Após dois anos, o presidente se pronuncia novamente no 18º aniversário da Ditadura Militar, dando maior atenção às novas gerações decorrente do aumento populacional:

Grande parte de nosso povo não viveu as circunstâncias que deram origem ao movimento revolucionário de 31 de março de 1964. [...] Para que se tenha idéia de quanto mudou daquele acontecimento aos dias de hoje, a dimensão demográfica do Brasil, basta dizer que, nesses dezoito anos, nossa população aumentou em quase cinquenta milhões de pessoas (Presidência da República, 1982, p. 89 -90.).

Figueiredo prossegue em seu discurso sobre como o “desastre econômico e social” abatia o país e como a “fraqueza do executivo” culminou na desordem pública que trouxe um “perigoso clima de anarquia”. Dessa forma, ele condenava explicitamente as manifestações da oposição, reafirmando que a ideologia representava uma ameaça onde diversos setores da

sociedade eram influenciados. Embora reconheça que as forças armadas se opuseram à derrubada da ordem constitucional e democrática no primeiro momento, o presidente justifica no parágrafo seguinte, a intenção de restaurar a ordem jurídica, mesmo que para isso fosse necessário quebrá-la primeiro:

A pregação da esquerda radical e dos demagogos, secundada pela dos porta vozes de interesses espúrios, aproveitava a situação para fomentar a indisciplina nos meios estudantis, operários e até militares. Tramava-se, de modo aberto, progressivo e rápido, a subversão das instituições, enfraquecidas pelo tumulto administrativo, social e político. A grave crise institucional, que ameaçava as estruturas do Estado, chegava ao seu ponto culminante, quando as classes armadas, com o apoio inequívoco da Nação, se opuseram, mediante decisão histórica, à derrubada da ordem constitucional e democrática. A restauração da ordem jurídica constituiu o objetivo primeiro do movimento revolucionário. Não quis este sair da legalidade. Se a quebrou, inicialmente, foi para resgatá-la, impedindo que submergisse sob a avalanche subversiva (Presidência da República, 1982, p. 90, grifo nosso).

Quanto à transição política, Figueiredo volta a usar termos depreciativos para se dirigir aos opositoristas, de forma que estes são descritos como agressivos, irracionais e incapazes de manter um diálogo construtivo:

A democracia de certos dirigentes opositoristas não é, no entanto, a democracia do diálogo, da moderação e da tolerância. É, pelo contrário, a democracia da agressão e da incontinência. É a democracia dos que, pondo de lado a racionalidade do diálogo, se comprazem na aspereza verbal, na deformação dos fatos, na omissão do respeito devido, por todos os títulos, ao Chefe de Estado (Presidência da República, 1982, p. 92.)

De acordo com Forget, essa forma discursiva sugere a ideia de manipulação, onde a oposição é apresentada não apenas como uma adversária do governo, mas também do povo, que é transformado numa vítima: “[...] quanto mais imprecisões na designação, mais fortes serão as críticas dirigidas à oposição” (Forget, 1991, p. 175).

Ainda no discurso de 1982, o presidente comenta sobre as importantes eleições daquele ano⁵ e relembra a vontade da nação relacionando-a com os feitos dos militares:

No momento em que entramos na fase mais acesa da luta pré-eleitoral, não é demais lembrar que a Nação, como ficou demonstrado em 31 de março de 1964, quer a tranquilidade da ordem, exige a conciliação da liberdade com a segurança, repudia as maquinações da esquerda radical; está disposta a defender, intransigentemente, a cidadela da democracia liberal, da democracia pluralista, da democracia econômica, da democracia social, da democracia humanista, da democracia autenticamente brasileira, que estamos construindo e de cujo caminho nada me desviará (Presidência da República, 1982, p. 93).

Essa tentativa de proximidade entre os anseios da nação na época e o desejo dos militares, demonstrava mais o medo do governo sobre a vitória da oposição, o que tornaria mais difícil o controle por parte dos militares sob a abertura política (Carvalho, 2020).

Em 31 de março de 1984 (um ano antes do fim da ditadura militar), no discurso do 20º aniversário da Ditadura Militar, Figueiredo, mais uma vez, alinha o interesse dos militares com os da nação, e suas ações, como sendo o único caminho possível:

O movimento de março de 1964, como ficou dito na sua declaração de princípios, não traduziu o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação. Teve por objetivo assegurar ao novo governo os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil (Presidência da República, 1984, p. 43).

Após a Emenda Constitucional proposta no Congresso pelo deputado federal Dante de Oliveira em março de 1983, milhares de pessoas começaram a realizar comícios que pediam eleições diretas, movimento que ficou popularmente conhecido por Diretas já. O crescimento do movimento coincidiu com outras questões como, a crise econômica e a alta taxa de desemprego (Bertoncello, 2009). Em 10 de abril de 1984, cerca de um milhão de pessoas participaram do comício da Candelária, no Rio de Janeiro, e em 17 de abril, aproximadamente 1,7 milhão se reuniram no Anhangabaú, em São Paulo, manifestando-se em apoio à Emenda. O presidente mostrou-se inflexível quanto às eleições diretas e retomou os objetivos das eleições de 1982:

Cumpra ao Governo definir posição sobre a forma da escolha do futuro Presidente da República. A eleição direta é inoportuna no momento, muito embora reconheça aconselhável restabelecê-la no futuro. Minha posição quanto às eleições indiretas, para escolha do meu sucessor, está limpidamente definida em discurso que proferi perante a primeira convenção nacional do Partido Democrático Social, realizada em Brasília, a 30 de novembro de 1980. Ao referir-me às eleições de 1982, frisei “nesse dia, vamos conquistar a maioria das câmaras municipais e das prefeituras. Das assembleias legislativas e dos cargos de Governador. Da Câmara dos Deputados e do Senado Federal”. E, conseqüentemente, legitimamente a maioria do Colégio Eleitoral que elegerá meu sucessor (Presidência da República, 1984, p. 45, grifo nosso).

Apesar de o Partido Democrático Social (PDS) ter elegido a maior bancada na Câmara dos Deputados, a oposição conseguiu eleger governadores nos Estados mais poderosos da União: Leonel Brizola do Partido Democrático Trabalhista (PDT) foi eleito como governador no Rio de Janeiro, o Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) elegeu o governador de São Paulo, Franco Montoro, e de Minas Gerais, Tancredo Neves. Essas vitórias

afastaram o PDS como maioria absoluta da Câmara dos Deputados, o que tornaria mais difícil as negociações com deputados opositores para escolha do próximo presidente (TSE, 1982).

Algumas parcelas da oposição que reclamavam as eleições diretas para presidente ganharam ainda mais força após as grandes manifestações do movimento das Diretas já. Em meio à pressão popular, Figueiredo comentou no final do discurso:

Não é hora, pois, para que, em nome de argumentos ilusórios e oportunistas, se venha impugnar agora a eleição indireta do Presidente da República. Trata-se de forma legítima de escolha do Chefe-de-Estado, consagrada pela grande maioria das nações democráticas. Mantereí, pois, a eleição indireta, para o meu sucessor. A eleição direta, em dois turnos, será proposta para o futuro. A revisão constitucional, que proporei, não radicaliza posições. Oferece para o problema sucessório solução de compromisso, reclamada pela tranquilidade da Nação, e atende a exigências inadiáveis de nossa evolução constitucional (Presidência da República, 1984, p. 46).

Novamente, o presidente utilizou termos como “ilusórios e oportunistas” para se referir à oposição em relação às eleições diretas, afirmando que as eleições indiretas seriam uma forma legítima de escolha, dadas as circunstâncias de sua agenda política.

Discursos sobre os anos finais

Em 16 de abril de 1984, João Figueiredo encaminha uma proposta de emenda constitucional para o Congresso Nacional que incluía a redução do mandato presidencial para 4 anos:

Estou encaminhando ao Congresso Nacional Mensagem propondo a restauração do processo de eleição direta no País. É um gesto, e, mais do que isto, uma medida concreta destinada a conciliar a vontade nacional e a difícil realidade dos problemas institucionais que tivemos de enfrentar, ao longo das duas últimas décadas (Presidência da República, 1984, p. 75-76).

Figueiredo apresenta essa atitude como um gesto do seu governo para reafirmar a sua imagem de conciliador e sua administração como portadora do projeto. No entanto, em seguida, afirmou que as eleições diretas não aconteceriam naquele ano por não estar no seu projeto político:

A Mensagem não objetiva a realização de eleições diretas este ano. Isto porque medida de tal ordem nunca esteve e não está, hoje, contida em meu projeto político. A Nação bem sabe que se fosse esse o passo mais conveniente e seguro, eu não me recusaria em propô-lo. O povo, mais e melhor do que

ninguém, é testemunha de que tenho cumprido tudo que prometi (Presidência da República, 1984, p. 76).

Nesse discurso, o presidente utiliza a palavra “nação” para criar uma ideia de lealdade em suas ações, apesar de, naquele momento, grande parte da população estava em peso atuando no movimento Diretas Já. Ao concluir, Figueiredo retoma a concepção da suposta incapacidade de diálogo por parte da oposição, e que ele, como bom conciliador, estava aberto ao diálogo, por mais que seu plano de governo demonstrasse o contrário:

Peço-lhes, também, transmitir à Oposição, que sempre reclamou gestos de conciliação, receber esta Mensagem como um convite ao diálogo, de modo a que o texto da Emenda Constitucional a ser aprovado seja resultado da negociação e do consenso, portanto, um grande e poderoso instrumento de concórdia nacional (Presidência da República, 1984, p. 77).

No dia 28 de dezembro de 1984, Figueiredo fez seu último discurso em cadeia nacional de rádio e televisão. Logo no início, o presidente reconhece os problemas sobre a crise econômica e social e as dificuldades da administração do seu governo em conduzir tais questões:

A recessão internacional dos últimos anos projetou seus efeitos sobre o Brasil. Abalou a sua vida econômica e social. Agitou o clima político. Acarretou sofrimentos e dificuldades, mormente para as classes menos favorecidas. Tornou mais árdua a gestão governamental. Exigiu se desviasse para a administração da crise tempo que normalmente cumpria dedicar a trabalho criador, produtivo e reformista. Requereu sacrifícios inusitados do brasileiro (Presidência da República, 1984, p. 319).

O presidente prossegue após esse reconhecimento, trazendo a ideia de superação através da coragem da população diante das adversidades:

As agruras da época prometiam estagnação quase irremediável. O cortejo de seus flagelos encontrou pela frente, no entanto, o valor e a coragem da nossa gente, inabalavelmente determinada a não recuar diante da adversidade. Essa coragem e esse valor ofereceram os elementos, que eram mister, para as imensas realizações com que, não obstante a aspereza dos obstáculos, o Brasil expandiu e fortaleceu os alicerces de sua estrutura econômica e social (Presidência da República, 1984, p. 319-320).

Danielle Forget (1994) explica que o termo “povo” que aparece frequentemente nos discursos do governo na época, concorre diretamente com o termo “nação” para representar os que se beneficiam do governo. Antes, o presidente, além de citar o “povo” na tentativa de colocá-lo em confronto contra a oposição, desmoralizava também, a magnitude das

reivindicações populares, atribuindo a um tipo de histeria coletiva passageira. Exemplos disso incluem declarações como: “O homem público tem o dever de olhar serenamente para a frente e não capitular perante as paixões do presente” ou “Não podemos capitular ante a miragem de um avanço emocional”. Já neste último discurso, o presidente adota um tom mais paternalista ao falar sobre o “povo”, reconhecendo seus esforços para “superar” os obstáculos enfrentados durante sua gestão:

A obra gigantesca, que começa a ser colocada ante os olhos surpresos do povo, depõe em favor dos seus representantes no Governo; o crédito que a este pertence é crédito reconhecível, também, de direito, ao mesmo povo. Este, contrariamente ao que se ousa dizer, não é, de forma alguma, o divino irresponsável. O povo, hoje consciente da História, de que participa, responde solidária e efetivamente pela organização do presente e do porvir. Responsáveis pelo futuro e pelo presente são, cada qual na medida de sua competência e de seu ofício, no setor público ou privado, todos quantos possuem qualquer parcela de poder decisório (Presidência da República, 1984, p. 320, grifo nosso).

Enquanto exalta a imagem do povo, o presidente admite as omissões e reafirma a dedicação em combater os problemas sociais e econômicos como a pobreza e a dívida social:

Defeitos ou omissões terão ocorrido no desempenho de nossos encargos. A guerra comum contra a pobreza e contra o sofrimento está ainda, certamente, por vencer. O resgate, da dívida social está longe, também, de se cumprir, na medida daquilo, que se espera da sociedade. Porém jamais foram maiores nem mais amplos os esforços para atender a esse grave compromisso (Presidência da República, 1984, p. 320).

Apesar de o presidente ter começado seu discurso reconhecendo as complicações administrativas, ele retoma os aspectos positivos do seu governo na tentativa de atenuar as falhas, principalmente com relação às crises econômicas:

A serviço dos valores democráticos, conduzimos o processo político com espírito de compreensão e de transigência, que contribuiu para que a equação sucessória se estabelecesse sem pressões ou turbulências. A transferência do poder, em momento crítico da nossa história política, se realizará, desta sorte, democraticamente [...] A perfeição, que se almejava, não foi obtida. Conseguiu-se, contudo, criar atmosfera que favorece a cooperação no sistema de poder, que se vier a formar, de todas as tendências ou organizações partidárias (Presidência da República, 1984, p. 321).

Ao encerrar, Figueiredo menciona o termo “nação” com apreciação:

Pelas virtudes cívicas e particulares, os brasileiros são dignos da grande nação pela qual têm o privilégio de ser responsáveis. São dignos, igualmente, das

alegrias que lhes desejo de todo o coração no ano prestes a iniciar-se, alegria cuja fonte está, essencialmente, no interior de cada um, na capacidade que possui cada qual de encontrar em si mesmo, em qualquer circunstância, reservas de energia e de bondade para promover a própria felicidade e a felicidade dos demais (Presidência da República, 1984, p. 322).

Por mais que as eleições de 1982 não tenham saído como esperado para Figueiredo, a mudança discursiva para um tom mais tênue, dá-se ao fato de que as eleições indiretas continuariam em vigor. Não precisava mais, de alguma maneira, “alfinetar” a oposição naquele momento e, também, era importante para Figueiredo sair da presidência com a imagem de conciliador, algo que ele afirmava ser durante todo seu mandato presidencial.

Considerações finais

A Ditadura Militar Brasileira, marcada sobretudo pela violência, foi um período em que a oposição enfrentou diversos desafios, com a prática da tortura sendo a mais grave, configurando uma política de Estado⁶. As arbitrariedades cometidas pelo regime militar trouxeram questões que, de diferentes maneiras, levavam ao tema “democracia”. O principal ponto de partida para dar início a esse processo de redemocratização do país foi a reivindicação da oposição pela Anistia ampla, geral e irrestrita, que ganhou ainda mais força após os Comitês Brasileiros pela Anistia se juntarem à causa. O grande problema, como já dito no artigo, foi a complexidade da lei: ao mesmo tempo em que significou uma vitória para a oposição, os torturadores também saíram sem nenhum julgamento. Além disso, os discursos de Figueiredo como “Certos eventos, melhor silenciá-los, em nome da paz da família brasileira” contribuíram para um pacto de silêncio com a sociedade sobre as torturas e injustiças cometidas pelos militares (Filho, 2013).

Outro acontecimento que marca profundamente o processo de redemocratização é a campanha pelas Diretas Já. Embora a proposta de Dante de Oliveira tenha sido rejeitada em 25 de abril pelo Congresso Nacional, o movimento em prol das eleições diretas e suas manifestações se espalharam por todo o país, sendo até considerada uma das maiores campanhas feitas na história do Brasil. Nesse contexto, o governo de Figueiredo acabou ficando sem muitas opções. Apesar de o presidente evitar o embate com a oposição, esta fez com que suas reivindicações ganhassem espaço nos discursos oficiais, ainda que de forma implícita. A tentativa do governo em evitar a oposição refletia um esforço de controlar a disseminação de ideias. O que antes era posto sob censura, agora, em um cenário de abertura política e

conciliação, já não podia controlar nos moldes antigos e correr o risco da rejeição popular. Essa tentativa tornou-se ainda mais difícil à medida que a oposição ganhava terreno político após as eleições de 1982, forçando o governo a ajustar seu discurso a partir das pautas de seus opositores. Todavia, com o crescente apoio popular e a repercussão midiática, o governo gradualmente perdeu espaço.

Ainda hoje, a dinâmica do diálogo no cenário político é marcada pela polarização do tipo “nós vs. eles”, principalmente em períodos eleitorais, onde os discursos políticos são moldados com base na fala ou postura do adversário. A ala conservadora, por exemplo, frequentemente recorre ao “fantasma do comunismo” para construir seu discurso afirmando que os “bons costumes” estão ameaçados pelas ideias e atitudes subversivas da esquerda. Essa estrutura discursiva é um reflexo das complexidades do período dos militares até a abertura política.

Apesar de a Comissão da Verdade ter concluído em 2014, que a tortura foi uma política de Estado, prevaleceu-se o silêncio da sociedade com relação ao passado ditatorial. Grande parte da população brasileira ainda reproduz um saudosismo em relação à ditadura militar, argumentando que foi um período de mais ordem e de “milagres econômicos”. Embora as violências cometidas durante a ditadura e os discursos dos presidentes da época tenham contribuído para a manutenção dessa ideia de combate à subversão, também é importante reconhecer a constante tentativa da sociedade em se desvencilhar desse passado, negando-o.

Fontes

Documentário organizado por determinação do Presidente da Comissão Mista do Congresso Senador Teotônio Vilela, **Anistia v. I**. Brasília – DF, 1982, p. 469-477. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/diversos/anistia.htm> . Acesso em 5 de setembro de 2024.

Presidência da República: **15 de março de 1979 – Discurso ao receber a faixa presidencial das mãos do presidente Ernesto Geisel**. Disponível em: <https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueredo/discursos/1979/01.pdf/view> . Acesso em 9 de setembro de 2024.

Presidência da República: **27 de junho de 1979 – Discurso ao assinar mensagem sobre anistia**. Disponível em: <https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/expresidentes/jb-figueiredo/discursos/1979/14.pdf/view> . Acesso em 9 de setembro de 2024.

Presidência da República: **31 de março de 1980 – Discurso à nação brasileira pela passagem do décimo sexto aniversário da revolução**. Disponível em:

<https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos/1980/13.pdf/view> . Acesso em 10 de setembro de 2024.

Presidência da República. **31 de março de 1982 – Discurso à nação brasileira por ocasião do 18º aniversário da revolução.** Disponível em:

<https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos/1982/28.pdf/view> . Acesso em 10 de setembro de 2024

Presidência da República. **31 de março de 1984 – Discurso à nação brasileira por ocasião do 20º aniversário da revolução.** Disponível em:

<https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos/1984/13.pdf/view> . Acesso em 5 de outubro de 2024

Presidência da República. **16 de abril de 1984 – Discurso do Presidente João Figueiredo por ocasião da reunião com os ministros de estado quando do envio da emenda à constituição ao Congresso Nacional.** Disponível em:

<https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos/1984/20.pdf/view> . Acesso em 5 de outubro de 2024.

Presidência da República. **28 de dezembro de 1984 – Discurso à nação brasileira em cadeia nacional de rádio e televisão.** Disponível em:

<https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos/1984/59.pdf/view> . Acesso em 7 de outubro de 2024.

Referências Bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O golpe de 1964 e o voto popular. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, vol. 33, n. 1, p. 5-11, março 2014. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S0101-33002014000100001>. Acesso em: 22 de outubro de 2024.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil 1964-1984**. 2ª ed. Bauru, SP: Edusc, 2005.

ARAÚJO, Maria Paula. **Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

BECHARA, G. N.; RODRIGUES, H. W. Ditadura militar, atos institucionais e Poder Judiciário. **Revista Justiça do Direito, Santa Catarina**, vol. 29, n. 3, p. 587-605, set/dez 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5335/rjd.v29i3.5611>. Acesso em: 22 de outubro de 2024.

BERTONCELO, Edison Ricardo Emiliano. “Eu quero votar para presidente”: Uma análise sobre a campanha das diretas. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, vol. 76, p.169-196, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000100006>. Acesso em: 21 de outubro de 2024.

BRASIL. **Decreto-lei n.º 898, de 29 de setembro de 1969**. Dispõe sobre segurança nacional e organização administrativa. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 7. Disponível

em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-898-29-setembro-1969-377568-norma-pe.html>. Acesso em: 20 de outubro de 2024.

BRASIL. **Lei n.º 6.683, de 28 de agosto de 1979**. Concede anistia e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 11365, 28 ago. 1979. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6683.htm. Acesso em: 20 de outubro de 2024.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Resultados das eleições de 1982**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1982/resultados>.

BRASIL, R. F. do. **Ato Institucional n. 5 (AI-5)**. Acervo, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 394–402, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm.

CARVALHO, Felipe Rocha. “**Em nome da paz, democracia e liberdade para todos**”: A influência do discurso nos processos de transição política no Brasil e na África do Sul. Porto Alegre: PUCRS, 2020, p. 48-66. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/9388>. Acesso em: 21 de setembro de 2024.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, vol. 25, p. 83-106, novembro 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782005000200008>. Acesso em: 22 de outubro de 2024.

CRESTANI, L. de A. O surgimento do inimigo interno: Ditadura Militar no Brasil (1964 a 1985). **Revista Eletrônica História Em Reflexão**, UFGD – Dourados, vol. 5 n. 9, p. 1-16, 2011. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/historiaemreflexao/article/view/1157>. Acesso em: 20 de outubro de 2024.

FILHO, Daniel Aarão Reis. O governo Lula e a construção da memória do regime civil-militar. In: PINTO, Antônio Costa; MARTINHO, F. C. P. (Org). **O passado que não passa: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

FORGET, Danielle. **Conquistas e Resistências do Poder: A Emergência de um Discurso Democrático no Brasil (1964-1984)**. 1ª ed. São Paulo: Edusp, 1994.

FREI, Betto. **Batismo de Sangue – Guerrilha e morte de Carlos Marighella**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

GRECO, Heloísa Amélia. **Dimensões Fundacionais da Luta pela Anistia**. Belo Horizonte: UFMG, 2003, p. 228-270.

TELES, Janaína de Almeida. As disputas pela interpretação da lei da anistia de 1979. **Ideias**, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 71–93, 2010. DOI: <10.20396/ideias.v1i1.8649306>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649306/15861>. Acesso em: 9 de setembro de 2024.

² Comando Supremo da Revolução (CSR) foi uma junta militar formada pelo general Arthur da Costa e Silva em 2 de abril de 1964.

³ Sorbonne foi um grupo militar formado por integrantes das Forças Armadas formados pela Escola Superior de Guerra.

⁴ A crise econômica herdada dos anos JK acentuou ainda mais no governo de Jango, agravada pelo aumento da dívida externa e pela inflação. A reprodução dos movimentos populares fez com que o governo passasse a investir nas reformas de base (agrária, educacional, eleitoral, urbana e tributária). Em 13 de março de 1964 foi realizado o Comício da Central, onde Jango (que passaria a fazer reformas por meio de decretos) assinou dois decretos: nacionalização das refinarias de petróleo e desapropriação de terras. A reação da ala conservadora foi imediata: alguns grupos começaram o alarme contra um “golpe comunista” culminando em manifestações que exaltavam o descontentamento com o governo. Essas manifestações perduraram até o início do golpe em 31 de março de 1964.

⁵ As eleições que seriam realizadas em 15 de novembro de 1982, apresentavam um importante passo na redemocratização do país: os políticos que haviam sido cassados nos anos anteriores da Ditadura Militar haviam retornado ao país e os partidos criados na reforma de 1979 iriam estreitar nas urnas. Foi a primeira vez, após 20 anos, que as eleições para governador de estado seriam diretas.

⁶ A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi instalada oficialmente em 16 de maio de 2012 no governo de Dilma Rousseff. Em 10 de dezembro de 2014, a CNV entregou seu relatório final à presidente e concluiu que a prática de detenções ilegais e arbitrárias, assim como tortura, violência sexual, execuções, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres, resultou de uma política estatal.

ARTIGOS LIVRES

ESCRAVIZADOS ANTIGOS, DISCURSOS CONTEMPORÂNEOS: RECEPÇÕES DA ESCRAVIZAÇÃO NO MUNDO ANTIGO JUNTO À ITÁLIA DE AMBROSIO (1913)

ANCIENT SLAVES, CONTEMPORARY DISCOURSES: ANCIENT SLAVERY RECEPTIONS IN AMBROSIO'S ITALY (1913)

Heloisa Motelewski¹

Resumo: Desde o prisma dos Estudos de Recepção, articulados com as investigações sobre História e Cinema, este artigo se propõe a estudar os meios pelos quais a escravidão romana é recuperada na contemporaneidade italiana em discursos sobre raça e gênero. Para tal, utilizamos o filme *Gli ultimi giorni di Pompei* como documento histórico de análise, uma produção da *Società Anonima Ambrosio* de 1913. Por esse modo, verificamos como a cultura material pompeiana, a literatura inglesa do século XIX e as pinturas pompeianistas são evocadas em sua criação visual de modo a formatar esses discursos a partir de recepções da Antiguidade romana. Dessa maneira, concluímos como essa recuperação do passado antigo de escravidão serviu à fundamentação de narrativas racialistas e nacionalistas italianas ao começo do século passado – narrativas as quais se expressavam nas telas de seus cinemas.

Palavras-chave: Pompeia; Escravidão; Estudos de Recepção; Itália; Racialismo.

Abstract: From the perspective of Reception Studies, intertwined with research on History and Cinema, this article aims to study the ways in which Roman slavery is reimagined in contemporary Italy within discourses on race and gender. To this end, we use the film *Gli ultimi giorni di Pompei* as a historical document for analysis, a production of *Società Anonima Ambrosio* from 1913. In doing so, we examine how Pompeian material culture, 19th-century English literature, and Pompeiianist paintings are evoked in its visual creation to shape these discourses through receptions of Roman Antiquity. In this way, we conclude how this revival of the ancient past of slavery served to underpin racialist and nationalist narratives in Italy at the beginning of the last century – narratives that were expressed on the screens of its cinemas.

Keywords: Pompei; Slavery; Reception Studies; Italy; Racialism.

Introdução

Enfocadas em um estudo sobre as repercussões do mundo antigo na atualidade, as teorias dos Estudos de Recepção se fazem presentes nas investigações acerca da Antiguidade em suas mais variadas formas de aparição, sejam culturais, sociais e/ou políticas. Este é o caso deste artigo, cujo objeto de estudo está no filme intitulado *Gli ultimi giorni di Pompei*, produzido por Arturo Ambrosio (em tradução literal, *Os últimos dias de Pompéia*). Sob a responsabilidade da *Società Anonima Ambrosio*, a criação visual foi oficialmente estreada em

¹ Graduanda no curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), sob orientação da Prof.^a Dr.^a Renata Senna Garraffoni, com quem desenvolveu projetos de pesquisa nos editais do Programa de Iniciação Científica (PIBIC/UFPR) entre 2021 e 2023. Atua em temas relacionados aos Estudos de Recepção, Pompéia, Cinema, Estudos de Gênero e Orientalismos. Endereço para acesso ao Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7022532050657480>.

1913, tendo sido dirigida por Eleuterio Rodolfi com roteiro escrito por Mario Casarini (Cinemateca Brasileira, 2011).

Uma adaptação do romance homônimo de Edward Bulwer-Lytton, pela primeira vez publicado em 1834, a película traz alguns de seus elementos mais centrais para o desenvolvimento da trama. Rodada em uma projeção de 35 mm, em uma velocidade de 16 quadros por segundo, totalizando 107 minutos de exibição, a tela reproduz uma narrativa dramática direcionada à vida de Nídia, uma escravizada grega. Resgatada por Glauco, de quem se torna cativa por agradecimento – apesar da insistência de seu amo para que não o fosse –, Nídia por ele se apaixona. Não obstante, este é um amor não correspondido, uma vez que seu senhor detém uma relação amorosa com a napolitana Ione. Esta, a sua vez, igualmente é o alvo das miradas apaixonadas de Arbaces – ele, um sacerdote egípcio dedicado ao culto da deusa Ísis. Em suas intenções de eliminar seu rival, o vilão termina por levá-lo a um julgamento popular por um crime que não cometeu, momento em que o Vesúvio lança toda a sua ira sobre a cidade de Pompeia. Este desfecho da história provoca, então, a morte do sacerdote, para além do suicídio de Nídia, estando a salvo apenas o casal protagonista.

No corolário deste drama, observamos a aparição de inúmeras questões para serem problematizadas. Assim, neste texto, optamos por um recorte temático dedicado à representação de escravizados em sua constituição cinematográfica. Com este fim, abordamos as linhas receptivas entre a materialidade romana, as pinturas pompeianistas e a literatura dos oitocentos, as quais podem ser vistas extensamente utilizadas na elaboração dessas imagens cinéticas. Aqui, é importante sublinhar a opção pelo termo *pompeianista* para designar uma vertente artística do século XIX, em lugar de neo pompeiana ou pompeiana. Decidimos por esta terminologia por entender como ela é fruto de um movimento estético que olha para o passado desde um presente historicamente situado, criando em uma mesma proporção a sua leitura sobre uma Antiguidade pompeiana imaginada, um discurso necessariamente acordado com a realidade, tal e qual seria o Orientalismo para Said (1990).

Com isso em perspectiva, passaremos a um estudo sobre as representações escravas n'Os *Últimos Dias de Pompeia* por dois casos essenciais da produção cinematográfica. Primeiro, examinaremos as figurações de Nídia, a escravizada que assume um papel heroico e central na história. Segundo, enfocaremos na construção do cativo Sosia, relegado a um campo secundário, mas cujas ações e interações com outros personagens o fazem um indivíduo imprescindível à compreensão da perspectiva italiana da época sobre a escravidão entre o mundo antigo e a modernidade. São, ao fim, os únicos escravos detentores de ação ao longo da constituição narrativa, um ponto chave a o entendimento das formas pelas quais essa película

pode gerar figurações acerca do fenômeno da escravidão antiga sob as lentes do presente. Simultaneamente, concentram em si as dissemelhanças passíveis de serem encontradas nos mesmos discursos italianos de começos do século XX, respaldados em ideais de comportamento conforme raça e gênero: enquanto Nídia se apresenta como uma mulher branca, Sosia é um homem negro para o roteiro da produtora de Turim.

Com este contexto de estudo, haja vista as eleições de tratamento temático sobre o documento cinematográfico, organizamos este artigo segundo três campos de análise. Em um primeiro momento, a redação se concentra nas formas de recepção da cultura material de Pompeia e da pintura pompeianista na tecedura dos caracteres desses personagens. Logo, abordamos algumas considerações do livro de Bulwer-Lytton (1905) em sua composição. Por fim, concluímos como a intersecção desses aspectos serve para criar imagens raciais e de gênero muito específicas para uma Itália contemporânea desde uma antiga Roma.

Estudando Cinema e Recepção: abordagem teórico-metodológica

Antes de seguir ao estudo deste artigo, nos parece importante destacar os fundamentos teóricos e metodológicos usados em sua proposição. Delimitados segundo os Estudos de Recepção, nos orientamos em conformidade com os indicativos da teórica Lorna Hardwick (2003). Desde suas proposições, nos vemos substancialmente contra aos ideais de tradição e de legado antigo. Ao contrário desses preceitos, visualizamos como as relações entre passado e presente se formam desde uma conexão receptiva de duplo caminho, entre o material antigo e sua cultura de recepção. Desta forma, a recepção é analisada como um processo cultural mais amplo, seja na recepção mesma, com seus contextos e motivações, seja em suas formas de descrição ou de exame, ou seja, no panorama de atribuição de subjetividades a esses movimentos.

Ademais, nesse campo teórico-metodológico, ao focar nas associações criadas entre História e Cinema, Rosenstone (2010) nos oferece um interessante caminho para entender os filmes como tentativas de significação do passado e de seus vestígios. Por consequência, constituem narrativas específicas de uma *história como visão*, cercada por narrações complexas e múltiplas, ansiosas por conferir um sentido ao passado. Ainda nesse aspecto, verificamos como essas produções carregam em si processos de criação similares aos textos escritos, propriamente desde as indicações de Winkler (2009). Para o autor, as películas são tecidas por elementos audiovisuais que as permite uma abordagem metodológica filológica. Em outras palavras, o exame cinematográfico histórico é possível desde a decomposição de seus

componentes, provenientes de uma interpretação de todo o seu processo de construção e de significação.

Escravidão, raça, gênero: as artes pompeianas e pompeianistas

Ao principiar com os meios pelos quais a arte romana reflete nas construções dos personagens, encontramos uma generalidade de sua relação com o cinema desde uma recuperação de alguns de seus elementos característicos. Em primeiro plano, verificamos a particularidade do desenvolvimento do gênero “popular” nas pinturas de parede antigas, as quais estabelecem relações diretas com o cotidiano, com cenas centradas na vida de pessoas “comuns” (De Franciscis, 1965). Por isso, observamos o vínculo do filme – e talvez do cinema histórico mais amplamente – com esses quadros de representação diária, pondo ao centro imagens de uma vida não tão alheia do corrente e popular. Ao mesmo tempo, mantém a centralidade do elemento humano, chave para a pintura essencialmente romana: “a magia do Oriente, o romance dos idílios rústicos ou o luxo das *villas* contemporâneas eram sempre enfocados nos homens e seu trabalho” (Ling, 1991, p. 149, tradução própria).

Em síntese, Roma e suas pinturas parietais se fizeram conhecidas na historiografia por múltiplas razões. Sem embargo, o são especialmente pela particularidade de sua composição de gêneros pictóricos documentais, associados a representações realísticas e factuais do dia a dia, acrescidas de imagens religiosas, laborais e eróticas, por exemplo. Haveria, portanto, uma maior “humanização” dessas criações visuais (como se vê na Figura 1), um ponto compreendido pela essência cotidiana das cidades antigas descobertas da atual região napolitana.

Figura 1 - Afresco da casa de Julia Felix, com cena do mercado do fórum



Fonte: *MUSEO Archeologico Nazionale di Napoli*. 2010. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Fresco_from_the_House_of_Julia_Felix,_Pompeii_depicting_scenes_from_the_Forum_market.JPG>. Acesso em: 24 mar. 2024.

Em outro nível de recepção, depreendemos como este gosto romano pelos temas cotidianos passam a ser usados pelos pintores dos oitocentos para a representação de pessoas

escravizadas. Na Itália do *Risorgimento*, é possível encontrar essa visão direcionada a personagens como cativos, gladiadores e outras pessoas não socialmente destacadas, junto a um contexto de formulação discursiva sobre a história nacional italiana. É um caminho encontrado, não obstante, pelos literatos e artistas do país de fazer frente à *questione meridionale*, trabalhando desde uma recepção histórica antiga com as diferenças entre o Sul e o Norte do país recém unificado. Daí que Figurelli (2011) situa o caso de Domenico Morelli, artista italiano com complexas interpretações relacionadas ao fortalecimento da questão social em sua localidade, expressas visualmente desde a imagem escrava (Figura 2).

Figura 2 - IL BAGNO POMPEIANO, de Domenico Morelli (1861)



Fonte: MORELLI, Domenico. 1861. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Domenico_Morelli_003.jpg>. Acesso em: 24 mar. 2024.

Outro exemplo seria encontrado, segundo a autora, junto a Camilo Miola. Em sua extensa obra, diferencia a existência de uma equiparação entre espectador e escravizado com intenções subversivas. Justificativa: seriam os cativos uma alusão aos campesinos sulistas, em suas vidas mantidas em condições precárias ainda depois da unificação (Figura 3). Em concomitância, encontra discursos ampliados por todo o país relegando aos habitantes do Sul a uma condição de incapacidade intelectual, impossibilitados de compreender os verdadeiros ideais de liberdade e afirmando uma suposta superioridade da região nortenha.

Figura 3 - UCCISIONE DI VIRGINIA, de Camilo Miola (1882)



Fonte: MIOLA, Camillo. 1882. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:IL_fatto_di_Virginia.JPG. Acesso em: 24 mar. 2024.

As mulheres cativas: Nídia, virtuosa ou não?

Nos deslocando à questão de gênero e retornando à arte romana, observamos a releitura proporcionada pelo filme sobre a profusão de materiais pictóricos antigos, ao passo de haver no passado pompeiano uma grande presença de retratos de mulheres “comuns” (caso da Figura 4). Acrescentamos, nesse campo de relevância histórica, o dado da inovação romana no campo de conseguir romper, ao menos em parte, com o tabu grego do retrato de corpos desnudos das imagens femininas (Wallace-Hadrill, 2008), criando uma maior atenção das pinturas parietais às mulheres.

Figura 4 - Afresco de uma mulher com uma cítara e sambuca



Fonte: MUSEO Archeologico Nazionale di Napoli. 2014. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pompei-suonatrice.jpg>. Acesso em: 24 mar. 2024.

Assim que, na arte do século XIX, tais formas de representação acabam sendo evocadas desde um olhar especialmente europeu acerca desses corpos, comuns e, em certos casos, desnudos. É o caso de Lawrence Alma-Tadema, pintor neerlandês, cuja obra indica uma maneira pela qual mulheres romanas assumiram diferentes papéis, como amantes e indolentes

(Barrow, 2001). Em Napoli, são por ele representar em meninas buscando por aventuras, ou em mulheres com auras eróticas e subversivas – ainda que suavizadas (Figura 5).

Figura 5 - *A FOREGONE CONCLUSION*, de Lawrence Alma-Tadema (1885)



Fonte: ALMA-TADEMA, Lawrence. 1885. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Sir_Lawrence_Alma-Tadema_-_A_Foregone_Conclusion_-_Google_Art_Project.jpg. Acesso em: 24 mar. 2024.

A isto, o caso estudado de Nídia reúne as ambivalências desta produção irreverente e irônica de Alma-Tadema. Ao contrário do romance inglês, em que emerge em um plano secundário de personagens, a escrava é protagonista da película, em um contraste muito bem posto com Ione (Wyke, 2019). Isso uma vez que assume um heroísmo ímpar, apesar de maldosa por sua caracterização ciumenta diante de seu amo, Glauco. Ao fim, suas más ações e intenções são depois recompensadas. Ao se considerar em dívida com o jovem grego, por quem se apaixona, o serve até o fim, já que teria ele a salvado de sua antiga senhora, Stratonice: “Perdoame’ disse ela ‘e não falarás mais de liberdade; minha felicidade é ser tua escrava. Me prometestes que não me entregarias a outro” (Bulwer-Lytton, 1905, p. 149, tradução nossa)².

Com esses fins, a produção visual de Nídia se assegura tanto por um Impressionismo romano antigo (Charles-Picard, 1968) quanto por um moderno. O primeiro, segundo seu autor de definição, se diferencia do Classicismo das artes romanas ao passo de apostar em elementos pictóricos mais sóbrios e teatrais, em paralelo a uma recuperação das camadas populares e da defesa da liberdade das artes. Assim, Nídia empresta seus tons dramáticos e teatrais, suas emoções. Do Romantismo e do Impressionismo contemporâneos, apropria-se do simbolismo idealista, moral e forte. Apresentada como cativa, tem aspectos morais aparentes por auxiliar na fuga do casal, ainda que corrompida ao tentar fazer com que Glauco se apaixone por ela por bruxarias. No entanto, somente o faz sob a influência de Arbaces, e quando recobra sua “razão”, se sacrificaria para salvar aos dois ao se suicidar no desfecho do filme – uma forma em si mesma

carregada de perspectivas românticas, percebendo a morte como libertação da alma (Faco, 2011). Isso se dá, por exemplo, em uma base de sua representação visual escorada em pinturas românticas, caso de algumas obras de Alma-Tadema (a título de comparação entre as Figuras 6 e 7).

Figura 6 - GLAUCUS AND NYDIA, de Lawrence Alma-Tadema (1867)



Fonte: ALMA-TADEMA (1867). Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Lawrence_Alma-Tadema_-_Glaucus_and_Nydia_-_1977.128_-_Cleveland_Museum_of_Art.tiff>. Acesso em: 24 mar. 2024.

Figura 7 - NIDIA È FELICI



Fonte: *GLI Ultimi Giorni di Pompei* (1913).

A raça determina a escravidão antiga?

Ao pular esta análise para Sosia, sublinhamos em este outro personagem a sua racialização (como vemos na cena da Figura 8). Um dos poucos, se não o único, ator negro a compor o elenco da produção, é de suma importância que examinemos esta escolha de representação por parte da produtora. Essa é uma eleição de problemática que se justifica uma vez de inexistir menções a caracteres raciais não-brancos ao personagem no texto literário que fundamenta a criação cinematográfica (Bulwer-Lytton, 1905). Isso faz crer em sua originalidade contextual de seleção representativa.

Figura 8 - NIDIA È RINCHIUSA IN UN SOTTERRANEO DEL TEMPIO



Fonte: *GLI Ultimi Giorni di Pompei*. 1913.

É um cenário social, político e cultural italiano demarcado por discussões raciais e orientalistas, onde se pautam distintos autores transitando entre o Orientalismo, o Classicismo e o Mediterraneísmo, ademais do arianismo. São, em uma perspectiva mais generalista, contestações a um panorama em que a Itália ansiava pela afirmação (ou não) como parte da Europa, criando uma identidade racial que confrontava a sua situação do “Outro” europeu. Devido a isso, apareceram as teorias de hierarquização dos povos próximos, resultando em discursos de postulação de inferioridade dos árabes e, com maior relevo, dos africanos (De Donno, 2019). Em consonância com a investigação por De Donno (2019), um dos casos mais emblemáticos desses autores italianos, lançadores dos fundamentos de teorias raciais e racistas, reside em Lombroso. Estudante da frenologia, argumentaria por uma superioridade branca e judia, redigindo um antissemitismo focado nos muçulmanos, por eles considerados apenas levemente superiores aos negros.

Por esse histórico de ideias na Itália, não é de surpreender que a atribuição de caracteres raciais aos escravos siga ocorrendo na produção cinematográfica. Em uma cena posterior, esse processo ocorre na forma da técnica de “*black face*” – atores brancos que têm sua pele pintada de preto e usam perucas com o intuito de imitar a racialização de pessoas negras (Figura 9). Uma prática extensamente criticada pelas estereotípias carregadas em sua projeção, igualmente o pode ser por refletir uma consciência epistêmica africanista, nós temos de Mudimbe (2019, p. 17-51). É, pois, um meio de representar o desconhecido sob os moldes do conhecido aos europeus, criando imagens de brancos enegrecidos que resultam em uma hierarquia por estabelecer símbolos identitários de segregação cultural pode ideais raciais.

Figura 9 - ARBACE ESCE E SI FA CONDURRE DALLA STREGA DEL VESUVIO



Fonte: *GLI Ultimi Giorni di Pompei*. 1913.

Em troca, essas eleições não são feitas aleatoriamente para a trama visual. Sosia é o cativo facilmente enganado por Nídia, dado que é extremamente supersticioso – essa sim uma característica que já se lia nas páginas de Bulwer-Lytton (1905, p. 394, tradução nossa)³:

“Por Pollux! Eu gostaria de conhecer tanto quanto meu mestre; mas isso não é esperado. Deixe-me saber, pelo menos, se deveria guardar dinheiro suficiente para comprar minha liberdade, ou se este egípcio irá me concedê-la sem pagamento. Ele faz coisas tão generosas às vezes. Depois, supondo-se que seja verdade, devo tomar posse daquela confortável taverna entre Myropolia, que há tempos me brilha aos olhos?...”

Além de que está conectado aos cultos isíacos, que ao olhar do providencialismo nacionalista e orientalista do filme se constrói por um discurso pautado em uma suposta “corrupção oriental” – se coloca como ajudante de Arbaces sem o questionar sobre suas maléficas atitudes. Nesse ponto da discussão, recuperamos ainda os postulados das discussões racialistas anteriormente citadas pelos apontamentos de Leopardi (De Donno, 2019). Por esse escritor, se amplificou na Itália um discurso sobre os problemas pretensos da superstição, vinculada às vivências bárbaras corruptas, prejudiciais ao ser humano. Assim, a associação da superstição e, por consequência, do barbarismo a um personagem que passa às telas como um homem negro revela a força das percepções negativas que se sobrepunham sobre as pessoas de cor nas narrativas e discursos italianos da década de 1910.

Considerações finais

A partir dos retratos de Nídia e Sosia, explorados ao longo deste texto, concluímos como a escravidão antiga emerge um *topos* discursivo visual para abrigar uma ótica racialista sobre a

condição de pessoas negras: como cativos na antiguidade, não eram vistos nessa condição por motivos heroicos ou de valor. O eram por acreditar em superstições, por não refletirem sobre suas condições. Por outro lado, uma mulher branca escravizada o é por questões de honra: aceita a escravidão como forma de agradecer pelo suposto resgate de seu amo. O cativo lhe parece caminho de redenção, enquanto igualmente se torna o meio pelo qual comete os perigosos erros ao enfeitiçar seu senhor. E, ao fim da trama, é por essa mesma condição de escravizada que se sacrifica e salva a seus amos, atuando como ferramenta de uma providência que lhes pouparia a vida.

Os escravizados antigos deixam de ser meras metáforas visuais para as condições precárias dos camponeses do Sul, como o eram nas pinturas do século XIX. Ainda estas possam ter servido de inspiração para se assumir o decadentismo dessa situação. Decadentismo, porém, apenas atribuído aos que são cativos por supostos atributos de sua raça: a incapacidade de reflexão, a crença supersticiosa – algo que não afetaria, sob a mirada de Ambrosio, tanto a mulher grega, cuja escravidão assume agradecimento a seu salvador.

Nada mais que elementos receptivos de novas leituras, racializadas e racistas, que em nossos estudos atuais, devem ser aproximados de modo crítico.

Fontes

Gli Ultimi Giorni di Pompei. Direção: Eleuterio Rudolfi. Turin: Società Anonima Ambrosio, 1913. 1 filme (107 min.), silencioso, 35 mm.

BULWER-LYTTON, Edward. **The Last Days of Pompei.** London: Thomas Nelson & Sons, 1905.

Referências Bibliográficas

BARROW, Rosemary. **Lawrence Alma-Tadema.** London: Phaidon Press Limited, 2001.

CHARLES-PICARD, Gilbert. **Roman Painting.** Norwalk: New York Graphic Society, 1968.

CINEMATECA BRASILEIRA. **Catálogo da V Jornada Brasileira de Cinema Silencioso.** São Paulo: Cinemateca Brasileira, 2011. p. 50.

DE DONNO, Fabrizio. **Italian Orientalism: Nationhood, Cosmopolitanism and the Cultural Politics of Identity.** Berna: Peter Lang, 2019.

DE FRANCISCIS, Alfonso. **La Pittura Pompeiana.** Firenze: Sadea, 1965.

FACOS, Michelle. **An Introduction to Nineteenth-Century Art**. New York: Routledge, 2011.

FIGURELLI, Luna. “Italian Classical-Revival Painters and the ‘Southern Question’.” In: **Pompeii in the Public Imagination from its Rediscovery to Today**. New York: Oxford University Press, 2011. p. 136-152.

HARDWICK, Lorna. **Reception Studies**. New York: Cambridge University Press, 2003.

LING, Roger. **Roman Painting**. New York: Cambridge University Press, 1991.

MUDIMBE, Valentin Y. **A Invenção da África: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2019.

ROSENSTONE, Robert. **A História nos filmes, os filmes na História**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

WALLACE-HADRILL, Andrew. **Rome’s Cultural Revolution**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

WINKLER, Martin M. **Cinema and Classical Texts: Apollo’s New Light**. New York: Cambridge University Press, 2009.

WYKE, Maria. Mobilizing Pompeii for Italian Silent Cinema. **Classical Receptions Journal**, v. II, n. 4, p. 453-475, 2019.

² Do original, no inglês: “*Thou forgives me, ’ said she, ‘and thou Will talk no more of freedom; my happiness is to be thy slave. Thou hast promised thou Will not give me to another – “*

³ Do original, no inglês: “*By Pollux! I should like to know as much as my master; but that is not to be expected. Let me know, at least, whether I shall save enough to purchase my freedom, or whether this Egyptian will give it me for nothing. He does such generous things sometimes. Next, supposing that be true, shall I possess myself of that snug taberna among the Myropolia, which I have long had in my eye?”*

O NOVO ENSINO MÉDIO, A BNCC E O ENSINO DE HISTÓRIA: uma discussão sobre a educação brasileira

THE NEW HIGH SCHOOL, THE BNCC AND THE TEACHING OF HISTORY: a discussion on brazilian education

Carolina Porto de JESUS¹
Matheus do Nascimento de PAULA²

Resumo: O presente artigo busca em sua essência analisar a política educacional do novo ensino médio, o retrospecto que fez com que tal medida fosse aprovada e os conteúdos que determinam o ensino de história na rede pública, alertando para a concepção de educação que está posta nas diretrizes curriculares e as consequências para os estudantes que se formam no contexto do Novo Ensino Médio (NEM). A partir de documentos como a Base Nacional Comum Curricular, e obras de autores da área da educação brasileira, este artigo busca analisar criticamente os fatores que marcam a implementação da política do NEM na área da educação, e principalmente como tais políticas estão alinhadas à concepção de educação que contraria os preceitos da formação de cidadãos e se alinham cada vez mais com a ideia de formação técnica para o mundo do trabalho. Tal artigo, desta forma, visa contribuir para uma compreensão mais profunda dos impactos das recentes reformas educacionais, destacando as possíveis lacunas e limitações que essas políticas impõem ao ensino de história. Ao questionar a ênfase predominante na formação técnica em detrimento de uma educação mais abrangente e crítica, este estudo pretende fomentar um debate sobre a necessidade de uma formação que vá além da preparação para o mercado de trabalho, promovendo o desenvolvimento de sujeitos históricos e cidadãos conscientes.

Palavras-chave: Reforma do Ensino Médio; BNCC; História; Qualidade da Educação.

Abstract: This article aims to analyze the educational policy of the new high school curriculum, the background that led to its approval, and the content that defines the teaching of history in public schools. It raises concerns about the educational philosophy present in the curricular guidelines and the consequences for students graduating within the context of the New High School (NHS). Drawing from documents such as the National Common Curricular Base (BNCC) and works by scholars in the field of Brazilian education, this article critically examines the factors that mark the implementation of NHS policy in education, especially how these policies align with an educational conception that contradicts the principles of citizen formation and increasingly focuses on technical training for the workforce. In this way, the article seeks to contribute to a deeper understanding of the impacts of recent educational reforms, highlighting the possible gaps and limitations that these policies impose on the teaching of history. By questioning the predominant emphasis on technical training at the expense of a more comprehensive and critical education, this study aims to foster a debate on the need for an education that goes beyond preparation for the labor market, promoting the development of historically aware and conscious citizens.

Keywords: High School Reform; BNCC; History; Quality of Education.

¹ Graduanda no curso de Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP - campus de Franca. Participou como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) durante os anos de 2022 a 2024. Contato: carolina.jesus@unesp.br.

² Graduando no curso de Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP- campus Franca. Participou como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) durante os anos de 2022 a 2024. Contato: matheus.n.paula@unesp.br.

A educação, o neoliberalismo e a disputa pelo currículo

A educação, como um campo social e político, sempre esteve no centro de intensas disputas ideológicas, refletindo a estrutura e as relações de poder que dominam a sociedade. O currículo escolar, sendo uma das expressões mais diretas da educação, não escapa dessas tensões. No cenário brasileiro contemporâneo, a reforma do Ensino Médio e a introdução de uma Nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) revelam como essas disputas se intensificaram, principalmente sob a influência de políticas neoliberais sob o currículo escolar. Esse modelo econômico, ao priorizar a lógica de mercado, eficiência e competitividade, modifica o currículo escolar e se alinha às necessidades do capital. A introdução dos itinerários formativos e a flexibilização curricular são instrumentos que, ao favorecer determinadas áreas do conhecimento, acabam subordinando a educação pública aos interesses de grandes corporações e agentes neoliberais. Dessa forma, a educação, em vez de ser um espaço de formação crítica e emancipatória, passa a servir ao projeto de formação de um trabalhador adaptado às exigências do mercado globalizado.

O currículo escolar, conforme destaca José Gimeno Sacristán (1998), pode ser compreendido como um conceito amplo e um instrumento fundamental, que organiza e orienta o conhecimento a ser transmitido e aprendido nas instituições educacionais. Ele abrange o conjunto de conhecimentos, habilidades, valores e experiências educacionais que uma instituição ou um sistema de ensino consideram importantes para a formação dos estudantes, envolvendo a filosofia educacional, os objetivos de aprendizagem, as metodologias de ensino e as formas de avaliação. Desta forma, Sacristán (1998) sugere que o currículo não é apenas um conjunto neutro de saberes, mas sim uma construção social que reflete as dinâmicas de poder e os interesses vigentes em uma determinada sociedade.

Diante do contexto político brasileiro recente, o currículo escolar, enquanto documento que estrutura e organiza o conhecimento a ser transmitido e aprendido nas instituições educacionais, tem se mostrado um campo de intensas disputas políticas, econômicas e ideológicas, mostrando-se fruto de conflitos, negociações e transações. As disputas envolvendo este documento, giram em torno da definição de qual conhecimento ou saber é considerado importante, válido ou essencial para merecer ser considerado parte do currículo. Como muito bem assinala Tomaz Tadeu da Silva (1999) no livro *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*;

[...] as teorias do currículo deduzem o tipo de conhecimento considerado importante justamente a partir de descrições sobre o tipo de pessoa que elas consideram ideal. Qual é o tipo de ser humano desejável para um determinado tipo de sociedade? Será a pessoa racional e ilustrada do ideal humanista de educação? Será a pessoa otimizadora e competitiva dos atuais modelos neoliberais de educação? [...] A cada um desses “modelos” de ser humano corresponderá um tipo de conhecimento, um tipo de currículo (Silva, 1999, p.156).

De maneira semelhante ao que argumenta Tomaz Tadeu da Silva (1999), Michael Apple (2006), em sua obra *Ideologia e Currículo*, ressalta que o currículo não é um campo neutro, mas sim permeado por ideologias que servem a interesses dominantes. Para Apple (2006), o currículo é um espaço em que os grupos economicamente e politicamente poderosos conseguem inserir suas agendas, moldando o conteúdo de acordo com suas necessidades. Ele argumenta que, em uma sociedade capitalista, há uma tendência de adaptar o currículo às exigências do mercado de trabalho, favorecendo a formação de mão de obra qualificada para setores estratégicos da economia. Conforme o autor sugere:

Para entender, digamos, as noções de ciência e de indivíduos, do modo que as empregamos na educação, precisamos vê-las como sendo primeiramente categorias ideológicas e econômicas que são essenciais tanto para a produção de agentes que preencham os papéis econômicos existentes, quanto para a reprodução de disposições e significados que 'causarão' nesses próprios agentes, a aceitação desses papéis alienantes sem muito questionamento (Apple, 2006, p. 44).

Neste trecho, Michael Apple (2006) sugere que certas categorias dos currículos são moldadas para cumprir uma função específica na sociedade capitalista: formar indivíduos que aceitem, sem grande resistência, os papéis econômicos preestabelecidos. Ou seja, a educação, em vez de promover uma reflexão crítica, muitas vezes reforça estruturas de poder e controle social e, ao transmitir disposições e significados que sustentam o status quo, ela contribui para que os estudantes internalizem de forma quase automática, as exigências do mercado de trabalho e aceitem seu lugar na hierarquia social e econômica.

Neste sentido, o currículo do Ensino Médio, se mostra o antro de disputas políticas entre liberais e conservadores pelo peso que ocupa na configuração da própria sociedade, uma vez que a formação dos jovens que buscam o mercado de trabalho após concluírem seus estudos está completamente inserida na lógica de mercado que o neoliberalismo propõe. Desta forma, a importância de se investigar os mecanismos utilizados pelas empresas e corporações para promover seus interesses na definição dos conteúdos curriculares mostra-se um dos principais temas de pesquisas na área educacional.

Portanto, a reforma do Ensino Médio brasileiro evidencia uma fragmentação do ensino, estruturada pela lógica de que diferentes classes sociais devem seguir caminhos educativos distintos. Essa visão dualista reforça a ideia de que a educação deve preparar jovens para funções específicas no mercado, dependendo de sua posição socioeconômica. A introdução da Nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um exemplo claro de como essas disputas se manifestam, com a implementação de itinerários formativos e a flexibilização curricular atendendo diretamente às demandas do mercado. A lógica neoliberal, centrada em eficiência e competitividade, prioriza áreas do conhecimento consideradas estratégicas para o desenvolvimento econômico, deixando em segundo plano disciplinas que promovem uma formação mais ampla e crítica. Assim, o currículo passa a servir mais aos interesses do mercado do que ao desenvolvimento integral do estudante.

O Novo Ensino Médio e sua implementação

O Novo Ensino Médio (NEM) constitui um marco significativo nas políticas públicas educacionais e em vista disso, educadores de todo o Brasil vem se posicionando tanto a favor quanto contra sua implementação. Embora haja um reconhecimento da importância de atualizar o currículo do Ensino Médio para melhor preparar os estudantes para os desafios contemporâneos, a implementação dessas reformas tem sido frequentemente marcada por falhas significativas. Aspectos como a falta de recursos adequados, a ausência de formação adequada para os professores e a desconexão entre as diretrizes curriculares e as demandas reais do mercado de trabalho têm sido amplamente identificados como obstáculos à eficácia dessas políticas.

O processo de implementação do Novo Ensino Médio ocorreu em um contexto histórico marcado por debates intensos e por uma série de interesses políticos, econômicos e sociais em jogo. Para compreender adequadamente as implicações dessa reforma, é crucial analisar seu contexto histórico e as diversas perspectivas que influenciaram sua concepção e implementação, desde o cenário político brasileiro de 2017 até o conteúdo que foi escolhido para ser ensinado e que está presente na Base Nacional Comum Curricular. A medida provisória nº 746, que instituiu a Reforma do Ensino Médio, foi apresentada em um momento de intensa polarização política e fragilidade institucional no Brasil, uma vez que o país ainda lidava com as sequelas do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff e as incertezas políticas advindas desse processo. Nesse contexto, a medida provisória foi recebida com controvérsia e resistência por parte de diversos setores da sociedade, especialmente de educadores e pesquisadores do

tema, que criticavam a falta de debate público e participação democrática na formulação da reforma.

Como bem assinala Celso João Ferretti (2018), ainda que a implementação da Reforma do Ensino Médio por meio de medida provisória passe a impressão de ser uma ação abrupta do governo Temer, é importante ressaltar que a MP 746 não foi uma medida isolada, ela se insere em um contexto mais amplo de reformas estruturais implementadas pelo governo naquele ano. A primeira dessas reformas foi a Proposta de Emenda Constitucional 241, que, posteriormente, foi transformada no Projeto de Lei 55/2016 e, por fim, na PEC 95, estabelecendo o Novo Regime Fiscal. Esta reforma fiscal, com suas severas restrições às despesas primárias do país, esteve diretamente ligada ao ajuste fiscal que também moldou a Reforma do Ensino Médio, ambos seguindo a mesma lógica de contenção de gastos e reconfiguração de políticas públicas.

Em vista deste retrospecto, a MP 746 representa, na verdade, a fase intermediária de um processo iniciado ainda em 2013 por meio do Projeto de Lei 6840/2013 que já sugeria mudanças substanciais na estrutura do Ensino Médio brasileiro, com a intenção de torná-lo mais flexível e conectado com o mercado de trabalho. Embora o PL 6840 tenha sido alvo de críticas por parte da sociedade civil, especialmente do Movimento em Defesa do Ensino Médio, é possível notar que elementos dele estão presentes na Lei 13.415, já indicando o projeto de educação que estava se consolidando e que “dava as caras” na política brasileira.

Dermeval Saviani (2018), em seu artigo *Política Educacional no Brasil Após a Ditadura Militar*, traça um panorama abrangente das transformações na política educacional brasileira desde o fim do regime militar até os dias atuais. O autor destaca o processo de transição do período autoritário para a redemocratização e os desafios enfrentados na construção de um sistema educacional mais inclusivo e democrático. Para Saviani (2018), a implementação do Novo Ensino Médio como uma medida provisória é vista como um retrocesso nesse processo, uma vez que ela foi conduzida de forma pouco participativa e democrática, sem a devida consulta à comunidade escolar e aos especialistas em educação. Tais medidas, reforçam a empreitada do governo de Michel Temer em implementar reformas nas áreas de maior interesse do capital privado no Brasil, como foi o caso da reforma trabalhista de 2017, a reforma do ensino médio aqui discutida e a tentativa, ainda que frustrada, de reforma da previdência em 2016.

Além das críticas sobre a natureza antidemocrática da implementação da reforma, é importante destacar as alterações no ensino público trazidas pelo Novo Ensino Médio, que promoveram significativas mudanças, como a flexibilização curricular e a oferta de cursos em tempo integral. Essas transformações questionaram a multiplicidade de disciplinas e a rigidez

na estrutura curricular vigentes até aquele momento no ensino público. A Lei 13.415 então propôs uma divisão clara entre uma parte de formação geral, compartilhada por todos os alunos, e uma outra parte mais diversificada, que segue itinerários formativos específicos em áreas como linguagens, matemática, ciências naturais, ciências humanas e educação profissional. Essa abordagem visou segmentar o acesso dos estudantes ao conhecimento, reduzindo o número de disciplinas obrigatórias e tornando os itinerários formativos mais atrativos para os alunos, mas por outro lado, a fragmentação dos conhecimentos em itinerários formativos específicos resultou em uma formação menos abrangente e completa para os estudantes, um assunto que será tratado posteriormente. Além disso, a Lei 13.415 flexibilizou a oferta de componentes curriculares como educação física, artes, sociologia e filosofia, que permanecem obrigatórios na Base Nacional Comum Curricular, mas podem ter sua carga horária reduzida no Ensino Médio. Essas disciplinas podem estar mais presentes de maneira opcional, dependendo dos itinerários formativos escolhidos pelos alunos. Essa mudança reflete uma ênfase maior em áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento dos estudantes, como conteúdos sobre empreendedorismo e formação técnica, que se alinham com interesses econômicos e com a busca por um melhor desempenho em avaliações internacionais. No entanto, ao reduzir o número de disciplinas obrigatórias e direcionar o foco para áreas específicas, corre-se o risco de limitar o desenvolvimento de habilidades transversais e a compreensão de conteúdos essenciais para a formação crítica e integral dos alunos. Além disso, essa abordagem reforça desigualdades sociais ao privilegiar determinadas áreas de conhecimento específico em detrimento de outras, pois os alunos das escolas públicas que utilizam o currículo do NEM, enfrentam barreiras para acessar conhecimentos essenciais das disciplinas que geralmente são cobradas em vestibulares, diferentemente de alunos de escolas particulares que dominam cada vez mais estes conteúdos.

Diante do complexo panorama delineado pela implementação do Novo Ensino Médio, é inegável que se trata de um marco significativo nas políticas educacionais do Brasil contemporâneo. A diversidade de perspectivas que permeiam o debate sobre sua eficácia e impacto, refletem a profundidade das transformações propostas e as controvérsias que as envolvem. Em vista destes pontos, este artigo revela não apenas as intenções de modernização e adaptação do currículo do Novo Ensino Médio aos desafios do século XXI, mas também as falhas e desafios enfrentados ao longo do processo de sua implementação.

A Base Nacional Comum Curricular

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento fundamental para a organização e o desenvolvimento da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio no Brasil. Seu propósito é estabelecer os conhecimentos, competências e habilidades essenciais que todos os estudantes brasileiros devem adquirir ao longo de sua trajetória educacional. A Base Nacional Comum Curricular desempenha um papel fundamental no contexto do Novo Ensino Médio, fornecendo diretrizes essenciais para a definição dos currículos das escolas em todo o país. Antes de se analisar o conteúdo da disciplina de história disposto na BNCC, este artigo se propõe a fazer uma análise histórica cronológica do documento, desde sua criação e motivação até sua configuração nos dias atuais.

A BNCC teve seu marco inicial em 2010, com a instituição do Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece como uma de suas metas a elaboração de uma Base Nacional Comum Curricular. Em 2015, foi criada a Lei nº 13.005/2014, que instituiu o novo PNE e determinou que a BNCC deveria ser elaborada até 2016, o ano que também marca sua aprovação e homologação. Essa legislação estabeleceu as bases legais para a elaboração do documento, fornecendo diretrizes claras e institucionais para sua concepção e implementação. Com sua homologação, a BNCC tornou-se obrigatória para todas as escolas públicas e privadas do país, representando um marco histórico na unificação e no fortalecimento do currículo escolar brasileiro. A partir de 2017, teve início o desafiador processo de implementação da BNCC nas escolas brasileiras. Os sistemas de ensino estaduais e municipais iniciaram esforços para se adaptarem às novas diretrizes curriculares, promovendo a formação de professores e realizando ajustes nos currículos escolares para garantir a adequação às exigências da BNCC. Em 2018, o processo de implementação da BNCC continuou, com a realização de debates e ajustes nos currículos das escolas em todo o país. Paralelamente, foram conduzidos estudos e avaliações para monitorar o impacto da BNCC na prática educacional, identificando desafios e oportunidades para sua efetivação.

Nota-se que, a criação deste documento esteve intimamente ligada ao Movimento pela Base Nacional Comum Curricular (MBNC) e aglutinou uma série de interesses difusos. Esse Movimento surgiu em 2013, com o objetivo de discutir sobre a adoção de uma BNCC e apresentou-se como “um grupo não governamental de profissionais e pesquisadores da educação que atuam para facilitar a construção de uma base de qualidade”. Dentro do contexto de criação desse Movimento, destacam-se algumas instituições brasileiras do setor educacional como a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o Conselho Nacional de Educação (CNE), o Conselho Estadual de Educação de São Paulo (CEE-SP), a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e o Movimento Todos pela Educação- uma

organização não governamental, financiada por alguns dos principais grupos empresariais do Brasil. Estes grandes conglomerados estão se mobilizando e concentrando esforços na educação básica para atender às novas diretrizes estabelecidas pela Reforma do Ensino Médio, onde a corresponsabilização no gerenciamento de assuntos educacionais é legitimada pelo financiamento de pesquisas cujos resultados são apresentados e divulgados como evidências que justificam e promovem suas propostas.

Em todo o caso, para além das discussões sobre qualidade de educação, o que se constata a partir dos dados fornecidos acima é que estes agentes, ditos filantrópicos, já estão imiscuídos em muitos projetos públicos nacionais, estaduais e municipais e estiveram presentes na elaboração da Base Nacional Comum Curricular desde seu início, levantando preocupações para diversos pesquisadores na área da educação sobre a influência de interesses privados na definição dos conteúdos e das diretrizes educacionais do Brasil. Tais interesses destes agentes são demonstrados no conteúdo das diretrizes que guiam as propostas curriculares, estas que são fundamentadas em competências que destacam uma visão de formação humana que busca principalmente se alinhar às exigências do mercado e se integrar à sociedade através de uma concepção abstrata de cidadania, muitas vezes vazia e superficial. Neste contexto, a próxima etapa de nossa investigação nos levará a uma análise mais detalhada dos conteúdos e diretrizes da disciplina de História na BNCC. Ao explorarmos as competências e itinerários formativos propostos, examinaremos como a disciplina se posiciona no contexto das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, assim como as implicações da abordagem adotada para o desenvolvimento da consciência crítica dos estudantes diante das realidades histórico-sociais.

A disciplina de História na BNCC do Novo Ensino Médio

A priori, ao analisar a disciplina de História na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é importante refletir sobre os conteúdos selecionados e publicados para o currículo da disciplina e a trajetória da sua elaboração. O desenvolvimento do novo currículo de História para a BNCC inicia em 2015 com a sua primeira versão redigida por uma equipe de 12 profissionais elencados pelo MEC que visava o estudo de História nos Ensinos Fundamental e Médio a partir do rompimento com a história tradicional e um currículo crítico ao eurocentrismo, priorizando narrativas históricas afro-brasileiras, africanas, indígenas, americanas e asiáticas. Em detrimento às questões políticas do período destacado, a banca profissional foi dissolvida. No ano de 2016, uma segunda versão do currículo foi desenvolvida e modificada com a exposição de conteúdos generalizantes, conteudistas e que abordam a

História do Brasil a partir de uma perspectiva europeia. Em dezembro de 2017, no governo de Michel Temer, foi consolidada a terceira versão do currículo de História na BNCC com poucas alterações em comparação à versão anterior, destacando ainda o conteudismo e a história tradicional, rompendo com a visão crítica e epistemológica das Ciências Humanas. Logo, em 2018 ocorreu a homologação do currículo de História na Base Nacional Comum relativo aos Projetos de Lei para o Novo Ensino Médio. Com isso, a disciplina e o ensino de História tomaram novos rumos com o NEM.

No que diz respeito à organização curricular do Novo Ensino Médio, a BNCC é elaborada de maneira geral no desenvolvimento de Competências e Itinerários Formativos. A disciplina de História se encaixa dentro das seis Competências Específicas da Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA) distribuídas ao longo dos três anos do Ensino Médio, como também é classificada como eletiva. Somado a isso, as CHSA nos parâmetros da Base têm por objetivo desenvolver a capacidade dos discentes em relação a sua atuação protagonista no mundo, expandir questões atreladas à noção de tempo em diferentes sociedades, bem como, “propõe o aprofundamento e a ampliação da base conceitual e dos modos de construção da argumentação e sistematização do raciocínio, operacionalizados com base em procedimentos analíticos e interpretativos”. Já para os docentes, a BNCC propõe a posição mediadora entre conteúdo estabelecido e análise crítica. A partir da imposição das novas Competências e Habilidades nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, é possível observar que a História perde sua condição como disciplina autônoma e dá espaço para a execução da interdisciplinaridade das humanidades. Essa questão pode ser problematizada no meio historiográfico pois se trata de conteúdos que apenas fazem referência à História e não a encara como uma disciplina de caráter formador de cidadãos pensantes, críticos e conscientes historicamente, ou seja, o currículo das CHSA é moldado nos mesmos parâmetros tradicionais dos quais não explora o exercício do desenvolvimento da consciência crítica do discente diante as realidades histórico-sociais, além de não enfatizar o estudo da pluralidade étnico-cultural presente nas diferentes sociedades.

Em síntese, as discussões acerca da formulação da Base, bem como, de suas Competências Específicas é uma pauta recorrente e atual em meio dos estudos e pesquisas sobre Educação e Políticas Públicas no Brasil. A Educação Básica, principalmente os anos finais, encontra-se em uma posição subordinada ao caráter não plural do Currículo proposto pela Base. Logo, a proposta de interdisciplinaridade das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, em destaque a disciplina de História, não dialoga com as competências propostas pelo currículo engessado, genérico e técnico. O conteúdo proposto não permite a capacidade da construção

crítica dos discentes, pois não fornece o exercício de alteridade diante as culturas, povos e sociedades, como também, dificulta o pensar histórico-sociológico das diferentes identidades presentes no Brasil e no mundo. Portanto, os moldes do Novo Ensino Médio na Base Nacional Comum Curricular e seus desdobramentos na competência de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas são alvo de condenação dentro dos pesquisadores da Educação brasileira e do ensino de história, uma vez que com a BNCC, a História perde seu caráter investigativo, crítico e plural e dá lugar à um estudo tradicional e europeizante que rompe com a historicidade dos mais diversos grupos sociais.

A concepção de educação

A construção crítica presente neste artigo evidencia o sucateamento da Educação Básica por meio do principal documento oficial, A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que dirige a organização curricular brasileira, bem como sua adequação no Novo Ensino Médio com as Competências e Itinerários Formativos. Os conteúdos e competências selecionados na BNCC, principalmente nos âmbitos das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, insistem em uma versão tradicional da construção histórica, priorizando a perspectiva europeia e que exclui narrativas latino-americanas, afro-brasileiras, africanas e indígenas. Além do mais, o caráter empresarial e engessado da BNCC, instiga o aluno a se adequar ao mercado de trabalho, mas não fornece dispositivos de construção crítica, teórica e prática no exercício de um ser humano em sociedade. O papel do professor também é comprometido de acordo com as diretrizes da BNCC, que impõe a sua posição como um mero mediador do conhecimento, ou seja, não permite que o docente participe ativamente, junto dos alunos, na construção do aprendizado. Outro fator de mudança com o Novo Ensino Médio, é a carga horária e a divisão das aulas entre os Itinerários Formativos e as Competências específicas. Nas escolas de período integral a ampla seleção da carga horária sustenta os parâmetros da BNCC, já as que selecionam apenas um período para os três anos do Ensino Médio encaram com dificuldade a organização das aulas das competências e itinerários.

Vale ressaltar a diferença entre a chamada educação integral, que é um modelo educacional voltado para uma formação completa do estudante, ou seja, é um modelo de educação que trabalha diversas dimensões do aluno, como por exemplo o aprendizado intelectual, o desenvolvimento emocional e a diversidade de conhecimentos, culturas e identidades. Por outro lado, a educação em tempo integral e que vem sendo implementada nas escolas públicas, é o modelo de educação que prevê a permanência do aluno entre 7h e 9h por

dia na escola, onde são desenvolvidas diversas atividades que podem ou não estar no currículo. No geral, as escolas de tempo integral vêm ganhando cada vez mais notoriedade com a ampliação do NEM, mas tal modelo passa longe da ideia de educação integral idealizada pelos especialistas em educação, restringindo-se somente à ampliação da carga horária dos estudantes.

Em resumo, os estudos em Educação e Políticas Públicas no Brasil são de grande importância para combater as amarras neoliberais e conteudistas presentes na BNCC do Novo Ensino Médio além de fomentar a importância da formação do caráter crítico do discente como detentor de opinião e atuante na sociedade. Dessa maneira, é possível perceber a dificuldade do docente de se desprender das imposições da BNCC dentro das salas de aula da Educação Básica das quais limita a capacidade de construção do conhecimento entre aluno e professor. Assim, os novos fundamentos do Ensino Médio no Brasil assumem caráter tecnicista e empresarial, bem como, exigem atenção de especialistas e pesquisadores da área da Educação.

Referências Bibliográficas

APPLE, Michael. *Ideologia e Currículo*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular do Novo Ensino Médio**. Brasília, 2022. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/novoensinomedio>. Acesso em: 6 jun. 2024.

FERREIRA, F. da S.; SANTOS, F. A. dos. As estratégias do “Movimento Pela Base” na construção da BNCC: consenso e privatização. *DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação*, Araraquara, v. 22, n. 1, p. 189–208, 2020. DOI: 10.30715/doxa.v22i1.14031. Acesso em: 17 mar. 2024.

FERRETTI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. *Estudos Avançados*, v. 32, p. 25–42, 2018.

MORENO, J. C. História na Base Nacional Comum Curricular: déjà vu e novos dilemas no século XXI. *História & Ensino*, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 07–27, 2016. DOI: 10.5433/2238-3018.2016v22n1p07. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/26158>. Acesso em: 18 mar. 2024.

PIOLLI, Evaldo. O processo de mercantilização da educação e o novo ciclo de reformas educacionais no Brasil pós-golpe institucional de 2016. *Rev. Exitus*, Santarém, v. 9, n. 1, p. 17–33, jan. 2019.

RALEJO, A. S.; MELLO, R. A.; AMORIM, M. de O. Dossiê: Bases Nacionais e o Ensino de História: embates, desafios e possibilidades na/ entre a Educação Básica e a formação de

professores. BNCC e o Ensino de História: horizontes possíveis. *Educ. rev.*, v. 37, jun. 2021. DOI: 10.1590/0104-4060.77056. Acesso em: 5 jun. 2024.

REGO, Frederico; QUEIROZ, Mailson; MORAIS, Pauliane. A Base Nacional Comum Curricular e o Ensino de História no Novo Ensino Médio. *Caderno de Diálogos*, v. 1, n. 1, 2022. Disponível em: <https://periodicos.faculdadefamart.edu.br/index.php/cadernodedialogos/article/download/61/25>. Acesso em: 5 jun. 2024.

ROCHA, N. F. E. *Base Nacional Comum Curricular e Micropolítica: analisando os fios condutores*. 2016. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Educação, João Pessoa, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/8786/2/arquivototal.pdf>.

SACRISTÁN, J. Gimeno. *Currículo: uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SAVIANI, D. Política educacional no Brasil após a Ditadura Militar. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 18, n. 2, p. 291–304, 2018. DOI: 10.20396/rho.v18i2.8652795. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8652795>.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO ENSINO DA SOCIOLOGIA

THE HISTORY OF EDUCATION IN BRAZIL: AN ANALYSIS OF SOCIOLOGY TEACHING

Fernanda Rocha MACEDO¹

Resumo: A história do ensino da Sociologia no Brasil é marcada por períodos de inclusão e exclusão, refletindo tensões políticas e ideológicas ao longo do século XX. Introduzida em 1891 e consolidada na Era Vargas em 1931, a disciplina enfrentou diversas interrupções, especialmente durante governos autoritários, como no Estado Novo e na Ditadura Militar, que a retiraram dos currículos devido ao seu caráter crítico. Após o fim da Ditadura Militar em 1985, a Sociologia foi gradualmente reintegrada nas escolas, sendo oficialmente reintroduzida como obrigatória no ensino médio em 2008. Compreender essa trajetória é essencial para os professores de Sociologia, pois contextualiza o papel da disciplina na formação dos estudantes, promovendo uma educação crítica, cidadã e participativa, voltada para a análise de problemas sociais contemporâneos.

Palavras-chave: História da Educação; Ensino de Sociologia; Docência.

Abstract: The history of teaching Sociology in Brazil is marked by periods of inclusion and exclusion, reflecting political and ideological tensions throughout the 20th century. Introduced in 1891 and consolidated during the Vargas Era in 1931, the discipline faced several interruptions, especially during authoritarian governments, such as the Estado Novo and the Military Dictatorship, which removed it from curricula due to its critical nature. After the end of the Military Dictatorship in 1985, Sociology was gradually reintegrated into schools, being officially reintroduced as a mandatory subject in high schools in 2008. Understanding this trajectory is essential for Sociology teachers, as it contextualizes the role of the discipline in students' education, promoting a critical, civic, and participatory education aimed at analyzing contemporary social problems.

Key-words: History of Education; Sociology Teaching; Teaching.

Introdução

A disciplina de Sociologia, como uma disciplina que fomenta o pensamento crítico e serve como um instrumento essencial para uma educação emancipatória, tem uma história marcada por lutas significativas para sua inclusão no currículo escolar brasileiro. Compreender essa trajetória é fundamental para valorizar seu papel atual na formação dos estudantes.

Esta análise sociológica visa descrever e entender como essa inclusão se deu, levando em conta o contexto histórico brasileiro e social, além de explorar, por meio de entrevistas, as

¹ Graduanda no curso de bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP/FFC, Câmpus de Marília-SP, bolsista do PET-MEC de Ciências Sociais/fernanda.r.macedo@unesp.br; link do lattes: <http://lattes.cnpq.br/9413622934598595>; ORCID-id: <https://orcid.org/0009-0007-0014-7335>.

perspectivas de professores de diferentes áreas sobre a importância da Sociologia na educação. Além de entender o contexto histórico desse processo, é fundamental explorar como a Sociologia é percebida por aqueles que estão diretamente envolvidos na prática educativa: os professores e os alunos. Através de entrevistas com educadores de diferentes áreas, esta análise sociológica busca captar as diversas perspectivas sobre a importância da Sociologia na educação contemporânea. Essas entrevistas revelam como a disciplina é vista como um instrumento que vai além do simples repasse de conhecimento e a reflexão sobre o papel do indivíduo na sociedade. No entanto, essas percepções também apontam desafios, como a necessidade de adaptar o ensino da Sociologia às realidades distintas dos estudantes, e as tensões entre a formação crítica proporcionada pela disciplina e as pressões do sistema educacional por resultados imediatos e quantificáveis. Esses diálogos mostram que, embora a Sociologia tenha conquistado seu espaço no currículo, seu ensino ainda é um campo de disputa e reflexão constante sobre a educação que desejamos para o futuro.

Desenvolvimento

A trajetória da Sociologia no Brasil é marcada por períodos de inclusão e exclusão, refletindo as tensões políticas e ideológicas do país. A história do ensino de Sociologia no Brasil começou no ano de 1891, durante a gestão de Benjamin Constant e sua reforma educacional, que tornou obrigatório o ensino da disciplina. Porém, essa iniciativa não avançou devido a desentendimentos políticos. Apesar disso, a Sociologia foi introduzida nas escolas por meio de cursos complementares e do curso normal, inicialmente com um enfoque científico e cívico-redentorista.

A década de 1920, marcada por crises econômicas agrário exportador e o esgotamento oligárquico, que o país estava passando e o processo de industrialização que trouxe novos agentes sociais e modo de vida urbanos que demandam reformas e revoluções, favoreceu a Sociologia devido à necessidade de compreender as leis naturais que regulam a sociedade para formular instituições adequadas. Isso criou uma conexão entre o Estado Liberal, a centralização estatal e a difusão do conhecimento sociológico (Meucci, 2015). No decorrer de 1925, a Sociologia foi introduzida no Colégio Pedro II com a Lei Rocha Vaz, que tornou uma disciplina regular no currículo do ensino secundário nos finais dos cursos preparatórios, apesar da falta de cursos específicos para a formação de professores. Por isso, profissionais como advogados, médicos e engenheiros frequentemente assumem o papel de docentes de Sociologia para preencher essa lacuna. Essa lei criou o Departamento Nacional do Ensino para regular e

fiscalizar o ensino secundário e superior, promovendo a centralização do conteúdo escolar. A Sociologia era ensinada apenas no último ano, com uma carga horária menor que a da Filosofia.

Após a Revolução de 1930, no contexto do processo de integração política do país, houve um avanço no desejo de reformas educacionais e a regulamentação do ensino. Logo ocorreu a Reforma Francisco Campos em 1931, a Sociologia permaneceu como disciplina obrigatória, apenas para candidatos ao ensino superior, colocando-a como um conhecimento para a elite, pois elas quem frequentavam esse ensino, e, também, mantendo-a de forma depositada um monopólio do discurso sobre o social. Em 1933, surgiu o curso de Ciências Sociais na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP), com uma abordagem técnica específica e focada na formação de profissionais para a administração pública e privada. Ao longo da virada da década 1930, houve intensas movimentações políticas no Brasil, culminando com a ascensão de Getúlio Vargas à presidência. Esse período foi marcado pelo início do processo de industrialização, criação de universidades e a institucionalização da ciência.

No ano de 1932, o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* foi elaborado por 25 pessoas, lideradas por Fernando de Azevedo. O manifesto enfatizava a importância da educação como um dos principais problemas nacionais e questionava a falta de reflexo das mudanças sociais nos programas educacionais da época. Os Pioneiros propuseram uma abordagem sociológica para resolver os dilemas da sociedade brasileira, destacando a necessidade de uma reorganização da educação como política pública nacional. Essa proposta foi aperfeiçoada ao longo dos anos para suprir essa lacuna na educação.

Após a Reforma Capanema de 1942, que dividiu o ensino secundário em ginásial e colegial, a próxima data significativa foi a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A LDB, aprovada após 13 anos de tramitação no Congresso, não reintroduziu a Sociologia no currículo colegial estabelecido pela Reforma Capanema. Como resultado, a Sociologia tornou-se uma disciplina opcional entre mais de uma centena, permanecendo efetivamente excluída do currículo.

“Na ditadura militar a escola era boa” essa frase, repetida inúmeras vezes, pode soar como verdade para alguns fatos, porém, não parecem corroborar essa tese. Diversos estudos e especialistas que analisam o período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) revelam que essa época deixou marcas profundas na educação brasileira, incluindo a exclusão da Sociologia do currículo escolar e a prática de expandir o sistema educacional sem garantir a devida qualificação.

Ao longo do período da Ditadura Militar, a Sociologia foi proibida nas escolas, sendo substituída pelas disciplinas de Educação Moral e Cívica. Essa substituição visava moldar um pensamento alinhado com os valores do regime autoritário, promovendo a obediência e o civismo conforme definido pelo Estado. Com a redemocratização no país, a Sociologia foi reintroduzida no currículo escolar como disciplina optativa no ano de 1986.

Na década de 1990, houve um novo retrocesso com a implementação de diretrizes neoliberais, marcadas pela privatização do Estado, sucateamento do setor público e a ênfase em competências e habilidades. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, o senador Darcy Ribeiro aderiu a políticas neoliberais ao propor uma nova versão da LDB alinhada a esses ideais. Florestan Fernandes, deputado federal e presidente da Comissão de Educação da Câmara, se opôs a essa proposta, realizando audiências públicas e propondo o substitutivo Jorge Hage como um modelo de política pública. Apesar dessa luta, Fernandes foi derrotado e, em 1996, a LDB foi aprovada com elementos neoliberais, ignorando a gestão democrática das escolas e a criação de um sistema nacional de educação. A Sociologia foi tratada como uma disciplina transversal e opcional. Em 2001, FHC vetou o projeto que tornava o ensino de Sociologia e Filosofia obrigatório (Mendonça, 2017).

A inclusão obrigatória da Sociologia no currículo do Ensino Médio foi formalizada em 2008, quase quarenta anos após sua exclusão. Sob a autoria de Cesar Callegari, o parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) determinou a obrigatoriedade da Sociologia no Ensino Médio. Esta decisão foi um marco significativo, reconhecendo a importância da disciplina na formação crítica dos estudantes. É possível afirmar que a Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008 (Brasil, 2008) trouxe para o campo constituído por profissionais e estudantes das ciências sociais no Brasil um fato novo e de relevância indiscutível: o estabelecimento da obrigatoriedade da disciplina de Sociologia na grade curricular de todas as séries do Ensino Médio, a ser oferecido em todas as escolas e instituições educacionais do país, públicas e privadas. Esse foi um avanço para o campo das Ciências Sociais, garantindo que todos os estudantes tivessem acesso ao conhecimento sociológico, essencial para o desenvolvimento de uma consciência crítica e cidadã.

No entanto, essa mudança foi de curta duração. O cenário político brasileiro sofreu uma reviravolta em 2016 com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, evento que desencadeou uma série de retrocessos na educação pública. As mudanças promovidas pelo novo governo afetaram negativamente o currículo escolar, trazendo impactos diretos sobre a Sociologia. A disciplina, que havia sido restaurada com tanto esforço, voltou a enfrentar ameaças de desvalorização e exclusão, refletindo a instabilidade do sistema educacional

brasileiro diante das pressões políticas e econômicas. Esse contexto destaca a fragilidade das conquistas educacionais e a necessidade de uma vigilância constante para assegurar a continuidade e o fortalecimento do ensino de Sociologia nas escolas.

A conjuntura política de 2016 marcou o início de um projeto de desmonte da educação pública no Brasil, com profundas consequências para o sistema educacional. Um dos pilares desse processo foi a intensificação da privatização do Estado, evidenciada pelo congelamento do orçamento governamental por 20 anos. Isso representou um sério risco para a qualidade e a acessibilidade da educação pública, uma vez que recursos essenciais para seu funcionamento foram severamente limitados. Paralelamente, o Projeto de Lei Escola sem Partido ganhou força, propondo uma visão de ensino que restringe a liberdade de expressão e a diversidade de pensamento nas escolas, prejudicando a formação crítica dos alunos ao promover a difusão de um pensamento único.

No contexto do ensino médio, o ataque mais significativo foi a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que introduziu uma mudança drástica na estrutura curricular. A nova proposta torna obrigatórios apenas o ensino de português, matemática e inglês ao longo dos três anos do ensino médio, relegando outras áreas do conhecimento a um segundo plano. A organização do currículo em quatro grandes áreas de conhecimento, além da inclusão de uma formação técnica profissional, foi apresentada como uma forma de proporcionar maior liberdade de escolha aos estudantes. No entanto, essa "liberdade" se mostrou ilusória, já que muitos alunos não teriam acesso a um conjunto completo e adequado de conhecimentos científicos, limitando suas oportunidades de desenvolvimento intelectual e profissional.

Além disso, a reforma do ensino médio trouxe consigo um aspecto altamente prejudicial: a retirada da obrigatoriedade da licenciatura para a contratação de professores. Essa mudança ameaça a qualidade da educação, ao permitir que profissionais sem formação específica em ensino ocupem posições docentes, comprometendo a transmissão de conhecimentos e o desenvolvimento de competências essenciais nos estudantes. Esse conjunto de medidas reflete uma agenda que, longe de melhorar a educação, visa desmontá-la, enfraquecendo sua capacidade de promover a igualdade e a cidadania.

Recentemente, a Sociologia está novamente sendo tirada aos poucos do currículo obrigatório, desta vez pelo Novo Ensino Médio, aprovado no governo Temer (Lei nº 13.415/2017), na qual retirou a partir de 2017 a obrigatoriedade da Sociologia do currículo escolar, apesar de indicar que essa disciplina deveria compor a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)” (Oliveira; Cigales, 2019, p. 44).

Nesse sentido, Moraes (2014, p.5-6) afirma:

Através da Lei nº13.415/17, de 16 de fevereiro de 2017, instituiu-se a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral que, dentre as suas medidas, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, retirando a obrigatoriedade de Sociologia, Artes, Filosofia e Educação Física do Ensino Médio e colocando itinerários formativos com ênfase em áreas de conhecimento, a saber: Linguagens; Matemática; Ciências da natureza; Ciências humanas; e a formação técnica e profissional. [...] O ensino da Sociologia passa a compor o itinerário das Ciências Humanas e segue as orientações da Base Nacional Comum Curricular referente ao Ensino Médio, que incluem os estudos e práticas de Educação Física, Arte, Sociologia e Filosofia, entretanto, deixam lacunas no seu entendimento e interpretações.

Os itinerários formativos no Novo Ensino Médio são constituídos por disciplinas, projetos, oficinas e outras atividades educacionais que os estudantes podem escolher para se aprofundar em áreas específicas do conhecimento, incluindo a Formação Técnica e Profissional (FTP). Esses itinerários oferecem aos alunos a possibilidade de moldar sua trajetória educacional conforme seus interesses e aspirações profissionais. Essas mudanças impactam significativamente a organização do currículo e a experiência dos jovens no Ensino Médio. O artigo 36 da LDB possibilita que os alunos revisitem e cursam novos itinerários, dependendo da oferta disponível em sua região. Segundo Saviani (2016), embora os itinerários promovam a flexibilidade e a liberdade de escolha, essa autonomia pode ser uma "determinação camuflada", indicando que as opções podem ser limitadas pela estrutura oferecida pelas instituições e pelas condições socioeconômicas regionais (Silva, p. 9, 2021).

Diante disso, percebe-se uma crescente preocupação com a obrigatoriedade da Sociologia. Na BNCC, a disciplina de Sociologia é apresentada como parte do itinerário formativo das Ciências Humanas. No entanto, isso não garante sua permanência na grade curricular, apenas oferece a oportunidade de ser escolhida pelo estudante para sua formação, dessa maneira fazendo com que a disciplina "desapareça", no segundo e terceiro ano do Ensino Médio, estando presente apenas nos itinerários formativos — ou pelo menos deveria estar. No entanto, o que se observa é um esvaziamento do conhecimento teórico e científico, afetando não somente a Sociologia, mas também outras disciplinas. A flexibilização proposta pela BNCC permite que os estudantes escolham disciplinas conforme seus interesses e objetivos, o que pode resultar na marginalização da Sociologia se não houver um esforço consciente para destacar sua importância.

Os estudantes devem dialogar sobre noções básicas como o respeito, a convivência e o bem comum em situações concretas. [...] A compreensão da importância dos direitos humanos e de se aderir a eles de forma ativa no cotidiano, a identificação do bem comum e o estímulo ao respeito e ao acolhimento às diferenças entre pessoas e povos, tendo em vista a promoção do convívio social e o respeito universal às pessoas, ao bem público e a coletividade (BNCC, 2018, p. 567).

Nesse contexto, a disciplina de Sociologia enfrenta uma constante incerteza quanto à sua permanência nos currículos do Ensino Médio. Essa situação tem sido amplamente debatida entre professores e pesquisadores do campo sociológico, no âmbito da educação brasileira.

A disciplina de Sociologia viveu e ainda vive momentos de turbulência e incerteza dentro do currículo escolar brasileiro. Trata-se de uma disciplina que promove o entendimento das relações sociais e contribui para uma educação emancipatória, visando à formação intelectual dos indivíduos. As reformas educacionais deixam claro que essa turbulência em torno da permanência da disciplina no currículo escolar decorre de interesses políticos e ideológicos. Em suma, alguns governos consideram a Sociologia essencial para a formação do pensamento crítico e para o exercício da cidadania. Em contrapartida, outros governos a veem como uma ameaça à estrutura do sistema vigente, especialmente em contextos ditatoriais, conservadores, totalitários e autoritários, onde a sociedade é preparada para o mercado de trabalho e não para ser uma sociedade pensante e questionadora dos fenômenos sociais.

Na Educação, mais do que perdas de direitos, vemos resultados de políticas hegemônicas implementadas há décadas por diferentes governos. A Sociologia na Educação Básica, também afetada por essas políticas, é novamente imposta à condição de disciplina não obrigatória, cenário bem conhecido por ela, porém com um elemento novo, não é a única disciplina nessa condição. Disciplinas clássicas do currículo – História, Geografia, Física, Química, Biologia, Educação Física, Inglês – passam a compartilhar com a Sociologia e, de certo, modo também com a Filosofia, um não lugar no currículo. Mais do que nunca o desafio de ser professor de Sociologia e cientista social se manifesta com força e necessidade singulares, que vão além do conforto de análise da realidade e convoca a pensar estratégias de luta, ou quiçá, no pior cenário, de sobrevivência como profissionais e sujeitos políticos. (Mendonça, 2019, p.35).

A diminuição da Sociologia na grade curricular das escolas estaduais revela a intencionalidade velada dos governos neoliberais, que reconhecem o potencial emancipador dessa disciplina para os estudantes. Quanto menos pessoas resilientes e críticas forem formadas nas escolas, mais fácil será para o Estado controlar a população.

Ao entrevistar uma diretora e professores de diferentes disciplinas de Sociologia, Geografia, Matemática e Tecnologia, na cidade de Marília e região, no Estado de São Paulo.

Foi utilizado a ferramenta do aplicativo Whatsapp, para a realização das entrevistas, pois segundo eles, não estavam com muito tempo para acontecer a entrevista pessoalmente ou por vias de plataformas digitais, devido a carga horária de trabalho que é considerada muito extensa, pois todos os entrevistados não trabalham apenas em uma escola, e sim entre duas a três escolas entre 30 a 45 horas semanalmente. Dessa maneira, é possível afirmar que a utilização da ferramenta utilizada para entrevistar, trouxe uma limitação para analisar as entrevistas.

A Reforma do Novo Ensino Médio traz uma mudança significativa na estrutura curricular ao estipular o aumento gradual da carga horária de 800 para 1.000 horas anuais, totalizando 3.000 horas ao longo de todo o ensino médio. Dentro dessa nova configuração, 1.800 horas devem ser dedicadas ao cumprimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é comum a todos os estudantes, garantindo uma formação básica e homogênea. As 1.200 horas restantes são destinadas aos itinerários formativos, que permitem uma maior flexibilidade e personalização do currículo, de acordo com os interesses e necessidades dos alunos. Essa alteração reflete na modificação do Artigo 24 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), evidenciando o compromisso da reforma em promover uma educação mais diversificada e voltada para o desenvolvimento de habilidades práticas e competências específicas (Silva, p. 8, 2021).

Através das respostas é possível perceber que existe uma discussão por parte dos professores que enxergam essa mudança da BNCC como importantes pontos de discussão como a inclusão, as habilidades e competências, desenvolve o aluno integralmente, além de um norte curricular, porém ela é distante da realidade e muitas vezes extremamente densa e conteudista.

Outra parte dos professores, que são contra, dizem que essa lei precisa ser revista, na qual não há materiais didáticos adequados disponibilizados com antecedência, matérias que entram e saem do currículo. As disciplinas com nomes novos, mas contendo conteúdos que antes eram de disciplinas no currículo comum, mas de forma desorganizada. A redução drástica de carga horária de disciplinas que eram fundamentais. As introduções de matérias ideológicas que tentam fortalecer uma ideologia neoliberal nas mentes dos alunos, não ajudam para o mercado de trabalho, como “empreendedorismo” e “liderança”. Pelo contrário, dificultam o acesso aos principais vestibulares, concursos e ao ENEM, criam a ilusão do “pobre patrão”, que é culpado pela própria pobreza, sem direitos trabalhistas algum. Fora a tentativa desesperada de tentar emplacar o ensino à distância. Hoje oficialmente o ensino à distância vigora no Ensino Médio público, várias aulas são dadas no Centro de Mídia da Educação de São Paulo (CMSP). Mas é só oficialmente, na prática esse ensino não existe e com isso trás zero adesão dos alunos. Ninguém visualiza as aulas e são raríssimos alunos que acompanham as aulas, na maioria dos

casos quando alguém coloca medo neles de não passarem de ano por não assistirem. Deste modo, os alunos do Ensino Médio público, ficam em defasagem em relação aos estudantes do ensino privado, cuja grade de disciplina é bem diferente.

Além disso, os professores relataram sobre as condições de trabalho que estão cada vez piores— especialmente quando olhamos na educação pública— na qual o salário foi reduzido a um subsídio, o contrato é temporário sem direitos trabalhistas como seguro desemprego e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), ficam desempregados e sem trabalho por quarenta dias a cada três anos, possuem dificuldades de ter continuidade em uma escola e construir vínculos. A falta de consciência de classe impede os professores de perceberem a força que têm quando se unem em prol de interesses coletivos. Essa “despolitização”, não é culpa do professor, faz parte de um projeto político que a longo prazo os dividiu em categorias A, O, S, V, enfim, tornou os professores imersos num sistema desgastante e dependentes de salários medíocres de acordo com os projetos educacionais e possuindo a obrigatoriedade de pegar cargas de horários intensa tendo que se locomover muitas vezes para outras regiões, outras cidades ou outros distritos para completar sua carga de trabalho.

Deste modo, turmas lotadas, sem condições de atender individualmente cada aluno, sala de aula sucateada, equipamentos quebrados, burocracia excessiva, salas de aula pequenas, quentes e sem ventiladores, altas cobranças quanto ao uso de plataformas e tecnologias sem ser fornecido internet de qualidade. A Secretária de Escolar Digital (SED) reconhecidamente tem períodos longos de funcionamento inadequado. Ademais, a pressão para colocar o “amor” pela profissão e seus alunos acima de si mesmo e da sua família, burocracia, além do acúmulo de funções, muitas vezes o professor não é apenas professor, é educador, psicólogo, babá, porteiro, entre outras coisas o que leva a um desgaste emocional, além de muitas vezes depararem com uma gestão despreparada e ainda por cima ter que lidar com pais. Como consequência, acarreta-se numa série de problemas de saúde decorrentes do trabalho, psicológicos e de audição de voz.

Um pouco diferente segundo os professores entrevistados, na escola particular, a parte burocrática é mais acentuada, porém a estrutura física é considerada bem melhor, os pais são considerados clientes então acabam tendo mais voz; também os professores possuem mais direitos trabalhistas assegurados e um salário um pouco mais atrativo; agora também, os professores estão sendo substituídos na preparação das aulas por inteligência artificial.

Diante de todas as questões colocadas, pode ser percebida que o trabalho docente não é nada fácil e envolve várias questões seja no próprio âmbito escolar e no âmbito externo político, na qual importantes decisões são tomadas por autoridade da educação que afetam a educação e a não escuta ativa dos professores sobre o que é de fato necessário para melhorar o ensino,

terminam por implementar currículo e políticas que não atendem às suas demandas e não permitindo uma qualidade do conhecimento.

Por isso, aos professores entrevistados de uma certa forma o que precisa mudar para melhorar as condições de trabalho do professor seria de um ponto de vista mais amplo, em primeiro lugar precisaria da redução das desigualdades sociais, pois as contradições sociais explodem dentro das escolas o tempo todo. A perspectiva de trabalho precário para a população nas escolas de periferia dificulta a construção de sentido e disposição ao estudo. O Estado, sendo burguês só poderá oferecer instituições educacionais voltadas à reprodução da ordem burguesa, sendo assim, as condições de trabalho para aquele que não compartilha da ideologia burguesa serão sempre aviltantes.

No sentido mais restrito e imediato para eles, seria a efetivação das categorias O sem a necessidade de concurso público. Abolição do Centro de Mídia da Educação de São Paulo (CMSP). Aumento de salário e redução da jornada em sala de aula para que as aulas possam ser estruturadas e planejadas, isso inclui os melhores salários e o “status” da profissão, a fala que muitos professores ouvem dos alunos é: “nem se eu me odiasse tanto eu seria professor”, melhores locais de trabalho, referindo dessa a parte estrutural e física da escola, investimentos na estrutura física, tecnológica e profissionais das escolas e entender que cada comunidade escolar tem suas especificidades materiais e culturais que precisam ser respeitadas.

Considerações finais

Diante de tantas questões postas, é evidente que o trabalho docente é repleto de desafios e envolve diversas esferas, seja dentro do ambiente escolar, nas interações com os alunos e outros profissionais, ou no contexto externo, onde as decisões políticas tomadas por autoridades da educação têm um impacto direto sobre os jovens. Muitas vezes, essas autoridades, ao implementarem currículos e políticas, não consideram a realidade dos estudantes, resultando em medidas que não atendem às suas demandas e comprometem a qualidade do conhecimento que deveria ser adquirido.

Por isso, é fundamental que o professor esteja bem-preparado para lidar com as complexidades do seu trabalho, conhecendo profundamente o histórico de lutas pela educação pública e pela institucionalização do ensino de sociologia. Esta disciplina, em particular, é crucial para a formação dos alunos, pois tem como objetivo central promover uma formação crítica, capacitando os estudantes a questionar e desnaturalizar as relações sociais e a identificar as contradições presentes na sociedade.

Em suma, ao considerar o longo histórico da educação e do ensino de sociologia no Brasil, desde suas origens até os desafios enfrentados nos dias atuais, percebe-se a complexidade e os obstáculos inerentes à profissão docente. Mesmo diante dessas dificuldades, o professor deve continuar a promover o ensino com determinação. Para alcançar esse objetivo, é necessário que o professor tenha uma sólida apropriação do conhecimento, estabeleça metas claras, compreenda as contradições que surgem no processo de ensino, identifique as necessidades dos alunos e alinhe seus objetivos às condições reais dos estudantes. Combatendo o senso comum e fundamentando-se em uma base teórica robusta, o professor pode, enfim, proporcionar aos alunos o conhecimento de que precisam.

Assim, a luta pelo ensino público e pela presença da sociologia nas escolas não deve cessar. Mesmo em momentos de aparente derrota, a persistência já demonstrou sua eficácia, trazendo vitórias significativas ao longo do tempo. É nesse contexto que o professor de sociologia afirma ao futuro docente que esta é a profissão mais maravilhosa e importante do mundo, mas que é preciso demonstrar esse valor à sociedade, que muitas vezes não o reconhece.

Por conseguinte, a profissão de professor é repleta de desafios, mas também de oportunidades significativas para influenciar positivamente a formação dos estudantes. A reflexão sobre esse trabalho deve considerar não apenas as práticas pedagógicas, mas também o contexto social e educacional mais amplo em que está inserida. Garantir a presença da Sociologia no currículo escolar é crucial para promover uma educação que valorize o pensamento crítico, a cidadania ativa e a justiça social. Assim, a luta pelo ensino público e pela presença da Sociologia deve continuar, pois, mesmo em momentos de aparente derrota, a persistência trouxe vitórias. Os professores afirmam que à medida que avançamos em direção ao futuro da educação, temos que abraçar a mudança com coragem e otimismo. Como professores, somos agentes da transformação, nosso papel transcende as paredes da sala de aula e os muros da escola. Temos como missão a aprendizagem contínua e a evolução constante. Devemos abraçar a tecnologia como uma aliada poderosa, integrando-a de forma significativa para enriquecer a experiência de aprendizado. No entanto, nunca devemos perder de vista o poder da conexão humana, pois somos mais do que transmissores de informações, somos mentores, confidentes e modelos a seguir. Sob essa ótica, é preciso, sobretudo, cultivar um ambiente de inclusão, onde todas as vozes são ouvidas e valorizadas, celebrando a diversidade de experiências, perspectivas e talentos, reconhecendo que é na diversidade e na multiplicidade de opiniões que encontramos nossa força.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

MENDONÇA, S. G. L. Neoliberalismo, (contra)reformas e Educação. In: CARUSO, H., SANTOS, M. B. (orgs.). **Rumos da sociologia na educação básica: reformas, resistências e experiências de ensino**. Porto Alegre: Cirkula, 2019.

MEUCCI, S. **Sociologia na educação básica no Brasil: um balanço da experiência remota e recente**. Ciências Sociais Unisinos, 2015. Disponível em <https://doi.org/10.4013/csu.2015.51.3.02>.

MORAES, A. Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 31, nº 85, p. 359-382, set./dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v31n85/04v31n85.pdf>.

OLIVEIRA, A.; CIGALES, M. P. O ensino de Sociologia no Brasil: um balanço dos avanços galgados entre 2008 e 2017. **Revista Temas em Educação**, v. 28, nº 2, p. 42-58, 2019.

SAVIANI, Dermeval. **A reforma do Ensino ou a antirreforma do ensino**. <https://www.youtube.com/watch?v=X6RaNuo5KBU>. 2016.

SILVA, E. M.L. O Novo Ensino Médio: Impactos na Escolarização da Juventude no Brasil. In: **VII Congresso Nacional de Educação - Conedu em Casa**, 2021, online. VII CONEDU - Conedu em Casa. Campina Grande: Realize Editora, 2021. v. 1. p. 1-12.

O uso das plantas do Brasil a partir dos relatos de Luís Gomes Ferreira contidos no *Erário Mineral* (1735)¹

The use of Brazilian plants based on Luís Gomes Ferreira's accounts in *Erário Mineral* (1735)

Laura Pereira Teixeira LUIZ²

Resumo: O estudo em questão aborda o manual médico *Erário Mineral* (1735), escrito pelo cirurgião português licenciado Luís Gomes Ferreira, que retrata o cenário nosológico de Minas Gerais do século XVIII. É com esse manual que é discutido, de maneira geral, o contexto histórico em que Ferreira atuou, as particularidades da conjuntura local, os desafios e oportunidades que ele encontrou aqui. Outrossim, a partir de uma minuciosa investigação de seus relatos, sobressaem identificados e debatidos: as enfermidades que eram amiudadamente diagnosticadas por ele, quais os tratamentos recomendados, qual era a população mais atingida por essas mazelas, e por fim, quais plantas e ervas foram mobilizadas por Luís Gomes Ferreira no tratamento da população mineira.

Palavras-chave: Século XVIII; Medicamentos; Minas Gerais; Plantas; História.

Abstract: The study in question deals with the medical manual *Erário Mineral* (1735), written by the licensed Portuguese surgeon Luís Gomes Ferreira, which portrays the nosological scenario of Minas Gerais in the 18th century. It is with this manual that I will discuss, in general terms, the historical context in which Ferreira worked, the particularities of the local situation, and the challenges and opportunities he encountered here. Furthermore, based on a thorough investigation of his reports, I will discuss the illnesses that he frequently diagnosed, which treatments were recommended, which population was most affected by these ailments, and finally, which plants and herbs were used by Luís Gomes Ferreira to treat the population of Minas Gerais.

Keywords: 18th century; Medicines; Minas Gerais; Plants; History.

Introdução

De partida, para entender as particularidades das doenças que se fizeram presentes em Minas Gerais do século XVIII, precisa-se visualizar qual era a conjuntura da sociedade nesse período. Dessa forma, as condições de vida precárias dessa população, que convivia em um ambiente inóspito e que carecia de estruturas básicas para sobrevivências, desencadeando diversas moléstias, devem ser destacadas. Isso se deu por diversos motivos, entre eles, o crescimento populacional abrupto que se deu em torno do descobrimento e exploração de ouro naquele território, ou seja, à corrida do ouro resultou em uma alta densidade demográfica, levando a superlotação de áreas urbanas que não possuíam a infraestrutura básica necessária – aqui falamos de uma falta de tratamento da água utilizada, a escassez de redes de esgoto para o escoamento do lixo, a questão do meio urbano que, apresentava “construções muito próximas

² Graduanda no curso de Bacharelado e Licenciatura em História pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Franca.

umas das outras, as ruas eram muito estreitas, sem pavimentação, ficando constantemente empoeiradas na época das secas, e nas chuvas tornando-se lamacentas” (Furtado, 2002, p. 17), além dessa questão, das habitações que eram feitas de pau e barro, o que era prejudicial a estrutura dessas casas, causando transtornos para os moradores. Por fim, destaco as crises de fome que a comunidade mineira enfrentou nessa época. – para abarcar o desenvolvimento desordenado das cidades e da população. Sendo assim, as pessoas realizavam a eliminação e o escoamento de resíduos de forma inadequada, muitas vezes lançava resíduos diretamente nos rios – uma cruel realidade das cidades maiores do país, contudo, algo que é notório de outros países também –, esses que eram fonte de água para consumo, por consequência disso, a higiene pessoal da população não era realizada de maneira apropriada.

Ademais, algo que se fez presente aqui foi o abandono de animais e do lixo e o esgoto que se acumulava nas ruas e contribui para que a vida fosse insalubre (Furtado, 2002, p. 18). Utilizamos alguns estudos para concluirmos sobre esses fatores, e um deles foi um artigo da historiadora Roberta Stumpf, que apresenta dados essenciais para essa pesquisa dentro da demografia de Minas no século XVIII. Ela pontua que em “1710 a 1742, a população em Minas cresceu 623%” e que “entre 1710 e 1776, o aumento foi cerca de 1.000%”, isso tudo devido ao auge da produção aurífera. Coloco aqui uma tabela, retirada do Arquivo Público Mineiro, para evidenciar a questão citada referente ao crescimento da população mineira devido a corrida aurífera:

Figura 1 – Crescimento populacional – Capitania de Minas Gerais e Brasil (1776-1821)

**Crescimento populacional
Capitania de Minas Gerais e Brasil – 1776-1821**

Anos	Minas Gerais		Brasil		Participação de Minas Gerais no total da população do Brasil (%)
	População (habitantes)	Crescimento anual da população (%)	População (habitantes)	Crescimento anual da população (%)	
1776	319.769	-	1.426.965	-	22,4
1786	393.968	2,1	1.726.940	1,9	22,8
1805	407.504	0,2	2.308.304	1,5	17,7
1808	433.049	2,0	2.424.463	1,7	17,9
1821	514.038	1,3	3.235.549	2,2	15,9
Δ 1776-1821 (%)	60,7	1,1	126,7	1,8	16,6

Fonte: AHU / MG – Cx: 112, Doc: 11; Eschwege (1899, p. 774); *Revista do Arquivo Público Mineiro* (1899, p. 294-296); Botelho (2013).

Fonte: AHU/MG - Cx: 112, Doc:11, Eschwege (1899, p. 774); *Revista do Arquivo Público Mineiro* (1899, p. 294-296); Botelho (2013).

Outrossim, a população escravizada, que aqui era maioria em decorrência a exploração nas minas, foi colocada em situações de trabalho, somadas às agruras do próprio sistema

escravista, insalubres, vivia mergulhada nos rios, sua jornada de trabalho era longa, árdua e muitas vezes perigosa, sua moradia era precária e desconfortável; sua vestimenta, insuficiente, inadequada e imunda (Eugênio, 2015, p. 883). Do mesmo modo, esse território foi ameaçado pela aguda falta de gêneros alimentícios e por muitos conflitos, acirrados pelo repentino conglomerado de adventícios (Dias, 2002, p. 46) enfrentando, durante 1698 e 1705 duras crises de fome. Portanto, é justamente nessa conjuntura melindrosa que a propagação de enfermidades será favorável, e, com isso, observa-se que à busca pelo ouro, colaborou para que esse espaço se tornasse, também, um local privilegiado de observação (e disseminação) das doenças. (Gomes, 2022, p. 38). Novamente trago aqui uma tabela, também do Arquivo Público Mineiro, de suma relevância para a pesquisa e para diagnosticar, não só o crescimento populacional, mas, também, quem compunha a maioria dessa população mineira da época:

Figura 2 – População, por gênero, segundo cor - Capitania de Minas Gerais e Brasil (1776-1821)

Cor	Homens		Mulheres		Razão de sexo (1)	Total	
	N	%	N	%		N	%
1776							
Branços	41.677	13,0	28.987	9,06	143,78	70.664	18,88
Pardos (2)	40.793	12,8	41.317	12,92	98,73	82.110	25,67
Pretos	117.171	36,6	49.824	15,58	235,16	166.995	53,33
Total	199.641	62,4	120.128	37,6	166,19	319.769	100,00
1821							
Branços	70.262	13,7	60.785	11,82	115,59	131.047	25,49
Mulatos	81.964	15,9	89.578	17,42	91,5	171.542	33,36
Pretos	129.408	25,2	82.041	15,95	157,73	211.449	41,14
Total	281.634	54,8	232.404	45,2	121,18	514.038	100,00

Fonte: AHU/MG - *Revista do Arquivo Público Mineiro*; Botelho (2013).

Por isso, salientar qual era a parcela da população mais afetada pelas enfermidades, os negros escravizados que compunham grande parte da sociedade mineira³, e torná-los objeto de estudo, nos pareceu fundamental. O trabalho escravizado, em virtude da descoberta das jazidas de ouro, obteve uma reivindicação excessiva e as circunstâncias nas quais esses indivíduos se encontravam, especialmente dentro das minas, era nocivo e deletério. Verifica-se, então, que grande parte das mazelas dos cativos podia ser debitada à natureza da atividade mineradora, que obrigava os escravos a passarem muitas horas dentro da água ou no subsolo, além dos muitos acidentes que ocorriam por causa de deslizamentos ou inundações.

Portanto, é nesse sentido e a partir desse contexto, em conjunto a outros fatores de que trataremos a seguir, que a figura de Luís Gomes Ferreira e seu manual de medicina *Erário Mineral* se fez importante, e é a partir dele que interrogamos: como Luís Gomes Ferreira, um cirurgião licenciado e com experiência em hospitais em Lisboa, mobilizou recursos da flora brasileira, até então, em sua maioria, desconhecidos por ele, para tratar as doenças mais comuns

na área das Minas Gerais? Ou ainda, de que forma seu conhecimento de medicina adaptou-se ao cenário conturbado mineiro, para atalhar e tratar as enfermidades presentes, que eram prevalentes entre os escravizados?

Luís Gomes Ferreira foi um cirurgião português que esteve em Minas Gerais, como ele próprio revela, durante vinte anos na primeira metade do século XVIII. O português nasceu em S. Pedro de Rates, junto a Barcelos, no Minho. Aprendeu a arte de cirurgião-barbeiro com Francisco dos Santos, cirurgião da enfermaria Real de Dom Pedro em Lisboa, tendo completado a sua formação no Hospital Real de Todos-os-Santos (Gonçalves, 2000, p. 49). Segundo a historiadora Maria Filomena Gonçalves, ele esteve durante um tempo “na Índia” e pôde conhecer produtos naturais e plantas do local que eram destinados e apropriados para o procedimento de cura das divergentes doenças. Foi a partir de 1707 que Gomes Ferreira empreendeu uma jornada a colônia portuguesa nas Américas, sua permanência foi marcada por idas e vindas em constantes deslocamentos (Furtado, 2002, p. 08), estando presente, previamente, na Bahia, onde exerceu sua função como cirurgião, e posteriormente, já interessado na exploração aurífera, aportou em Minas Gerais, onde grandes possibilidades se abriam aos homens aventureiros (Furtado, 2002, p. 10), e, mesmo tendo se instalado na capitania, mudou-se constantemente, em busca de novas oportunidades e ganhos (Furtado, 2002, p. 13).

A obra *Erário Mineral*, documentação principal da nossa análise, foi editada e publicada em Lisboa no ano de 1735, visando analisar o cenário nosológico das Minas Gerais do século XVIII e os diversos fatores que levaram à proliferação de doenças nessa região a partir dos relatos que constituem o tratado. O manual que a pesquisa se debruça foi um dos primeiros na área da medicina brasileira a ser escrito em língua portuguesa, demorando menos de um ano para ser redigido pelo cirurgião. O livro se divide em doze tratados em que cada um aborda sobre alguma patologia que se fazia presente na época. Conforme abordado acima, a primeira edição do *Erário Mineral* foi publicada em 1735 em Lisboa, e na ciência médica erudita da época, seu livro, em geral, não alcançou grande repercussão pois tratava-se de conselhos práticos, pertinentes a uma medicina caseira, baseada ainda na doutrina galênica que vinha sendo questionada pela ciência médica, que procurava estruturar em bases cada vez mais racionais (Furtado, 2002, p. 26), entretanto, em Minas Gerais, obteve em partes algum sucesso de vendas (Furtado, 2002, p. 26). A obra passou por algumas reedições, como em 1755 realizada pelo próprio autor e em 2002, sendo organizada pela historiadora Júnia Ferreira Furtado e seccionada em dois volumes, além de contar com cinco estudos críticos que procuraram desvelar distintas nuances do *Erário Mineral*.

Para tanto, a partir da leitura da obra, reunimos todas as menções às doenças que ele relatou como particulares das Gerais, bem como os tratamentos que ele apontou como eficazes, e, com isso, conseguimos tabelar as plantas utilizadas nesse processo. Desse modo, é importante ressaltar que nossa pesquisa parte então dos relatos e das narrativas elaboradas pelo cirurgião, analisando de onde elas partem e suas conjunturas, tendo em vista o caráter parcial e lacunar (Veyne, 1998, p.26) inerente aos documentos. Em outros termos, procuramos trabalhar dentro da perspectiva de Luís Gomes Ferreira as diversas aflições que se fizeram presentes na capitania de Minas Gerais durante o período aqui trabalhado, que vão além das enfermidades e das plantas que ele utilizou para a cura, trazendo observações sobre o trabalho escravizado e o contexto da mineração, ajudando a construir o que compreendemos dessa época.

Doenças que mais afetavam as populações das Minas

As doenças possuem *história* e pertencem a um tempo histórico; quer dizer, a identificação, descrição e entendimento dos males têm historicidade e precisam ser compreendidos em contextos e sob prismas específicos. Nas palavras do historiador Jacques Le Goff, “a doença pertence à história, em primeiro lugar, porque não é mais do que uma ideia, um certo abstracto numa complexa realidade empírica, e porque as doenças são mortais”. Essas moléstias, sublinha Isaac Badinelli, “pertencem ao seu tempo histórico, e tem ligação direta com instituições, representações e mentalidades” (Badinelli, 2014, p. 01). Assim, “não é possível pensar a história da medicina, douta ou popular, em qualquer momento histórico sem considerar as particularidades do tempo e do espaço.” (Badinelli, 2014, p. 01).

Em sua obra, Luís Gomes Ferreira apresenta inúmeras moléstias, e com isso, ele dividiu o manual em 12 tratados principais, e inicia com as pontadas pleuríticas, no qual escreveu vinte e um capítulos apenas para elas, que, segundo ele essa “enfermidade é o flagelo que mais tem destroçado os mineiros destas Minas.” (Ferreira, 2002, p. 229). Mas o que caracterizariam essas pontadas? De acordo com o cirurgião:

As pontadas lhes procedem, umas vezes, por causa de grande enchimento de humores frios em todo o corpo, que é o mais comum; outras vezes, por causa de resfriamentos e constipação dos poros fechados; outras, por causa da circulação do sangue e mais líquidos se retardarem e andar mais vagarosa do que convém, ou estar quase parada; outras vezes, por causa de alguma obstrução, ou também por causa de grandes frios que hajam neste tempo; e muito poucas vezes sucederá haver pontada por causa de abundância de sangue (Ferreira, 2002, p. 239).

As pontadas afetavam os pulmões desses indivíduos, e para o autor, um dos principais fatores para essa patologia causar tantas complicações nesse ambiente era o clima da região – visão advinda da medicina hipocrático-galênica, que abordaremos posteriormente. O clima das Minas, segundo Ferreira, era completamente diferente do de outras localidades, sendo “o ar dessas Minas é muito frio e penetrativo” (Ferreira, 2002, p. 546). Contudo, algo que se observa nessa conjuntura é como esses achaques pulmonares eram os mais mortais da região, especialmente em relação às pessoas pretas que estavam constantemente em locais úmidos e frios, ou seja, além do clima que era diferente, o cirurgião enxerga também a problemática das condições de habitação e subsistência desse grupo, que era algo que colocava ainda mais eles em risco e em situação de vulnerabilidade para contrair esse tipo de enfermidade.

Não só o clima é diferente, mas a causa das enfermidades e os humores que as produzem, por razão dos mantimentos e habitação em que assistem e se exercitam, assim os pretos como os brancos: os pretos, porque uns habitam dentro da água, como são os mineiros que mineram nas partes baixas da terra e veios dela, outros feitos toupeiras, minerando por baixo da terra, uns em altura, de fundo, cinqüenta , oitenta e mais de cem palmos, outros pelo comprimento em estradas subterrâneas muitos mais, que muitas vezes chegam a seiscentos e a setecentos; lá trabalham, lá comem e lá dormem muitas vezes, e como estes, quando trabalham, andam banhados em suor, com os pés sempre em terra fria, pedras e água, e, quando descansam ou comem, se lhes constipam os poros e se resfriam de tal modo que daí se lhes originam várias enfermidades perigosas, como são pleurises apertadíssimos, estupores, paralisias, convulsões, peripneumonias e outras muitas doenças (Ferreira, 2002, p, 229-30).

Outra doença muito comum, que se caracterizava por problemas gástricos, eram os enchimentos. Ele informa que os enchimentos são a complicação que mais ordinariamente e mais vezes é causa de pontadas. Esse achaque se dá pela má alimentação da população, especialmente os pretos, estando associado, também, a como o alimento era preparado. Como já exposto aqui, Minas enfrentou algumas crises de fome, mas além disso, é notório que o comer nessa região se deu de forma simples, e por algo de hábito, ainda mais que a região era pobre. O sustento dos escravizados, por exemplo, no geral, era feijão, toucinho (alimento bem gorduroso) e angu, o que fazia a comida ficar mais pesada e difícil de processar, o que resultava em irregularidades gástricas, como gastrites e refluxos, e “possivelmente, foi esse tipo de alimentação, preparada com gordura de porco extraída do toucinho, a maior responsável pelos malefícios dos estômagos dos mineiros” (Eugênio, 2012, p.10). Ferreira demonstra os sinais que os enchimentos apresentavam, sendo eles os “amargores na boca, fastio ou pouca vontade de comer, e o comer mal saboroso, ou não doce, como dizem os pretos, vontade de vomitar, ou

vômitos, e o estômago duro, ou cheio” (Ferreira, 2002, p. 234) e como forma de auxiliar o reconhecimento dispõe a seguinte orientação:

O doente em jejum e deitado de costas com os pés encolhidos, carregando-lhe com os dedos, brandamente, na boca do estômago, se se doer dele, ou seja, na boca, ou em algum lado, torcendo-se o doente e mostrando sentimento com alguns dos mais sinais, não teremos dúvida alguma em que a pontada procede do dito enchimento (Ferreira, 2002, p. 234).

Observa-se a presença do que conhecemos hoje como parasitoses nas Minas, especialmente a ascariíase ou, lombrigas que desenvolvia a partir “dos humores corruptos que procedem dos maus cozimentos, e deles, corruptos, se gera grande cópia deles” (Ferreira, 2022, p. 240). A contextualização do cenário sanitário de Minas realizada aqui neste trabalho é de extrema importância para entendermos e visualizarmos os motivos que auxiliaram a propagação de enfermidades como as parasitoses que, claramente estão relacionadas a questões de assepsia e higiene, que, como já dito, era algo que carecia no local. “As casas não possuíam banheiro, nem água potável e, naquele tempo, ainda não existia sistema de esgotos eficaz na maior parte do mundo” (Eugênio, 2012, p.10), e isso contribuiu para que as lombrigas fossem abundantes, segundo o cirurgião, tanto na população branca mais pobre quanto em relação a população preta e escravizada. Dessa maneira, essa doença parasitária causou um grande impacto nos mineiros, “cujos costumes e limitações estruturais da vida material favoreciam a reprodução de parasitoses, que se alojam inicialmente nos intestinos, até proliferarem de maneira a entupir o seu hospedeiro, lançando-se não raramente por sua boca, matando-o por asfixia.” (Eugênio, 2012, p.11).

Por fim, no que diz respeito às doenças mais comuns nas Minas, segundo o *Erário Mineral*, temos as obstruções, que ele dedica um tratado inteiro a elas. Essa corresponde a um achado que causava bloqueios no fluxo sanguíneo dos vasos localizados no fígado, baço e mesentério, causados por líquidos corporais alterados, principalmente devido ao consumo de bebidas alcoólicas. E mais uma vez o autor do manual destaca de que forma o enfermo conseguiria identificar se possuía alguma obstrução, segundo ele se conhecerá estando o doente em jejum, e, deitado de costas com os pés encolhidos, se lhe carregará brandamente com os dedos de ambas as mãos da parte direita, naquele vão que medeia entre as costelas mendasas e o estômago, de maneira que achando-se naquela parte dureza e dor, não teremos dúvida de que o fígado está obstruído (Ferreira, 2002, p. 282).

Ponto notável na obra é a repulsa de Luís Gomes Ferreira em relação a aguardente de cana em excesso, “segundo as minhas observações, e a experiência me tem mostrado em todo

o tempo que tenho assistido nestas Minas, não há coisa alguma nelas que seja mais prejudicial à saúde, assim de pretos, como de brancos, como é a dita aguardente” (Ferreira, 2002, p. 661), ele até chega a utilizá-la para alguns tratamentos que veremos posteriormente, contudo, ele sinaliza diversas vezes as complicações advindas dessa bebida. De acordo com ele, as obstruções são muito comuns nessa localidade devido a esse uso excessivo de aguardente de cana, principalmente realizado pelos pretos, pois era um escape para a árdua vida na qual eles se encontravam e também, auxiliava a esquentar o corpo devido ao clima frio.

Essas eram as enfermidades que, nas observações de Ferreira, mais se fizeram presentes em Minas Gerais do século XVIII, as mais graves e que mais afetavam a comunidade, todavia, encontramos no *Erário* outras doenças. Vejamos algumas delas. No que diz respeito ao tratado IV, o cirurgião traça sobre as deslocções e as fraturas, que eram recorrentes aqui devido a atividade aurífera, em que os acidentes se faziam amiudados. “Deslocação é aquela que se faz quando algum osso de nosso corpo se decompõe e sai fora do seu lugar, de sorte que priva o movimento daquele membro, causada por alguma caída de alto, força ou pancada, o que se conhece porque não haverá movimento no tal membro e haverá grandes dores na tal junta, com inchação, mais ou menos, conforme o tempo que houver passado e estiver o corpo do tal enfermo, mais bem ou mal acompleteado de humores” (Ferreira, 2002, p. 447). Já as fraturas, para o autor são “as quebraduras dos ossos de nosso corpo, as quais podem acontecer em qualquer deles, mas as que mais comumente sucedem são em pernas ou braços, e algumas em costelas, e nos ossos chamados da fúrcula, que são aqueles que vão do ombro para o pescoço e para a parte dianteira, a modo de travessas” (Ferreira, 2002, p. 462). Ademais, uma das enfermidades que possui correlação com a mineração era a cangalha ou a camba – moléstia particular dos pretos – refere-se a uma doença óssea que impede os movimentos coordenados dos pés, pernas, braços e mãos. Gomes Ferreira dá um nome para ela: “convulsão por causa fria” (Ferreira, 2002, p. 578 – 579). E por conta dos acidentes, quedas, entre outros, Ferreira destaca a presença de feridas, especialmente nos pretos.

Afecções cutâneas também eram extremamente prevalentes entre essa população, especialmente nos indivíduos submetidos ao cativeiro. As precárias condições de higiene, a escassez de vestimentas disponíveis, a insuficiência nutricional e o contato intenso entre si tornavam seus corpos mais suscetíveis a inúmeras dermatoses. Sendo uma delas, os formigueiros, que “foi um dos maiores tormentos dos mineiros” (Eugênio, p. 18). No tratado VII, dedicado aos formigueiros, o cirurgião busca distinguir esse achaque “muito ordinário nestas Minas” (Ferreira, 2002, p. 567), dessa forma, tem aqueles que nascem nas solas dos pés – (mais comum nos pretos) – e “outros há que nascem nos braços, mãos e pernas” – tanto nos

pretos quanto nos brancos – (Ferreira, 2002, p. 567). Outra que o autor cita é a erisipela (citada no tratado III).

Além disso tudo, Gomes Ferreira vai destacar sobre a corrupção-do-bicho que é “uma largueza e relaxação do intestino reto e seus músculos, ou, por outro nome se chama o sesso, mais ou menos largo; e, segundo a maior ou menor largueza, assim será a maior ou menor corrupção” (Ferreira, 2002, p. 635). Para o autor, as etiologias desta enfermidade são um calor extraordinário que aquela região adquire, seja por uma estação extremamente cálida ou por se tratar de uma localidade de clima tórrido, como os Brasis, seja pela insuficiência de higiene na área afetada, com prolongados períodos sem banhos, seja pela presença de febres não tratadas adequadamente, quando os banhos se tornam ainda mais essenciais, ou devido à negligência na higiene de indivíduos com fluxos corporais, sendo imprescindíveis os banhos para lavar e refrescar a área afetada. Essas condições causam o relaxamento dos músculos daquela região, levando à sua dilatação, que pode variar em grau, e, se não houver intervenção cuidadosa para remediar tal dilatação, em poucos dias, pode resultar em óbito. O enfermo apresenta dores nas costas e na cabeça, com febre, podendo ser mais branda ou acentuada.

Seguimos agora no tratado IX com os resfriamentos, esse achaque “é uma constipação dos poros do corpo humano e uma quase estagnação, ou constipação, dos humores e circulação deles, parada mais ou menos, o que acontece pelas causas seguintes.” (Ferreira, 2002, p. 652). Ferreira segue descrevendo as causas e os sinais do resfriamento, irei pontuar alguns. No geral, se o indivíduo estiver com o corpo quente e, por alguma razão, tomar friagem ou entrar em águas frias, possivelmente irá contrair a enfermidade. Já os sintomas, resumidamente se apresentam de diversas maneiras, incluindo febre de intensidade variável, grande fadiga com espreguiçamentos e falta de apetite, dores corporais, especialmente nas costas, e tremores de frio. Em casos de forte resfriamento, os pacientes terão dificuldade em mover os braços e as pernas devido à sensação de peso. As veias estarão retraídas e as artérias com pulso fraco ou quase ausente, tanto nos pulsos quanto em outras partes do corpo, e às vezes acompanhadas de febre intensa. (Ferreira, 2002, p. 653). No tratado XI, veremos sobre os venenos e mordeduras (venenosas) que acabavam prejudicando os moradores da região diversas vezes. O tratado seguinte, XII, examina sobre o escorbuto ou “mal de Luanda”, que assola “pretos e brancos” (Ferreira, 2002, p. 689).

O escorbuto era uma enfermidade já conhecida e que desde seu descobrimento foi temida por ser muito violenta e abrasiva e apresentar diversos sintomas nos quais seriam capazes de enganar os médicos, além de que, até então, não possuía uma forma de tratamento eficaz, tanto que em seu tratado, Luís Gomes Ferreira enaltece e reconhece a importância da

invenção do remédio para esse mal feita por João Cardoso de Miranda⁴ – cirurgião português, além disso, ele destaca obteve sucesso ao utilizar tal medicação, que iremos abordar posteriormente. “São os sintomas desta enfermidade tantos e tão vários que mal se podem definir. Primeiramente se acham disenterias, diarreias, caquexias, hidropisias, pleurises, legítimos e notos, tosses, corrimentos, encolhimentos de nervos, coagulações em várias partes do corpo, apostemas de matéria quente e fria, opilações de humores, crassos e viscosos, héticas, dores nas cadeiras e em todas as juntas, icterícias, morfêias; e, em conclusão, todos os sinais que podem produzir as mais enfermidades a que o corpo humano está sujeito se acham nesta infecção” (Ferreira, 2002, p. 692 – 693), e, além disso, encontram-se nesses pacientes diversas chagas e feridas sujas, infeccionadas e de diferentes tipos, como também, principalmente nos brancos, nota-se que as gengivas apresentam úlceras de cor arroxeadas e odor desagradável, e pelo corpo há várias manchas de diferentes cores, especialmente azuladas, amareladas e escuras.

Outras pestilências que Gomes Ferreira traz em seu tratado são as infecções sexualmente transmissíveis (IST) – termo cunhado atualmente –, ou doenças venéreas, na época, conhecida como “mulas, boubas, gonorreias ou males gálicos” (Eugênio, p. 16). Nos fulcros mineradores, em tempos áureos da extração de riquezas terrenas, um desequilíbrio colossal se descortinava entre a população masculina e feminina, livres e cativas. Impulsionada pelo pulsar da vida urbana, a oferta de favores venéreos se vulgarizou, tornando-se acessível aos mais diversos. Proprietários de cativos, em sua ânsia por lucros desmedidos, submetiam seus escravos a tal mister, enquanto algumas mulheres negras, em busca de mitigar as agruras da vida, entregavam seus corpos ao méter da carne, completando assim a jornada exaustiva do trabalho. As boubas, por exemplo, “costumam nascer pela maior parte na cara e junto ao nariz, atrás das orelhas, nos sovacos dos braços e nas virilhas, e algumas vezes nas partes vergonhosas, e também algumas por outras partes do corpo” (Ferreira, 2002, p. 540-1).

Para finalizar, evidencio mais algumas enfermidades que Ferreira traz, como a gota serena, que atualmente, é do nosso conhecimento que é ocasionada pela falta de vitamina A, “esta enfermidade é uma falta na vista, [...] e é muito comum nos pretos destas Minas” (Ferreira, 2002, p. 606). Nos deparamos também com os cursos de sangue, ou disenteria, que se tratavam de movimentos intestinais frequentes com fezes misturadas com sangue e intensas dores abdominais. Cito também o Fleimão, edemas, cirro, carbúnculo ou antraz, sezões ou maleitas (malária), cancro mole, estupor ou paresia, roturas ou quebrasuras (hérnia), bócio, albugo, névoa, leucoma, oftalmia, bicheira, bexigas (varíola) e sarampo.

Com isso, o que podemos concluir é que a maioria das doenças que se manifestaram nas Minas dessa época deriva das péssimas condições de vida que a população se encontrava, fosse em relação a moradia, alimentação – essa que apresenta uma correlação entre seus hábitos com o surgimento de enfermidades, de forma imediata e inquestionável –, ingestão de água imprópria para consumo, falta de roupas adequadas, mas também a falta de estruturas básicas para a subsistência dos mineiros, sobretudo, os escravizados e os mais pobres que sempre careciam desses itens indispensáveis para uma sobrevivência e vivência digna.

Curas empenhadas por Luís Gomes Ferreira para o tratamento dos males mineiros

Para tratar as moléstias que identificou nas Minas, Luís Gomes Ferreira destaca uma série de compostos medicamentos que seriam úteis, recomendados ou rejeitados em seu *Erário Mineral*. Assim como as patologias, são inúmeras receitas mobilizadas pelo cirurgião, com mais de 50 medicamentos desenvolvidos por ele. Dessa maneira, na obra, observa-se a utilização de uma variedade de métodos terapêuticos, incluindo emplastos, pomadas, xaropes, pílulas, unguentos, colírios, sangrias e purgas, entre outras numerosas técnicas destinadas a tratar os enfermos nas regiões por ele percorridas, mesclando a utilização de alguns químicos e os naturais. As plantas empregadas pelo autor são destacadas na obra, sendo utilizadas em sua totalidade – casca, raiz, folha, fruto e semente, que iremos demonstrar e estabelecer posteriormente. É evidente que o cirurgião opera a partir de seus conhecimentos adquiridos nos anos que estudou e esteve no Hospital Real de Todos-os-Santos, em conjunto da experiência, da observação, ou seja, do conhecimento empírico, pois ele argumenta que a prática era a base fundamental da medicina e da cirurgia.

Concomitantemente a isso, ele parte dos pressupostos da medicina hipocrático-galênica, ou, *medicina humoral*, que, de forma resumida, acreditava na existência de humores básicos que, em desequilíbrio, causavam alguma mazela. “O sangue, a fleuma, a bÍlis negra e a bÍlis amarela” (Badinelli, 2014, p. 06), compunham esses humores e eles possuíam alguns traços próprios, “o sangue se apresentava como quente e úmido, a fleuma como fria e úmida, a bÍlis amarela como quente e seca, e a bÍlis negra como fria e seca” (Badinelli, 2014, p. 06). Sendo assim percebe-se como essa teoria estava evidente nas composições terapêuticas destinadas à cura no *Erário Mineral*.

Começaremos então, pela cura em relação às pontadas pleuríticas. Gomes Ferreira então desenvolveu algumas prescrições, uma delas um emplasto, singular, de erva santa maria, deveria prosseguir então da seguinte forma,

tomem uma mão cheia de folhas de erva-de-santa-maria e outra de cabeças de mentrastos, pise-se tudo, e, pisado, se meta em um saquinho de pano de linho, cosida a boca do saco, se lance em um tacho seco, o qual se porá em cima de fogo brando, e tanto que for aquecendo, se irá borrifando o dito saco com aguardente do Reino, da melhor que houver de modo que fique bem molhado; então se tirará, e, compostas as ervas, se porá em cima da pontada com a quentura que puder sofrer e se ligará com sua atadura larga, que fique o emplasto bem seguro na parte, de um enfermo s e curou de reumatismo, não o sendo, e morreu na má cura purga de resina com alexifármacos contra lombrigas emplasto singularíssimo para pontadas, invento do autor tal modo que, por nenhum caso, se mude, que será de maior dano; porque, como este emplasto é quente, com a quentura abre os poros e faz suar aquela parte (Ferreira, 2002, p. 242 – 243).

Outrossim, desenvolveu o emplasto de farelos de milho grosso e de alecrim devido a possível falta das ervas em tempos de seca. Saliento uma outra receita que envolve “açafão, sal de tártaro, água essencial de raiz de bardana e xarope de mucilagens de sementes de linho” (Ferreira, 2002, p. 275 – 276). Ademais, indica tomar diaforético⁵ ou sudorífico feito de poejos fervidos em água, também aponta para uma água cozida com raiz de capeba e de butua, que segundo ele, “ficará uma bebida vulnerária e descoagulante muito admirável para fazer abrir as vias e os canais, promovendo os humores” (Ferreira, 2002, p. 252). Enfim, essas são algumas das prescrições que o cirurgião angariou para tratar as pontadas. Dessa maneira podemos enxergar aqui o vasto conhecimento das propriedades que esses recursos naturais apresentavam que o cirurgião possuía advindos das suas observações e da experiência desenvolvida nessa região, onde buscou promover a saúde integral do paciente, através de um tratamento que contemple os sintomas e o bem-estar geral de forma integrada e multifacetada.

Em relação às doenças então conhecidas, como pleurises e peripneumonias⁶, utilizava-se “cevada cozida, em cuja água resultante do cozimento se acrescenta cascas de raiz de bardana piladas e um punhado de flores de papoulas, tudo novamente fervido em um quarto de hora e depois adicionado de esterco fresco de cavalo. Duas horas após essa adição, a solução devia ser coada e mistura de pó de coral.” (Eugênio, 2012, p. 09). Os enchimentos, no geral, resolveriam tomando vomitórios e purgativos, por exemplo, recorreu-se a vomitórios de tártaro emético⁷.

No que se refere às verminoses ou lombrigas, ele concebeu uma miríade de medicamentos, um deles, de invento do autor e que teve sucesso, é o sumo de erva-de-santa-maria junto a três limões azedos e uma colher de azeite-de-mamona, com vinagre forte e uma dedada de pó de açafão, ou de tabaco, tudo bem mexido e morno, e antes de tomar a mezinha, deve comer uma colher de açúcar, porém, deve-se tomar sem sentir o cheiro do medicamento (Ferreira, 2002, p. 236). Além disso, poderia acrescentar a essas mezinhas o vinagre forte e fel

de vaca ou boi para uma maior eficácia. Semente de Alexandria⁸ junto a grãos de calomelanos⁹ turquescos e sumo de hortelã, resina de batata, água de azougue vivo, a amêndoa da fruta do angelim e sua casca também são ótimos remédios para as lombrigas (Ferreira, 2002, p. 237). Contudo, ele retrata, em suas palavras, o melhor remédio que ele criou para essas moléstias, que consistia em uma raiz de fedegoso macerada em conjunto a água morna, que, após moída, deveria ser coada em um pano, e o líquido que sair deve misturar ao sumo de erva-de-santa-maria, vinagre forte e grãos de calomelanos turquescos, ingerindo em primeiro lugar o açúcar para depois, com o nariz tampado, ingerir a mezinha. Se o caso for grave, além de tomar o medicamento deveria aplicar, ao mesmo tempo, um emplasto de erva-de-santa-maria com hortelã, fel de boi e vinagre forte, tudo quente, em cima do umbigo. Ao fazer tudo isso, seria infalível, o enfermo iria expelir as verminoses que estivesse em seu corpo (Ferreira, 2002, p. 238 – 239). É preciso pontuar que algumas dessas curas eram advindas de substâncias químicas, como os calomelanos, pós de bismuto e o tártaro emético.

Ainda no rol das curas para as moléstias mais comuns nessas minas, temos as obstruções. Ele discorre primeiramente sobre as obstruções no fígado, essa que era suscetível à reabilitação por meio de diversos fármacos, sendo vomitórios de tártaro emético, purgativos, raiz de capeba com salsa, raízes de artemisia¹⁰ e de funcho juntas a água quente, que após ferver, deveria ser coada e juntadas a açúcar. Oximel¹¹ também era uma mistura que auxiliava com as obstruções. Outra junção era algumas folhas de salsa fresca, de funcho, de aipo com sumos da raiz de salsa e de lírio, sumo de cebola branca, banha de porco sem sal, óleo de lírio fervidos formavam um lenimento. E, não podemos deixar de fora um remédio excelente de invento dele composto de folha de picão, ou carrapicho, cebolas brancas, banha de porco sem sal, óleo de lírio, que deveria ser fervido e coado. No tocante às obstruções do baço e do mesentério, Gomes Ferreira indica utilizar as mesmas raízes das obstruções hepáticas, adicionando mais de capeba e mel de pau, tomando a mezinha quente. Os vomitórios de tártaro podem ser aplicados aqui e as purgas devem apresentar maior intensidade em comparação com as do fígado.

Quanto às deslocções e fraturas ocasionadas pelos acidentes assíduos nas minas, ele lança mão de alguns emplastos, e destaca a importância de “aparelhar os panos, ataduras, aguardente, emplastos e talas” (Ferreira, 2002, p. 447) para o enfermo. Um dos emplastos era a combinação de terebintina, pós de bisma, incenso, mirra, sangue-de-dragão e almécega¹². Contudo, ele identificou um emplasto mais simples e que seria de mais sucesso que os outros, seria óleo de embaúba com aguardente do Reino, sendo fervido em fogo brando formando uma massa até a deslocção reduzir, e após isso, pulverizará com pós de breu, incenso, almécega e mirra. “Este emplasto é melhor que todos os outros” (Ferreira, 2002, p. 448). Outrossim,

utilizou, em inúmeros casos, emplastos feitos com farinha de trigo e aguardente posta ainda quente na contusão (Eugênio, 2012, p. 15), e também deu importância para o emplasto de embaúba. Gomes Ferreira faz uma observação sobre a utilização das claras de ovos nas quebras, que não eram eficazes nesses casos por serem frias. A aguardente para esses casos servia, não apenas para curar as feridas, mas também para evitar a gangrena e herpes. Também saliento o uso do espírito de vitrola sobre o ferimento, que consistiria em uma variedade de sal mineral, antes de se aplicar os emplastos elaborados pelo cirurgião. E por fim, algumas feridas que eram causadas por algum tipo de queda ou colisões, era recomendado utilizar tecidos embebidos em aguardente do Reino e pós obtidos das cascas de ovos.

Em relação aos formigueiros, poderia se utilizar ovo batido com azeite, no caso de comprometerem os braços e as pernas e nas solas dos pés, procedia da seguinte maneira:

faça-se um buraco na terra junto ao fogão, que seja redondo, fundo e estreito, e nele se lancem brasas de fogo e, em cima delas, bosta de boi seca, e os pés que tiverem formigueiros se porão com os buracos em cima do tal buraco, tomando aqueles defumadouros, que será por um quarto de hora, acendendo as brasas e botando bosta para fazer boa fumaça, estando o pé coberto e em roda com alguma roupa; e enquanto está tomando estes defumadouros, estará fervendo no fogo outra bosta com urina ou com água ardente, para fazer umas papas, que se porão em pano e na parte bem quentes (Ferreira, 2002, p. 577).

Para as corrupções de bicho recomendava banhos na região retal, utilizando água quente enriquecida com sal e o extrato de uma planta conhecida como erva-de-bicho, “que nasce e dá-se bem em terras úmidas e por perto da água”. Seguimos com os resfriamentos, que em casos graves o cirurgião recomendava:

[...] uns dentes-de-alho limpos, uma mão cheia de folhas de arruda, uma ou duas pencas de gengibre, um pedaço de banha de porco sem sal, ou com ele, e, em sua falta, sebo do rim, tudo muito bem pisado, cada coisa de per se, e depois de junto, se torne a pisar e se lance em tigela vidrada, ou tachinho limpo, e se cubra de água ardente da melhor que se puder achar, com a qual irá fervendo a fogo brando, mexendo-se, de modo que fique uma massa branda, que, metida em pano de linho ralo e forte, se esfregará todo o corpo, estando o medicamento quente, com força, estando o braseiro ou fogo perto do doente, com o resguardo do ar que fica referido (Ferreira, 2002, p. 655).

Concernente ao tratamento dos envenenamentos deve-se tomar a triaga magna¹³, desfeita em vinho (Ferreira, 2002, p. 667), como também pode-se tomar “grãos de raspaduras de unicórnio” em vinho. Ademais, indica a seguinte mezinha, “tomem vinte folhas de arruda, dois figos passados, a carne de uma noz e uma pedra de sal, tudo se misture com o vinho e se beba em jejum todos os dias” (Ferreira, 2002, p. 668). Enfim, são diversos, assim como em

outros achaques, os remédios, triagas e mezinhas recomendados pelo cirurgião. Agora para as mordeduras venenosas, sublinho aqui, o que nas palavras do autor, é a melhor triaga e único remédio na mordedura de cobra cascavel, “é o esterco humano desfeito em qualquer líquido e bebido na quantidade que a cada um lhe parecer” (Ferreira, 2002, p. 685), ingerido pela boca. Igualmente, a raiz de Ipecacuanha também é um excelente recurso para tratar envenenamentos.

Passando agora para as tratativas do escorbuto ou mal de Luanda, Ferreira indica o seguinte remédio:

Aguardente fina seis onças, unguento Egípcio duas oitavas; misture tudo muito bem. Com esse remédio ordenei tocasse as gengivas por dentro e por fora, molhando nele um pincel várias vezes ao dia; assim continuou com feliz sucesso, por que logo as gengivas se foram limpando e o mau cheiro se desvaneceu (Ferreira, 2002, p. 619).

Ele também destaca que as sangrias e vomitórios não eram necessárias aqui. Ele apresenta uma receita para um medicamento eficaz para essas chagas:

cozimento de raiz de chicória, grama, fragária, douradinha, mastruços e coqueária três libras, sendo as ervas verdes e sendo secas, fique o cozimento em libra e meia; confeição de diatártaro reformada e sal catártico, de cada um três oitavas, sal tártaro três oitavas, antimônio diaforético marcial e espírito de coqueária, de cada um duas oitavas, xarope de chicória de Nicolau com ruibarbo três onças, misture-se (Ferreira, 2002, p. 695).

Para concluirmos essa parte das curas, trago aqui algumas mezinhas realizadas pelo cirurgião para curar as IST 's – termo cunhado recentemente –, os cursos, algumas dores de barriga e cólicas e a gota serena. Começando pela boubá, Ferreira com sabedoria ímpar, prescreve, como medida inicial, a administração de pílulas de mercúrio sublimado e a aplicação de espírito de vitriolo nas áreas afetadas. Como complemento, sugere o uso de aguardente, urina ou água quente nas úlceras, enfatizando a necessidade de iniciar o tratamento imediatamente após o surgimento dos sinais das boubas. Já para as gonorreias, o cirurgião apenas acrescenta água com salsa cozida aos outros ingredientes já citados (Ferreira, 2002, p. 537). No que diz respeito aos cursos, eles poderiam ser curados com caldo de galinha, sumo de tanchagem, gemas de ovo, açúcar e, em suas palavras, “o único e certo remédio para curar os cursos” (Ferreira, 2002, p. 678), é a utilização da raiz de cipó ipecacuanha ou poalha ou pacacoalha¹⁴. Quanto a dores de barriga e cólicas, aconselha o uso de raiz de gengibre “mastigada e engolida seu suco ou também pisada e dada em água quente ou aguardente” (Ferreira, 2002, p. 364). E, para finalizar, a gota serena, muito difícil de ser curada, poderia ser tratada de diversas maneiras, como a utilização de “alecrim deixado ao sereno de duas ou três noites conservado

em um vidro destampado, onde se formará um licor, o qual se aplicado direto nos olhos produz bons efeitos” (Ferreira, 2002, p. 608), como também a ingestão de um saquinho de tafetá ou pano de linho cheio de folhas de alecrim e cozidos em aguardente aplicados sob os olhos do enfermo (Ferreira, 2002, p. 607).

Citei aqui algumas das inúmeras medicações, mezinhas, e curas desenvolvidas e atalhadas pelo cirurgião, porém, ressalto que Luís Gomes Ferreira prescreveu ainda mais curas para os males das Minas. E o que se pode concluir é que muitas dessas curas foram documentadas não necessariamente para o público português em geral, mas sim para a população mineira, com particular ênfase naqueles em situação de vulnerabilidade, especialmente os escravizados, que eram os mais suscetíveis e impactados pelas enfermidades. Estes indivíduos frequentemente não conseguiam acessar as boticas nem adquirir as medicações necessárias, devido às barreiras financeiras e geográficas que enfrentavam. Ademais, o que se observa com clareza nas Minas Gerais do século XVIII é a existência de um rico e complexo amálgama, onde se entrelaçavam, de forma dinâmica e frutífera, a vibrante cultura popular, o conhecimento científico da época e as práticas sociais vigentes. Essa confluência de saberes e costumes, qual um caleidoscópio em constante mutação, moldava a fisionomia cultural da região, tecendo uma tapeçaria singular e inesquecível.

Resultados

Relação completa das plantas e ervas citadas no *Erário Mineral*

Agárico – Agrimona – Almacéga – Altéia ou Malvaíscio – Alcarvia – Ameixa – Amora – Alfavaca – Abóbora – Alecrim – Aspargo – Açafraão – Aipo – Arruda – Artemísia – Assafétida – Alcaçuz – Argelim – Avenca – Anafega – Agraço – Almeirão – Alforvas – Árvore Espinhosa (Jurubeba) – Abútua – Alface – Arroz – Anterrhino (dente de leão) Bardana – Borragem – Buglosada – Bicuíba – Bertônia Balaústia (Romã) – Beldroega – Bútua (abútua) – Bananeira – Belis do prado (ou Belides) – Batata de purga – Benjoim Canafístula – Colonquíntias – Chá – Crocus (é açafraão, *Crocus sativus*, da Índia) – Canela – Carecus – Caparosa (Não é só a planta mais também o nome dado ao sulfato de zinco) – Coríndiúba – Cocleária – Chicórea (ou Almeirão) – Copafiba – Cevada – Camoezas – Cravo (da Índia) – Cúbeba – Coroa-de-rei – Capeba – Cidra – Carrapicho (v. picão) – Cebola – Cipó (de coração ou *Aristolochia cordigera* e milhomens) – cipreste. Drego (sangue-de-drago) – Domadinha – Douradinha – Diagrídio (?) Escorcioneira – Estoraque – Espora de cavaleiro – Escórdio Engus – Espina Cardis – Escabiosa

– Eufórbio – Espiricão – Erva-de-bicho Fragária (Morangueiro) – Fumo Bravo (tabaco = erva santa) – Funcho – Figueira – Gengibre – Galbano – Golfão – Gilbabeira – Grama – Guaiaco (Pau-Santo) – Gurubeba (jurubeba?) Hissopo – Heléboro – Hortelã – Hermodactiles – Horjevão (berbena) (verbena ou urgebão) – (H) ervas (Santa Maria, moura, do bicho, etc) Incenso – Inhaúma – Ipecacuanha Jalapa – Joá bravo – Jequirá – Jaburandi Limão – Laranjas bicas azedas – Linho (sementes) – Lírio Maná – Matapasto (Fedegoso – Cassia Bicapsularis) – malvaíscos – Maça – Meimendro – Mil-Homens- Mentrasto (Erva de São João) – Mentruz (Erva de Santa Maria) – Melancia – Mirra Napelo Olibano- Ourego (Orégano) – Opopanaco – Orelha – de onça – Persicária (Erva de Bicho) – Pragana – Paratudo – Pau – Santo – Pimpinela Picão – Poejo – Papoula – Pimenta Quina – quina Romã – Ruibarbo – Rabão (seria rabanete?) Salsa – Sassafras – Semen-contra (Artemísia judaica) – Sene – Sabugueiro – Sapé – Saramago – Sarapilheira – Sorveira – Solda – Semente de Alexandria (Mastrução) – tormentilha – Trincal – Tripojana – Trovisco – Termentina (terebintina) – Tepes – Taba Uvas Velame – Viola.

Considerações finais

A presente investigação buscou sublinhar a importância desse manual de medicina para a sociedade mineira da época que carecia de profissionais da saúde, quando falamos em profissionais de saúde nessa conjuntura, são aqueles que possuem um diploma na área (Abreu, 2018, p. 493 – 524), sendo de cirurgia ou medicina. Essa carência se deu, de maneira geral, por uma falta de interesse de atuar em colônias portuguesas, ainda mais em Minas Gerais que era uma região afastada o que auxiliava nos riscos que os indivíduos corriam ao cruzar o oceano e imensos territórios, outrossim, o Brasil não era o destino preferencial desses profissionais (Abreu, 2018, p. 500). Da mesma forma, uma das razões pelas quais havia uma certa carência de tratamento desses médicos em relação a população da colônia, sobretudo nas minas, se deu pelas disparidades sociais e culturais que marcaram essa sociedade, e dessa forma, o ingresso a medicamentos e aos médicos, regulamentados, se restringiu primordialmente aos homens brancos e de posses (Badinelli, 2014, p. 40). Um dos propósitos que impulsionou Luís Gomes Ferreira a compor o "*Erário Mineral*" foi o de atuar como um veículo de disseminação das suas valiosas experiências adquiridas na colônia, as quais, em grande medida, contribuíram para a cura das enfermidades prevalentes naquele contexto e ele diz que “tudo que escrevo é pela glória de Deus e para o proveito do próximo (Ferreira, 2002, p. 182). Ou seja, em uma era onde a carência de médicos grassava e a população se via entregue à própria sorte no combate às

doenças, surgiu um farol de esperança: a publicação de manuais médicos em linguagem acessível. Estes compêndios, qual bálsamo para os sofredores, munidos de conhecimentos práticos para o diagnóstico e tratamento de enfermidades, circulavam de boca em boca, propagando a sabedoria médica entre os leigos.

Em outras palavras, a profilaxia e o combate às enfermidades se configuraram como encargos reservados ao âmbito privado, mesmo que os problemas sociais e econômicos delas advindos ostentasse um impacto público de considerável magnitude. Com isso, concluímos que o *Erário Mineral*, pode ser considerado um meio pelo qual Gomes Ferreira interveio no espaço social, na tentativa de contribuir para o enfrentamento das suas anomalias patológicas. Mesmo que tais questões lhe parecessem exceder sua inteligência e vigor — como no caso de muitas enfermidades cujas causas eram desconhecidas ou precariamente compreendidas, resultando em numerosas vítimas —, ele ainda assim conseguiu lançar luz sobre essas causas de maneira mais elucidativa e desenvolver medicações eficazes para curá-las.

Uma das dificuldades que o cirurgião encontrou foi em relação a uma certa receptividade e adesão do público mineiro no que tange às criações de fórmulas complexas ou a descoberta de propriedades elementares. Sendo assim, a validação dos procedimentos de cura e a legitimação dos médicos como agentes eficazes eram fortalecidas pela experiência prática e pela utilização dos métodos por outros médicos ou pelos próprios colonos. (Viotti, 2012, p. 117). Tanto que “as novas receitas parecem ter despertado duas reações dos habitantes do Brasil: de um lado, curiosidade sobre as qualidades do que ouviam dizer, de outro, receio por serem jeitos de se tratar que não tinham ainda sido testados” (Viotti, 2012, p. 117). Contudo, é a partir dessas desconfianças e também certa curiosidade que serviram como oportunidades, junto a escassez de profissionais, desse cirurgião se firmar como um agente de cura capaz de auxiliar os enfermos, e curá-los de uma maneira eficaz e acessível. Porque, algo que é notório no trabalho de Gomes Ferreira, é sua assídua observação de seus casos, reconhecendo muitas vezes as causas que até então eram desconhecidas e desenvolvendo medicamentos eficazes para essas moléstias que assustavam os mineiros, e valorizando os ingredientes que essa terra provinha. Para ele, “não havia nada de exótico” nestes medicamentos, além de serem os únicos recursos possíveis à maioria da gente pobre.” (Souza, 2008, p. 288)

É justamente nesse ínterim que percebemos como o autor valorizava os saberes obtidos de maneira empírica, e valoriza o doente em si, ao invés de levar em consideração apenas as doenças, Gomes Ferreira examinava o organismo do enfermo. Isto é, observamos que “não cabia no período estudos sobre o *bicho*, por exemplo, mas, sim, sobre a incidência dele na população e de que maneira poderia ser combatido” (Viotti, 2018, p. 64), ele partia do doente

para entender as doenças em si e para analisar “de que forma um conjunto de indivíduos poderia ser massivamente tratado contra este ou aquele sintoma/doença” (Viotti, 2018, p. 64). Para este ilustre cirurgião, a arte da cura demandava um mergulho profundo nos meandros da enfermidade. Era mister desvendar os sinais que o corpo em sofrimento emitia, tecer conexões entre eles e os achaques que se manifestavam, e, com acuidade ímpar, examinar o doente em sua totalidade e suas particularidades para ter êxito na reabilitação. E uma das coisas que ele levava em conta, dentro desse sentido, era o cenário das Minas que já expomos aqui, como era o clima e a sanidade desse local que estava intrinsecamente atrelado ao panorama dos achaques que assolavam as Minas e de que forma o indivíduo sucumbia a elas.

Destarte, Ferreira deixou seu legado para a medicina, no contexto da época, em que, a luta contra enfermidades sempre foi considerada uma exigência imprescindível, despontou uma nova farmacopeia, nascida em solo brasileiro, como um fruto opulento da terra, ostentando o poder de aliviar os sofrimentos da humanidade. Elaborada em escala grandiosa, a partir de produtos nativos, essa obra prima da medicina se ergueu como um farol de esperança em um mundo assolado por diversos males à saúde. (Badinelli, 2014, p. 11). Como também, colaborou, junto a outros cirurgiões, no que diz respeito ao emprego de plantas medicinais, cuja utilização perdura até os dias atuais, tanto na medicina quanto na produção de fármacos. O *Erário Mineral*, obra pioneira em seu tempo, pode ser considerado o embrião de uma tradição médica que marcaria profundamente a vida social da colônia e, posteriormente, do Império. Essa tradição se concretizou, em grande medida, na ampla disseminação de manuais de medicina que eram acessíveis, tornando-se ferramentas valiosas para a população que buscava cuidar da própria saúde e de seus familiares. Os outros manuais que circularam mais efetivamente no século XIX, traziam formulários e receitas nos moldes da obra de Gomes Ferreira (Badinelli, 2014, p. 72).

O cirurgião pontua em sua obra que eles eram “obrigados a curar as doenças conforme a região e o clima onde nos achássemos, a razão nos ditasse e a experiência nos ensinasse” (Ferreira, 2002, p. 471), então, concluímos justamente que, a forma como Luís Gomes Ferreira atuou nessas Minas, compreendendo e divulgando os aspectos particulares que afetavam a saúde das pessoas que ali moravam, sendo o clima, os diferentes medicamentos, a alimentação, as relações sociais, e as diferentes doenças, se diferenciou de como ele atendia nos anos de aprendizado no Reino. E é aqui que o cirurgião buscou desenvolver um conhecimento empírico a partir da experiência cotidiana (Furtado, 2005, p. 94) com as curas que eram realizadas de forma que os profissionais da área deveriam se conduzir pela experiência e não apenas agarrar-

se a uma medicina pautada na tradição, já que “a experiência é a base fundamental da medicina e cirurgia.” (Ferreira, 2002, p. 227).

Em conjunto a isso, entra os pressupostos da prática da medicina hipocrática-galênica na qual ele se baseou para produzir as mezinhas utilizadas no tratamento dos males. Sendo assim, era incumbência desses profissionais presentes nas Minas integrar seu vasto conhecimento acadêmico e levar em conta as particularidades brasílicas ao selecionar seus métodos de intervenção nos corpos e nas enfermidades, visando o benefício de seus pacientes e o êxito em suas carreiras médicas (Viotti, 2020, p. 202). É por isso que Luís Gomes Ferreira vai justamente mobilizar os recursos aqui por ele encontrados para tratar as moléstias, juntando, algo que era necessário e inevitável, seu conhecimento erudito, vindo dos hospitais em Lisboa, e do saber empírico que era essencial para a atuação da medicina e da cirurgia nas Minas Gerais do século XVIII.

Fontes

FERREIRA, Luís Gomes. **Erário Mineral/ Luís Gomes Ferreira**; org. Júnia Ferreira Furtado. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2002. V. 1 e V. 2.

Referências Bibliográficas

ABREU, Laurinda. **A institucionalização do saber médico e suas implicações sobre a rede de curadores oficiais na América portuguesa**. Tempo, Niterói, Vol. 24 n. 3. set. - dez. 2018, p. 493-524.

BADINELLI, Isaac Facchini. **Reflexões sobre o uso de plantas medicinais no tratado Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira**. Belo Horizonte, Campus Pampulha da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. 08 a 11 de outubro de 2014. ISBN: 978-85-62707-62-9.

_____. **Saúde e Doença no Brasil Colonial: Práticas de cura e uso de plantas medicinais no Tratado Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira (1735)**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso pela Universidade Federal de Santa Catarina.

DEAN, Warren. A botânica e a política imperial: A introdução e domesticação de plantas no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 216-218, 1991.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Sertões do Rio das Velhas e das Gerais: vida social numa frente de povoamento – 1710-1733. In: FERREIRA, Luís Gomes. **Erário Mineral/ Luís Gomes Ferreira**; org. Júnia Ferreira Furtado. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2002. V. 1 e V. 2, p. 46.

EUGÊNIO, A.. Enfermidades da população escrava na obra *Erário Mineral* (1735) de Luís Gomes Ferreira. In: **XV Seminário de Economia Mineira**, 2012, Diamantina. Anais do XV Seminário de Economia Mineira. v. 1.

_____. Relatos de Luís Gomes Ferreira sobre a saúde dos escravos na obra *Erário mineral* (1735). **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.22, n.3, jul.-set. 2015, p.881- 897.

FURTADO, Júnia Ferreira. Arte e segredo: o Licenciado Luís Gomes Ferreira e seu caleidoscópio de imagens. In: FERREIRA, Luís Gomes. ***Erário Mineral/ Luís Gomes Ferreira***; org. Júnia Ferreira Furtado. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2002. V. 1 e V. 2.

_____. Barbeiros, cirurgiões e médicos na Minas colonial. **Revista Arquivo Público Mineiro**. Minas Gerais, v.41, jul./dez., 2005, p. 88-105.

GOMES, Gislane dos Santos. **Os registros de três cirurgiões sobre o tratamento dos corpos enfermos nas minas setecentistas**. 2022. Dissertação de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Universidade Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

GONÇALVES, Maria Filomena. Aspectos do Léxico Português e Brasileiro no Século XVIII: “Pesos e medidas” no *Erário Mineral* (1735), de Luís Gomes Ferreira. *Confluência* – **Revista do Instituto de Língua Portuguesa** (Rio de Janeiro), nº 43. pp. 47- 67. 2013sileira, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 4 a Edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília; 1963.

NOGUEIRA, André Luís Lima. **Saberes terapêuticos nas Minas Coloniais: Diálogos entre a medicina oficial e as curas não licenciadas (séc. XVIII)**. História UNISINOS. Jan/abril. 2014.

SOUZA, Rafael de Freitas e. **Medicina e fauna silvestre em Minas Gerais no Século XVIII**. *Varia História* – Belo Horizonte, v. 24, n.39, jan. - jun. 2008, p.273-291.

STUMPF, Roberta Giannubilo. **Minas contada em números – A capitania de Minas Gerais e as fontes demográficas (1776-1821)**. R. bras. Est. Pop., Belo Horizonte, v.34, n.3, p.529-548, set./dez. 2017.

VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. As medicinas das Minas Gerais a partir de três manuais setecentistas. *Khronos*, **Revista de História da Ciência** nº 9, junho 2020, p. 183-203.

_____. **As práticas e os saberes médicos no Brasil Colonial (1677 – 1808)**. São Paulo: Alameda, 2017.

ZEMELLA, Mafalda. **O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo, 1951.

¹ Esse artigo é fruto de uma Iniciação Científica financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, cujo projeto carrega o mesmo nome deste trabalho.

³ Como consta no próprio *Erário Mineral*, a população escravizada em 1736 atingiu a cifra de 160 mil, enquanto, nesse mesmo ano, a população de homens brancos se configurou em 80 mil.

⁴ João Cardoso de Miranda foi um cirurgião português, nascido em 1726 em Freguesia de São Martinho de Cambres juntamente com a Cidade de Lamego. Ele transitou entre a Bahia de Todos os Santos e Minas Gerais, onde realizou diversos tratamentos aos enfermos, inclusive, foi ele que idealizou um remédio para o escorbuto.

Falecido no ano de 1773, Miranda escreveu obras importantíssimas, como *a Relação Cirúrgica, e médica, na qual se trata de um methodo para se cura a infecção escorbútica, ou mal de Luanda, e todos os seus produtos* (1747) e *Prodigiosa Lagoa descoberta nas congonghas das minas do Sabará, que tem curado a várias pessoas dos achaques, que nesta relação se expõe* (1749).

⁵ Diaforéticos são substâncias que induzem a sudorese, ou seja, aumentam a transpiração. Tradicionalmente usados para baixar a febre, ajudam a eliminar toxinas do corpo através do suor.

⁶ Condições inflamatórias que acometem diferentes partes do sistema respiratório. A pleura, membrana que reveste os pulmões e a cavidade torácica, é o foco da inflamação na pleurite. Na peripneumonia, o processo inflamatório se estende além da pleura, atingindo o pulmão subjacente.

⁷ Um composto químico formulado com antimonato de potássio e antimonila como componentes principais.

⁸ Sementes da planta *Senna alexandrina*, essa que é uma planta medicinal empregada como laxante natural e para aliviar a constipação. Ela era chamada de erva lombrigueira.

⁹ Grãos de Calomelanos referem-se ao calomelano em forma granular, que é o nome comum do cloreto de mercúrio. Foi amplamente usado como laxante e purgante, mas também no tratamento de sífilis.

¹⁰ *Artemisia* ou *artemija* é um gênero de plantas que inclui diversas espécies conhecidas por suas propriedades medicinais.

¹¹ É uma espécie de xarope de mel preparado e cozido com vinagre, sendo duas partes de vinagre e a terceira de mel. Utilizada, por exemplo, para problemas digestivos, obstruções e combate a infecções.

¹² Pós de bisma refere-se a compostos à base de bismuto (metal pesado, mas relativamente não tóxico); Sangue-de-Dragão é uma resina vermelha extraída de várias espécies de árvores, como a do gênero *Dracaena*; Almécega também é uma resina, aqui aromática obtida da árvore *Pistacia Lentiscus*.

¹³ A Triaga Magna era uma fórmula complexa, composta por diversos ingredientes, que podiam incluir até 64 substâncias, sendo de origem vegetal, animal e mineral, como ópio, mirra, carne de víbora, açafraão, incenso e diversas especiarias e ervas.

¹⁴ São raízes que fazem parte da planta guaraná (*Paulinia cupana*).

RESENHA

Rubens Arley de Almeida Junior¹

Os fantasmas da colonização continuam a assombrar. Seus corpos perdidos no mar, na *plantation* e nos arquivos. Enquanto espectro, esses fantasmas vão se repetindo e se transformando ao longo da história. O navio tumbeiro é um espectro. Ele se repete na prisão, no hospício, na escola, em todo lugar, cindido pelo colonial.

A existência negra se aloja em um tempo desarticulado, em que passado, presente e futuro se confundem, se contradizem e sobretudo se fragmentam. Derrida (2006) pensa esse tempo desarticulado sob a metáfora do espectro shakespeariano.

Hamlet: Rest, rest perturbed Spirit! [...] The time is out of ioynt: Oh cursed spight, That ever I was borne to set it right. Nay, come, let's goe together. (Ato I, cena V, apud Derrida, 2006, p. 22).

O espírito do pai de Hamlet exige ser vingado e continuamente se repete. Cabe a Hamlet se vingar para que o fantasma descanse. Cabe a Hamlet o trabalho do luto. Assim, para o autor, um espectro é a cena que se repete ao longo desse tempo, com diferentes fantasmas. Entretanto, o rei da Dinamarca não sofre a cisão colonial, não sofre da fratura ontológica advinda da colonização. O desafio aqui é outro, embora a *hauntology* de Derrida (2006) oriente de certa maneira a interpretação realizada.

Como disse Jota Mombaça (2020), o corpo negro é uma máquina do tempo. A escravização é reencenada, recontada e repetida. Os fantasmas falam e continuam a exigir sua vingança. Mas quem está de vigília por eles? Quem permanece de luto por esses fantasmas que habitam o mar, a *plantation* e os arquivos? Derrida (2006) lança a tarefa de aprender a língua e ouvir os fantasmas.

What seems almost impossible is to speak always of the specter, to speak to the specter, to speak with it, therefore especially to make or to let a spirit speak [...] As theoreticians or witnesses, spectators, observers, and intellectuals, scholars believe that looking is sufficient. Therefore, they are not always in the most competent position to do what is necessary: speak to the specter. (Derrida, 2006, p. 11-12).

¹ Graduando no curso de Bacharelado em Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC/Marília) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP).

A obra *No vestígio: negridade e existência*², publicada pela editora Ubu, em 2023, com tradução de Jess Oliveira, de Christina Sharpe³ procura tecer uma trilha de fuga. Sharpe está preocupada em dialogar com o espectro e em elucidar os fantasmas que pairam entre nós. Localizar os vestígios dos corpos e lançar sobre eles caminhos que possibilitem reinventar a vida para além do colonial. Sharpe dialoga com a proposta dada por Saidiya Hartman: “Eu quero fazer mais do que recontar a violência que depositou esses vestígios no arquivo” (Hartman, 2020, p. 15 *apud* Sharpe, 2023, p. 236). Assim, a autora busca traçar uma metodologia outra, talvez uma submetodologia indisciplinada (Mombaça, 2016) que possibilite trabalhar os arquivos da escravidão e os arquivos do cotidiano sem meramente reproduzir e reencenar a violência colonial.

No vestígio é escrito no contexto da primeira metade da década de 2010, sob égide da presidência de Obama, da crise migratória para a Europa e do terremoto do Haiti. A perenidade, a constância e a repetição da morte rondam a vida negra. Sharpe parte de sua própria vivência, analisando-a enquanto processo histórico. Em 2013, a autora perdeu sua irmã mais velha IdaMarie e em menos de dez meses, mais dois familiares.

Essa seria a segunda vez em minha vida que três parentes próximos morreriam sucessivamente. Na primeira ocasião, em 2 de fevereiro de 1997, 19 de janeiro de 1998 e 4 de julho de 1999, sobrevivemos à morte de meu sobrinho Jason Phillip Sharpe; de minha mãe Ida Wright Sharpe; e de meu irmão mais velho, Van Buren Sharpe III. A maneira como essa repetição mortal aparece aqui é uma instanciação do vestígio como quadro conceitual da/para a negridade viva na Diáspora [...] (Sharpe, 2023, p. 9-10).

A noção de vestígio surge então como categoria analítica da existência negra. A autora utiliza da polissemia do termo *wake*. *Wake* é o vestígio do navio na água, é o rastro de ondas no mar. *Wake* é a vigília, o luto pelos mortos. *Wake* é a vereda, o recuo da arma quando atira. Viver no vestígio significa viver em um regime de morte e de violência, e apesar dele “ainda produzimos no, para o, e através do vestígio uma insistência na existência: ecoamos a vida Negra no vestígio” (Sharpe, 2023, p. 29).

Nesse sentido, Sharpe propõe pensar uma metodologia em fuga que habita e escapa do vestígio, no qual “[...] o passado que não passou reaparece, sempre, para romper com o presente.” (Sharpe, 2023, p. 25). A repetição do passado em múltiplas configurações exige uma outra forma de análise. O trabalho de vigília, de luto pelos mortos da escravidão e do presente que nos rondam em busca de vingança é o que a autora aponta como um trabalho analítico, uma forma de lidar, entrar e sair dos arquivos da morte Negra. Dessa forma, “existir *no* vestígio é ocupar e estar ocupada pelo presente contínuo e mutável dos desdobramentos ainda não

resolvidos da escravidão.” (Sharpe, 2023, p. 34). Existir no vestígio é uma forma de consciência, é teorizar o navio negreiro e questionar o que sobrevive à negação ontopistemológica que navega nas águas da história. Para isso, a autora se volta às expressões culturais, artísticas e poéticas negras, que retratam o paradoxo da vida negra. Esse paradoxo é o vestígio.

Para se compreender a sobrevivência da escravidão (Hartman, 2021) o trabalho de vigília “*wake work*” surge como um trabalho de cuidado da própria vida negra, (re)imaginando-a para fora do rastro do navio. Estar em vigília é se contrapor ao que Sharpe denomina “ortografia do vestígio”, a qual descreve a catástrofe negra de maneira rápida, repetitiva e em ampla circulação midiática, seja pela televisão, seja pelas redes sociais. A ortografia do vestígio registra e se põe em produção da antinegitude, é um mecanismo de representação, de fixação, que restringe a vida negra à tragédia e à catástrofe, limitando-a, fechando os caminhos de fuga. Mas como pensar a vida negra, neste trabalho de vigília, realmente fugindo do estereótipo e da fixidez da representação colonial (re)produzida pela ortografia do vestígio?

Para isso, Christina Sharpe desloca a posição da vida negra no arquivo. A vida negra não foi apagada, mas asteriscada. A vida negra resiste como vestígio e como rastro no arquivo. É necessário encontrar e trabalhar com essas histórias asteriscadas. O asterisco também significa excesso, significa abertura e cisão para pensar as múltiplas configurações da vida negra que extrapolam a fixidez. Desse modo, o Atlântico Negro se torna um *trans*Atlântico*, se torna marcado por um excesso perene e impensado pela ortografia do vestígio.

O trabalho de vigília pelos mortos, então, exige “encontrar aquele na grande narrativa da história” (Sharpe, 2023, p. 69), exige a consciência da multiplicidade que *trans*borda* – aqui me aproprio da dimensão conceitual de Sharpe – a ciência, a episteme colonial e as metodologias empregadas. Talvez um dos grandes eixos da obra de Sharpe está no trabalho de vigília em torno da fotografia de uma garota no terremoto do Haiti, em 2010.

Não foi a primeira vez que entrei cautelosamente nesse arquivo, mas dessa vez fui parada pela fotografia de uma menina haitiana de no máximo dez anos. Um terço da imagem, o lado esquerdo, está borrado, mas o rosto dela está nítido; é o que está em foco. Ela está viva. Seus olhos estão abertos. Ela está deitada em uma maca preta; sua cabeça está em cima de uma bolsa de gelo, há uma ferida à mostra acima e abaixo de seu olho direito e um pedaço de papel grudado em seu lábio inferior, e ela está usando o que parece ser uma bata hospitalar. Ela está olhando para a câmera ou além dela; seu olhar chega até mim. Colado em sua testa, um pedaço de fita adesiva transparente com a palavra “*Ship*” (Navio) escrita.

Quem colou essa fita em sua testa? E isso importa?

Que expressão é essa nos olhos dela? O que eu faço com isso?

[...] Para onde ela está olhando? Quem é o que ela está procurando? Quem pode olhar para trás? Ela sabe que tem um pedaço de fita na testa? Ela sabe o que diz aquele pedaço de fita adesiva na testa? Ela sabe que foi destinada a um navio? (Sharpe, 2023, p. 88-9).

A partir desses questionamentos, Christina procura pensar essa história asteriscada. Entendendo a categoria “Navio” como essa fantasmagoria do vestígio, a autora busca entender por que marcar alguém violentamente com a nomeação de navio, quando esse alguém já é marcado pelo navio? A garota já carrega todas as marcas da existência fraturada no vestígio, carrega em si o rastro do tumbeiro. Sharpe rastreia essa violência a partir da legenda da imprensa sobre a fotografia de Joe Raedle, “Criança ferida espera ser transportada para tratamento no USNS Comfort”.

Além disso, o espectro da colonização se repete, pois vive-se em um tempo que “aparece aqui rachado [...] um tempo oceânico que não passa, um tempo em que o passado e o futuro se roçam” (Sharpe, 2023, p. 231). O navio estadunidense Comfort reencena no vestígio o navio Zong, originalmente chamado Zorg, que significa “cuidado” em holandês. O Zong assassinou em torno de 140 pessoas, lançando-as ao mar somente para receber o seguro da carga humana que transportava. Sharpe aponta para essa semelhança: conforto e cuidado, o paradoxo do Navio reencenado no vestígio.

Sharpe, então, se questiona: “Como o próprio sistema projetado para desfazê-la e inscrevê-la pode ser o mesmo que a salva? Como a pessoa marcada pelo navio pode ser salva sendo marcada para ele?” (Sharpe, 2023, p. 169).

Então, como pensar a existência negra para além da ortografia do vestígio? Em fuga dessa representação fixa e espectral, ou, em suma, dessa representação “*out of joint*”? Uma vez que não há retorno da Passagem do Meio “*Middle Passage*”, – esta “moldura que produz corpos Negros como significantes da escravização e de seus excessos, assim como o fundamento que a/nos posiciona para carregar o fardo dessa significação” (Sharpe, 2023, p. 182) – como escapar da repetição do Zong, da multiplicação do porão e do navio por todos os lugares, espaços e instituições?

Christina Sharpe posiciona a negritude a partir de uma categoria que a coloca em fuga, que ajuda a pensar o impensado e o impensável. Ao colocarmos a autora em diálogo com Denise da Silva (2019), podemos pensar que, uma vez a negritude descrita como Coisa hegeliana, o objeto sem valor, mas que “hospeda todas as possibilidades, inclusive as não contempladas” (Silva, 2019, p. 58), ela sempre se configura como excesso, como além-de. E é a partir desse excesso que a negritude se configura como “(a)temporal, dentro e fora do lugar e do tempo,

pressionando o significado e aquilo contra o qual o significado é produzido” (Sharpe, 2023, p. 140).

A negridade, enquanto excesso e como tensão em constante deslocamento, enquanto possibilidade “*out of joint*”, enquanto im/possibilidade. A negridade desestabiliza a relação colonial em que o Eu transparente e seus outros afetáveis (Silva, 2022) emergem. A negridade tensiona e desestabiliza o regime no qual “o apagamento de outros seres e significados (im)possíveis que o traço tenta em vão significar” (Silva, 2022, p. 108). Por mais que a representação moderna-colonial, por meio de canhões e saberes, procure fixar as significações, a negridade, enquanto Coisa, traz à tona outros seres e significados indóceis, insubmissos.

É nesse sentido que Christina Sharpe aponta para a categoria de negridade anagramatical. O prefixo “ana-” é a repetição, o lugar do novamente. Assim, a negridade se revela como essa configuração “*out of joint*”, em perene tensão e deslocamento fantasmagórico. A negridade é o anagrama: “gênero gramatical [que] se esvai e novos significados proliferam” (Sharpe, 2023, p. 140). Enquanto anagrama, a negridade tem a capacidade de re-configurar as armas e a episteme da modernidade. A negridade des-faz os significados e, enquanto repetição fantasmagórica, revela a dificuldade, senão a impossibilidade de se fixar a significação e a representação. Assim, novamente dialogando com Denise da Silva (2019), pode-se entender que a negridade tem essa capacidade de desordenar o Mundo Ordenado, uma vez que é anagramatical.

A tarefa enfrentada por Sharpe nesse texto é, então, pensar em metodologias fugitivas de um tempo “*weather*” no qual a antinegridade se torna a condição atmosférica de tempo e lugar, no qual a antinegridade é tão densa que o ar, ou a sua falta, se torna sufocante. O tempo é a mutabilidade e o alastramento da antinegridade. A fantasmagoria da antinegridade ou do vestígio, seus mecanismos de (re)produção, sua ortografia não se dá meramente a partir da repetição infinita, mas sobretudo a partir da totalidade do tempo. O tempo antinegro se alastrou como totalidade. Por isso, “o tempo *trans*forma* a existência Negra” (Sharpe, 2023, p. 194). Ao *trans*formar*, ele conduz a vida negra à morte, mas também abre margens de possibilidade. O asterisco é a instabilidade. O tempo antinegridade asterisca a vida negra, ao mesmo tempo que a negridade o excede, deslocando a cisão ontoepistemológica imposta pela significação colonial.

Em meio ao tempo sufocante, os arquivos coloniais são arquivos da falta de ar. Sharpe questiona: como defender quem morreu? Se o trabalho da crítica e do pensamento negro é sobretudo um trabalho de luto e de vigília “*wake work*”, a práxis negra deve ir em direção a pensar como manter a respiração do corpo Negro. Assim, a autora aponta para duas expressões

do trabalho de vigília: a anotação Negra “*Black annotation*” e a revisão Negra “*Black redaction*”.

Uma vez que a ortografia do vestígio descreve e fixa as representações acerca da existência negra, é necessário reinventar-se e traçar novas formas de escrever que possibilitem sensibilizar novamente diante do desastre e da existência negra. Sharpe aponta para a multiplicidade arquivística e descritiva da vida negra na Diáspora negra, continuamente documentadas, anotadas e revisadas de forma violenta. Assim, a autora propõe a mobilização do imagear e do imaginar para além das lentes brancas coloniais, para além do mundo antinegro. A anotação Negra e a revisão Negra fazem “ver e imaginar respostas ao terror vivido pela vida Negra e pelas formas como a habitamos, somos habitadas por ela e a recusamos. [...] os modos como vivemos esse terror – e como vivemos apesar dele” (Sharpe, 2023, p. 210).

Nesse sentido, a anotação e a revisão Negras são a capacidade de ver e ler outramente, para além da repetição fantasmagórica do colonial: “são maneiras de tornar visível a vida Negra, mesmo que momentaneamente [...] [elas] encontram o anagramatical Negro e o fracasso de palavras e conceitos para se manterem na/sobre a carne Negra.” (Sharpe, 2023, p. 223). Sharpe nos fornece instrumentos poderosos de análise e de subversão da representação colonial, capazes de ouvir, criar e fabular a dissonância da existência negra na Diáspora, disputando e criando caminhos que possam fugir do rastro do navio, do sufocamento do porão, da tempestade do tempo antinegro.

Retomando a imagem da garota haitiana, a autora realiza o exercício de anotação e revisão Negras, permitindo um outro olhar e um outro narrar que evidenciem o excesso da existência negra diante do desastre. Enquanto a ortografia do vestígio restringe e reduz essas vidas ao trágico, à fatalidade e à morte, o que Sharpe propõe é a vida apesar da morte.

Eu estava procurando por mais do que a violência do túmulo, do navio de migrantes e de pessoas refugiadas, do navio porta-contêineres e do navio médico. Eu vi aquela folha em seu cabelo e, a partir dela, fiz minha própria anotação que pode revelar essa imagem em uma vida, embora precária, que sempre esteve lá. Aquela folha está presa em suas tranças ainda perfeitas. E eu penso: Alguém trançou o cabelo dela antes do terremoto acontecer. (Sharpe, 2023, p. 218).

Dessa forma, a anotação e a revisão Negras se configuram como trabalho de vigília, tanto nos arquivos cotidianos – como apresentado nesse exemplo –, quanto nos arquivos da escravidão, conversando com os fantasmas e sobretudo, procurando lançar um trabalho de cuidado para com essas vidas asteriscadas.

Assim, talvez o vestígio possa ser entendido como metáfora ou tropo analítico (Matory, 2020) que engloba outras categorias, ou tropos, como navio, porão e tempo, a partir dos quais a obra é dividida em quatro capítulos. Enquanto metáfora analítica da negridade, a noção de vestígio busca evidenciar o paradoxo e a im/possibilidade da existência negra: forjada pelo vestígio da escravidão e do colonial, e ao mesmo tempo excedente, ilimitada. Dessa forma, a noção de vestígio não busca delinear uma visão essencialista ou que aprisiona a um passado idealizado de África, mas justamente o contrário: pensar a existência na Diáspora como múltipla, em transformação, apesar da repetição vestigial.

Essa resenha buscou, portanto, rastrear as principais ferramentas elaboradas por Sharpe para des-pensar a existência negra no mundo colonial. Além dos desdobramentos do vestígio, como sua ortografia, as noções de navio, porão e tempo, buscamos delinear estratégias fugitivas apontadas pela autora: a negridade anagramatical, a anotação Negra e a revisão Negra, as quais podem ser interpretadas sob o diálogo com Denise da Silva (2019).

A metodologia fugitiva, indisciplinada de Sharpe não está deslocada do projeto de descolonização, uma vez que “a força radical da Negridade reside na virada do pensamento; o conhecer e o estudar conduzidos pela Negridade anunciam o Fim do Mundo como o conhecemos” (Silva, 2019, p. 91). Ao estabelecer ferramentas que “anagramatizam” o pensamento moderno, Christina parece aceitar o convite e o desafio de “des-organizar, de-formar, des-pensar o mundo” (Silva, 2019, p. 91), a partir do que Denise (2019) denomina Poética Negra Feminista.

A Poética Negra Feminista vem-a-ser, existe aqui, num Mundo Implicado cuja imagem é a Poética sem fim: isto é, como Corpus Infinitum, a existência para o além do Espaço-Tempo, onde A Coisa resiste dissolvendo qualquer tentativa de reduzir o que existe e acontece aos registros do objeto, do outro ou da mercadoria. (Silva, 2019, p. 109).

Dessa forma, Sharpe parece propor rever as categorias da Crítica Negra Feminista, sem a garantia de que esta mesma e as suas ferramentas sobreviverão à Poética. As contribuições de *No vestígio* nos permitem repensar o estatuto das Ciências Humanas e Sociais diante da Negridade, questionando a forma como os/as/es pesquisadores/as/us adentram e saem dos arquivos da escravidão e dos arquivos do cotidiano, como lidam com as histórias asteriscadas e com os fantasmas da fratura temporal da colonização. Sharpe nos convida para essa tarefa radical da fuga, de reimaginar a vida negra no e para além do vestígio, de maneira a se esquivar das armadilhas coloniais da representação. Dialogando com Sharpe, é possível “anagramatizar” o horizonte semântico e lexical autorizado das Ciências Humanas, e do regime colonial de

produção e expropriação epistêmicas. Anagramatizar as ferramentas metodológico-conceituais a partir da Negritude para enfim deslocar-se rumo a um des-pensar e um des-fazer do mundo como conhecemos.

Referências Bibliográficas

- BHABHA, Homi. A outra questão: o estereótipo, a discriminação e o discurso do colonialismo. In: BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- DERRIDA, Jacques. **Spectres of Marx**. Nova York, Londres: Routledge, 2006.
- HARTMAN, Saidiya. **Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- MATORY, J. Lorand. O navio de volta para casa: Tropos analíticos como mapas da e para a história cultural da diáspora africana. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 10, n. 3, set.- dez. 2020, pp. 969-993. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/1015>.
- MOMBAÇA, Jota. A plantação cognitiva. **Arte E Descolonização: Masp Afterall**, São Paulo, n. 9, 2020. Disponível em: <https://assets.masp.org.br/uploads/temp/temp-QYyC0FPJZW0J7Xs8Dgp6.pdf>.
- MOMBAÇA, Jota. Rastros de uma Submetodologia Indisciplinada. **Revista Concinnitas**, v. 1, n. 28, pp. 334–354, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/concinnitas/article/view/25925>.
- SILVA, Denise Ferreira da. **Homo modernus: para uma ideia global de raça**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2022.
- SILVA, Denise Ferreira da. **A dívida impagável**. São Paulo: Oficina de Imaginação Política e Living Commons, 2019.
- SHARPE, Christina. **No vestígio: negritude e existência**. São Paulo: Ubu editora, 2023.
- SPILLERS, Hortense. Bebê da mamãe, talvez do papai: uma gramática estadunidense. In: BARZAGHI, Clara; PATERNIANI, Stella; ARIAS, André (orgs.). **Pensamento Negro Radical**. São Paulo: Crocodilo; N-1 edições, 2021.

² No original: *In the wake: on blackness and being*, publicado em 2016 nos Estados Unidos, pela Duke University Press.

³ Christina Sharpe nasceu em 1965, é graduada em Inglês e Estudos Afro-Americanos pela Universidade da Pensilvânia e concluiu o mestrado e o doutorado em Língua e Literatura inglesas pela Universidade Cornell. Atualmente, é professora de Estudos Negros nas Humanidades na Universidade York, em Toronto.

NOTAS DE PESQUISA

Entre o Fluxo e a Ordem: o Baile Funk na COHAB Cidade Tiradentes-SP em contraposição ao ordenamento urbano do período dos governos militares¹

Between Flow and Order: The Baile Funk in COHAB Cidade Tiradentes-SP in opposition to urban planning during the military governments

Luanne Miguel ALVARENGA²

Resumo: O Baile Funk é uma festa periférica que acontece em diversas ruas e vielas. Sua origem se dá no bairro de Cidade Tiradentes-SP, conjunto habitacional idealizado pelo Banco Nacional de Habitação durante a ditadura militar (1964-1985). O presente texto resulta da pesquisa “É FLUXO DE FAVELA”: os Bailes Funk da COHAB Cidade Tiradentes em contraposição ao ordenamento urbano do período dos governos militares”, que através da metodologia de análise do discurso, tem como objetivo averiguar os rumos habitacionais do período de construção do bairro, bem como a ideologia do Estado no que diz respeito ao ordenamento das urbes e de seus habitantes, para assim compreender como os bailes se contrapõem a ele.

Palavras-chaves: Baile Funk; Habitação; Ditadura; Cidades.

Abstract: The Baile Funk is a festivity that takes place in many streets and alleys. Its roots can be traced to the district of Cidade Tiradentes-SP, a housing complex conceived by the Banco Nacional de Habitação during the military dictatorship. The presente text results from the research "IT'S FLUXO DE FAVELA": The Bailes Funk from COHAB Cidade Tiradentes in opposition to urban planning during the military governments, which, through discourse analysis methodology, aims to analyze the housing policies from the period of the district's construction, as well as the state's ideology regarding urban planning and its inhabitants, in order to understand how the bailes oppose it.

Keywords: Baile Funk; Habitation; Dictatorship; Cities.

O objetivo da pesquisa “É FLUXO DE FAVELA”: os bailes Funk da COHAB Cidade Tiradentes em contraposição ao ordenamento urbano do período dos governos militares”, que dá origem a este artigo, é analisar como as instituições habitacionais elencadas durante a ditadura militar (1964-1985), foram responsáveis pela distribuição demográfica nos extremos da cidade de São Paulo, resultando em espaços desterritorializados³, refletindo no surgimento de fenômenos urbanos e culturais, como o Baile Funk. Assim, espera-se contribuir para a compreensão da experiência histórica de habitantes periféricos da cidade, aqui, especificamente moradores do bairro Cidade Tiradentes, a maior Cohab da América Latina e a mais expressiva construída pelo BNH (Banco Nacional de Habitação) durante o regime, dessa maneira historicizando seus movimentos culturais que são expressivos.

² Graduanda no curso de Bacharelado e Licenciatura em História pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP/FCHS campus de Franca e bolsista PET-História (Programa de Educação Tutorial) Sob a orientação da Prof.^a Tutora Márcia Pereira da Silva. E-mail: luanne.alvarenga@unesp.br.

Os fluxos ou bailes funk, são grandes festas que acontecem nas ruas de diversas favelas e periferias de São Paulo. Pertencentes a cultura do gênero musical *funk*, o objetivo dos moradores é desfrutar de um lazer perto de casa. No entanto, devido a ilegalidade no que tange a questão sonora (e outros motivos), considerando que o evento acontece em espaços residenciais, a presença policial nesses eventos é intensa. Por esse motivo, quando abordados em meio a festa, os moradores apenas passam para a próxima rua e continuam o baile, por isso o nome fluxo (Pedro, 2017). A festa é fluída e seu fim quase nunca é no mesmo local em que começa. Por se desenrolar nas ruas, buscamos entender nessa pesquisa que o baile funk se relaciona intimamente com o lugar onde circula, ou seja, nas ruas, bairros e enfim a cidade.

Considerando o desenrolar da malha urbana, temos buscado entender a História das Cidades enquanto área historiográfica. Vista como um palco peculiar onde se desenrolam histórias de desordem dentro de sua própria ordem, é a partir do século XX que o saber historiográfico se volta para o estudo das cidades. Como aponta a historiadora Maria Stella Bresciani (2002), o historiador, aos poucos, se apropria da cidade como objeto, reconhecendo que esse espaço sempre foi relacionável com o funcionamento da sociedade, podendo fornecer respostas únicas sobre suas dinâmicas. Henri Lefebvre (2001), aponta que o urbano pode ser considerado uma obra histórica, a partir disso, reconhecemos o papel do sujeito e o inserimos como motor desse complexo sistema, que solicita cada vez mais a confrontação das interrogações das ciências humanas.

Dessa forma, planos urbanísticos, documentações referentes ao bairro, bem como depoimentos e documentários produzidos sobre o Baile Funk serão analisados sem perder de vista o contexto social amplo em que foram concebidos. A metodologia de análise do discurso, se coloca como guia nos caminhos de compreensão dos modos de consignação histórica e processos de produção dos sentidos nos discursos sejam eles orais ou escritos pelo sujeito, já que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia (Orlandi, 1999).

Devido ao enorme fluxo de convivências, existe uma brecha no que tange o registro de vivências que ascendem nos extremos, que crescem com o início da separação interna das cidades, fruto de seu crescimento desordenado. Tal fenômeno também acontece em São Paulo, na segunda metade do século XX, com o crescimento das áreas metropolitanas, ocorrido a partir do desenvolvimento industrial, trazendo à tona problemáticas latentes no que tange a habitação e o ordenamento civil.

Com o golpe em 1964, a questão habitacional passou a ter intervenção ativa do estado, que precisava de aceitação da maioria da população (Soares, 2020). Como ainda investigamos,

a problemática é enfrentada com a estruturação de um sistema de financiamento: o BNH (Banco Nacional de Habitação). Seu objetivo para além da captação de recursos financeiros, foi a construção de diversos conjuntos habitacionais, dentre eles a Cidade Tiradentes e como pode delinear Nabil Bonduki em *Origens da habitação social no Brasil* (1998), importante aporte bibliográfico para repassarmos os rumos da política habitacional brasileira, o ciclo do BNH difundiu um padrão de projeto onde o conjunto habitacional paulistano se caracterizou pela repetição de formas urbanas semelhantes que passaram a compor parte significativa da paisagem urbana nacional.

A forma que o ordenamento é colocado em prática e o estabelecimento dessas estruturas de poder ainda estão sendo investigadas a fundo, através dos estudos de Michel Foucault em *A Microfísica do Poder* (1979) e do conceito de “trocas simbólicas” de Pierre Bourdieu (1998). Todavia, o ponto de partida no qual lançamos mão inicialmente, é de que ao “jogar” as camadas mais vulneráveis (retiradas das favelas, das ruas e dos centros) nessas novas habitações construídas pelo BNH, tornou-se possível para o Estado estabelecer um padrão de comportamento dentro dos conjuntos habitacionais através do uso de estruturas de poder de segurança pública, visando controlar as massas em sua maioria proletária, reprimindo qualquer manifestação seja ela política ou cultural (Soares, 2020). Lemos assim, o período ditatorial dentro da história urbana e habitacional de São Paulo especificamente, como um período sombrio que impede a apropriação territorial dos moradores, desprovidos de lazer, culturalidades e políticas básicas.

É nesse contexto, em que o bairro Cidade Tiradentes toma forma. Sua importância para além de sua historicidade, se dá pelo seu pioneirismo, sendo o berço do funk enquanto gênero musical na cidade de São Paulo (Pedro, 2017), bem como o primeiro bairro a aportar seus primeiros bailes, como mostrado em uma das fontes, o documentário “*FUNK DA CT: A invasão do Baile Funk em São Paulo*” (2010). Com as análises primitivas feitas até agora, já é de conhecimento que a população interage com as ações de poder público, recriando e se apropriando socio culturalmente na tentativa de preencher o espaço “oco” que lhes é oferecido – os bailes funk na contemporaneidade, fogem das tentativas de controle de espaço habitacional institucionalizadas pela COHAB e pelo BNH entre 1970 e 1980, um reflexo que até agora não foi explorado em demasia no meio acadêmico, o baile funk paulistano, segue ainda, sem grandes registros da sua linearidade e funcionalidade, tendo apenas as camadas mais rasas de sua complexidade permeadas, como o gênero musical *funk*, mas não suas implicações culturais enquanto uma subcultura.

O conceito de “território”, “territorialidade” e “desterritorialização”, tem nos ajudado a esquematizar esse processo que se iniciou em 1964 e continua em vigor até hoje. Através do resgate histórico dos termos feito por Rogério Haesbaert em “*O mito da desterritorialização*” (2004). No que diz respeito ao território, para analisar o ordenamento urbano, bem como os bailes e outras problemáticas que buscamos resolver, nos interessam duas abordagens: a política e a cultural. A perspectiva política do território, refere-se diretamente às relações entre espaço e poder, esse, que pode ser institucionalizado (Haesbaert, 2004). Nesse conceito, podemos enxergar o território como um espaço passível de ser delimitado e controlado, é assim que o Estado coloca o território dentro de seu discurso durante o período do BNH, um território relacionado ao poder político, como podemos analisar no “*Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAP)*” (1973), criado pelo governo federal para ditar a política nacional de habitação: “considerando a necessidade de ser institucionalizado um sistema para mobilizar (...) os recursos que permitam eliminar sub-rogações existentes e ensejar oferta planejada e contínua de unidades residenciais (...)” (Brasília, 1973, p.1). Ao oferecer as moradias e responsabilizando-se pelo planejamento delas, sem a consulta direta com seus futuros moradores, percebe-se tais formações discursivas e ideológicas.

Já em contraposição, entendemos que a concepção de território para os moradores é cultural. Essa perspectiva de território, enxerga-o em sua dimensão simbólica, um produto de apropriação de um grupo em relação ao seu espaço vivido. Essa perspectiva dá luz ao nosso próximo conceito chave, a “territorialidade”, que é a semantização do espaço territorial (Haesbaert, 2004), conseqüentemente a “desterritorialização” pode dizer respeito a uma zona desprovida dos desdobramentos socioculturais. Continuamos nos debruçando sobre essa questão, para entender como o Estado através dessa estrutura, constrói espaços desterritorializados. Considerando essas questões, continuamos com o objetivo de contribuir para o que Bernard Lepetit (2001) chamou de “a nova história urbana”, onde agora destacam-se as como atores sociais do meio as vozes vindas de baixo.

Fontes

BRASILIA. **Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAP)**, criado pelo governo federal para ditar a política nacional de habitação, 1973.

FUNK da CT: A invasão do baile funk em São Paulo. Direção: Leandro HBL. Produção: Mosquito Project. São Paulo: Mosquito Project, 2010. 1 vídeo (30min 43s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=r3cAiuK9z9s>>. Acesso em: 21 set. 2024.

Referências Bibliográficas

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: 1998.

BRESCIANI, Maria Stella. **Cidade e história**. In.: Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro: FGV, p. 16-35, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LEFEBVRE, Henri et al. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana**. Org. Heliana Angotti Salgueiro. Trad. port. Cely Arena. São Paulo: Edusp, 2001.

ORLANDI, E.P.; GUIMARÃES, E.; TARALLO, F. **Análise De Discurso: princípios procedimentais**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PEDRO, Thomaz Marcondes Garcia. **É o fluxo: “baile de favela” e funk em São Paulo**. Proa: Revista de Antropologia e Arte, v. 7, n. 2, p. 115-135, 2017.

SOARES, Luiz. **BNH: perspectiva histórica da edificação de conjuntos habitacionais**. v. 12 n. 3 (2020): Edição 34 - Temporalidades, Belo Horizonte: UFMG, 2020.

¹ NOTA DO EDITOR: Notas de Pesquisa são publicações de pesquisas em fase inicial, devidamente fundamentadas em relação ao objeto de análise, aos objetivos e ao referencial teórico, mas que não dispõem, ainda, de resultados suficientes para compor um artigo completo.

³ Processo de enfraquecimento ou perda de vínculo entre pessoas, grupos ou instituições e seus territórios. Esse conceito reflete as transformações espaciais e sociais contemporâneas, ligadas à globalização, migrações e mudanças culturais (Haesbaert, 2004).



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CÂMPUS DE FRANCA